



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1589

Quinta-feira - 09 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Lindóia do Sul.....	208	Santa Terezinha do Progresso.....	298
Alto Bela Vista.....	5	Luzerna.....	209	Santiago do Sul.....	298
Antônio Carlos.....	7	Macieira.....	211	São Bento do Sul.....	299
Arroio Trinta.....	7	Mafra.....	211	São Domingos.....	342
Atalanta.....	13	Maracajá.....	232	São José.....	343
Balneário Rincão.....	14	Massaranduba.....	234	São José do Cedro.....	345
Barra Velha.....	15	Meleiro.....	237	São Lourenço do Oeste.....	348
Bela Vista do Toldo.....	15	Monte Carlo.....	238	Schroeder.....	353
Biguaçu.....	16	Navegantes.....	238	Serra Alta.....	363
Bom Jesus do Oeste.....	17	Nova Trento.....	248	Timbé do Sul.....	365
Bom Retiro.....	23	Novo Horizonte.....	249	Timbó.....	383
Braço do Trombudo.....	24	Orleans.....	250	Tunápolis.....	385
Brusque.....	28	Paial.....	251	Turvo.....	386
Caçador.....	33	Palhoça.....	252	Vargem Bonita.....	389
Campo Alegre.....	40	Palmitos.....	259	Vidal Ramos.....	389
Campos Novos.....	115	Papanduva.....	271	Videira.....	390
Canelinha.....	115	Passos Maia.....	272	Xavantina.....	393
Canoinhas.....	116	Penha.....	273	Xaxim.....	395
Capinzal.....	117	Pinheiro Preto.....	275		
Caxambu do Sul.....	119	Pomerode.....	275	Associações	
Chapadão do Lageado.....	119	Ponte Serrada.....	276	FECAM.....	396
Cocal do Sul.....	122	Porto Belo.....	277		
Concórdia.....	122	Porto União.....	279	Consórcios	
Coronel Martins.....	123	Pouso Redondo.....	289	CIS/AMURES.....	396
Correia Pinto.....	124	Presidente Castello Branco.....	289	CISAM.....	396
Corupá.....	132	Rio do Sul.....	290	Consórcio CISAMA.....	397
Forquilha.....	135	Santa Rosa do Sul.....	297		
Fraiburgo.....	137				
Garopaba.....	140				
Garuva.....	170				
Gaspar.....	172				
Governador Celso Ramos.....	174				
Grão Pará.....	176				
Herval d'Oeste.....	177				
Ibiam.....	178				
Ilhota.....	183				
Imarui.....	184				
Imbituba.....	195				
Indaial.....	195				
Iomerê.....	196				
Irineópolis.....	197				
Itá.....	197				
Itaiópolis.....	198				
Itapoá.....	198				
Jacinto Machado.....	200				
Joaçaba.....	202				
Lages.....	204				
Lauro Muller.....	205				
Leoberto Leal.....	206				



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Balancete Financeiro FMAS Setembro 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	24.884,59
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	24.884,59
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.384,25
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.877,34
		INVESTIMENTOS	623,00
Receita Extra - Orçamentária	38.099,69	Despesa Extra - Orçamentária	19.578,92
DEPÓSITOS	410,10	DEPÓSITOS	410,10
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	410,10	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	410,10
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	410,10	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	410,10
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	27.689,59	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.168,82
OBRIGAÇÕES A PAGAR	27.689,59	OBRIGAÇÕES A PAGAR	19.168,82
FORNECEDORES	24.149,52	FORNECEDORES	15.628,75
PESSOAL A PAGAR	2.746,52	PESSOAL A PAGAR	2.746,52
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	637,73	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	637,73
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	155,82
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	10.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	10.000,00		
REPASSE RECEBIDO	10.000,00		
Saldos anteriores	177.587,46	Saldos atuais	171.223,64
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	157.444,06	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	157.444,06
BANCO C/ MOVIMENTO	20.143,40	BANCO C/ MOVIMENTO	13.779,58
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	215.687,15	Total	215.687,15

AGUA DOCE , 08/10/2014

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO FMS SETEMBRO 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	360.923,29	Despesa Orçamentária	557.015,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	95,30	Despesas exceto Intra-orçamentárias	555.708,07
RECEITA PATRIMONIAL	3.279,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.349,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	112.748,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.000,63
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	244.800,00	INVESTIMENTOS	199.358,15
		Despesas Intra-orçamentárias	1.307,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.307,83
Receita Extra - Orçamentária	791.000,12	Despesa Extra - Orçamentária	428.469,75
DEPÓSITOS	33.699,94	DEPÓSITOS	33.699,94
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.699,94	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	33.699,94
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.699,94	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	33.699,94
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	557.790,63	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	394.769,81
OBRIGAÇÕES A PAGAR	557.790,63	OBRIGAÇÕES A PAGAR	394.769,81
FORNECEDORES	374.738,47	FORNECEDORES	211.774,44
PESSOAL A PAGAR	147.130,96	PESSOAL A PAGAR	147.130,96
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	35.218,33	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	35.161,54
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	702,87	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	702,87
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	199.509,55		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	199.509,55		
REPASSE RECEBIDO	199.509,55		
Saldos anteriores	1.276.876,10	Saldos atuais	1.443.313,86
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	976.554,73	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.111.857,49
BANCO C/ MOVIMENTO	300.321,37	BANCO C/ MOVIMENTO	331.456,37
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.428.799,51	Total	2.428.799,51

AGUA DOCE , 08/10/2014

 ORLANDO FÁVERO
 Titular da Unidade

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Balancete Financeiro SIMA Setembro 2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Setembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	24.963,61	Despesa Orçamentária	9.769,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.809,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	9.769,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.147,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.769,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.006,43		
Receita Extra - Orçamentária	9.817,17	Despesa Extra - Orçamentária	10.217,09
DEPÓSITOS	47,86	DEPÓSITOS	47,86
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	47,86	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	47,86
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	47,86	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	47,86
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.769,31	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	10.169,23
OBRIGAÇÕES A PAGAR	9.769,31	OBRIGAÇÕES A PAGAR	10.169,23
FORNECEDORES	9.769,31	FORNECEDORES	9.513,99
		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	655,24
Saldos anteriores	1.693.529,74	Saldos atuais	1.708.324,12
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.670.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	23.529,74	BANCO C/ MOVIMENTO	38.324,12
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.728.310,52	Total	1.728.310,52

AGUA DOCE , 08/10/2014

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Suspensão do Julgamento de Propostas de Preços do Processo Licitatório 047/2014

SUSPENSÃO DO JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO 047/2014

TOMADA DE PREÇO 007/2014

Em face da existência de Recursos Administrativos protocolados no presente certame ainda pendentes de julgamento final, resta suspensa a sessão de abertura e julgamento das propostas de preços, marcada para o dia 09 de outubro de 2014 às 9h, sendo que a nova data será marcada após o julgamento definitivo dos recursos apresentados, mediante convocação dos participantes habilitados no presente certame através de nova publicação.

Alto Bela Vista, SC, 08 de outubro de 2014.

CASSIANO MARTINAZZO

Presidente da C.P.L.

Decreto Nº 1903 de 19 de Setembro de 2014

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0020	Vida Melhor aos de Melhor Idade
08.241.0020.2.039	Atenção e Assistência às Pessoas Idosas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Educação Infantil
12	EDUCAÇÃO
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.075	Atividades da Educação Infantil - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES

3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0111	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
12.361.0044.2.084	Serviços de Transporte Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0105	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

a) "0.1.000" - Recursos Ordinários

R\$ 3.000,00 (Três mil reais);

b) "0.1.0111" - Recursos vinc. ao FUNDEB

R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais); e

c) "0.1.0105" - Recursos Vin. - Salário Educação

R\$ 12.000,00 (Doze mil Reais).

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 142.157,04 (Cento e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e sete reais, quatro centavos) nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	ADMINISTRAÇÃO
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de controle Interno
04.124.0002.1.002	Estruturação Sistema Controle Interno
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 1.900,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. De Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.042	Atividades de Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 8.100,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0044	Promoção e Desenvolvimento do ensino Fundamental
12.361.0044.1.034	Estruturação das Ações de ensino Fundamental
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.0.3.0353	Aplicações Diretas
	R\$ 13.000,00
12.361.0044.2.080	Atividades do Ensino Fundamental - FUNDEB
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0353	Aplicações Diretas
	R\$ 7.200,00
12.361.0044.2.081	Manutenção e Reforma de Escolas - Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0353	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
12.362	Ensino Médio
12.362.0046	Apoio ao Ensino Médio
12.362.0046.2.087	Serviços de Transporte Escolar - Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
12.365	Educação Infantil
12.365.0043	Promoção e Desenvolvimento da Educação Infantil
12.365.0043.2.076	Manutenção e Reforma das Escolas - EDUCAÇÃO INFANTIL
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0353	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
10.00	GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO
10.02	Esportes e Lazer
27	DESPORTO E LAZER
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0051	Esportes como Ação de Integração e de Formação
27.812.0051.2.092	Atividades Gerais de Esportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas

	R\$ 16.957,04
27.813	Lazer
27.813.0052	Lazer de Integração Comunitária
27.813.0052.2.094	Atividades de Integração e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.3.0348	Aplicações Diretas

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, nas vinculações abaixo:

- a) "0348" - Recursos Ordinários - Exercícios anteriores R\$ 101.957,04 (Cento e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais, quatro centavos); e,
b) "0353" - Recursos Vinc. - Educação Básica R\$ 40.200,00 (Quarenta mil, duzentos reais).

Art. 5º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), nas seguintes ações orçamentárias:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAUDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0037	Saúde Odontológica
10.301.0037.2.066	Atividades de Saúde Odontológica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0310	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
10.301.0038	Farmácia Básica
10.301.0038.2.067	Assistência Farmacêutica Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0301	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 6º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, no vínculo abaixo:

- a) 0.1.0310 - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e,
b) 0.1.0301 - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 19 de Setembro de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 449/2014**

PORTARIA Nº 449/2014.

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 406 de 10 de setembro de 2014,
retornando as suas atividades laborais, a servidora JULIANA HOFFMANN, ocupante do cargo temporário de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 08 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de outubro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2014.

Arroio Trinta**PREFEITURA****Decreto Nº 1633**

DECRETO Nº 1633, de 19 de setembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 879,01 (Oitocentos e setenta e nove reais e um centavo), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

03.01.10.301.0009.2.000017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

33900000-0123 Aplicações Diretas R\$ 879,01
SUPLEMENTADO R\$ 879,01

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

03.01.10.301.0009.2.000017 MANUT. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

44900000-0123 Aplicações Diretas R\$ 879,01
ANULADO R\$ 879,01

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de setembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de setembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1634

DECRETO Nº 1634, de 22 de setembro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.660 de 17/12/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000 - 0158.00	Aplicações Diretas	R\$	1.430,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	1.430,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
44900000 - 0158.00	Aplicações Diretas	R\$	1.430,00
	TOTAL ANULADO	R\$	1.430,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 22 de setembro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 22 de setembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1635

DECRETO Nº 1635, de 03 de outubro de 2014.

Nomeia os Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 645/1996 e Lei nº 11.947 de 16/06/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE do Município de Arroio Trinta, para o período de 03 de outubro de 2014 a 02 de outubro de 2018, de acordo com os incisos I a IV do art. 26 da Lei nº 11.947 de 16/06/2009, composto pelos seguintes membros:

I - Representante do Poder Executivo

Titular - CLECI APARECIDA DE OLIVEIRA MORAIS CIVIDINI
Suplente - LUCIA MARIA MANENTI

II - Representante da Associação de Pais e Professores da Escola Municipal PROJAF

Titular - IVONI BOSA COSSA
Suplente - JAQUELINA LEGNANI FAVARIN
Titular - VERA LUCIA BALDO LAZZARI
Suplente - VANESSA DE OLIVEIRA

III - Representante da Associação de Pais e Professores do CMEI

Titular - GIOVANI JUCIAMR NAVA
Suplente - BERNARDETE LOURDES MANENTI
Titular - MARCIA BIAVA
Suplente - VANDA DE OLIVEIRA DE CEZARE

IV - Representante da Associação Comercial e Industrial de Arroio

Trinta - ACIAT

Titular - JEFERSON MANENTI

Suplente - CARLOS POSSENTI

V - Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Arroio Trinta

Titular - AQUELINO FERRANTI

Suplente - ARLINDO PÉRICO

Art. 2º São atribuições do Conselho da Alimentação Escolar as constantes na Resolução CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 03 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1636

DECRETO Nº 1636, de 07 de outubro de 2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 1707 de 07/10/2014,

DECRETO:

Artigo 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	41.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	41.000,00

04.12.365.0012.2.000032	MANUT. DO ENSINO INFANTIL		
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	30.000,00

12.08.241.0005.2.000009	MANUTENÇÃO DAS ATIV DA TERCEIRA IDADE		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.000,00

12.08.244.0005.2.000010	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	4.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04.12.361.0012.1.000006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

04.12.365.0012.1.000007	AMP. DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL		
44900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

04.12.365.0012.1.000007	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		
33500000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	11.000,00

09.08.241.0005.2.000050	MANUTENÇÃO DA CASA LAR		
44900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

09.08.244.0005.1.000012	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO		
44900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

Artigo 4º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 07 de outubro de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1704

LEI Nº 1704, DE 17/09/2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO E ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO OS BENS QUE ESPECIFICA, INSERVÍVEIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta - SC, autorizado a dar baixa no patrimônio e alienar a terceiros mediante licitação, os bens móveis inservíveis para o serviço público municipal, abaixo especificados:

1) - 01 VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENS L1516 ANO/MODELO 1986, CHASSIS 34530512704795, MOTOR 34493810844003, PLACA LXR 5244, AVALIADO EM R\$ 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS);

2) - 01 VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENS L1517 ANO/MODELO 1986, CHASSIS 9BM345333GB726509, MOTOR 344955-10-868293, PLACA LXC 9262, AVALIADO EM R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS);

3) - 01 VEÍCULO CHEVROLET PRISMA, ANO 2008, CAPACIDADE 05 PESSOAS, CHASSIS 9BGRM69808G258869, PLACA MEI 8614, AVALIADO EM R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS);

4) - 01 VEÍCULO CHEVROLET VECTRA, ANO 2009, CAPACIDADE 05 PESSOAS, CHASSIS 9BGAB69C09B254826, PLACA MGM 8254, AVALIADO EM R\$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS);

5) - 01 MOTONIVELADORA MARCA HUBER WARCO, MODELO 165S, ANO 1973, MOTOR SCANIA, AVALIADA EM R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).

6) - 01 TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO COM PNEUS DE UM EIXO RODADO SIMPLES, SEM BOMBA, CAPACIDADE DE CARGA DE 4.000 LITROS, MARCA MEPEL, AVALIADA EM R\$ 800,00 (OITOCENTO REAIS).

7) - 02 FOTOCOPIADORAS, AVALIADAS EM R\$ 100,00 (CEM REAIS).

8) - 01 CADEIRA DENTISTA; 01 RÁIO X DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO; E OUTROS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, AVALIADOS EM R\$100,00(CEM REAIS).

9) - 02 ARQUIVOS DE AÇO COM 04 GAVETAS; 01 BEBEDOURO; 07 CADEIRAS; 01 MESA PARA BEBEDOURO, AVALIADOS EM R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS).

10) - 01 APARELHO DVD; 02 APARELHOS DE SOM; 03 RÁDIOS; 10 APARELHOS DE PARABÓLICAS; 01 CONVERSOS DE TV; 25 TELEVISORES, AVALIADOS EM R\$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS).

11) - 18 ESTABILIZADORES; 34 CPUS; 32 MONITORES; 04 NO-BREAKS; 07 IMPRESSORAS; 01 MÁQUINA DE ESCREVER; E OUTROS, AVALIADOS EM R\$ 120,00 (CENTO E VINTE REAIS).

§1º. Os bens móveis de que trata o "caput" deste artigo foram avaliados pela Comissão de Avaliação nomeada através do Decreto nº 1631 de 01/09/2014.

§ 2º. Os bens constantes na relação, e que foram doados por terceiros, como lixo eletrônico, independem de autorização para baixa do Patrimônio.

Art. 2º A alienação que trata o art. 1º desta lei será efetuada mediante Licitação na Modalidade de Leilão, sendo vencedor o lance ou proposta que melhores condições financeiras oferecerem ao Município, de acordo com o Edital e de acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de setembro de 2014.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de setembro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1705

LEI COMPLEMENTAR Nº 1705, DE 07/10/2014

Autoriza Modificações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Executivo (Lei Nº 1.102 de 11/04/2005), altera Nível Salarial do Cargo de Atendente de Biblioteca, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O cargo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA fica reestruturado do Nível CE-05 para o Nível CE-09, passando a integrar a carreira correspondente a tal nível salarial.

Parágrafo único. O valor do vencimento do respectivo nível está definido no Anexo I.

Art. 2º A alteração de nível de vencimento do cargo mencionado no artigo 1º desta Lei, correrá à conta de dotação própria do Município, consignada no orçamento do corrente exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 07 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

NÍVEL	SALÁRIO
CE-05	R\$ 1.055,11
CE-09	R\$ 1.366,24

Arroio Trinta - SC, 07 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Lei Nº 1706

LEI Nº 1706, DE 07/10/2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a RECEBER POR CESSÃO DE USO Bens móveis da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber do Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Saúde, a título gratuito, POR CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, ou seja, UM KIT DE INFORMÁTICA CONTENDO: UM MICROCOMPUTADOR, WEBCAM, CAIXA DE SOM MULTIMÍDIA, FONE DE OUVIDO COM MICROFONE E ESTABILIZADOR, até a data de 31 de dezembro de 2014, podendo ser renovado nos termos da lei.

Art. 2º Os equipamentos referidos no Artigo 1º tem destinação na Secretaria Municipal de Saúde e serão disponibilizados para

a Unidade Básica de Saúde e deverão ser utilizados para que os profissionais acessem as atividades ofertadas pelo Telessaúde/SC.

Art. 3º Com a celebração do TERMO DE CESSÃO DE USO de que trata o artigo 1º, implicará por parte do Município e do Governo do Estado de Santa Catarina, as responsabilidades descritas no TERMO DE CESSÃO DE USO, respectivamente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 07 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 1707

LEI Nº 1707, DE 07/10/2014.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do ano 2014, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

Artigo 2º O crédito adicional suplementar definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

04.12.361.0012.2.000026	MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL		
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	41.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	41.000,00

04.12.365.0012.2.000032	MANUT. DO ENSINO INFANTIL		
33900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	30.000,00

12.08.241.0005.2.000009	MANUTENÇÃO DAS ATIV DA TERCEIRA IDADE		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	6.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	6.000,00

12.08.244.0005.2.000010	MANUT.DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL		
33900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
	TOTAL SUPLEMENTADO	R\$	4.000,00

Artigo 3º Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no Artigo 2º será feita anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04.12.361.0012.1.000006	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
44900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

04.12.365.0012.1.000007	AMP. DA REDE FÍSICA DO ENSINO INFANTIL		
44900000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	30.000,00

04.12.365.0012.1.000007	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		
33500000 - 0101.00	Aplicações Diretas	R\$	11.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	11.000,00

09.08.241.0005.2.000050	MANUTENÇÃO DA CASA LAR		
44900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

09.08.244.0005.1.000012	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO		
44900000 - 0100.00	Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
	TOTAL ANULADO	R\$	5.000,00

Artigo 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação.

Artigo 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta - SC, 07 de outubro de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 190

PORTARIA Nº 190, de 01/09/2014.

Autoriza Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei nº 1043 de 02/07/2004 e por excepcional interesse público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1043 de 02/07/2004, a Servidora Municipal CAMILE MIOTELLI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 093.001.489-82 e Identidade nº 5.927.995, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de PROFESSOR I (MAGISTÉRIO - ITALIANO), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 08:00 as 12:00 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 01/09/2014 à 17/10/2014.

Parágrafo único - A prorrogação se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Municipal Fernanda Consoni.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de setembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 191

PORTARIA Nº 191, de 01/10/2014.

Exonera Servidor Contratado por Prazo Determinado

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 1043/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Exonerar a servidora municipal, IVANIR MIOTELLI CASALETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 789.536.189-91 e Identidade nº 2.970.032, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, admitida por contrato por prazo determinado, para exercer a função de AUXILIAR OPERACIONAL II, por 40:00 (quarenta) horas semanais, conforme Portaria de Homologação de Contrato de Trabalho nº 236 de 09/09/2013 e demais Portarias prorrogando o prazo.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 192

PORTARIA Nº 192, de 06/10/2014.

Nomeia CONSELHEIRA TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2014 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear a Senhora ANA PAULA LAMONATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 076.580.049-79 e Identidade nº 5.614.170, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRA TUTELAR, no período de 06 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

Artigo 2.º - A Conselheira nomeada foi eleita pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 28/09/2014, no qual obteve a segunda colocação.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 193

PORTARIA Nº 193, de 06/10/2014.

Nomeia CONSELHEIRO TUTELAR, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução CONANDA nº 139 de 17/03/2010 e do o Edital Processo Eleitoral nº 0001/2014 do CMDCA,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear o Senhor FRANCISCO CARICIMI, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 462.103.009-44 e Identidade nº 1.303.752-5, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta - SC, para exercer a função de CONSELHEIRO TUTELAR, no período de 06 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

Artigo 2.º - O Conselheiro nomeado foi eleito pelos eleitores do Município de Arroio Trinta no processo eleitoral realizado dia 28/09/2014, no qual obteve a primeira colocação.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Artigo 4.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Portaria Nº 194

PORTARIA Nº 194, de 06/10/2014.

Altera a Carga Horária para Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Atribuir a Servidora Municipal SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 015.181.209-89, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta - SC, ocupante da função de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, o aumento da carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais para 40:00 (quarenta) horas semanais, no período de 06/10/2014 a 04/11/2014. Parágrafo único - A ampliação da carga horária se faz necessário em virtude da Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Efetiva Thais Noelli Arigoni.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 06 de outubro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Lei Orgânica 001/2014**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2014

"DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XIV E AO § 2º DO ART. 12 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE ATALANTA/SC".

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o Art. 34, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte:

EMENDA À LEI ORGÂNICA:

Art. 1º O Inciso XIV e § 2º do Art. 12, da Lei Orgânica Municipal de Atalanta/SC, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12.

XIV - o número de Vereadores, guardada a proporcionalidade com a população do Município, será de acordo com o previsto no inciso IV, do artigo 111, da Constituição Estadual. Quando ocorrer alteração do número de Vereadores, este será fixado por Decreto Legislativo até 06 (seis) meses antes das eleições, comunicando-se o Tribunal Regional Eleitoral.

.....

§ 2º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Esta Emenda a Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Atalanta, 07 de outubro de 2014.

ALVINO SCHELTER

Presidente

003/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2014

"Institui Horário de Trabalho, em Regime Especial, para os Serviços da Câmara Municipal de Atalanta, Adota Normas de Contenção de Despesas e dá Outras Providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe confere o Art. 12, Inciso XI e art. 47 da Lei Orgânica Municipal, concomitantemente disposição do Art. 87, incisos, III e XI, e Art. 157, inciso V, ambos do Regimento Interno e,

- considerando a constante redução da arrecadação decorrente das transferências destinadas ao Município de Atalanta, bem como a necessidade de se estabelecer o equilíbrio financeiro exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal);

- considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito do Poder Legislativo Municipal, consoante propósito adotado também pela Administração Pública;

- considerando que o funcionamento da Câmara Municipal em turno único e contínuo permitirá a diminuição das despesas decorrentes dos serviços públicos de água, luz e telefone;

- considerando que a Câmara Municipal tem o dever de promover o acompanhamento do controle das contas públicas, assim como contribuir com o ajuste financeiro, quando necessário;

- considerando que a Administração Pública já editou decreto instituindo horário de trabalho em regime especial e que o horário da Câmara, por coerência, se coadunará com o horário estabelecido

pelo Poder Executivo Municipal;

- considerando que nos dias de Sessões o horário permanecerá inalterado, evitando-se quaisquer prejuízos à tramitação das matérias submetidas à deliberação e aprovação do Poder Legislativo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente em Turno Único, ininterrupto, da Câmara Municipal de Vereadores de Atalanta/SC, que passa a ser das 08:00 às 13:00 horas, em consonância com o Turno de trabalho instituído pela Prefeitura Municipal.

§ 1º O horário de que trata o caput deste artigo não se aplica aos dias estabelecidos para as Sessões, Ordinárias e Extraordinárias, da Câmara Municipal de Atalanta, cujo horário continuará sendo das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

§ 2º Fica reservado o tempo de 15 minutos para horário do café, sendo este, das 09:00 às 09:15 horas.

Art. 2º - Fica vedado, no período em que estiver em vigor o horário de que trata o presente Decreto Legislativo, os seguintes serviços ou atividades:

I - ligações telefônicas por servidores que não tenham o controle da Secretaria da Câmara Municipal;

II - a utilização de quaisquer bens ou serviços por servidores, que não estejam autorizados pelo controle da Secretaria da Câmara Municipal, bem como, serviços que não tenham previsão legal;

III - a realização de despesas ou efetivação de compras, sem a devida autorização do Presidente da Câmara Municipal, ou a quem este delegar competência.

§ 1º O responsável ou servidor que infringir os dispositivos constantes deste Decreto Legislativo, responderá pelas sanções cabíveis.

§ 2º Os contratos existentes entre a Câmara Municipal e terceiros, não considerados essenciais, depois de revistos no que tange a sua necessidade, poderão ser rescindidos na forma da lei.

Art. 3º Todos os servidores da Câmara Municipal de Atalanta deverão se ajustar e promover esforços no sentido de racionalizar a execução dos serviços, visando à diminuição de despesas sem prejuízo do atendimento qualificado à população.

Art. 4º Este Decreto Legislativo terá seus efeitos no período 08 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, caso persistam as condições que serviram de justificativa ao propósito ora estabelecido.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 2014.

ALVINO SCHELTER

Presidente da Câmara

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Licitação 079/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 079/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 27/10/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 08 de Outubro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock

Barra Velha**PREFEITURA****PP 059/2014 Pmbv**

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 085/2014 - Pregão Presencial nº 059/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para aquisição de scanners para uso em atividades da Secretaria de Administração, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/10/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 21/10/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 08 de outubro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Extrato de Dispensa 002-2014 - FMS**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 - FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA DO TOLDO
ESTADO DE SANTA CATARINA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 - FMS.

FORNECEDOR: INSTITUTO ACQUA - AÇÃO, CIDADANIA, QUALIDADE URBANA E AMBIENTAL
CNPJ: 03.254.082/0002-70

OBJETO: Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS, com pessoal na área médica, como método plan-tonista, para atuarem no Pronto Atendimento Municipal anexo ao Hospital Santa Cruz do município de Canoinhas.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 08 de outubro de 2.014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 146/2014

DECRETO Nº 146/2014 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria de Educação para 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que os recursos da fonte 0.1.01.000000 alocados na ação de governo de nº 2026 - Manutenção do Ensino Infantil estão acima das necessidades para o exercício de 2014; Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2022 -Manutenção do Transporte Escolar □ Ensino Fundamental para atender despesas com o transporte escolar do município;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação, sem prejuízo das ações programadas para a área da educação para 2014 e do cumprimento dos gastos mínimos de 25 das receitas produto de impostos e estabelecidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3.417/2013:

0701. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	125.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	125.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	125.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	125.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	125.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	125.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	125.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	125.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Decreto Nº 147/2014

DECRETO Nº 147/2014 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, e:

Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 4540/2011, a entidade LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER, inscrita no CNPJ nº 13.368.388/0001-20, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 3414, de 31 de outubro de 2013, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei Municipal nº 2932/2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 o seguinte benefício fiscal à entidade " LAR FRANCISCO DE PAULA CANDIDO XAVIER", inscrita no CNPJ sob o nº 13.368.388/0001-20, estabelecida na Rua Juriti, nº 69 - Rio Caveiras, neste Município:

I- A isenção da Taxa de Renovação e Licença de Funcionamento - TRLF, a partir do ano de 2014, pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

81ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

81ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 14/10/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO,

ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 09 de outubro de 2014.

Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico
09 - Francielle Zanatta

Cargo - Lotação 3099 - Agente Comunitário de Saúde - Marco Antônio II
04- Leonela Cecília de Souza dos Santos

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro
03 - Stefany Rodrigues de Lima

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 941/2014

LEI MUNICIPAL Nº 941/14 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
, AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nºs 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO) e 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA), FAÇO SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Câmara Municipal de Vereadores, Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 362.000,00 (Trezentos e sessenta e dois mil reais).

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores.
Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores.
Proj/Ativ.: 0103100012.001 - Funcionamento e Manut da Câmara Municipal de Vereadores.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (6).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (55).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200042.008 - Apoio Financeiro a Entidades Municipalistas.
Elemento: 3350 - Aplicações Diretas (96).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200202.022 - Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (444).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.04 - Departamento de Cultura.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 - Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (477).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços

Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100301.045 - Construção e Melhoria de Praças e Jardins.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (911).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060200382.037 - Manutenção da Inseminação Artificial.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1052).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1072).

Valor r\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.

Proj/Ativ.: 1236500212.063 - Manutenção da Creche Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (276).

Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (333).

Valor r\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistério.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (377).

Valor r\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistério.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (381).

Valor r\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Fonte de Recursos: 01.18 - Transferências do FUNDEB 60%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (325).

Valor r\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de convênios - Educação.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 01006 - Transporte Escolar Estadual

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.051 - Manutenção e Ampliação das Atividades do Programa PSF.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (648).

Valor r\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100231.016 - Contribuição para o CIS - AMERIOS.

Elemento: 3393 - Aplicações Diretas em Consórcios Públicos (523).

Valor r\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (586).

Valor r\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 010 - Programa PSF

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (582).

Valor r\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos da Câmara Municipal de Vereadores, Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de r\$ 362.000,00 (Trezentos e sessenta e dois mil reais).

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores.

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores.

Proj/Ativ.: 0103100012.001 - Funcionamento e Manut da Câmara Municipal de Vereadores.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (1).

Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (45).

Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236400142.062 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (398).

Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200192.054 - Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (418).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824100521.049 - Manutenção e Ampl. do Centro de Convivência dos Idosos.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (733).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824300492.052 - Manutenção e ampliação das Atividades do Programa PETI.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (764).
Valor r\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400241.061 - Construção Reforma e ou Ampliação do CRAS.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (797).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (798).
Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (931).
Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100431.025 - Apoio a Implantação de Industria e Comercio.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (943).
Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.
Proj/Ativ.: 2060600371.035 - Distribuição de Sementes, Mudanças, Aduco e Calcareo.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1102).
Valor r\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.
Proj/Ativ.: 1236500132.014 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar.
Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (241).
Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.
Proj/Ativ.: 1236500211.057 - Construção e Ampliação da Creche Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (271).
Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (272).
Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (331).
Valor r\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).
Fonte de Recursos: 01.19 - Transferências do FUNDEB 40%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (370).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (375).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.19 - Transferências do FUNDEB 40%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (332).
Valor r\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).
Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de convênios - Educação.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 01006 - Transporte Escolar Estadual

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde de Publica.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (638).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100231.044 - Ampliação Reforma do Centro Municipal de Saúde.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (553).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde de Publica Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (637).
Valor r\$ 11.000,00 (Onze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 010 - Programa PSF

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (633).
Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei tem vigor na data de sua assinatura, condicionado a sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 07 de outubro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4603/2014

DECRETO Nº 4603/14 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 1.022.704,86 (Um milhão vinte e dois mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos).

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1236100451.004 - Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1403).
Valor R\$ 1.022.704,86 (Um milhão vinte e dois mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos).
Fonte: 01.62 - Outros Recursos do FNDE.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme Termo de Compromisso PAR nº 32274/2014, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, objetivando a construção de salas de aulas.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm por conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 30 de setembro de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4604/2014

DECRETO Nº 4604/14 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 900/13 de 25 de outubro de 2013 (LDO), 901/13 de 25 de outubro de 2013 (LOA) e 941/14 de 07 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro da Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte, Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, e Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 342.000,00 (Trezentos e quarenta e dois mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Adm Geral Municipal.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (55).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200042.008 - Apoio Financeiro a Entidades Municipistas.
Elemento: 3350 - Aplicações Diretas (96).
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200202.022 - Manutenção do Departamento de Esportes.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (444).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.04 - Departamento de Cultura.
Proj/Ativ.: 1339200172.023 - Apoio a Difusão Cultural em Geral.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (477).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01- Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100301.045 - Construção e Melhoria de Praças e Jardins.
Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (911).
Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060200382.037 - Manutenção da Inseminação Artificial.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1052).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01- Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1072).

Valor r\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.

Proj/Ativ.: 1236500212.063 - Manutenção da Creche Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (276).

Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (333).

Valor r\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistério.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (377).

Valor r\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.047 - Manutenção dos Profissionais do Magistério.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (381).

Valor r\$ 39.000,00 (Trinta e nove mil reais).

Fonte de Recursos: 01.18 - Transferências de FUNDEB 60%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transp. Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (325).

Valor r\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de convênios - Educação.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 01006 - Transporte Escolar Estadual

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.051 - Manutenção e Ampliação das Atividades do Programa PSF.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (648).

Valor r\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100231.016 - Contribuição para o CIS - AMERIOS.

Elemento: 3393 - Aplicações Diretas em Consórcios Públicos (523).

Valor r\$ 8.000,00 (Oito mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (586).

Valor r\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 010 - Programa PSF

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01- Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (582).

Valor r\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de r\$ 342.000,00 (Trezentos e quarenta e dois mil reais).

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 - Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (45).

Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236400142.062 - Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Superior.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (398).

Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.03 - Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200192.054 - Manutenção do Ginásio Municipal de Esportes.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (418).

Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824100521.049 - Manutenção e Ampl. do Centro de Convivência dos Idosos.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (733).

Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
 Proj/Ativ.: 0824300492.052 - Manutenção e ampliação das Atividades do Programa PETI.
 Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (764).
 Valor r\$ 6.000,00 (Seis mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento Municipal de Assistência Social.
 Proj/Ativ.: 0824400241.061 - Construção Reforma e ou Ampliação do CRAS.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (797).
 Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (798).
 Valor r\$ 3.000,00 (Três mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
 Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (931).
 Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 08 - Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
 Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
 Proj/Ativ.: 1545100431.025 - Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (943).
 Valor r\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.
 Unidade Orçamentária: 09.01 - Departamento da Agricultura.
 Proj/Ativ.: 2060600371.035 - Distribuição de Sementes, Mudanças, Adubo e Calcário.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (1102).
 Valor r\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
 Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.
 Proj/Ativ.: 1236500132.014 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar.
 Elemento: 3190 - Aplicações Diretas (241).
 Valor r\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
 Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento da Pré Escola.
 Proj/Ativ.: 1236500211.057 - Construção e Ampliação da Creche Municipal.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (271).
 Valor r\$ 2.000,00 (Dois mil reais).
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (272).
 Valor r\$ 1.000,00 (Um mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.01 - Receita de Impostos e Transferências - Educação.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transp. Escolar do Ensino Fundamental.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (331).
 Valor r\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.19 - Transferências do FUNDEB 40%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
 Proj/Ativ.: 1236100162.017 - Manutenção do Ensino Básico do Município.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (370).
 Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (375).
 Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.19 - Transferências do FUNDEB 40%.

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
 Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.
 Proj/Ativ.: 1236100142.021 - Manutenção do Transp. Escolar do Ensino Fundamental.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (332).
 Valor r\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.22 - Transferências de convênios - Educação.
 Desdobramento da Fonte de Recursos: 01006 - Transporte Escolar Estadual

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (638).
 Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100231.044 - Ampliação Reforma do Centro Municipal de Saúde.
 Elemento: 4490 - Aplicações Diretas (553).
 Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.02 - Receitas e Transferências de Impostos.

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (637).
 Valor r\$ 11.000,00 (Onze mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
 Desdobramento da Fonte de Recursos: 010 - Programa PSF

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
 Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Saúde.
 Proj/Ativ.: 1030100232.024 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
 Elemento: 3390 - Aplicações Diretas (633).
 Valor r\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).
 Fonte de Recursos: 01.64 - Atenção Básica.
 Desdobramento da Fonte de Recursos: 014 - Programa PMAQ

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de

setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 07 de outubro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

886.10.14 - P. Lic. Premio Wilibaldo N. Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 886/14 de 08.10.14

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 089/14 de 03.10.14, e despacho em 08.10.14, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de outubro, novembro e dezembro, correspondente ao quinquênio 2009 (Dois Mil e Nove) a 2014 (Dois Mil e Quatorze); ao funcionário Wilibaldo Neckel Filho, ocupante do cargo de Motorista Padrão 1 - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 27 2014 Pmbt

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 27/2014			Data do Registro: 06/10/2014		Válido até: 06/10/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Processamento de Dados para a Rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Projektor, USB, Tipo do projetor: Mesa e Teto, Resolução Máxima: Resolução Nativa; SVGA (800X600Pixel)/ Resolução máxima suportada: 1400x1050 pixels, Luminosidade: 2700 ANSI Lumens (em cores)/2700 ANSI Lumens (em branco), Taxa de Contraste: 10000:1, Lâmpada: 200W UHE (E-TORL), Vida Útil da Lâmpada: 5000 horas (modo normal) / 6000 horas (modo econômico), Entradas: HDMI X 1 computador, VGA RGB (D-sub 15-pinos) x 1; S-Video; Mini DIN x 1; Vídeo Composto; RCA (amarelo) x 1; USB Tipo A x 1 (Memória USB, Wi-Fi); USB Tipo b x 1 (USB Display, Mouse, Controle); Audio: RCA x 2 (vermelho/branco); Controle: RS-232 x 1; É necessário ter HD TV Ready, Conexão para PC, Conexão para DVD. Apresentar amostra do produto com catálogo no ato da licitação, sendo que o catálogo ficará retido na prefeitura. (14809)	UND	LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME	(9118) EPSON	0	1.867,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	EPSON	0	1.868,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	Epson	0	1.869,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EPSON	0	1.918,0000	4
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	Epson	0	1.922,0000	5
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (9325)	Epson	0	1.922,3300	6
2	Notebook Processador Intel core i5 2ª geração, 4GB de memória Ram, tela LED 14", Modelo Processador 3217U; Barramento: 1.8GHz, Cache: 3MB, Placa Mãe: Chipset Intel HM77, HD 1TB, Drives: 8x CD/DVD Burner (Dual Layer DVD+R Drive), Rede 10/100 Ethernet, Som (2x2W) Integrado, Com Wireless, Bluetooth, Vídeo Intel HD Graphics, Teclado ABNT Português, Mouse integrado, Sistema Operacional Windows 7, Alimentação 6 cell/2.8Ah (40 Whr) Lithium Ion, Conexões USB 3.0 (2) + USB 2.0 (1) / RJ-45 (1) / Um conector combo para microfone e para fone de ouvido / alto-falantes estéreo, Voltagem Bivolt, Conteúdos da Embalagem: Computador, adaptador AC, cabo de força, manuais, Dimensões aproximadas do produto (cm) - AXLXP: 2,5x34,6x24,5cm, Peso liq. aproximado do produto (kg) 1,9kg. Garantia do fornecedor 12 meses, Apresentar amostra do produto com catálogo no ato da licitação, sendo que o catálogo ficará retido na prefeitura. (14810)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	Dell	0	1.866,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (9326)	Dell	0	1.867,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 27/2014		Data do Registro: 06/10/2014		Válido até: 06/10/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Processamento de Dados para a Rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Caixa Amplificada com alca, reproduz arquivos MP3, rede elétrica bivolt ou bateria de 12V (inclusa), com no mínimo 50w RMS, Bluetooth, USB, SD CARD e FM, controle remoto, entrada auxiliar áudio plug (RCA) entrada de áudio frontal (P2) entrada para microfone (P10)/ (guitarra/P10) de 6" potegadas, garantia de 1 ano. Apresentar amostra do produto com catálogo no ato da licitação, sendo que o catálogo ficará retido na prefeitura. (14811)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	Frahm	0	437.5000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FRAHN	0	438.0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FRAHM	0	438.2000	3
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (9118)	FRAHM	0	440.0000	4
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME (9326)	Frahm	0	449.0000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 27/2014		Data do Registro: 06/10/2014		Válido até: 06/10/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Processamento de Dados para a Rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (9325)	Frahm	0	450.0000	6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 27/2014		Data do Registro: 06/10/2014		Válido até: 06/10/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Material de Processamento de Dados para a Rede Municipal de Ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2014
PROCESSO Nº 46/2014

- (8622) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
- (9007) - Sandro Vilmar Pires ME
- (9118) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME
- (9325) - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME
- (9326) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

Braço do Trombudo, 6 de Outubro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Portaria Nº 9.368, de 07 de Outubro de 2014

PORTARIA nº 9.368, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 31 da Lei Complementar nº 174/11 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Edenilson José dos Santos, matrícula nº 724033-01, do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

Contrato N. 048/2014

CONTRATO n. 048/2014. PREGÃO n. 023/2014. OBJETO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS. CONTRATADA RÜDIGER CAMINHÕES LTDA. DESPACHO ADMINISTRATIVO DE INDEFERIMENTO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS. Fundamento legal: art. 57, § 1º, II da Lei 8.666/93; Lei Complementar n. 101/2000. Brusque (SC), 06 de outubro de 2014. ARNALDO FRANCISCO DA SILVA, Secretário de Orçamento e Gestão.

Decreto Nº 7.504, de 03 de Outubro de 2014

DECRETO nº 7.504, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Homologa a Resolução nº 05, de 30 de agosto de 2014, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 05, de 30 de agosto de 2014, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, cuja ementa "Dispõe sobre a alteração da nomeação da comissão intersetorial que é responsável no município pela elaboração do plano de atendimento socioeducativo", parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 30 DE AGOSTO DE 2014

Dispõe sobre a alteração da nomeação da comissão intersetorial que é responsável no município pela elaboração do plano de atendimento socioeducativo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 10 de agosto de 2014, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

ALTERA o Art. 1º da Resolução 04 de 22 de Julho de 2014, que nomeia a Comissão intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue: Flávia Domingues, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social

Jaqueline Nehring,, representando a Secretaria Municipal de Saúde

Sueli Guarezi Zenatti e Kelle Cristina Leite Henschel, representando a Secretaria Municipal de Educação.

Lilian Gisele Pereira do Nascimento, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ana Claudia Drosdosky, representando o Conselho Tutelar

Isabel Weingartner e Elaine C. Mendonça, representando o Poder Judiciário

Darci José Petri e Guilherme André Sidrez , representando a Polícia Militar

Bruna Pereira, representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Brusque

Art. 1.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 30 de agosto de 2014.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente

Decreto Nº. 7.505, de 06 de Outubro de 2014

DECRETO Nº. 7.505, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 365.337,80 (Trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais

e oitenta centavos), para atender a programação abaixo especificada:

13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.337,80
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 220.000,00
22.00	Fundação Municipal de Esportes
22.001	Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc
4.4.50.00	Transf. A Instituições Privadas S/Fins
Lucrativos	Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 144.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0125.2038	Aquisição e Manutenção de Máquina, Veículos e Equipamentos
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 1.337,80
19.00	Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001	Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0005.2013	Manutenção da Administração Geral
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 220.000,00
22.00	Fundação Municipal de Esportes
22.001	Fundação Municipal de Esportes
0027.0812.0070.2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc
3.3.90.00	Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 144.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de outubro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL ELTON RODRIGO RIFFEL
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.363, de 30 de Setembro de 2014

PORTARIA nº 9.363, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Sara Jane Temes, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora, para responder interinamente pela Fundação Cultural de Brusque, na ausência da Superintendente, podendo, para tanto, assinar e tomar todas as providências referentes ao cargo.

Art. 2º Os poderes previstos nesta Portaria vigoram no período de 24/09/2014 a 03/10/2014, sem ônus para a municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/09/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.364, de 02 de Outubro de 2014

PORTARIA Nº 9.364, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Magnos Antonio Ritter, matrícula 100189.2, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de função de confiança no percentual de 48% (quarenta e oito por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.365, de 02 de Outubro de 2014

PORTARIA Nº 9.365, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

Substitui membro representante dos Centros Comerciais no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, nomeado por meio da Portaria n.º 8.686/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular representante dos Centros Comerciais no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, conforme segue:

- Titular: FERNANDA REZINI

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.368, de 07 de Outubro de 2014

PORTARIA nº 9.368, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 31 da Lei Complementar nº 174/11 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Edenilson José dos Santos, matrícula nº 724033-01, do cargo em comissão de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2014.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.369, de 07 de Outubro de 2014

PORTARIA nº 9.369, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Alexandre Rafael Melquiades Elias, matrícula nº 642576, do cargo em comissão de Diretor-Geral.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

Portaria Nº 9.370, de 08 de Outubro de 2014

PORTARIA nº 9.370, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 174/11 e suas alterações, e art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Alexandre Rafael Melquiades Elias, matrícula nº 642576, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, com gratificação de representação no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC.
JOSÉ GUSTAVO HALFPAP
Chefe de Gabinete

**Extrato de Despacho de Suspensão de Contrato/Ata
SRP N. 001/2014**

Extrato de despacho de suspensão de contrato. Contrato/Ata SRP n. 001/2014 - FUMMPOM - Polícia Militar. Contratado: Nit Clínica Automotiva Ltda. Objeto resumido: serviços mecânicos para manutenção de veículos. Considerando recomendação do Ministério Público do Estado e da Procuradoria Geral do Município; faz-se a suspensão do contrato cujo objeto encontra-se acima resumido, determinando a imediata paralisação de quaisquer serviços em execução ou encaminhamento de necessidades futuras ao referido contratado. Brusque, 06 de outubro de 2014.

**Extrato de Despacho de Suspensão de Contrato/Ata
SRP N. 063/2012.**

Extrato de despacho de suspensão de contrato. Contrato/Ata SRP n. 063/2012. Contratado: Nit Clínica Automotiva Ltda. Objeto resumido: serviços mecânicos para manutenção de veículos. Considerando recomendação do Ministério Público do Estado e da Procuradoria Geral do Município; faz-se a suspensão do contrato cujo objeto encontra-se acima resumido, determinando a imediata paralisação de quaisquer serviços em execução ou encaminhamento de necessidades futuras ao referido contratado. Brusque, 06 de outubro de 2014.

Notificação de Lançamento Tributário 76/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRUSQUE
SECRETARIA DA FAZENDA

Notificação de Débito

Control: 76/2014
 Emissão: 09/10/2014
 Emissor: CAMILA DA SILVA

**NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO****IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome/Razão: **569216 - IMG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA** CPF/CNPJ: 07.608.139/0001-61
 Endereço: RUA 500,75
 Complemento:
 Bairro: CENTRO
 Cidade: Balneário Camboriú Estado: SC CEP: 88.330-001

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) **NOTIFICAMOS V.Sª(s)** da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Vcto	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
100430/2009	846-IPTU (LEILAO)		0	27/02/2009	156,68	48,03	40,94	104,98	0,00	350,63
100431/2009	846-IPTU (LEILAO)		0	27/02/2009	168,86	51,77	44,12	113,14	0,00	377,89
100432/2009	846-IPTU (LEILAO)		0	27/02/2009	153,15	46,95	40,01	102,61	0,00	342,72
100433/2009	846-IPTU (LEILAO)		0	27/02/2009	177,31	54,36	46,33	118,80	0,00	396,80
100434/2009	846-IPTU (LEILAO)		0	27/02/2009	174,89	53,62	45,70	117,18	0,00	391,39
107039/2010	846-IPTU (LEILAO)		0	31/03/2010	472,12	144,72	123,36	254,95	0,00	995,15
107043/2010	846-IPTU (LEILAO)		0	31/03/2010	429,89	131,78	112,33	232,14	0,00	906,14
107044/2010	846-IPTU (LEILAO)		0	31/03/2010	494,82	151,68	129,30	267,20	0,00	1.043,00
107045/2010	846-IPTU (LEILAO)		0	31/03/2010	488,31	149,68	127,59	263,69	0,00	1.029,27
107046/2010	846-IPTU (LEILAO)		0	31/03/2010	439,37	134,68	114,81	237,26	0,00	926,12

10 Débito(s) Listado(s)**TOTAL GERAL EM R\$ ===== 6.759,11**

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 8 de outubro de 2014.

Fundamentação Legal:**IPU:** art. 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM 34/94, LCM 153/2009, LCM 161/2010, LCM 198/2012 e Decreto Municipal 3138/95.**ISS:** art. 156, III da CF/88, Decreto Lei 406/68, LC 116/2003, LCM 34/94, LCM 106/2003 e LC 123/2006.**ITBI:** art. 156, II da CF/88, art. 35 do CTN e art. 193 da LCM 34/94.**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:** art. 145, III da CF/88, art. 81 do CTN, art. 261 da LCM 34/94 e LCM 151/2009.**TL:** art. 145, II da CF/88, art. 77 do CTN, art. 248 da LCM 34/94 e LCM 16/92.**TAXAS E RECEITAS DIVERSAS:** Decreto Municipal 5368/2005, LCM 81/2000 e Lei Federal 6.830/80.**AUTO DE INFRAÇÃO (AINF):** LCM 34/94.**MDES - Multa Atraso Declaração Eletrônica:** art. 30 da LCM 111/2005.**MULTA INFRAÇÃO CONTRATUAL:** Lei Federal 8.666/93.**DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA:** art. 39 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Federal 6.830/80.**CORREÇÃO MONETÁRIA:** LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 34/94.**MULTA:** art. 110 e 114 da LCM 34/94 e LC 123/2006.**JUROS:** art. 73 da LCM 34/94 e LC 123/2006.

Notifico o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/1994, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

O débito poderá ser parcelado em até 24 vezes, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), conforme Lei Complementar 0142/2009. Para tanto o contribuinte deverá solicitar o parcelamento junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Brusque.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Conforme Artigo 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 142 e 178 da LCM 34/94 e Decreto Municipal 3138/95. Lançamento de Ofício de IPTU retroativo, referente a imóveis de matrículas: 55148,55149, 55150, 55151 e 55152. Protocolo Geral 10558/2014

Brusque SC, 8 de outubro de 2014.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
 Secretária da Fazenda
 Matrícula 400319

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 23.379

PORTARIA nº. 24.379, de 20 de agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º -Substituir o membro da Comissão de Sindicância Administrativa nº. 01/2014, instaurado pela Portaria nº. 23.998, de 02/06/2014, LUCIANA MARTA DEBARBA CERZA, pelo servidor público municipal LEANDRO SOUZA DE MATOS, ocupante do cargo de analista de sistemas, lotada junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de agosto de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação PR 12-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
Fundo Municipal de Assistência Social
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 30/10/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 30/10/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de outubro de 2014.
Beatriz Ribeiro dos Santos,
Secretária Municipal de Assistência Social

Aviso de Dispensa de Licitação 15/2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2014, para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, MATRÍCULA Nº24.599, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ REICHMANN Nº 85, BAIRRO D.E.R. NESTA CIDADE DE CAÇADOR DE PROPRIEDADE DE ANGELINA BORGHETTI, CPF 719.476.209-91, DESTINADO PARA

INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO, pelo valor total de R\$ 25.359,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais), pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 07 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Convocação Para Assembléia - A.s.p.prefeitura Caçador

A Associação dos Servidores Públicos da Prefeitura de Caçador - SC - ASPPC, através de seu presidente, convoca a todos os membros associados para Assembleia Ordinária, que fará realizar no dia 29 de outubro de 2014, onde será realizado a eleição da nova diretoria; Conforme previsto no estatuto da Associação, somente poderão concorrer a cargos eletivos os associados efetivos com mais de 02(dois anos) de contribuição Art. 9, Par 2º..

Nedival Rodrigues da Cruz
Presidente ASPPC

Decreto Nº 6.145/2014

DECRETO Nº 6.145, de 02 de outubro de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, por conta do superavit financeiro do exercício anterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 49.556,31 (quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos):

02. CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0354 - Aplicações Diretas R\$ 49.556,31

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superavit financeiro do exercício anterior, no valor de 49.556,31 (quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e um centavos):

Recurso 0354- Recursos do Convênio de Trânsito - Militar R\$ 49.556,31

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Decreto Nº 6.147/2014

DECRETO Nº 6.147, de 03 de outubro de 2014.

Dá nova redação aos incisos I, II e III do art. 1º do Decreto nº5.541, de 08 de maio de 2013, que dispõe sobre a fixação de valores a serem pagos por avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos I, II e III do art. 1º do Decreto nº5.541, de 08 de maio de 2013, que dispõe sobre a fixação de valores a serem pagos por avaliação, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I - avaliação de imóvel para locação: R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais);

II - avaliação de imóvel sem benfeitorias: R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais);

III - avaliação de imóvel com benfeitorias: R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).”(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação CC 02-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONCORRENCIA Nº 02/2014

OBJETO - Contratação de Empresa habilitada para Execução de Drenagem, Pavimentação, Asfáltica e Sinalização em Diversas Ruas do Município - Caçador - SC

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 17/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 08 de outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Portaria Nº 24.137

PORTARIA Nº 24.137, de 02 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal LENI DA SILVA

MACHADO, ocupante do cargo de Servente, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.138

PORTARIA Nº 24.138, de 03 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de Empregos Públicos e dá outras providências,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato por prazo indeterminado da Servidora Pública Municipal MARIA HELENA BERTO DA LUZ, matrícula nº 11977, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.139

PORTARIA Nº 24.139, de 03 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 114, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 24/11/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal LUCIMARA SANTOS CORREA, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, a contar de 26 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.140

PORTARIA Nº 24.140, de 03 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §3º e §4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal GIOVANI ERNANDES TELES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Agrícolas e Florestais I, a sexta parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de Serviço Público Municipal, com efeitos a contar de 01 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.142

PORTARIA Nº 24.142, de 03 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
2445	Hildegart Dal Pizzol	Professora	8	26/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 03 de Julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.144

PORTARIA Nº 24.144, de 04 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal LENISE HEINZMANN, matrícula nº 12451, ocupante do cargo de Médica 10 horas, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 04 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.162

PORTARIA Nº 24.162, de 07 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo de Assistente Social, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, que era ocupado pela Servidora Pública Municipal SÁVIA MARIA GOMES FERREIRA CEZAR, em virtude de seu falecimento, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de Julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 24.212

PORTARIA Nº 24.212, de 14 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
229	Selia Fatima Pandini	Atendente de Enfermagem	8	07/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de Julho de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.220

PORTARIA Nº 24.220, de 15 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	5	11/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.225

PORTARIA Nº 24.225, de 16 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, Licença Nojo, especificando: código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
1139	João Carlos Souza dos Santos	Médico	8	09/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.226

PORTARIA Nº 24.226, de 16 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal ELISANDRA APARECIDA BEREZOSKI, matrícula nº 4584, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a contar de 16 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.232

PORTARIA Nº 24.232, de 17 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, Licença Nojo, especificando: código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
2610	Cladimir Toresan	Odontólogo	5	11/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.246

PORTARIA Nº 24.246, de 21 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, Licença Nojo, especificando: código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afas- tamento	Assento do Óbito
1366 10514	Osvaldo Ve- dana Junior	Odontólogo	8	14/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.257

PORTARIA Nº 24.257, de 23 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afas- tamento	Assento do Óbito
4256	Flavia Morona Maffessoni	Odontóloga	5	21/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.283

PORTARIA Nº 24.283, de 30 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário do Servidor Público Municipal EDUARDO BARBOSA LOPES, matrícula nº 12595, ocupante do cargo de Médico 20 horas, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 31 de Julho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.284

PORTARIA Nº 24.284, de 30 de Julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, Licença Nojo, especificando: código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afas- tamento	Assento do Óbito
4418	Janete de Fa- tima Pereira	Recepcionista	5	27/07/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 30 de Julho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.416

PORTARIA Nº 24.416, de 26 de Agosto de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", e inciso IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, Licença Nojo, especificando: código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afas- tamento	Assento do Óbito
5	Carine Mar- con	Engenheiro Civil	8	17/08/2014
12872	Gustavo Spul- daro Tanno	Fiscal Tributa- rista	8	11/08/2014
10456	Paula Rafaeli Santin	Auxiliar de Consultório Dentário	5	24/08/2014
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	Psicólogo	8	26/08/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de Agosto de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.513

PORTARIA nº 24.513, de 10 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, 08 (oito) dias consecutivos em razão de casamento, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria de lotação e data do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
5790	Antonio Carlos do Nascimento Bittencourt	Assistente Administrativo	002	10/09/2014
9137	Eliana Aparecida Leveck Bittencourt	Auxiliar de Serviços Gerais	003	10/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.534

PORTARIA Nº 24.534, de 15 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal RICARDO DE SOUZA, ocupante do cargo de Odontólogo, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 14 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.572

PORTARIA Nº 24.572, de 23 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, Licença Nojo, especificando: código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	8	02/09/2014
12009	Luana Lourenço Longhi	Assistente Administrativo	8	20/09/2014
3405	Orivaldi Antonio Deggeroni	Técnico em Segurança do Trabalho	8	11/09/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.573

PORTARIA Nº 24.573, de 23 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 108, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os médicos, a seguir relacionados, para comporem Junta Médica que irá avaliar as condições de saúde do Servidor Público Municipal, abaixo citado, e apresentarem o respectivo Laudo Médico, no prazo de 15 dias, à Secretaria da Administração da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Dia 24/09/2014

Servidor: ADENIR ZOTTO

Médicos Peritos: Ana Adeline Rodrigues Thomaz Bridi, Maria Lucia Bertolini, Raul Fernandes Bridi

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de Setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.585

PORTARIA Nº 24.585, de 25 de Setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 104, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ADENIR ZOTTO, ocupante do cargo de Motorista Utilitário, lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde conforme

perícia médica, na qual foi considerado inapto para o trabalho definitivamente, conforme segue:

Data da perícia	Data inicial afastamento	Data final afastamento
24/09/2014	24/09/2014	Até efetivação da aposentadoria do servidor

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
25 de Setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 24.630

PORTARIA Nº 24.630, de 01 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do Servidor Público Municipal PAULO DA SILVA, ocupante do cargo de Servente I, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 4.980 (quatro mil, novecentos e oitenta) dias, ou 13 (treze) anos, 07 (sete) meses e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00020/14-3, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 26 de Setembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 01 de Outubro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Resultado Sorteio Subcomissao Tecnica CC 03-2014 Prefeitura

CONCORRÊNCIA Nº 03/2014
SORTEIO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Para fins do cumprimento do disposto na Lei 12.232/2010, a Prefeitura Municipal de Caçador, através da Comissão designada pelo Decreto 6.127 de 29 de setembro de 2014, realizou as 15: horas do dia 10 de outubro de 2014 o sorteio da subcomissão técnica, na Sala de Licitações e Contratos, do Prédio Administrativo, sala 107, localizado na Av. Santa Catarina, 195, Caçador, Centro, cuja relação de nomes sorteados que compõem a Comissão Técnica segue abaixo:

Membros com vínculo direto ou indireto com a Prefeitura do Município de Caçador:

1 - Alessandro Schneider de almeida

Membros sem vínculo direto ou indireto com a Prefeitura do Município de Caçador:

2 - Larissa Caroline Pereira;

3 - Adelcio Machado dos Santos.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3666-2400, Ramal 2431, pelo site www.cacador.sc.gov.br, no endereço acima mencionado ou por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 10 de outubro de 2014.
Leonardo Antunes Menegotto
Presidente

Maria Aparecida Boscatto
Membro

Antônio Carlos Castilho
Membro

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 3.979 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.979 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.978 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.978 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. JUCEMAR DA SILVA, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.977 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.977 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. KARINA COSTA HANSEN, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.976 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.976 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Sr. LUCAS DE FARIAS, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.975 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.975 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. TEREZINHA APARECIDA FRANCO, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.974 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.974 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.973 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.973 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. SUELI CARDOZO, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.972 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.972 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. SONIA BERNARDO CORDEIRO, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.971 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.971 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. ROSECLÉIA SCHÜTZLER ROCHA, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.970 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.970 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. RITA ZEZOTKO, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.969 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.969 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. REGIANE MALINOVSKI HORTZ, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.968 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.968 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. REGIANE CRISTINA HUBNER, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.967 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.967 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Sr. PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.966 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.966 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. PATRÍCIA SCHWENDER, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.965 de 16 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.965 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. ANA MARISA CARDOSO TEIXEIRA, a partir de 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
16/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.964 de 15 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.964 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções de nº 31, 32 e 33, 34, 35, 36 e 37 de 15 de dezembro de 2005, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
15/12/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.963 de 15 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.963 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2005.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 013/2005 PARA SUPERVISIONAR A SELEÇÃO DOS CARGOS DE: TERAPEUTA OCUPACIONAL; PSICÓLOGO; TÉCNICO DE ENFERMAGEM.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2005, integrada pelos seguintes membros:

Zurita Maria Pacheco Haas, matrícula nº 282;

Eliaana Pessoa Machado Collet, matrícula nº 000084;

Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº 000211;

Sirlone de Souza, matrícula nº 000428.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a Seleção de Terapeuta Ocupacional; Psicólogo; Técnica de Enfermagem - objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 013/2005 desta Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

15 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2005.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.962 de 14 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.962 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339036.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 40,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	

300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 40,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
14 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 14/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 3.961 de 13 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.961 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 13.578,72 (treze mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 150,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.008 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.017 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 300,00
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 9.178,72
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.200,00
TOTAL		R\$ 13.578,72

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 150,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.370,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.130,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 250,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.017 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 600,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 300,00
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.687,58
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 340,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.491,43
339031.00 -	Premiações Culturais, Artist., Científicas, Desportivas	R\$ 659,05
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 196,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.204,66
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.200,00
TOTAL		R\$ 13.578,72

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.960 de 12 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.960 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE HORÁRIO NATALINO, E
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado conforme acordo celebrado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, e o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregadores no Comércio dos Municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme cláusula 1ª do Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2005 firmado entre as partes em data de 22 de novembro de 2005, o seguinte Horário Natalino para o mês de Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006, em nosso Município:

MÊS DE DEZEMBRO DE 2005 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
03	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
04	Domingo	Até às 20:00 horas	Até às 12:00 horas
05	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
06	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas

07	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
08	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
09	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
10	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
11	Domingo	14:00 às 18:00 horas	Até às 12:00 horas
12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
13	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
14	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
15	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
16	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
17	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
18	Domingo	14:00 às 18:00 horas	Até às 12:00 horas
19	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
20	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
21	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
22	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
23	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
24	Sábado	Até às 13:00 horas	Até às 15:00 horas
25	Domingo	NATAL - Fechado	NATAL - Fechado
26	Segunda-feira	Fechado	Após as 13:30 horas
27	Terça-feira	Normal	Normal
28	Quarta-feira	Normal	Normal
29	Quinta-feira	Normal	Normal
30	Sexta-feira	Normal	Normal
31	Sábado	Normal	Até às 15:00 horas
MÊS DE JANEIRO DE 2006 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
01	Domingo	ANO NOVO-FECHADO	ANO NOVO-FECHADO
02	Segunda-feira	Após às 13:30 horas	Após às 13:30 horas

Parágrafo único: passa fazer parte integrante deste Decreto o Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2005 citado no caput deste Artigo.

Art.2º) Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregados o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/12/2004

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO
HORÁRIO NATALINO - 2005

Termos de Acordo Coletivo de Prorrogação e Compensação de Horário de Trabalho referente ao período natalino do ano de 2004, que entre si celebra, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO BENTO DO SUL, entidade sindical representativa da categoria profissional dos empregados no comércio e o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO BENTO DO SUL, entidade sindical representativa da categoria econômica do comércio, ambos com base territorial nos municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, e como interveniente a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CAMPO ALEGRE -CDL-, firmam o presente Acordo Coletivo de Trabalho estabelecendo o horário de trabalho, prorrogação e compensação, durante o período natalino de 2004, respeitando-se as seguintes cláusulas.

CLÁUSULA 1ª - HORÁRIO DE TRABALHO**CAMPO ALEGRE**

MÊS DE DEZEMBRO DE 2005 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
03	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
04	Domingo	Até às 20:00 horas	Até às 12:00 horas
05	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
06	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
07	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
08	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
09	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
10	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
11	Domingo	14:00 às 18:00 horas	Até às 12:00 horas
12	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
13	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
14	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
15	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
16	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
17	Sábado	Até às 17:00 horas	Normal
18	Domingo	14:00 às 18:00 horas	Até às 12:00 horas
19	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
20	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
21	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
22	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 21:00 horas
23	Sexta-feira	Até às 21:00 horas	Até às 21:00 horas
24	Sábado	Até às 13:00 horas	Até às 15:00 horas
25	Domingo	NATAL - Fechado	NATAL - Fechado
26	Segunda-feira	Fechado	Após as 13:30 horas
27	Terça-feira	Normal	Normal
28	Quarta-feira	Normal	Normal
29	Quinta-feira	Normal	Normal
30	Sexta-feira	Normal	Normal
31	Sábado	Normal	Até às 15:00 horas
MÊS DE JANEIRO DE 2006 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
01	Domingo	ANO NOVO-FECHADO	ANO NOVO-FECHADO
02	Segunda-feira	Após às 13:30 horas	Após às 13:30 horas

CLÁUSULA 2ª - HORÁRIO MÁXIMO

Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregadores o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Parágrafo único - As horas extraordinárias somente serão devidas quanto efetivamente prestadas pelos empregados, podendo os empregadores estabelecerem "turnos" de trabalho de modo a respeitar a jornada normal diária, ou ainda cumprir horário inferior ao máximo estabelecido, não incidindo em jornada suplementar.

CLÁUSULA 3ª - BANCO DE HORAS

A jornada extraordinária prestada na forma da Cláusula 1ª, poderá ser compensada por folgas concedidas em outras datas, ou ainda incluída no Banco de Horas, desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

CLÁUSULA 4ª - LIBERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

Na hipótese dos funcionários cumprirem na totalidade os horários previstos na Cláusula 1ª, deverão os empregadores, em um dia do período previsto, com exceção dos sábados e domingos, deverão liberar o empregado após o horário normal de expediente, possibilitando a este efetuar suas compras de natal.

CLÁUSULA 5ª - INTERVALO PARA LANCHE.

O intervalo para almoço aos sábados será de 00:45 horas. (quarenta e cinco minutos), quando o horário de encerramento ultrapassar às 13:00 horas, e nos dias da semana de 00:15 hrs. (quinze minutos) para o lanche na parte da noite, quando o horário de encerramento ultrapassar às 19:00 hrs para as lojas e 20:00 para os supermercados.

CLÁUSULA 6ª - FORNECIMENTO DE LANCHE E ALMOÇO

O empregador fornecerá obrigatoriamente e gratuitamente um lanche correspondente a um "cheese-salada" e um refrigerante, ou em valor equivalente, nos dias 05 a 09, 12 a 16, 19 a 23 de dezembro para as lojas, e 19 a 23 de dezembro para os supermercados; e nos sábados dias 03/12, 10/12, e 17/12 para as lojas, um almoço sortido e um refrigerante, quando houver a prestação de horas extras, devidamente em local apropriado para o mesmo, os lanches deverão ser fornecidos 00h30min minutos após o cumprimento do horário normal, para o trabalhador que prestar hora extras.

Parágrafo único - Não serão fornecido lanche nos dias das semanas nos períodos de 03 a 04 para as lojas e 05 a 09 e 12 a 16 para os supermercados, nem almoço nos domingos dias 11 e 18.

CLÁUSULA 7ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias ficam estabelecidas com o valor de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas.

§ 1º - As horas extraordinárias prestadas nos domingos serão remuneradas com o valor de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas, não se aplicando a Cláusula 08 e seus parágrafos da CCT 2005/2006, dispensando-se a concessão da fruição do descanso semanal remunerado.

§ 2º - O dia 26/12/2005 e o dia 02/01/2006 para os Supermercados anteriormente ao início da jornada às 13:30 horas poderá ser compensada por horas trabalhada anteriormente a do horário natalino, ou ainda incluída no Banco de Horas desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

§ 3º - As folgas concedida no dia 26/12/2005 e dia 02/01/2006 anteriormente ao início da jornada às 13:30 horas, e o dia 31/12/2005 para as lojas serão recompensadas por horas extraordinárias prestadas nos dias de semana e sábados, durante o horário natalino 2005, ou anteriormente a este pedido, ou ainda incluída no Banco de Horas desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

CLÁUSULA 8ª- PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

O pagamento das horas extraordinárias será efetuado em folha de pagamento, especificando a quantia de horas, valor unitário e total.

CLÁUSULA 9ª - EMPREGADO ESTUDANTE

Ao empregado estudante fica garantida a dispensa para a participação de aulas e prestação de exames finais desde que comprovados com 48 horas de antecedência.

CLÁUSULA 10ª - FISCALIZAÇÃO

Fica livre o acesso dos dirigentes sindicais em todos os estabelecimentos comerciais para fiscalização do presente acordo, verificando o descumprimento de qualquer cláusula o sindicato profissional deverá notificar a empresa por escrito, da irregularidade.

CLÁUSULA 11ª - APLICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

As divergências que ocorrerem na aplicação do presente acordo serão dirimidas pelos Sindicatos signatários, reconhecendo a cláusula 31 da presente CCT 2005/2006.

CLÁUSULA 12ª - MULTA E PENALIDADE

Pelo não cumprimento das cláusulas pactuadas no presente acordo fica estabelecida a multa no valor de 01 (um) salário mínimo vigente no mês de dezembro de 2005, por infração cometida pela extrapolação do horário diário, a qual reverterá em favor da entidade sindical.

& 1º - A extrapolação do horário previsto na Cláusula Primeira, em 00:15 (quinze minutos) diários, e em 00:30 (trinta minutos) nos dias 24 de dezembro, após o fechamento do estabelecimento, não caracterizará o descumprimento da Cláusula 1ª, não ensejando a multa acima prevista.

& 2º - O § 2º da Cláusula 30 da CCT 2005/2006 não se aplica ao presente Acordo Natalino.

CLÁUSULA 13ª - VIGÊNCIA

O presente acordo terá duração de 01/12/2005 até 03/01/2006.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente acordo, em quatro vias, com igual teor e único efeito.

São Bento do Sul, 22 de novembro de 2005.

HERTON SCHERER

Sindicato do Comércio Varejista

PEDRO AMANCIO MACHADO

Sindicato dos Empregados no de São Bento do Sul Comércio de São Bento do Sul

REGINA MARIA MUNHOZ

Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre

Decreto Nº 3.959 de 09 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.959 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.977,53 (quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e três centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.008 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.000,00
028.843.0000.2.006 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 1.977,53
TOTAL		R\$ 4.977,53

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Manutenção das Atividades Financeiras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 185,85
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 205,00
339033.00 -	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 100,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.589,98
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 896,70
TOTAL		R\$ 4.977,53

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.958 de 09 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.958 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005.
INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 8ª FESTA ESTADUAL
DA OVELHA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º) Fica instituída a Comissão Organizadora da 8ª Festa Estadual da Ovelha, que acontecerá nos dias 17; 18 e 19 de março do ano de 2006, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento.

Art.2º) Ficam nomeadas para integrar a Comissão, referida no Artigo 1º deste Decreto, as pessoas e entidades abaixo relacionadas:

André Luiz Niemeyer
Auriene Roepke
Eleonora Bahr Pessôa
Eliana Pessoa Machado Collet
Gilson Omar Brunnquell
José Luis Silva
Laércio Telles
Marlene de Fátima Pessoa M. Foitte
Marli de Fátima Zezotko Dreveck
Odenilson Contrat Ehlke
Pierre Andrade dos Santos
Rosana Emília Greipel
Sirley Dranka de Souza Freitas
Vilmar Grosskopf
Núcleo dos Ovinocultores
Sindicato Rural de Campo Alegre
SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre

Art.3º) O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado de relevantes serviços prestados ao Município.

Art.4º) A Comissão deverá reunir as Entidades sem fins lucrativos e Declaradas de Utilidade Pública, com sede no Município de Campo Alegre, para que sejam parceiras e participem na organização do Evento.

Parágrafo único: As Entidades mencionadas no caput deste Artigo terão espaço garantido e gratuito nas barracas instaladas junto ao Calçadão da Cascatinha, nos dias da realização do Evento, de acordo com o local das mesmas distribuídos pelo Regimento Interno da 8ª Festa Estadual da Ovelha.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.957 de 09 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.957 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
010.301.1504.2.038 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de dezembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 09/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 3.956 de 06 de Dezembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.956 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2005.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 012/2005 PARA SUPERVISIONAR A SELEÇÃO DOS PROFESSORES e AGENTES OPERACIONAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo

71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 012/2005, integrada pelos seguintes membros:

Maria Maurene Ottvagen May, matrícula nº 000082;

José Carlos Nenevê Cordeiro, matrícula nº 000084;

Sirley Drancka de Souza Freitas, matrícula nº 000069;

Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366.

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a Seleção de Agentes Comunitários de Saúde - objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 012/2005 desta Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

06 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/12/2005.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.955 de 01 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.955 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE

ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO

VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 641,01 (seiscentos e quarenta e um reais e um centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339047.00.080 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 641,01

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 121,62
339036.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 36,33

339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12,35
10.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
010.303.1504.2.042 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 470,71
TOTAL		R\$ 641,01

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.954 de 01 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.954 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2004 DO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.033 de 01 de dezembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diárias - Civil	R\$ 1.200,00
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
339036.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
10.05 -	Manutenção Ativ. Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
010.302.1504.2.041 -	Manutenção Ativ. Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339039.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.800,00
TOTAL		R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício 2004.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 3.953 de 01 de Dezembro de 2005

DECRETO Nº 3.953 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.037 de 01 de dezembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 11.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
01 de dezembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/12/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.952 de 30 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.952 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.484,26 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.127 -	Despesas Correntes	
330000.00.127 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.127 -	Aplicações Diretas	
339039.00.127 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.835,26
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 440,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 73,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 84,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 52,00
TOTAL		R\$ 19.484,26

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.012 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00.118 -	Despesas Correntes	
330000.00.118 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.118 -	Aplicações Diretas	
339039.00.118 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.835,26
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 597,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	

07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 52,00
TOTAL		R\$ 19.484,26

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 30/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.951 de 30 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.951 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. FRANCIELE FURST, a partir de 30 de novembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.949 de 30 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.949 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. ADRIANA ROSELI MEY, a partir de 30 de novembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.948 de 30 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2005.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E EXCEPCIONAIS DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Portaria Ministerial nº 507/GM de 23 de março de 1999; Decreta:

Art.1º) Constituir e nomear a Comissão de Medicamentos Essenciais e Excepcionais da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, integrada pelos seguintes servidores públicos municipais:

Lércio Péricleir Virmond, matrícula nº 0208;
Flávia Nunes Patrício, matrícula nº 000430;
Mirian Giseli de Aguiar, matrícula nº 000432;
Claudio Celso Faria, matrícula nº 954336;
Erwin Franz Gattringer Filho, matrícula nº 000423;
Clévio Jorge Scheffer, matrícula nº 281;
Kátia Mucelin, matrícula nº 000435.

Art.2º) A comissão tem como atribuições e competências os itens abaixo descritos:

- I. A Comissão tem caráter multiprofissional;
- II. Construir o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica;
- III. Avaliar anualmente as políticas de medicamentos, identificando problemas e apontando soluções, submetidas ao controle Social;
- IV. Revisar periodicamente a seleção de medicamentos disponibilizados pelo SUS;
- V. Capacitar e sensibilizar os profissionais prescritores da rede pública a prescrever medicamentos previstos na Lista de Medicamentos Essenciais de Campo Alegre, e a utilização da Denominação Comum Brasileira;
- VI. Estimular através de campanhas educativas a devolução de medicamentos em desuso, com intuito de evitar a automedicação e estoques de medicamentos nas residências;
- VII. Promover campanhas para o uso racional de medicamentos;
- VIII. Avaliar as justificativas preenchidas pelos médicos que compõem a rede básica de atendimento;
- IX. Avaliar o Anexo I, do Protocolo de Medicamentos Essenciais Padronizados na Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social de Campo Alegre - Questionário Técnico para solicitação de medicamentos não padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social-, após a avaliação sócio-econômica que será realizada pela Assistente Social do Município;
- IX. Deferir ou indeferir a solicitação do usuário, a partir da avaliação realizada no item IX, do Artigo 2º, deste Decreto;
- X. A Comissão se reunirá semanalmente e quando necessário.

Art.3º) Faz parte integrante deste Decreto o Protocolo de Medicamentos Padronizados na Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogam-se as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto 3.724 de 13 de abril de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
30 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROTOCOLO DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PADRONIZADOS NA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM E ESTAR SOCIAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

A seleção de medicamentos essenciais é um processo fundamentado em critérios epidemiológicos, técnicos e econômicos, imprescindíveis ao atendimento das necessidades de uma dada população, tendo como bases às doenças prevalentes e por finalidade garantir uma terapêutica medicamentosa de qualidade na atenção primária.

A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, do Município de Campo Alegre, no uso das atribuições, e considerando:

a) A relação de medicamentos essenciais da Portaria Ministerial nº 507/GM de 23/04/99 que estabelece o elenco mínimo de medicamentos (RENAME) capazes de solucionar a maioria dos problemas de saúde em atenção básica e complementada com medicamentos condizentes com o perfil epidemiológico local, e;

b) A crescente demanda pelos serviços de saúde do SUS em Campo Alegre,

RESOLVE:

Art.1º) Padronizar o elenco de medicamentos essenciais da farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar social de Campo Alegre, sendo nesta incluso medicamentos básicos, de uso contínuo e controlados;

Parágrafo único - a revisão permanente do elenco essencial, bem como o estudo epidemiológico se dará através as Comissão de Medicamentos Essenciais e Excepcionais da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, sendo esta de caráter multiprofissional;

Art.2º) Padronizar a solicitação e dispensação de medicamentos que compõem o elenco essencial, a qual foi efetivada com base nos seguintes critérios:

§ 1º - As prescrições a serem atendidas dever ser geradas obrigatoriamente no SUS, em suas unidades de atenção primária, centros de saúde, ambulatórios especializados, serviços de urgências e emergências, ou em outros estabelecimentos de saúde quando o paciente tiver sido encaminhado pelo Sistema de Saúde Pública Municipal, devendo o cidadão ser munícipe de Campo Alegre

§ 2º - A dispensação de medicamentos será realizada mediante apresentação de receita médica com data atualizada;

§ 3º - As prescrições de medicamentos deverão ser legíveis, claras, completas, contendo: nome do paciente, endereço, medicamento prescrito pela Denominação Comum Brasileira - DBC (nome da substância química ativa ou genérica) sendo prescrita em duas vias (original para o paciente e cópia para a farmácia);

§ 4º - As prescrições deverão ser repassadas nas fichas clínicas do paciente;

§ 5º - Os usuários com tratamento para diabetes Mellitus e Hipertensão Arterial deverão após diagnóstico e tratamento prescrito realizar seu cadastro junto ao Setor de Enfermagem e seguimento dos cuidados conforme rotina do Programa de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus - Hiperdia;

§ 6º - Os medicamentos de uso contínuo, prescritos nas Unidades Básicas e Programa de Saúde da Família da Rede Ambulatorial desta Secretaria que não constarem no Elenco Essencial deste Protocolo, deverão ser justificadas legivelmente pelo médico prescritor (Anexo I deste Protocolo);

§ 7º - No caso de solicitação de medicamento de uso contínuo excepcional ao Protocolo, o usuário deverá procurar o Serviço de Bem Estar Social do Município, onde o Assistente Social irá fazer a juntada dos documentos necessários ao processo de avaliação sócio-econômica e visita domiciliar, que irá auxiliar o Técnico na elaboração do seu parecer, para daí encaminhar o relatório a Comissão de Medicamentos Essenciais e Excepcionais da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, que promoverá a avaliação técnica e procederá então o deferimento ou indeferimento do pedido;

§ 8º - No caso de medicamentos de uso contínuo, seja do tipo essencial ou excepcional, o paciente deverá atualizar a receita médica, o anexo I - (Questionário técnico para solicitação de medicamentos não padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social), e a avaliação sócio-econômica a cada 6 (seis) meses;

Anexo I - Questionário técnico para solicitação de medicamentos não padronizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
Anexo II - Lista de Medicamentos Básicos.

Segue em anexo, a Relação de Medicamentos Padronizados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social do Município de Campo Alegre/SC.

ELIANA PESSOA MACHADO COLLET
Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

ANEXO I

QUESTIONÁRIO TÉCNICO PARA A SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE CAMPO ALEGRE.

USUÁRIO:
DATA DE NASCIMENTO:
ENDEREÇO:
TELEFONE:

1. Tendo conhecimento de elenco de medicamentos disponibilizados para os usuários do SUS/ Campo Alegre/SC através do Serviço de

Assistência Farmacêutica, tal prescrição deve-se:

Justificativa:

..... Previsão do tratamento:

CID

Exames solicitados/ indicação:

Cite medicamentos anteriormente usados:

A medicação prescrita tem por objetivo:

☐ curar a doença em tratamento;☐ controlar a doença;☐ reduzir os sintomas da doença;☐ reduzir os efeitos colaterais;☐ outro objetivo. Especificar

Na impossibilidade de fornecimento do medicamento prescrito, existe dentro do elenco de medicamentos disponibilizados pelo SUS/ Campo Alegre/SC outro que possa substituí-lo.

☐ sim. Qual

UNIDADE DE SAÚDE:

MÉDICO PRESCRITOR:

CARIMBO E CRM:

Campo Alegre/SC, / / 200Assinatura do Médico

LISTA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS				
NOME QUÍMICO	APRES.	QTDE.	V.UNIT.	V.TOTAL
AAS 100mg - Acido Acetil salicilico (c/200 comp.)	Cx.	100	2,40	240,00
AAS 500mg - Acido Acetil salicilico (c/200 comp.)	Cx.	30	6,60	198,00
Acetato de medroxiprogesterona 150 mg (trimestral) injetável	Amp.	50	12,89	644,50
Ácido fólico 5mg (c/20 comp.)	Cx	300	0,56	168,00
Albendazol 400mg (c/100)	Cx	10	21,60	216,00
Albendazol suspensão 40mg/ml (c/10ml)	Frs	600	0,84	504,00
Aminofilina 100mg (c/200 comp.)	Cx	13	9,60	124,80
Amiodarona 200mg (c/20 comp.)	Cx	200	3,84	768,00
Amoxicilina 250mg/ml (c/150ml)	Frs	700	3,89	2.723,00
Amoxicilina 500mg (c/200 comp.)	Cx	15	37,20	558,00
Ampicilina 250mg/5ml (c/60ml)	Frs	500	1,99	995,00
Ampicilina 500mg (c/500 comp.)	Cx	15	93,50	1.402,50
Anafranil 25 mg (cloridrato de clomipramina) (c/20 comp.)	Cx.	30	7,38	221,40
Anafranil 75 mg (cloridrato de clomipramina) (c/20 comp.)	Cx.	38	46,70	1.774,60
Atenolol 50mg (c/480)	Cx.	2	17,28	34,56
Benzilpenicilina G procaína + potássica 300.000UI + 100.000UI pó inj.	Amp.	100	0,82	82,00
Benzoato de benzila 25% - solução 0,25 (c/100 ml)	Frs	400	1,99	796,00
Carbonato de lítio 300mg (c/50 comp.)	Cx	30	7,95	238,50
Cilostazol 50mg (c/60)	Cx.	4	45,00	180,00
Cinazina 75mg (c/500 comp.)	Cx	10	28,00	280,00
Cloranfenicol 250mg (c/500 comp)	Cx	6	52,00	312,00
Cloranfenicol colírio 0,5% (c/10ml)	Frs	100	41,50	4.150,00
Cloreto benzalconico, soro fisiológico - frs. 30ml (gotas nasais infantil)	Frs	50	0,45	22,50
Cloreto sódio, cloreto benzalcônico - frs. 30ml (gotas nasais)	Frs	150	0,67	100,50
Cloridrato de ambroxol 3mg/ml (c/120ml)	Frs	1.100	1,84	2.024,00

Cloridrato de ambroxol 6mg/ml (c/120ml)	Frs	1.000	1,92	1.920,00
Cloridrato de amiodarona 200mg (c/20)	Cx.	60	20,24	1.214,40
Cloridrato de enalapril 10mg (c/500)	Cx.	1	24,00	24,00
Cloridrato de fenilefrina, maleato de bromofeniramina (c/100ml)	Frs	600	2,00	1.200,00
Cloridrato de fenilefrina, maleato de bromofeniramina (c/20 comp.)	Cx	400	3,15	1.260,00
Cloridrato de lincomicina 300mg - ampola 1ml (c/50)	Cx	10	24,00	240,00
Cloridrato de lincomicina 600mg - ampola 2ml (c/50)	Cx	6	35,50	213,00
Cloridrato de oxibutinina 5mg (c/60)	Cx.	6	33,71	202,26
Cloridrato de tioridazina 100 mg (c/20 dr)	Cx.	24	13,84	332,16
Cloridrato de tioridazina 50 mg (c/20 dr)	Cx.	12	8,04	96,48
Clorpropamida 250mg (c/100 comp)	Cx	30	7,40	222,00
Complexo B (c/100 comp)	Cx	80	4,60	368,00
Complexo B gotas (c/30ml)	Frs	200	1,18	236,00
Dexacitonerim (Acetato de dexametasona, cloridrato de tiamina, cloridrato de				
piridoxina, cianocobalamina) c/ 3 amp. I de 2 ml e 3 amp. II de 1 ml.	Cx	400	2,40	960,00
Dexametasona creme 0,001 - bisnaga 30g	Tb	900	0,99	891,00
Diazepam 10mg (c/20 comp.)	Cx.	405	0,56	226,80
Diclofenaco sódico 15mg/ml (c/10ml)	Frs	900	0,81	729,00
Diclofenaco sódico 50mg (c/200 comp.)	Cx.	125	3,80	475,00
Digoxina 0,25mg (c/500 comp.)	Cx	10	20,50	205,00
Diosmina 450mg hesperidina 50mg (c/60)	Cx.	40	104,14	4.165,60
Dipirona 500mg/ml - sol. Oral (c/10ml)	Frs	1.800	0,52	936,00
Espiramicina 1,5 UI (c/16)	Cx.	70	33,47	2.342,90
Espironolactona 50mg (c/30)	Cx.	10	27,03	270,30
Etinilestradiol + Levonorgestrel	Cartela	2.000	1,47	2.940,00
Furosemida 40mg (c/100 comp.)	Cx.	100	3,00	300,00
Gentamicina 80mg (ampola de 2ml) c/50	Cx	2	22,50	45,00
Haloperidol 1mg (c/20comp.)	Cx	20	1,36	27,20
Haloperidol 5mg (c/100 comp.)	Cx	14	3,90	54,60
Hidroclorotiazida 50mg (c/500 comp.)	Cx.	70	9,00	630,00
Hidróxido de alumínio suspensão oral 62mg/ml (c/100ml)	Frs	650	1,68	1.092,00
Insulina Mista Altamente Purificada N	Frs.	8	33,00	264,00
Issossorbida 10mg (c/500 comp.)	Cx	6	14,00	84,00
Issossorbida 5mg (c/500 comp.)	Cx	4	13,50	54,00
Mebendazol 100mg (c/6 comp.)	Cx	35	0,21	7,35
Metildopa 500mg (c/200 comp.)	Cx.	150	43,60	6.540,00
Metoclopramida 10mg (c/20 comp.)	Cx	250	0,62	155,00
Metoclopramida solução oral 4mg/ml (c/10ml)	Frs	300	0,46	138,00
Metronidazol 250mg (c/200 comp.)	Cx	25	8,20	205,00
Metronidazol geléia 500mg/5g - tubo 50g + aplicador	Tb	200	1,82	364,00
N - Metilbrometo de hioscina 10mg (c/15ml)	Frs	500	2,59	1.295,00
N - Metilbrometo de hioscina 10mg (c/500 comp.)	Cx.	10	60,00	600,00
Neomicina + bacitracina pomada 5mg+250UI - bisnaga 30g	Tb	400	1,24	496,00
Nifedipina 10mg (c/500 comp.)	Cx.	40	9,00	360,00
Nifedipina 20mg (c/500 comp.)	Cx.	50	13,50	675,00
Omeprazol 20mg (c/28)	Cx.	43	47,25	2.031,75
Paracetamol 100mg/ml - sol. Oral (c/15ml)	Frs	300	0,51	153,00
Paracetamol 500mg comp. (c/200 comp)	Cx.	15	6,20	93,00
Polivitamínico (c/30 comp.)	Cx	200	2,04	408,00
Polivitamínico suspensão (c/100ml)	Frs	50	1,24	62,00

Prednisona 5mg (c/20 comp.)	Cx	75	1,04	78,00
Propanolol 40mg (c/500 comp.)	Cx.	10	10,50	105,00
Ranitidina 150mg (c/40 comp.)	Cx	300	1,36	408,00
Sais para reidratação oral - envelope 27,9g	Env	300	0,69	207,00
Sulfametoxazol+trimetropina 4%+0,8% suspensão oral (c/50ml)	Frs	600	0,92	552,00
Sulfametoxazol+trimetropina 400mg+80mg (c/20 comp.)	Cx	500	1,16	580,00
Sulfato ferroso 40mg (c/50 dr.)	Cx	200	1,90	380,00
Tetraciclina 500mg (c/100)	Cx	5	12,70	63,50
Valproato de sódio 250mg/5ml (c/100ml)	Frs.	30	4,49	134,70
Varparina sódica 5mg (c/30)	Cx.	7	14,57	101,99
Vigabatrina 500mg (c/60 comp.) (Sabril)	Cx.	2	162,5	325,16
TOTAL				2.427,19

Decreto Nº 3.947 de 29 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.947 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005.

DESIGNA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO GESTOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica designado o CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, como instância responsável pelo Controle Social PROGRAMA BOLSA FAMILIA no Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 3.833 de 10 de agosto de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.946 de 29 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.946 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública		
300000.00 -	Despesas Correntes		

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 2.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 29/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.945 de 29 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.945 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - TATIANE SCHROEDER ALVES matrícula nº 000420, declarando vacância do cargo de Professor, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, a partir de 29 de novembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
29 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 29/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.944 de 25 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.944 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005.

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA 8ª FESTA ESTADUAL DA OVELHA, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em conformidade com o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º) Fica instituída a Comissão Organizadora da 8ª Festa Estadual da Ovelha, que acontecerá nos dias 17; 18 e 19 de março do ano de 2006, com competência para deliberar sobre a programação, organização e administração do Evento.

Art.2º) Ficam nomeadas para integrar a Comissão, referida no Artigo 1º deste Decreto, as pessoas e entidades abaixo relacionadas:

André Luiz Niemeyer
Aurienne Roepke
Eleonora Bahr Pessoa
Eliaana Pessoa Machado Collet
Gilson Omar Brunnquell
José Luis Silva
Laércio Telles
Marlene de Fátima Pessoa M. Foitte
Marli de Fátima Zezotko Dreveck
Odenilson Contrat Ehlke
Pierre Andrade dos Santos
Rosana Emília Greipel
Sirley Dranka de Souza Freitas
Vilmar Grosskopf
Núcleo dos Ovinocultores
Sindicato Rural de Campo Alegre
Sociedade Amigos de Campo Alegre - SACA

Art.3º) O mandato dos membros da Comissão será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado de relevantes serviços prestados ao Município.

Art.4º) A Comissão deverá reunir as Entidades parceiras para participar na organização do Evento.

Art.5º) Garantir o Espaço gratuito as Entidades Parceiras nos dias da realização do Evento.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.943 de 25 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.943 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.1.001 -	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449051.00.103 -	Obras e Instalações	R\$ 34.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Remuneração dos Profissionais do Magistério	
300000.00.101 -	Despesas Correntes	
310000.00.101 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.101 -	Aplicações Diretas	
319004.00.101 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 34.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

25 de novembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 25/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.942 de 25 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.942 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.031 de 25 de novembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 37.779,00 (trinta e sete mil, setecentos e setenta e nove reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 580,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.008 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	

339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
028.843.0000.2.006 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 799,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.600,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.000,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.031 -	Iluminação Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 22.000,00
TOTAL		R\$ 37.779,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 3.779,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	

08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação de Vias Públicas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 13.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00
TOTAL		R\$ 37.779,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.941 de 24 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.941 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 46,29 (quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339036.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 46,29

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 46,29

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.940 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.940 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - OSMAURI BATISTA DOS ANJOS matrícula nº 000410, declarando vacância do cargo de Agente Operacional I, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, a partir de 22 de novembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.939 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.939 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.
CONHECE ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NO ÂMBITO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - RPPS

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a pelo §1º do Artigo 63 da Lei Municipal nº 2.537 de 17 de julho de 2001; DECRETA:

Art.1º) Fica conhecido, à título de contribuição previdenciária pelo Município de Campo Alegre, o percentual 16,80% (dezesesseis vírgula oitenta por cento) sobre o valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos, conforme cálculo de "Reavaliação Atuarial" apresentado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, de setembro de 2005.

Parágrafo único - A contribuição de que trata este Artigo, passará à ser exigida somente à partir de 30 de janeiro de 2006, em razão do período previsto pelo Artigo 195, § 6º da Constituição Federal, tendo marco inicial para a contagem, a data da publicação da Lei Municipal n.º 3.019 de 01 de novembro de 2005.

Art. 2º) Fica conhecido, à título de contribuição previdenciária pelos segurados ativos, inativos e pelos dependentes em gozo de benefício, o percentual 11% (onze por cento) sobre o valor das respectivas remunerações-de-contribuição, conforme cálculo de "Reavaliação Atuarial" apresentado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, de setembro de 2005, já instituído pela Lei Municipal n.º 2.934/04.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.938 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.938 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. LUCIANA APARECIDA STOMINSKY TEIXEIRA, para exercer o cargo de Agente Operacional I, o Fundamental, correspondente ao Nível de Vencimento 1 Sub Nível 11 de referência A, no valor de R\$ 379,90 (trezentos e setenta e nove reais, noventa centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, pelo período em que a titular do cargo Srª. Sirley Aparecida Carvalho, Matrícula nº 000403 encontrar-se em licença gestação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
23 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.937 de 23 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.937 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 3.027 de 23 de novembro de 2005, Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.07 -	Serviço de Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
012.366.1411.2.016 -	Manutenção do Programa Brasil Alfabetizado	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 250,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

23 de novembro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.936 de 22 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.936 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.718,71 (dezoito mil setecentos e dezoito reais e setenta e um centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 784,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 972,01
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.017 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 392,70
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	

319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 14.200,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.022 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 100,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 70,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.200,00
TOTAL		R\$ 18.718,71

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 20,72
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 763,28
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 972,01
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.017 -	Manutenção das Atividades Culturais	

300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 392,70
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 14.200,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.022 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 70,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 2.200,00
TOTAL		R\$ 18.718,71

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
22 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.935 de 22 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.935 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 011/2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 011/2005; abaixo relacionada:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
1	Eva Sandra Uhlig	I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Maria Isabel Bueno dos Santos	II

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Jaqueline dos Santos	III
02	Fabiana do Rocio Piski	

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Sirlei Aparecida Derenievicz Machado	IV
02	Marines Aparecida dos Santos Andrade	

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Rosa Maria de Oliveira	VI
02	Elizabete Perpétua dos Santos	

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Osmar Bil Mariano	VIII
02	Cátia Mara Nagel ds Santos	

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Ana Maria dos Santos Tabbert	X
02	Célia Zumbach	
03	Silvane Lorenzo	

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Lauro Starowski	XII
02	Maria Clarice Scholze	
03	Roseli Ferreira	

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre /SC,
22 de novembro 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 22/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 4.193 de 08 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.193 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.783 O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei Municipal nº 3.783, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2013, que totaliza R\$ 2.659.850,90 (Dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa centavos) posicionado em 31/12/2013, devendo ser atualizado para 31/12/2014.

§1º ☐ O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de deferimento, compreendido entre 31/12/2013 a 31/12/2014, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 3.783.

§2º ☐ A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de janeiro de 2015, com vencimento até o dia 05/02/2015.

§3º ☐ O valor de cada parcela será calculado nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Lei municipal nº 3.783.

Art.2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPRECAL.

Art.3º Em consequência da atual situação financeiro-orçamentária do Município de Campo Alegre/SC, restam pré-determinados os valores das prestações a serem pagas nos anos de 2014 a 2020, sem quaisquer prejuízos da evolução do saldo devedor no aludido período, conforme determinado pela Lei Municipal nº 3.783, de acordo com o cronograma que segue:

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015: R\$ 11.000,00;
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016: R\$ 12.500,00;
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017: R\$ 14.000,00;
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018: R\$ 16.000,00;
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019: R\$ 18.000,00; e
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020: R\$ 21.000,00.

Art.4º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do IPRECAL, estes deverão ser objeto de repactuação com base em Parecer Atuarial.

Art.5º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art.6º Fica alterado na Lei nº 3.783, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização.

Art.7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Outubro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.934 de 17 de Novembro 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.934 DE 17 DE NOVEMBRO 2005.

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL,
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no Parágrafo 1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006; DECRETA:

Art.1º) Fica instituído o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do Artigo 97 da Lei Complementar Municipal nº 006.

Art.2º) Ficam nomeados os seguintes Servidores Municipais: JEFFERSON JEAN DUVOISIN - Técnico em Nível Médio, CINTHIA CRISTOFFEL - Nutricionista, MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE - Diretora Executiva do IPRECAL, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Chefe do Controle Interno, SIRLONE DE SOUZA - Técnico de Enfermagem, GILSON OMAR BRUNNQUELL - Engenheiro Agrônomo, NELCI TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ - Professora, KATIA MUCELIN - Agente Administrativo II, para sob a presidência do primeiro, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Os servidores ora designados deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à revisão salarial anual para o exercício de 2005, dos servidores públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) O Conselho fica instituído provisoriamente, apenas para desenvolver as atividades descritas no Artigo anterior deste Decreto.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.933 de 17 de Novembro 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.933 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2005

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XIII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do Inciso XVI do Artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001;

DECRETA:

Art.1º) Nomeia: MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, ocupante do cargo de Agente Administrativo II, LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos, LILIAN TEREZINHA BARTSCH, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, para, sob a Presidência da primeira e Secretaria da segunda, comporem a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, com mandato para o exercício de 2005/2006, com Assessoria Jurídica do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único - Nomeia: JEFFERSON JEAN DUVOISIN, ocupante do cargo de Técnico em Nível Médio, MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, ocupante do cargo de Diretora Executiva do IPRECAL, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, ocupante do cargo de Fiscal, membros suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida no caput deste Artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do Artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.578 de 30 de novembro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.932 de 10 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.932 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.200,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 150,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.250,00
TOTAL		R\$ 6.100,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 4.200,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 500,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.400,00
TOTAL		R\$ 6.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.931 de 09 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.931 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. ELISANGELA AUGUSTIN KRÜGER, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental, correspondente ao Nível de Vencimento P1 Sub Nível 11 de referência A, no valor de R\$ 639,81 (seiscentos e trinta e nove reais, oitenta e um centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, pelo período em que a titular do cargo Srª. Taciana Amorim Cunha, Matrícula nº 000153 encontrar-se em licença para tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.930 de 09 de Novembro de 2005

DECRETO Nº 3.930 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE USO DO
GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ÉRICO HERBST,
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal;

Decretar:

Art.1º) O uso das dependências do GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ÉRICO HERBST é destinado preferencialmente às atividades e eventos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, promovidos com a finalidade precípua de atender as disposições da Constituição Federal Brasileira e no Capítulo V da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

Art.2º) Poderá também ser utilizado o Ginásio de Esportes Helmuth Érico Herbst em Eventos de caráter comunitário ou filantrópico, para a realização de Eventos Esportivos, Cursos, Palestras, Seminários, Eventos Artísticos e Culturais de Entidades do Município, além de apresentações de trabalhos e outras atividades de seus interesses, respeitadas as disponibilidades existentes e, sempre que a entrada seja franqueada a todos, indistintamente, salvo as promoções realizadas pelo Departamento de Cultura e Desporto, quando houver necessidade justificada.

Art.3º) Caberá ao Diretor de Cultura e Desporto, administrar e coordenar o uso das dependências do GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ÉRICO HERBST, dando especial prioridade às atividades Desportivas, Artísticas e Culturais, não podendo haver discriminações quanto a grupos, tendências ou quaisquer outras particularidades, salvo exceções previstas neste Decreto.

Art.4º) A utilização do Ginásio para prática de esportes, será concedida mediante solicitação ao ecônomo do mesmo, ficando sob controle deste os horários e datas cedidos.

Parágrafo Único - Para a realização de eventos, a utilização do GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ÉRICO HERBST, será concedida mediante solicitação prévia de 15 (quinze) dias à Diretoria de Cultura e Desporto, não podendo, porém, tal direito ser transferido para terceiros ou adiado para outra data.

Art.5º) O solicitante fica responsável por eventuais danos causados ao Patrimônio Físico, incluindo-se equipamentos fixos e móveis, mediante a assinatura de "Termo de Autorização e Responsabilidade" a ser firmado com a Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

Parágrafo Único - A limpeza do Ginásio, após o evento, correrá por inteira responsabilidade do solicitante, conforme o "Termo de Autorização e Responsabilidade" firmado pelas partes.

Art.6º) Em nenhuma hipótese o GINÁSIO DE ESPORTES HELMUTH ÉRICO HERBST poderá ser cedido a Partidos Políticos, Grupos e Organizações que façam proselitismo político partidário, pregação sectária a favor da violência ou contra os princípios que norteiam o Regime Democrático e do Estado de Direito.

Art.7º) Os casos não previstos neste Decreto e as solicitações de utilização para atividades não afetas ao desporto e cultura, às artes e ao interesse público, deverão ser analisadas e julgadas por Comissão Consultiva, designada pelo Diretor de Cultura e Desporto, a ser composta por três membros da comunidade.

Art.8º) As demais disposições não reguladas pelo presente Decreto, serão dispostas através de Portarias, baixadas pelo Diretor de Cultura e Desporto.

Art.9º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA.
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.929 de 09 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.929 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005.
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS
REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 14 de novembro de 2005 (Segunda-feira), voltando com expediente normal no dia 16 de novembro de 2005 (Quarta-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA.
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.928 de 09 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.928 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.025 de 09 de novembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339093.00 -	Indenizações e Restituições	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.927 de 09 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.927 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO
VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.024 de 09 de novembro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.865,00 (dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
010.301.1504.2.040 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.865,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.06 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
010.303.1504.2.042 -	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 2.865,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
09 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Edital Nº 001/2014

Município de Campo Alegre/SC.
Secretaria Municipal de Educação
EDITAL Nº 001/2014

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2015, NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, QUE OFERECEM A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, através das competências que lhes são conferidas por Lei, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrículas e matrículas para o ano letivo de 2015 nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino, torna público, para conhecimento dos interessados, que as matrículas e matrículas estão abertas conforme instrução e cronograma estabelecido neste Edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º - Fica regulamentado no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, o processo para matrículas e matrículas para o ano letivo de 2015, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.825, de 04 de abril de 2012, a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 01, de 12 de dezembro de 2012 e por meio deste Edital.

DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital, as diretrizes para a execução da matrícula e matrícula para o ano letivo de 2015.

Parágrafo único - Com o processo de matrícula e matrícula para o ano letivo de 2015, espera-se:

I - Garantir a oferta do Ensino Fundamental regular, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir de 06 (seis) anos, conforme prevê a Lei Federal nº 9.394/96 - LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013 e Resolução nº 01/2012 do CMECA (Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC), que define as regras para o ingresso de estudantes do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

II - Garantir a matrícula e matrículas para crianças de creches em período integral, a partir dos 04 (quatro) meses até 03 (três) anos; e em período parcial de 04 (quatro) horas para a pré-escola, para crianças com idade a partir de 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, conforme Resolução nº 05/2009 do CNE (Conselho Nacional de Educação);

III - Garantir a efetivação da matrícula do aluno que comprove residência próximo a Instituição Educacional.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O processo de matrícula e matrículas tem por objetivos:

I - Geral: Assegurar a matrícula e matrícula no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

II - Específicos:

- Divulgar este Edital na comunidade escolar, a fim de garantir a matrícula e matrícula, conforme o cronograma estabelecido, incluindo o público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Assegurar a matrícula ou matrícula à toda criança na faixa etária de 06 (seis) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de março de 2015, para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos;
- Assegurar a matrícula ou a matrícula a toda criança na faixa etária de 04 (quatro) meses até 03 (três) anos em creche, e a partir de 04 (quatro) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de março de 2015, para ingresso na pré-escola.

Parágrafo único - A criança sem escolaridade anterior a 07 (sete) anos completos deverá ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (Art. 24, inciso II da LDBEN nº 9.394/96).

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 4º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

I - EDUCAÇÃO INFANTIL (creche):

- cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- cópia da carteira de vacinação da criança;
- comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2014);
- cópia do comprovante de guarda ou tutela, se necessário.

II - ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLA:

- cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- cópia da carteira de vacinação (até o 5º ano (anos iniciais));
- cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2014);
- cópia de comprovante de guarda ou tutela, se necessário.
- atestado de frequência ou histórico escolar para os casos de transferência.

§ 1º - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se no ato da matrícula os pais não apresentarem a documentação exigida, terão o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo, após este período a Instituição Educacional tomará providências junto ao Conselho Tutelar, para auxiliar os pais e responsáveis na regularização dos mesmos.

DO CRONOGRAMA

Art. 5º - De 20 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2014, serão efetuadas as rematrículas na própria Instituição para o ano a frequentar em 2015, de acordo com o horário de expediente das Instituições Educacionais, para alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 6º - De 03 de novembro de 2014 a 10 de novembro de 2014, serão efetuadas as matrículas (2015) para alunos novos nas Instituições Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais de Ensino, deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação deste Edital, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 8º - Em caso de existência de vaga na Instituição Educacional, poderão ser matriculadas crianças fora do zoneamento residencial e escolar, observando-se suas particularidades.

Art. 9º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, garantir vagas a todos os alunos que se matricularem na Rede Municipal de Ensino.

Art. 10 - Ficam sujeitos a estas diretrizes, todas as Instituições Educacionais de Ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art. 11 - Os casos não previstos neste Edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, se necessário.

Art. 12 - O presente Edital, passa a vigorar a partir de sua divulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de outubro de 2014.

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.926 de 07 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.926 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE

ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO

VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

11.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
11.01 -	Manutenção das Atividades de Sociais	
008.244.1604.2.046 -	Manutenção das Atividades de Sociais	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339014.00.080 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

11.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
11.01 -	Manutenção das Atividades de Sociais	
008.244.1604.2.046 -	Manutenção das Atividades de Sociais	

300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 3.925 de 07 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.925 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diárias - Civil	R\$ 550,00
10.04 -	Manutenção das Ativ de Assistência Médica e Terapêutica	
010.301.1504.2.040 -	Manutenção das Ativ de Assistência Médica e Terapêutica	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10,00
10.07 -	Manutenção das Ativ da Vigilância Sanitária	
010.304.1504.2.043 -	Manutenção das Ativ da Vigilância Sanitária	
300000.00.111 -	Despesas Correntes	
330000.00.111 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.111 -	Aplicações Diretas	
339014.00.111 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 760,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.037 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339030.00.104 -	Material de Consumo	R\$ 550,00
10.04 -	Manutenção das Ativ de Assistência Médica e Terapêutica	
010.301.1504.2.040 -	Manutenção das Ativ de Assistência Médica e Terapêutica	
300000.00.109 -	Despesas Correntes	
330000.00.109 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.109 -	Aplicações Diretas	
339039.00.109 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10,00
10.07 -	Manutenção das Ativ da Vigilância Sanitária	
010.304.1504.2.043 -	Manutenção das Ativ da Vigilância Sanitária	
300000.00.106 -	Despesas Correntes	
330000.00.106 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.106 -	Aplicações Diretas	
339030.00.106 -	Material de Consumo	R\$ 200,00
TOTAL		R\$ 760,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
07 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 07/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.924 de 03 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.924 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 09 e 10 de 31 de outubro de 2005, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.923 de 03 de Novembro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.923 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2005.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 011/2005 PARA SUPERVISIONAR A SELEÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PSF.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 011/2005, integrada pelos seguintes membros:

Flávia Nunes Patrício, matrícula nº 000430;
Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº 000211;
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;
Michely Alves Furtado, matrícula nº 954338;
Zurita Maria Pacheco Haas, matrícula nº 282;

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a Seleção de Agentes Comunitários de Saúde - objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 011/2005 desta Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas, para atender o Programa Saúde da Família - PSF.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de novembro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/11/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.922 de 01 de Novembro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.922 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. SÉRGIO COSTA, ao cargo público de Fiscal (Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente), Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 5 Subnível 51 referência A, no valor de R\$ 783,77 (setecentos e oitenta e três reais, setenta e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. SÉRGIO COSTA em 2º lugar no Concurso Público Municipal n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
01 de novembro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/11/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.921 de 31 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.921 DE 31 DE OUTUBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
31 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 31/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.920 de 26 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.920 DE 26 DE OUTUBRO 2005.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO
E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, conforme estabelece seu Artigo 9º; Decreta:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante: BIANCA BARTSCH, regularmente matriculada na 3ª série do Curso Regular do Ensino Médio da Escola de Educação Básica "Lebon Régis".

Art.2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, à título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 023, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no Artigo anterior deste Decreto.

Art.3º) O estágio terá a duração de 02 (zero dois) meses, iniciando à partir de 26 de outubro de 2005, com término em 26 de dezembro de 2005.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
26 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em: 26/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.919 de 25 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.919 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.017 de 25 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	

449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.918 de 25 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.918 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.016 de 25 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1407.2.009 -	Construção, Ampliação e Reformas de Esc. do Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.917 de 25 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.917 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 3.015 de 25 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.600,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 20.600,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.916 de 25 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.916 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO
MUNICIPAL DE TURISMO DE CAMPO ALEGRE - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.992 de 10 de agosto de 2005; Decreta:

Art.1º) Fica Homologado nos termos do Artigo 2º Inciso I da Lei Municipal nº 2.992 de 10 de agosto de 2005, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Campo Alegre - COMTUR, que faz parte integrante em anexo, deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CAMPO ALEGRE - COMTUR.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art.1º) O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR criado pela Lei Municipal nº 2.992 de 10 de agosto de 2005, como órgão de natureza coletiva e de cooperação, que tem por finalidade acompanhar a implementação e execução da Política Turística no Município de Campo Alegre/SC, em conjunto com o Poder Público e a Sociedade Civil e Organizada reger-se-á por este Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art.2º) O COMTUR terá uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice Presidente eleitos entre os seus membros e um Secretário nomeado pelo Presidente.

Art.3º) Compete ao Presidente do COMTUR:

- 1- Acompanhar, avaliar e viabilizar a realização das ações previstas no Plano Municipal de Turismo de Campo Alegre/SC;
- 2- Nomear um Secretário para o COMTUR;
- 3- Representar o COMTUR dentro ou fora dele ou designar representantes;
- 4- Convocar e presidir as reuniões do COMTUR;
- 5- Assinar as atas juntamente com o Secretário;
- 6- Praticar os demais atos que forem indispensáveis ao fiel cumprimento dos objetivos do COMTUR.

Art.4º) Compete ao Vice-Presidente:

- 1-Representar o Presidente em caso de impedimento cumprindo as atribuições do Capítulo II Artigo 3º deste Regimento;
- 2- Auxiliar o Presidente nas suas tarefas.

Art.5º) Compete ao Secretário Geral:

- 1- Participar das Reuniões;
- 2- Lavar as Atas das reuniões do Conselho assinando-as juntamente com o Presidente;
- 3- Protocolar e arquivar os expedientes recebidos pela Prefeitura Municipal e outras Entidades;
- 4- Promover o contato com os membros do COMTUR quando necessário e controlar ainda a frequência das instituições com seus membros quanto ao estabelecido no Artigo 9º.
- 7- Organizar e apresentar aos Conselheiros o relatório anual das atividades do COMTUR.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art.6º) O COMTUR reunir-se-á em sessões Ordinárias sempre na primeira segunda feira de cada mês às 17:00 horas e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo único - As convocações deverão ocorrer com no mínimo quarenta e oito horas de antecedência.

Art.7º) As reuniões serão realizadas nas dependências do Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson ou em outro local pré-determinado pelo Conselho, com pauta previamente agendada, obedecendo a seguinte ordem:

- a) Instalação dos trabalhos pelo Presidente;
- b) Leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- c) Assuntos Diversos;

Art.8º) As resoluções do COMTUR serão tomadas por maioria simples dos membros do Conselho presentes na reunião, garantindo-se a presença de no mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho presentes, cabendo ao Presidente, além do voto singular, o voto de desempate.

Art.9º) As instituições que compõe o COMTUR com seus membros titulares e suplentes, não poderão estar ausentes em três reuniões consecutivas e ou cinco alternadas, sob pena de substituição de representantes.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.10) Os casos omissos deste Regimento Interno serão dirimidos pelo COMTUR, sempre de acordo com as determinações da Lei Municipal 2.992 de 10 agosto de 2005.

Art.11) Toda e qualquer situação omissa deste Regimento Interno será resolvido pelo voto dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art.12) O Presente Regimento Interno poderá ser alterado por proposta de 2/3 (dois terços) dos membros da Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art.13) Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselho Municipal de Turismo de Campo Alegre "SC", em 03 de outubro de 2005.

ELEONORA BAHR PESSÔA ELISABETH KESTERING

Presidente Secretária

Decreto Nº 3.915 de 25 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.915 DE 25 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil		
300000.00 -	Despesas Correntes		
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00 -	Aplicações Diretas		
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		R\$ 280,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental		
400000.00 -	Despesas de Capital		
440000.00 -	Investimentos		
449000.00 -	Aplicações Diretas		
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente		R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto		
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
012.365.1403.2.013 -	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil		
300000.00 -	Despesas Correntes		
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00 -	Aplicações Diretas		
319009.00 -	Salário Família		R\$ 280,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
012.361.1408.2.015 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental		
400000.00 -	Despesas de Capital		

440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
25 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.914 de 24 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.914 DE 24 DE OUTUBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diárias - Civil	R\$ 20,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 24/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.913 de 24 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.913 DE 24 DE OUTUBRO DE 2005.
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções de nº 24, 25 e 26, 27, 28, 29 e 30 de 20 de outubro de 2005, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2005.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.912 de 24 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.912 DE 24 DE OUTUBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 299 e Inciso V; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. MARCIA WIELIVICK SCHIESSL, para exercer o cargo de Professor para Ministrar Aulas no Curso Supletivo "CEJA" na Localidade de Corredeiras neste Município, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 (vinte horas) semanais, vencimentos no valor de R\$ 319,91 (trezentos e dezenove reais, noventa e um centavos), pelo período de 24 de outubro de 2005 a 30 de junho de 2006.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 24/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.911 de 24 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.911 DE 24 DE OUTUBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário do Sr. JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER, por dispensa sem justa causa, a partir de 24 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

24 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.910 de 24 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.910 DE 24 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339036.00.104 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 600,00
339039.00.080 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 100,00
339047.00.104 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 70,00
TOTAL		R\$ 770,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

10.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00.104 -	Despesas Correntes	
330000.00.104 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.104 -	Aplicações Diretas	
339014.00.104 -	Diárias - Civil	R\$ 770,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
24 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 24/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.909 de 19 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.909 DE 19 DE OUTUBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. JULIANA CARVALHO SATHLER MARTINS, para exercer o cargo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos no valor de R\$ 1.567,57 (um mil, quinhentos e sessenta e sete reais, cinquenta e sete centavos), pelo período de 19 de outubro de 2005 a 19 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 19/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.908 de 19 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.908 DE 19 DE OUTUBRO DE 2005.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:

* Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES
Suplente: ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA

* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNQUELL
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA

* Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: ELEONORA BAHR PESSÔA
Suplente: JEFFERSON JEAN DUVOISIN

* Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO

* Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: ALICE BAYERL GROSSKOPF
Suplente: EDÉSIO CAVICHIONI
Titular: PAULO SÉRGIO SCHIER
Suplente: OLÍVIO ODIA

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: REINALDO BAECHTOLD FILHO
Suplente: ROGÉRIO NELSON TREML

* Representantes do Comércio através do CDL:

Titular: ROBERTO BAECHTOLD.
Suplente: GILBERTO HÉLIO PÉTRIS.

* Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: DONALDO DE SOUZA FREITAS.
Suplente: WOLFRAN BAHR.
Titular: LUIZ TADEU MUNHOZ.
Suplente: RUFINO TELMA.

* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR
Suplente: ALTAMIRO FARIAS MUNHOZ

* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: WALTER HORST PONIEWAS.
Suplente: ELIZABETH KESTERING.

* Representantes das Diversas Associações de Moradores do Município:

Titular: MANUEL PEDRO CUBAS
Suplente: EDINÉA KNIETCHER
Titular: DIVA CARDOSO
Suplente: ANA PAULA FELICIANO
Titular: JOSÉ BANGHUCK
Suplente: JOSÉ RAMOS
Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA
Suplente: MARLI INÊS FROEHNER

* Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: VALÉRIO A. BRUNELLO
Suplente: MARCELO MAURÍCIO FOITTE

* Representante dos Artesãos, através da Associação Mãos do Campo:

Titular: OTTO SCHUMACHER
Suplente: SILVANA PAULI MINIKOWSKI

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.238

de 20 de outubro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.907 de 19 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.907 DE 19 DE OUTUBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004, em seu Artigo 5º Alínea b; Decreta:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.030,30 (um mil e trinta reais e trinta centavos), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Adminis- trativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 330,30
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 200,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 1.030,30

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	

004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 300,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339033.00 -	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 30,30
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 1.030,30

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
19 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 19/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.906 de 18 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.906 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005.
NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE
E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 1º da Lei Municipal nº 2.992; DECRETA:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a)Câmara Municipal de Vereadores:
Titular: Ana Lúcia Piski Franco;
Suplente: Alice Bayerl Grosskopf.

b)Secretária Municipal de Administração:

Titular: Eleonora Bahr Pessoa;

Suplente: André Luiz Niemeyer.

c)Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico:

Titular: Vilmar Grosskopf;

Suplente: Gilson Omar Brunnquell.

d)Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: Marli de Fátima Zezotko Dreveck;

Suplente: Silvia Pasda Uhlig.

e)Secretária Municipal de Finanças:

Titular: Auriene Roepcke;

Suplente: Maria Eliane Friedrich.

f) Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Walter Poniewas;

Suplente: Jurandir de França.

g)Representante do Escritório local da EPAGRI:

Titular: Araci Ruppel Buchmann;

Suplente: Remy Narciso Simão.

h) Representante do Ensino Estadual:

Titular: Doroti Inês Ziemann Prim;

Suplente: Helgrit Walter Niemeyer.

REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: Elisabeth Kesting;

Suplente: Silmara M. Wollner.

GABINETE DO PREFEITO

b) Representante da ACIACA - Associação Comercial Industrial Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: Valério Brunello;

Suplente: Eleandro Pauli.

c) Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre:

Titular: Alfredo Arildo S. Fuckner;

Suplente: Marilda Schadeck.

d) Presidente da Associação de Artesão Mãos do Campo:

Titular: Otto Schumacher;

Suplente: Vanessa Rafaela Greipel Sônego.

e) Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:

Titular: Alice Bayerl Grosskopf;

Suplente: Renate Tschoecke.

f) Produtor Rural que pratica atividade Turismo:

Titular: Maria Rozemar Munhoz Pauli;

Suplente: Noemia Teresinha Farias.

g) Representante das Associações de Moradores:

Titular: Pedro Dória;

Suplente: Anídia Stolf.

h) Representante do Folclore Ativo e Organizado:

Titular: Egon Heiden;

Suplente: Silvia Rocha Heiden.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: ELEONORA BAHR PESSÔA;

Vice-Presidente: EGON HEIDEN;

Secretária: Elisabeth Kesting.

Art3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.864 de 05 de setembro de 2005.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

DECRETO Nº 3.905 de 18 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.905 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.014 de 18 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.020 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.800,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 4.000,00
4.00008.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 23.200,00
TOTAL		R\$ 34.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
---------	----------------------	--

01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319034.00 -	Outras Despesas de Pessoal decor de contratos de Terc.	R\$ 4.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10.000,00
TOTAL		R\$ 34.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.904 de 18 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.904 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR
CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.012 de 18 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Radio Patrulha	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento

vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
006.181.1413.2.032 -	Manutenção da Radio Patrulha	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
18 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.903 de 18 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.903 DE 18 DE OUTUBRO DE 2005
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista de aprovado no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2005 a qual faz parte integrante deste Decreto.

Art.2º) O candidato aprovado será requisitados para nomeação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE SELEÇÃO DO EDITAL 010/2005 DO PROCESSO DE PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO.

Contém o presente termo, 01 (uma) inscrição homologada para seleção de candidato para contratação laboral em caráter temporário, no Regime Administrativo Especial, para exercer o cargo de professor, selecionado conforme prescreve o Edital de Procedimento Seletivo Simplificado Nº 010, de 06 de outubro de 2005.

CLASSIFICAÇÃO

Nº INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO
01	MARCIA WIELIVICK SCHIESSL	0,35

Campo Alegre "SC", 18 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.902 de 17 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.902 DE 17 DE OUTUBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. ADRIANA ROSELI MEY, para exercer o cargo de Agente Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos no valor de R\$ 379,90 (trezentos e setenta e nove reais noventa centavos), pelo período em que a titular do cargo Srª. Mercedes do Rociu G. dos Santos Kobus, Matrícula nº 000139 encontrar-se em licença para tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.902 de 18 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.902 DE 17 DE OUTUBRO DE 2005.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srª. ADRIANA ROSELI MEY, para exercer o cargo de Agente Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos no valor de R\$ 379,90 (trezentos e setenta e nove reais noventa centavos), pelo período em que a titular do cargo Srª. Mercedes do Rociu G. dos Santos Kobus, Matrícula nº 000139 encontrar-se em licença para tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe do Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.901 de 17 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.901 DE 17 DE OUTUBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário a pedido da Srª. RAQUEL BOLLMANN, a partir de 17 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
17 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.900 de 13 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.900 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, a partir de 13 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.899 de 13 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.899 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. ELIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS, a partir de 13 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.898 de 13 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.898 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. JOICE LINZMEYER, a partir de 13 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.897 de 13 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.897 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005
DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário pelo término do mesmo, Srª. SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ, a partir de 13 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.896 de 13 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.896 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.011 de 13 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.300,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.900,00
TOTAL		R\$ 5.200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
13 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.895 de 13 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.895 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.895 de 13 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1406.1.001 -	Construção, Ampliação e Reformas de Escolas do Ensino Fundamental	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449051.00.103 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
012.361.1406.2.011 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
400000.00.103 -	Despesas de Capital	
440000.00.103 -	Investimentos	
449000.00.103 -	Aplicações Diretas	
449052.00.103 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
400000.00.080 -	Despesas de Capital	
440000.00.080 -	Investimentos	
449000.00.080 -	Aplicações Diretas	
449051.00.080 -	Obras e Instalações	R\$ 20.000,00
TOTAL		R\$ 27.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

13 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.894 de 13 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.894 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR

CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.009 de 13 de outubro de 2005; Decreta:

Art.1º)Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 51.500,00 (cinquenta e um mil e quinhentos reais), e criar o seguinte Projeto/Atividade e Elemento de Despesa:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
08.242.1409.2050 -	Assistência ao Portador de Deficiência	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339031.32 -	Material de Consumo	R\$ 30.900,00
08.243.1409.2051 -	Assistência à Criança e ao Adolescente	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339031.33 -	Material de Consumo	R\$ 20.600,00
TOTAL		R\$ 51.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente:

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

13 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/10/2005

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete do PREFEITO

Decreto Nº 3.893 de 11 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.893 DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004; Decreta:
Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.300,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.018 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 3.000,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 500,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 800,00
TOTAL		R\$ 4.300,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
11 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/10/2005

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Decreto Nº 3.892 de 07 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.892 DE 07 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

07 de outubro de 2005.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/10/2005

AURIENE ROEPKE

Chefe de Gabinete Interina

Edital Nº 001/2014

Município de Campo Alegre/SC.

Secretaria Municipal de Educação

EDITAL Nº 001/2014

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2015, NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, QUE OFERECEM A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Secretária Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, através das competências que lhes são conferidas por Lei, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrículas e matrículas para o ano letivo de 2015 nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede Municipal de Ensino, torna público, para conhecimento dos interessados, que as matrículas e matrículas estão abertas conforme instrução e cronograma estabelecido neste Edital.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 1º - Fica regulamentado no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, o processo para matrículas e matrículas para o ano letivo de 2015, conforme estabelece a Lei Municipal nº 3.825, de 04 de abril de 2012, a Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 01, de 12 de dezembro de 2012 e por meio deste Edital.

DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital, as diretrizes para a execução da rematrícula e matrícula para o ano letivo de 2015.

Parágrafo único - Com o processo de rematrícula e matrícula para o ano letivo de 2015, espera-se:

I - Garantir a oferta do Ensino Fundamental regular, oportunizando o acesso à escola para as crianças do município, na faixa etária a partir de 06 (seis) anos, conforme prevê a Lei Federal nº 9.394/96 - LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013 e Resolução nº 01/2012 do CMECA (Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC), que define as regras para o ingresso de estudantes do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

II - Garantir a rematrícula e matrículas para crianças de creches em período integral, a partir dos 04 (quatro) meses até 03 (três) anos; e em período parcial de 04 (quatro) horas para a pré-escola, para crianças com idade a partir de 04 (quatro) anos até 05 (cinco) anos, conforme Resolução nº 05/2009 do CNE (Conselho Nacional de Educação);

III - Garantir a efetivação da matrícula do aluno que comprove residência próximo a Instituição Educacional.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º - O processo de rematrícula e matrículas tem por objetivos:

I - Geral: Assegurar a rematrícula e matrícula no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

II - Específicos:

a) Divulgar este Edital na comunidade escolar, a fim de garantir a rematrícula e matrícula, conforme o cronograma estabelecido, incluindo o público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

b) Assegurar a rematrícula ou matrícula à toda criança na faixa etária de 06 (seis) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de março de 2015, para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (nove) anos;

c) Assegurar a rematrícula ou a matrícula a toda criança na faixa etária de 04 (quatro) meses até 03 (três) anos em creche, e a partir de 04 (quatro) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de março de 2015, para ingresso na pré-escola.

Parágrafo único - A criança sem escolaridade anterior a 07 (sete) anos completos deverá ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos (Art. 24, inciso II da LDBEN nº 9.394/96).

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 4º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

I - EDUCAÇÃO INFANTIL (creche):

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação da criança;
- c) comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- d) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2014);
- e) cópia do comprovante de guarda ou tutela, se necessário.

II - ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLA:

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação (até o 5º ano (anos iniciais));
- c) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2014);
- d) cópia de comprovante de guarda ou tutela, se necessário.
- e) atestado de frequência ou histórico escolar para os casos de transferência.

§ 1º - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se no ato da matrícula os pais não apresentarem a documentação exigida, terão o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo, após este período a Instituição Educacional tomará providências junto ao Conselho Tutelar, para auxiliar os pais e responsáveis na regularização dos mesmos.

DO CRONOGRAMA

Art. 5º - De 20 de outubro de 2014 a 24 de outubro de 2014, serão efetuadas as rematrículas na própria Instituição para o ano a frequentar em 2015, de acordo com o horário de expediente das Instituições Educacionais, para alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 6º - De 03 de novembro de 2014 a 10 de novembro de 2014, serão efetuadas as matrículas (2015) para alunos novos nas Instituições Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais de Ensino, deverão envolver todas as entidades organizadas das comunidades para a divulgação deste Edital, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art. 8º - Em caso de existência de vaga na Instituição Educacional, poderão ser matriculadas crianças fora do zoneamento residencial e escolar, observando-se suas particularidades.

Art. 9º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, garantir vagas a todos os alunos que se matricularem na Rede Municipal de Ensino.

Art. 10 - Ficam sujeitos a estas diretrizes, todas as Instituições Educacionais de Ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal de Campo Alegre/SC.

Art. 11 - Os casos não previstos neste Edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, se necessário.

Art. 12 - O presente Edital, passa a vigorar a partir de sua divulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 07 de outubro de 2014.

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3.891 de 03 de Outubro de 2005

DECRETO Nº 3.891 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.938 de 16 de dezembro de 2004; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 340,80 (trezentos e quarenta reais e oitenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
012.306.1405.2.014 -	Merenda Escolar	
300000.00.113 -	Despesas Correntes	
330000.00.113 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.113 -	Aplicações Diretas	
339030.00.113 -	Material de Consumo	R\$ 40,80
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 300,00
TOTAL		R\$ 340,80

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.05 -	Serviço de Controle da Merenda Escolar	
012.306.1405.2.014 -	Merenda Escolar	
300000.00.080 -	Despesas Correntes	
330000.00.080 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.080 -	Aplicações Diretas	
339030.00.080 -	Material de Consumo	R\$ 40,80
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 300,00

TOTAL	R\$ 340,80
-------	------------

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal
ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/10/2005

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Decreto Nº 3.890 de 03 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.890 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005
NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2005.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso IV Parágrafo IV; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para integrarem a Comissão de Avaliação do Procedimento Seletivo Simplificado do Edital nº 010/2005;

- MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY;
- MARLENE DE FÁTIMA PESSÔA MACHADO FOITTE;
- ROSANA EMÍLIA GREIPEL;
- ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE.

Art.2º) A Comissão mencionada no Artigo 1º deste Decreto, deverá apresentar relatório da respectiva avaliação, para conhecimento e análise do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 03/10/2005

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Decreto Nº 3.889 de 03 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.889 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005
RESCINDE A PEDIDO O TERMO DE COMPROMISSO
DE COOPARTICIPAÇÃO DE ESTAGIÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial a Lei Complementar Municipal nº 023 de 03 de junho de 2004, em seu Artigo 12, Parágrafo 1º Inciso III; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Termo de Compromisso e Cooparticipação da Estagiária: KELLY ROBERTA FUCKNER, a pedido da mesma.

Art.2º) A presente rescisão não gera verbas rescisórias em razão da inexistência de vínculo empregatício entre as partes.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de outubro de 2005.

RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/10/2005

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Decreto Nº 3.888 de 03 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.888 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - RENATO FELICIANO, matrícula nº 000440, declarando vacância do cargo de Agente Operacional I, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, a partir de 03 de outubro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/10/2005.

AURIENE ROEPKE
Chefe de Gabinete Interina

Decreto Nº 3.887 de 03 de Outubro de 2005

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.887 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005.
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Sra. KARINA COSTA HANSEN, para exercer o cargo de Professor do Ensino Fundamental (séries iniciais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 (vinte horas) semanais, vencimentos no valor de R\$ 319,91 (trezentos e dezenove reais e noventa e um centavos), pelo período de 03 de outubro de 2005 a 16 de dezembro de 2005.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
03 de outubro de 2005.
RENATO BAHR
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
03/10/2005

AURIENE ROEPKE
Chefe do Gabinete Interina

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação Nº22/2014.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório nº 153/2014.

Dispensa de Licitação nº 22/2014

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA FUNCIONAMENTO DA CRECHE PE. ARMANDO DE COSTA CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO XI.

Valor: R\$ 3.490,00(Três mil e quatrocentos e noventa reais)

Campos Novos, 08 de Outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TP 14/2014 - PARALELEPIPEDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 14/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24 de outubro de 2014 às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPIPEDO (pedras regulares) NA SERVIDÃO DA RUA DANUZIA BESS, BAIRRO SENHOR BOM JESUS, CONFORME PROJETO BÁSICO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 09 de outubro de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 93/2014 PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 93/2014

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 13/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de prestação de serviços de Leiloeiro Público Oficial, exclusivamente pessoas físicas e que estejam Registradas na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para executar leilão de alienação de bens de propriedade do Município de Canelinha. DATA DE ABERTURA: 24 de outubro de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 08 de outubro de 2014.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 108/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/14

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/14

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COMO CHAPAS DE COMPENSADO E MATERIAIS ELÉTRICOS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DA FÁBRICA DE LAJOTAS E MEIO FIO NA UPA DE CANOINHAS.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

DATA: 08/10/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 22/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/14

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/14

CONTRATADO: AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO FORD TRANSIT 2.4 PUMA PLACA MKF 1239.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais)

DATA: 08/10/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 07/2014

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMAS 10/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 07/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ nº 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/10/2014, às 10h05min, a licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MOVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E CREAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 22/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação da Alteração do Edital de Tomada de Preços Nº PMC 21/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 176/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2014

ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o valor da obra objeto do Edital Tomada de Preços nº 21/2014. Informações (047) 3621 7705. O edital, a planilha orçamentária e o cronograma devidamente alterados estão disponíveis no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO COMUNICADO RESPOSTA RECURSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 16/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP contra reclassificação da proposta da empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA.

Recurso acolhido e negado provimento.

Protocolo nº 5627 de 01/10/2014.

Processo de licitação nº PMC 139/2014 na modalidade de Tomada de Preços nº PMC 16/2014.

O teor da resposta da comissão e da manifestação do Prefeito deste Município, Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, está disponível dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2014

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº008/2014

Aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2014, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS (SC), localizada à Rua Senador Felipe Schmidt nº10, cidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.384/0001-80, neste ato representada pelo excelentíssimo senhor Luiz Alberto Rincoski Faria, portador da Carteira de Identidade nº482.932 SSP/SC, CPF nº477.740.299-15, no uso da atribuição que lhe confere o cargo de Prefeito, resolve promover adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº78/2012/FNDE/MEC, conforme autorização concedida pelo Ofício nº23321/2014 - CGARC/DIRAD/FNDE, cujo objeto trata do Registro de Preços, consignado em Ata, buscando a aquisição de Equipamentos para Cozinhas e Refeitórios Escolares visando reequipar/modernizar as escolas de educação básica, bem como as unidades do Programa Proinfância das redes públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que esta municipalidade formalizará instrumento contratual com a empresa ML & HL Comercial Ltda - ME, licitante vencedor, inscrita no CNPJ sob o nº 14.549.147/0001-40, para aquisição de 31 (trinta e um) Liquidificadores Industriais - 8 Litros, ao valor unitário de R\$790,00 (setecentos e noventa reais), sendo 18 (dezoito) unidades destinadas às Escolas e 13 (treze) unidades destinadas aos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

Canoinhas (SC), 08 de outubro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/10/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 485/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, de 08/10/2014
AUTORIZA REPRESENTAR CANOINHAS EM CONFERÊNCIA DA
OMS

O Vereador João Grein, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Faço saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a representar o Município de Canoinhas e a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco - AMPROTABACO, na 6ª Conferência das Partes - COP6, da Organização Mundial de Saúde - OMS, a ser realizada no período de 10 a 19 de outubro, na Rússia.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotações do orçamento do Município - Gabinete do Prefeito.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Canoinhas,
em 08 de outubro de 2014.
Vereador João Grein
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 08/10/2014.

José Luiz Lacowicz
Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

FUNREBOM Ata/Contrato 0008/2014

Ata/Contrato Nº.: 0010/2014
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB. DE CAPINZAL
Contratada...: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO - EIRELI - EPP
Valor : 13.600,00 (treze mil seiscentos reais)
Vigência : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014
Processo Licitatório: 0008/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de peças genuínas e serviços pra conserto da Viatura Auto Resgate 2008/2008, Placa MES 3863, Chassi 93XPNK7408C841431, usada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal - SC, com Recursos Próprios - FUNREBOM.

PMC CONTRATO 0227/2014

Contrato Nº.: 0227/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER ME
Valor : 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais)
Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2014
Processo Licitatório Nº 0150/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Aquisição de medalhas de ouro, prata e bronze, e troféus para premiar os participantes do Festival da Canção Estudantil - FECAE, que será realizado no dia 10 de Outubro de 2014, na comunidade de Lindemberg.

PMC CONTRATO 0228/2014

Contrato Nº.: 0228/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: GPR SONORIZAÇÃO LTDA
Valor : 5.350,00 (cinco mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2014
Processo Licitatório Nº 0151/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de serviços de Sonorização e Iluminação, para cobrir os dias do evento "JORNADA LITERÁRIA" que acontecerá nos dias 28, 29, 30 e 31/10/2014 no Centro Educacional Prefeito Celso Farina e dia 01/11/2014 na Praça Pedro Lelis da Rocha. Recursos Próprios e FUNDEB.

PMC CONTRATO 0229/2014

Contrato Nº.: 0229/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: SAMOURA CONFECÇÕES LTDA - ME
Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2014
Processo Licitatório 0152/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de camisetas para a equipe organizadora e para premiar os participantes do Festival da Canção Estudantil - FECAE, que se realizará no dia 10 de outubro de 2014, na comunidade de Lindemberg.

PMC CONTRATO 0230/2014

Contrato Nº.: 0230/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: LERIO BONATO SHOW E SONORIZACAO LTDA

Valor : 500,00 (quinhentos reais)

Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2014

Processo Licitatório 0153/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviços de sonorização para realização do Festival da Canção Estudantil - FECAE, que será realizado no dia 10 de Outubro de 2014, na localidade de Lindemberg.

PORTARIAS SETEMBRO/2014

PORTARIA Nº 684, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Simone Cristiani Zeni Cora Godoy, matrícula nº 410028/01, no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, com lotação na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Simone Cristiani Zeni Cora Godoy

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª Simone Cristiani Zeni Cora Godoy, matrícula nº 410028/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, nomeada pela Portaria nº 684, de 03 de setembro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de setembro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

SIMAE

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/29/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/29/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0314/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de válvulas de retenção.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 21 de outubro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 09 de outubro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 142/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000142/14 de 8 de Outubro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº

001296/13 de 8 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 16.666,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.241.0009.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.450,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

08.01 - Departamento de Estradas e Rodagem

08.01.26.782.0013.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

09.01.15.452.0012.2.024-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 216,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO

03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos 5.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

06.01 - Departamento de Assistência Social

06.01.08.241.0009.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.450,00

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

09.01 - Departamento de Serviços Urbanos

09.01.15.452.0012.2.024-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 216,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Outubro de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 392 de 08.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 392/2014

CONSIDERANDO - a necessidade de se estabelecer maior sinergia, no sentido de promover e contribuir para o desenvolvimento das potencialidades artísticas e criativas da população, visando, fortalecer a cidadania e o desenvolvimento do município;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 040 de 15.05.2014 e Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, e tendo em vista o Processo Seletivo - Edital nº. 01/2014;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário RAIMUNDO BITTENCOURT, para exercer as funções do cargo de Instrutor de Oficina de Música - Gaita, ACT - 10 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 09.10.2014 a 19.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 08 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 393 DE 08.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 393/2014

CONSIDERANDO - a necessidade de se estabelecer maior sinergia, no sentido de promover e contribuir para o desenvolvimento das potencialidades artísticas e criativas da população, visando, fortalecer a cidadania e o desenvolvimento do município;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 040 de 15.05.2014 e Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, e tendo em vista o Processo Seletivo - Edital nº. 01/2014;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário JANDERSON MACHADO, para exercer as funções do cargo de Instrutor de Oficina de Música - Violão, ACT - 10 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 09.10.2014 a 19.12.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 08 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 22/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 022/2014 - FMS

Nº. do Contrato: 022/2014.

Processo Licitatório: 66/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: VALANI MALEZAN.

Fundamento Legal: artigo 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a modificação do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente.

1.2 O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 26/2014 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 26/2014.

Vigência: 08/10/2014 à 08/10/2015

Processo Licitatório nº 75/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor: R\$ 12.384,62 (doze mil trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de seguro para veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, incluindo assistência auto 24 horas em todo o território nacional, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência:

Marca	Espécie	Ano	Placa	Casco	DM	DC	APP	DMO	DMH	Bônus	Total
Fiat	DUCATO PAS/MICROONI- BUS	2014	MMB 7316	110%	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	0	X
Peugeot	Boxer ESP/CAMI- NHONETE /AMBULÂNCIA, Teto alto	2013/ 2014	OKF 6996	110%	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	0	X

DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 52/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 52/2014 - PM

Nº. do Contrato: 52/2014.

Processo Licitatório nº 51/2014 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EMPRESA ASSISTEL LTDA ME

Fundamento Legal: artigo 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto contratual pactuado inicialmente, conforme itens definidos em anexo.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 4.670,34 (quatro mil, seiscentos e setenta reais e trinta e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 79/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 79/2014.

Vigência: 08/10/2014 à 08/10/2015

Processo Licitatório nº 75/2014

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Empresa MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor/Remuneração: R\$ 10.615,38 (dez mil seiscentos e quinze reais e trinta e oito centavos);

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de seguro para veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, incluindo assistência auto 24 horas em todo o território nacional, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência:

Marca	Espécie	Ano	Placa	Casco	DM	DC	APP	DMO	DMH	Bônus	Total
Agrale	Pas/Ônibus	2014	MLS8177	110%	R\$ 100.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	0	X

DATA DA ASSINATURA: 08 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

Cocal do Sul

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial Nº 54/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 105/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão presencial nº. 54/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o registro de preços para serviços de lavagem de veículos, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09h00min do dia 22 de outubro de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocalsul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 08 de outubro de 2014.
Ademir Magagnin
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N. 86/2014

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/14/FMS. Processo de Licitação n. 13/FMS/2014. Modalidade: Pregão Presencial n. 10/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA. ASSINATURA: 22/07/2014. VIGÊNCIA: 22/07/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 1101.2027.3390(44). OBJETO: licença de uso dos sistemas para gestão pública da saúde, compreendendo os seguintes módulos ou sistemas: módulo de cadastramento único de munícipes e dependentes, módulo de ambulatório, módulo de farmácia, módulo de agendamento de consultas, módulo de laboratório, módulo odontológico, módulo de PACS e ESF, módulo de produção ambulatorial, módulo de vigilância sanitária, módulo de preventivo do câncer, módulo de consultas, módulo de planejamento familiar, módulo de compras, almoxarifado e patrimônio, módulo de dados estatísticos, módulo de transportes, tratamento fora domicílio e atendimentos especializados e módulo de benefícios. VALOR: R\$ 22.200,00(vinte e dois mil e duzentos reais).

Concórdia

PREFEITURA

Errata 001 do Edital de Licitação do Tomada de Preço Nº 13/2014-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS - OBRAS Nº 13/2014-PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna pública a correção do edital de licitação Tomada de Preços Obras nº 13/2014 PMC, item 1.1 do Edital passando a vigorar da seguinte forma: onde lê-se: "REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS, no dia 17 de outubro de 2014, às 08h30min,"; leia-se: "...REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS MÁXIMOS UNITÁRIOS, no dia 21 de outubro de 2014, às 08h30min,

Concórdia, SC, 08 de outubro de 2014.
MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 230 de 07 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº. 230 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.832,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
10.306,0010.2.022 - PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	9	01.0060	4.832,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 4.832,00 (quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais) do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 01.0060 - PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 07 de outubro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 054/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 054/2014
MÊS/ANO: Agosto de 2014 NÚMERO CONTRATO 054/2014

VALOR CONTRATO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela Prestação de Serviços de Transporte trabalhadores do município de Coronel Martins a Ipuacu será a importância de R\$ 3,01 (três reais com um centavo) por quilômetro rodado, perfazendo um total de 126 (Cento e vinte e seis) Km/dia, conforme planilha de controle.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/08/2014

DESCRIÇÃO: A presente licitação, do tipo menor preço por item, tem por objeto a Prestação de Serviços de Transporte de trabalhadores do município de Coronel Martins para município de Ipuacu do edital de Pregão Presencial nº 021/2014.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC nº. 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.314.481/0001-35

LOCADOR: ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 19 agosto de 2015.

Correia Pinto

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços - Processo 56/2014 Pmcp - FMAS - FMS - Fmec - Hospital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2014

No dia 22 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 56/2014, Processo Licitatório nº. 56/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, TONNERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11217	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	16, 25, 27
10835	Escrimate Com de Mat de Escritorio e Inf Ltda	15
11213	GOMES ASSIST. TECNICA MAQ. COPIADORAS LTDA ME	18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28
10556	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA ME	17, 24
11214	LA Informática e Suprimentos para Escritório Ltda	2
11216	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	10, 29
9785	MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LTDA	1, 32
10124	ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP	
11215	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME	3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 30, 31
11212	SAJORO DISTRIBUIDORA LTDA.	
10836	Sandro Vilmar Pires - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	05.937.672/0001-41	EVANDRO MARCOS FERREIRA	909.136.399-15
Escrimate Com de Mat de Escritorio e Inf Ltda	00.748.569/0001-30	JANIO FRANCISCO HOFFMANN	867.212.919-91
GOMES ASSIST. TECNICA MAQ. COPIADORAS LTDA ME	03.848.019/0001-80	JAIR SALAZAR GOMES	894.823.520-68
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA ME	04.586.694/0001-41	BRUNO SANTOS	071.441.879-02
LA Informática e Suprimentos para Escritório Ltda	11.924.851/0001-47	ANGELO MATOS DA CAS	015.867.539-83
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	12.162.386/0001-17	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER	027.727.119-35
MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LT	05.911.967/0001-49	ELZIO FERNANDO EBERT	060.328.479-50
ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP	02.315.593/0001-00	JOÃO GABRIEL ROSA	049.010.769-90
R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME	19.830.899/0001-06	RODRIGO ALVES DE CAMPOS	080.057.959-39
SAJORO DISTRIBUIDORA LTDA.	07.526.795/0001-15	GILSON MACHADO DE FREITAS	412.049.300-82
Sandro Vilmar Pires - ME	09.253.952/0001-91	RAPHAEL DEUCHER PIRES	066.818.519-83

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS, TONNERS E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 56/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

Fornecedor: 9785 - MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Computador Completo - Intel Core i7-3770T Processador 1155, (8M Cache, up to 3.70 GHz), Placa mãe socket 1155, Memória 8 GB, Monitor LED 21,5, HD 1TB, DVD RW, Leitor de Cartão, Kit mouse, teclado e caixa de som, estabilizador bivolt 500 VA	UN	PAUTA	33,000	3.285,0000	108.405,00
32	Impressora Multifuncional Laser, sistema de impressão, cópis, digitalização, bandeja de entrada 150 folhas, cabo incluso, memória 8 MB, portas USB 2.0, Ethernet, até 18 ppm, estabilizador Bivolt 1KVA	UN	HP	24,000	1.345,0000	32.280,00

Fornecedor: 10556 - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	Tonner HP 85 A (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	MASTER	81,000	213,0000	17.253,00
24	Tonner HP 12A (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	MASTER	45,000	260,0000	11.700,00

Fornecedor: 10835 - Escrimate Com de Mat de Escritorio e Inf Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Tonner HP 35 A (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PS3	118,000	207,6100	24.497,98

Fornecedor: 11213 - GOMES ASSIST. TECNICA MAQ. COPIADORAS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	Tonner Lexmark X 203 (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	16,000	307,0000	4.912,00
19	Tonner Lexmark E 120 (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	25,000	248,0000	6.200,00
20	Tonner Laser Jet Cp 1025 nw Preto (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	22,000	225,5000	4.961,00
21	Tonner Laser Jet Cp 1025 nw Ciano (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	19,000	248,0000	4.712,00
22	Tonner Laser Jet Cp 1025 nw Amarelo (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	19,000	246,0000	4.674,00
23	Tonner Laser Jet Cp 1025 nw Magenta (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	19,000	244,0000	4.636,00
26	Tonner Samsung D105C (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	10,000	275,0000	2.750,00
28	Tonner HP 15A (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	PRIME	10,000	251,8000	2.518,00

Fornecedor: 11214 - L.A Informática e Suprimentos para Escritório Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Computador Completo - monitor 18,5 LED, processador core i5 4GB memória 1 TB HD, Gravadora de DVD, Gabinete 2 baías ATX , Kit mouse, teclado e caixa de som, estabilizador bivolt 500 VA	UN	pauta	21,000	2.395,0000	50.295,00

Fornecedor: 11215 - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Estabilizador 600VA BIVOLT	UN	BMI	20,000	168,0000	3.360,00
4	MOUSE LASER USB PTO	UN	BRIGHT	25,000	31,5000	787,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 56/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

Fornecedor: 11215 - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Modem ADSL D ADSL-500B/BR	UN	D-LINK	15,000	116,5000	1.747,50
6	Teclado ANB-00005 USB MULTIMIDIA	UN	BRIGHT	25,000	46,5000	1.162,50
7	Fonte 350W 20+4P	UN	DUEX	25,000	68,5000	1.712,50
8	HUB 8 PORTAS	UN	BRIGHT	10,000	68,0000	680,00
9	PLACA DE REDE 10/100	UN	TP-LINK	10,000	38,0000	380,00
11	HD 500GB SATA 2 7200RPM	UN	WD	12,000	297,0000	3.564,00
12	HD externo 500GB SATA 2 7200RPM	UN	WD	5,000	296,0000	1.480,00
13	Memória DDR3 4GB 1333	UN	MARKVISION	10,000	217,0000	2.170,00
14	Notebook processador core i5, 6GB de memória, 750 HD, tela LED de 15,6, Teclado português, Gravador de CD e DVD, Portas USB 2.0, HDMI 1.4 e RJ45 Ethernet, web cam, microfone	UN	GATEWAY	2,000	2.449,0000	4.898,00
30	Monitor LED 21,5, HDMI/DVI/FHD/Ajuste de altura	UN	AOC	3,000	788,5000	2.365,50
31	Placa de vídeo VGA, 1GB EXP. GF-8400 EVGA DDR3 HDMI	UN	GF	3,000	171,0000	513,00

Fornecedor: 11216 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	Placa mãe socket 775 DDR3	UN	ECS	15,000	278,0000	4.170,00
29	Impressora Matricial, aproximadamente 80 colunas 9 agulhas, conectividade USB, memória de no mínimo 64 KB, Durabilidade da cabeça de impressão: no mínimo 400 milhões de caracteres. Capacidade de papel suportado: folha solta, formulário contínuo. Bivolt, Compatível com Windows 2000 / Windows 7 / Windows 8 / Windows 98 / Windows Vista / Windows XP	UN	EPSON	4,000	937,0000	3.748,00

Fornecedor: 11217 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	Tonner Samsung SCX 4200 (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	POLITONER	50,000	255,0000	12.750,00
25	Tonner Samsung ML 2851 (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	POLITONER	13,000	288,0000	3.744,00
27	Tonner HP 36 A (original NOVO: produzido ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, desde que apresentem a mesma qualidade dos originais).	UN	POLITONER	33,000	251,0000	8.283,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTOPágina: 8/8
Processo Nº.: 56/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 22 de Setembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	CNPJ: 05.937.672/0001-41	_____
Escrimate Com de Mat de Escritorio e Inf Ltda	CNPJ: 00.748.569/0001-30	_____
GOMES ASSIST. TECNICA MAQ. COPIADORAS LTDA ME	CNPJ: 03.848.019/0001-80	_____
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA ME	CNPJ: 04.586.694/0001-41	_____
L.A Informática e Suprimentos para Escritório Ltda	CNPJ: 11.924.851/0001-47	_____
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME	CNPJ: 12.162.386/0001-17	_____
MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIPELETRONICOS LTD	CNPJ: 05.911.967/0001-49	_____
ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP	CNPJ: 02.315.593/0001-00	_____
R.A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME	CNPJ: 19.830.899/0001-06	_____
SAJORO DISTRIBUIDORA LTDA.	CNPJ: 07.526.795/0001-15	_____
Sandro Vilmar Pires - ME	CNPJ: 09.253.952/0001-91	_____

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 765/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 765/2014
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.55	Aplicações Diretas	1.300,00
		TOTAL	1.300,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.55 - Convênio Trânsito - Civil, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
23 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e três dias do mês de setembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

DECRETO Nº. 768/2014

DECRETO Nº. 768/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 29.900,00(vinte e nove mil e novecentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.900,00
		TOTAL	29.900,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.900,00
		TOTAL	29.900,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
01 de outubro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda ao um dia do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 3026 / 14

PORTARIA Nº 3026 / 14

NOMEIA A SRA. FABIOLA APARECIDA JANSEN, PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com a Lei Municipal nº 1612/2005, de 20 de setembro de 2005,

CONSIDERANDO o processo de eleição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizado sob o edital nº 001/2014/CMDCA/Corupá;

CONSIDERANDO o resultado final dos membros do CMDCA e sua classificação,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. FABIOLA APARECIDA JANSEN, para ocupar o cargo de Conselheiro Tutelar, com a carga horária remunerada de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3030/14

PORTARIA Nº 3030/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. ICRAIR PEREIRA.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. ICRAIR PEREIRA, a partir de 01 de outubro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 44 horas semanais, em virtude do afastamento da funcionária Relenda Hoffmann e ausência de candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
01 de outubro de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 3031/14

PORTARIA Nº 3031/14

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA ICRAIR PEREIRA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora Sra. ICRAIR PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, portador da CNH Registro nº 01966420169, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 01 de outubro de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3032/14

PORTARIA Nº 3032/14

NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA KETELYN LUNELLI PARA OCUPAR A VAGA DE PSICÓLOGA NO ÂMBITO DA EQUIPE DE REFERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a nomeação da servidora pública municipal, Sra. KETELYN LUNELLI, brasileira, solteira, psicóloga, com matrícula profissional n. 12/12996, residente e domiciliada à Rua Padre Aloísio Boeing, 550, apartamento nº 302, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, para integrar a equipe de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, nos termos do artigo 1º, II da Resolução n. 17/2011.

Art. 2º. São atribuições da psicóloga, no desempenho de suas funções, dentre outras não especificadas:

I - prestar escuta qualificada, individual ou coletiva, visando a identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico;

II - trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e coletivos com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários;

III - realizar estudo de caso com os usuários da unidade;

IV - discutir e elaborar conjuntamente com o usuário o plano de intervenção;

V - realizar atendimento psicossocial, individual e familiar;

VI - realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico;

VII - discutir e elaborar conjuntamente com outros técnicos, estudos de casos e relatórios sócio-assistenciais;

VIII - definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando à superação da situação de violação de direitos evidenciada;

IX - elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, relatório técnico informando sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sociojurídicas, quando solicitados;

X - manter articulação com o CRAS do território de origem dos usuários atendidos no CREAS Regional, residentes no Município de Corupá;

XI - manter registros atualizados dos atendimentos e acompanhamentos realizados; e

XII - proceder registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade.

Art. 3º. A equipe de referência do qual a servidora nomeada é integrante está instalada na Rua Francisco Mees, 508, na cidade de Corupá/SC.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
01 de outubro de 2014.

LORIANO ROGÉRIO COSTA
PREFEITO MUNICIPAL e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 770 / 14 DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2014 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

DECRETO Nº 770 / 14

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 15 DE OUTUBRO DE 2014 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas

em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o dia 15 de outubro - Dia do Professor - e o dia 28 de outubro - Dia do Funcionário Público;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 15 de outubro de 2014 no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão nas paralisações dos serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade no dia 16 de outubro de 2014.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto Nº 762/14

DECRETO Nº 762/14

AUTORIZA O CLUBE DE TRILHEIROS BANANALAMA A FAZER USO SEM FINS LUCRATIVO, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER, E A INTERDIÇÃO DE PARTE DA EXTENSÃO DA RUA NEREU RAMOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009, CONSIDERANDO, tratar-se de ação beneficente sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que, não haverá venda de bebidas e produtos de gêneros alimentícios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, e interdição da Rua Nereu Ramos até o entroncamento com a Rua Jaraguá, no dia 12 de outubro de 2014, das 07 horas às 09 horas e 30 minutos, para a concentração do 2º Passeio Ciclístico Bananalama, tendo como responsável o Clube de Trilheiros Bananalama.

Art. 2º - Toda a limpeza, segurança e integridade do patrimônio público, relativamente ao horário e local de realização do evento, ficam sob inteira responsabilidade do Clube de Trilheiros Bananalama.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
07 de outubro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Tomada de Preço 14/14 - Oficina Mecânica

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Tomada de Preço nº 014/14

OBJETO: Contratação de Oficina Mecânica para reforma nas máquinas Escavadeira e Retro Escavadeira que compõe a Frota Municipal da Secretaria de Obras do Município de Corupá-SC (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 09/10/2014 às 09 horas do dia 24/10/2014.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/10/2014.

TIPO: Menor Preço global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Fica estipulada a data máxima do dia 22/10/2014 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 09 de Outubro de 2014
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº 088, de 30 de Junho de 2014.

DECRETO Nº 088, DE 30 DE JUNHO DE 2014.

AUTORIZA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO, NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo público seja precedida de aprovação em concurso público e a existência, no quadro de pessoal da Administração, de vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Concurso Público e nomeia Comissão para realização de estudos, acompanhamento e fiscalização do processo de escolha de candidatos para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no Quadro Geral de Cargos da Prefeitura Municipal de Forquilha.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento de que trata o artigo 1º, será composta por Sonia Regina Silveira Gonçalves, Valdecir Tiscoski e Leandro Arns Back.

Art. 3º O trabalho dos membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público será considerado serviço relevante e não remunerado.

Art. 4º Serão selecionados candidatos para provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital de Concurso Público, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinentes.

Art. 5º O Concurso Público reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de junho de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de junho de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 80/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 80/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 175/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de uma empresa especializada para execução da readequação do padrão de entrada de energia elétrica nas escolas e centros de

educação infantil da rede municipal de ensino, para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 175/PMF/2014 de 24/09/2014 para 24/10/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 22/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 23 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 207/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 207/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI ME.

OBJETO - O Presente Contrato tem por objeto a Prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e execução plena de Processo Seletivo para Provimento de cargos na área da saúde do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA - A vigência contratual terá início a partir da data da assinatura do contrato e terminará 60 (sessenta) dias após o término do prazo de execução.

DOTAÇÃO - 0501.2015.3390 (75).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 187/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 30 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 05/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMPS Nº. 05/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA TRABALHO LTDA ME.

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos (clínico geral) para atendimento as Unidades de Saúde e Pronto Atendimento de Forquilha/SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR - R\$ 8.750,00 (oito mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - O presente Termo Contratual vigorará a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente pelo mesmo período.

DOTAÇÃO - 1901.2081.3390 (3).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 05/FMPS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 01 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 120, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 120, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.

CRIA GRUPO DE ESTUDOS PARA ANÁLISE E PROPOSITURA DE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 07/1990, QUE CONCEDE INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS FISCAIS ÀS EMPRESAS QUE SE ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO OU NELE AMPLIEM SUAS ATIVIDADES E FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de estimular a implantação de unidades industriais, visando a criação de receitas, impostos e de novas oportunidades de trabalho e fortalecer a atual estrutura empresarial existente e oferecer novas oportunidades de investimento a empresários locais e externos;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado Grupo de Estudos para análise e propositura de alterações na Lei Municipal nº 07/1990, que concede incentivos econômicos e estímulos fiscais às empresas que se estabeleçam no município ou nele ampliem suas atividades.

Art. 2º Ficam designados para compor o Grupo de Estudo disposto no caput do artigo acima, os seguintes membros:

- a) Angelo Ronchi Neto;
- b) Cláudio Tiscoski;
- c) Diego Passarela;
- d) Kenneth Fonseca;
- e) Pedro Rech;
- f) Rogério Dagostin;
- g) Sérgio Tiscoski.

Parágrafo único. O Grupo de Estudos será presidido por Sérgio Tiscoski.

Art. 3º O Grupo de Estudos deverá fazer consulta pública para obtenção de propostas de alterações da Lei Municipal nº 07/1990. Parágrafo único. Deverá ser disponibilizado na "home page" do Município link onde a população poderá oferecer propostas.

Art. 4º As atividades desenvolvidas no Grupo de Estudos a que se refere o presente Decreto será considerado serviço público relevante, sem ônus para o Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 1º de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 117, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 117, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, RANGEL LOCH DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, RANGEL LOCH do cargo comissionado de Secretário de Saúde.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 113, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 113, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

PRORROGA PRAZO PARA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, DESIGNADA PELO DECRETO Nº 093, DE 07 DE JULHO DE 2014, APRESENTAR O RELATÓRIO CONCLUSIVO DA APURAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado em 60 (sessenta) dias o prazo para Comissão de Sindicância, designada pelo Decreto nº. 093, de 07 de julho de 2014, apresentar o Relatório Conclusivo da apuração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 05 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 05 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo**PREFEITURA****Decreto Nº 0257/2014**

DECRETO Nº 0257, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 27.000,00,00 (vinte e sete mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura Urbana		
10.01 - Secretaria de Infraestrutura Urbana		
15.451.0017.1.020 - Pavimentação e Urbanização de Ruas, Avenidas e Logradouros Públicos		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.09255 (314)	R\$	27.000,00
Total	R\$	27.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41325019966 - Rendimentos Recursos do Convênio Estado - Pavimentação Rio das Antas e Lebon Régis	R\$	27.000,00
TOTAL	R\$	27.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 08 DE OUTUBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2258/2014

LEI Nº 2258, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

DENOMINA RUA ALDOINO GHELLER A RUA "N" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "N" passa a ser denominada RUA ALDOINO GHELLER.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 08 DE OUTUBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei Nº 2259/2014

LEI Nº 2259, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014
DENOMINA RUA JOSÉ VANZ A RUA "V" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "V" passa a ser denominada RUA JOSÉ VANZ.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 08 DE OUTUBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Rec.Federais 09.10.2014

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
24/09/2014	Ministério Des. Social	FMA SPBFI	8.400,00
30/09/2014	Ministério da Saúde	MAC	793,01
01/10/2014	Ministério da Saúde	MAC	235,99
02/10/2014	Ministério da Saúde	SAMU	12.500,00
02/10/2014	Ministério da Saúde	SAMU	9.419,00
02/10/2014	Ministério da Saúde	PACS	55.770,00
02/10/2014	Ministério da Saúde	PSF	46.345,00
02/10/2014	Ministério da Saúde	Saúde Bucal	6.690,00

02/10/2014	Ministério da Saúde	PSF	20.000,00
03/10/2014	Ministério da Saúde	PMAQ	35.100,00

Secretaria de Finanças

SANDRA DOMINGUES TERMO DE CONVOCAÇÃO

Através do presente Termo de Convocação, nos termos do artigo 133 da Lei Complementar n. 0109/2010, o Prefeito Municipal de Fraiburgo, considerando que a servidora abaixo nominada foi admitida em caráter temporário no dia 12 de agosto de 2014 e que a partir do dia 1º de setembro de 2014 não mais compareceu ao trabalho, CONVOCA a servidora pública municipal SANDRA DOMINGUES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 296.656.049.53, ocupante da função de Agente de Serviços Gerias, matrícula nº 11.156, com carga horária de 40 horas semanais para retornar ao trabalho no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos a contar da publicação da presente convocação no órgão oficial do município.

Fica ciente a servidora convocada que o não comparecimento no prazo estabelecido configura abandono de emprego, sujeitando-se a pena de Demissão, nos termos da Lei n. 0109/2010, Lei nº 1220/97 e Lei 2074/2010.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1902/2014

PORTARIA Nº 1.902, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01213/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONETE DE FATIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 003.372.609-40, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1903/2014

PORTARIA Nº 1.903, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01214/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVIA CORREA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.137.149-42, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1904/2014

PORTARIA Nº 1.904, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01215/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GLEICIMER DOMINGUES DE ABREU, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 001.085.049-05, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1905/2014

PORTARIA Nº 1.905, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 14 de março de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01217/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE FONTOURA LEMES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 025.029.369-26, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1906/2014

PORTARIA Nº 1.906, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4853, de 01 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIZIANE APARECIDA GIRARDI SOLIGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 039.654.859-89, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 31 de outubro de 2014 até 30 de outubro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1907/2014

PORTARIA Nº 1.907, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e

em conformidade com a comunicação interna n.º 075/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NELSON CORDEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º422.166.569-68, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de outubro de 2014 até 08 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1908/2014

PORTARIA N.º 1.908, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de ANDREA HILDEBRAND DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.532.869-03, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA**Decreto N.º 142**

DECRETO N.º 142, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 307.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

13.000,00

0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito

13.000,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

13.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

10.000,00

12361282.022 - Manutenção do Transporte Escolar

10.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

06.01 - SECRETARIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE

24.000,00

04122162.012 - Func. E Manut. Da Sec. De Orç. E Contabilidade

24.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

22.000,00

3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

2.000,00

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

5.000,00

08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social

5.000,00

3.3.90.0.1.29.001058 - Aplicações Diretas

5.000,00

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

215.000,00

15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

200.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

200.000,00

26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

15.000,00

3.3.90.0.1.64.000019 - Aplicações Diretas

15.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.000,00

10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica

10.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade

20.000,00

3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas
20.000,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde
10.000,00
3.1.90.0.2.14.000062 - Aplicações Diretas
5.000,00
3.1.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas
5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 307.000,00 (trezentos e sete mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de outubro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 143

DECRETO N.º 143, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 202.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
6.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura
6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
6.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO
5.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador
5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS
20.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna
15.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
15.000,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E CNM
5.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas S/Fins Lucrativos
5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
82.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
82.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas

35.000,00
3.3.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas
20.000,00
3.3.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas
27.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 113.000,00 (cento e treze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
6.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura
6.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
6.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO
5.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador
5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS
20.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna
15.000,00
3.2.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
15.000,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E CNM
5.000,00
4.4.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas S/Fins Lucrativos
5.000,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
82.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
82.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas
35.000,00
4.4.90.0.2.14.000070 - Aplicações Diretas
20.000,00
4.4.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas
27.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de outubro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Portaria N.º 864/2014.

PORTARIA N.º 864, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
ALTERA A PORTARIA N.º 842, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica ALTERADA, a partir de 08/10/2014, a Presidência da Comissão Sindicante designada através da portaria nº. 842/2014, passando a comissão a ser formada por: JOÃO LUIZ GREGÓRIO, LUIZ ALBERTO LAZZARIM, ROGÉRIO DA ROSA, com a presidência do primeiro e secretariada por VIVIAN SCHRÖTER.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº 1.839, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 1.839, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA RUAS NO LOTEAMENTO PEDRA BRANCA, BAIRRO AREIAS DE PALHOCINHA, MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina a Rua A, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA AMETISTA, Conforme croqui anexo.

Art. 2º Denomina a Rua B, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA DOS BRILHANTES, Conforme croqui anexo.

Art. 3º Denomina a Rua C, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA CRISTAL, Conforme croqui anexo.

Art. 4º Denomina a Rua D, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA TOPÁZIO, Conforme croqui anexo.

Art. 5º Denomina a Rua E, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA CORAL, Conforme croqui anexo.

Art. 6º Denomina a Rua F, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA ESMERALDA, Conforme croqui anexo.

Art. 7º Denomina a Rua G, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA ÁGUA MARINHA, Conforme croqui anexo.

Art. 8º Denomina a Rua H, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA RUBI, Conforme croqui anexo.

Art. 9º Denomina a Rua I, do Loteamento Pedra Branca, que pasará a se chamar RUA DIAMANTE, Conforme croqui anexo.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Lei Nº 1.840, de 01 de Outubro de 2014

LEI Nº 1.840, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Garopaba, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Orçamento do Município de Garopaba, para o exercício de 2015, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - As metas fiscais;

II - As prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - A estrutura dos orçamentos;

IV - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - As disposições sobre dívida pública municipal;

VI - As disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - As disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, e que conterà ainda:

I - Demonstrativo II - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício 2013;

II - Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios Anteriores;

III - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

IV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais das Despesas;

V - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

IX - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

X - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

XI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesa Obrigatórias de Caráter Continuado;

XIII - Demonstrativo IX - Prioridades e Metas;

XIV - Demonstrativo X - Demonstrativo dos Riscos fiscais;

XV - Demonstrativo XI - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e apresentadas nos Demonstrativos de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e

arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - Execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - Execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - Execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Legislação Federal vigente.

§ 2º. A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional do Município.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações

Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2015. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

§ 1º. O Orçamento da Autarquia e dos Fundos que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º. O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder

Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48

da LRF)

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a pelo menos 0,001% da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPREGOBA será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2015 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2015 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico,

a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º. Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2015 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,001% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo X. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2015, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação

de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações

de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2015, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF)

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade ou em arquivo próprio.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2015, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo XI desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167 VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2015 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 120% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - Eliminação das despesas com horas extras.

III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata

o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Garopaba, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2014

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a

executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e extrajudiciais.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita - Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015

Código	Código Destino	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2015
		UNIDADE GESTORA PREFEITURA	39.605.988,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	39.079.788,00
1100.00.00		Receita Tributária	12.546.000,00
1110.00.00		Impostos	10.400.000,00
1112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	5.800.000,00
1112.02.00	0.1.00.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	3.480.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.450.000,00
	0.1.02.000000	Imposto Predial e Territorial Urbano	870.000,00
1112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	650.000,00
		IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	600.000,00
1112.04.31	0.1.00.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	360.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	150.000,00

	0.1.02.000000	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	90.000,00
		IRRF sobre Outros Rendimentos	50.000,00
1112.04.34	0.1.00.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	30.000,00
	0.1.01.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	12.500,00
	0.1.02.000000	IRRF sobre Outros Rendimentos	7.500,00
		Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/ Imóv.	2.000.000,00
1112.08.00	0.1.00.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/ Imóv.	1.200.000,00
	0.1.01.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/ Imóv.	500.000,00
	0.1.02.000000	Imp.s/Transm.Iner Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/ Imóv.	300.000,00
1113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	1.950.000,00
1113.05.00	0.1.00.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.170.000,00
	0.1.01.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	487.500,00
	0.1.02.000000	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	292.500,00
1120.00.00		Taxas	2.145.000,00
1121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	995.000,00
1121.17.00	0.1.00.000000	Taxas de Fiscalização Sanitária	150.000,00
1121.25.00	0.1.00.000000	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	500.000,00
1121.29.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Execução de Obras	80.000,00
1121.41.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença para Funcionamento Temporário	140.000,00
1121.43.00	0.1.60.000000	Tx. De Vistoria Segurança Contra Sinistro-Funrebom	120.000,00
1121.45.00	0.1.00.000000	Tx. de Licença de Tráfego	5.000,00
1122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	1.150.000,00
1122.05.00	0.1.00.000000	Taxa de Expediente	250.000,00
1122.90.00	0.1.00.000000	Taxa de Limpeza Pública	900.000,00
1130.00.00		Contribuição de Melhoria	1.000,00
1130.04.00	0.1.00.000000	Contribuição de Melhoria p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.000,00

1200.00.00		Receita de Contribuições	950.000,00
1210.00.00		Contribuições Sociais	0,00
1210.29.00		Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	0,00
1210.29.09		Contribuições de Servidor Inativo Civil	0,00
1220.00.00		Contribuições Econômicas	950.000,00
1230.00.00	0.1.17.000000	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	950.000,00
1300.00.00		Receita Patrimonial	236.800,00
1310.00.00		Receitas Imobiliárias	10.000,00
1311.00.00		Alugueis	10.000,00
13.11.01.00	0.1.00.000000	Serv. De Loc. De Equip. Esportes	10.000,00
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	226.800,00
1325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	26.800,00
1325.01.02.01	0.1.18.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	9.000,00
1325.01.02.02	0.1.19.000000	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	6.000,00
1325.01.03	0.1.14.000008	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FS-PAB FIXO	0,00
1325.01.09	0.1.16.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. CIDE	1.000,00
1325.01.10	0.1.29.000004	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNAS-SF-PAC/PBT	500,00
1325.01.11	0.1.15.000049	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Sal. Educação	6.000,00
1325.01.13	0.1.15.000051	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-Mer. Escolar	300,00
1325.01.14	0.1.64.000017	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	325,00
1325.01.14	0.1.64.000019	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Multa Transito	350,00
1325.01.15	0.1.22.001002	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FNDE-BRALF	300,00
1325.01.16	0.1.17.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Cosip	500,00
1325.01.17	0.1.60.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Funrebom	1.000,00

1325.01.18	0.1.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	0,00
1325.01.20	0.1.24.001018	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Conv. Min Esport-Cont/Rep	0,00
1325.01.21	0.1.90.001100	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Oper Crédit Pmat	100,00
1325.01.22	0.1.65.000000	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. FMSB	1.000,00
1325.01.23	0.1.24.001007	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Pmg/ECT	100,00
1325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	200.000,00
1325.02.01		Receita de Remuneração de Depósito de Poupança	
1325.02.99	0.1.00.000000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	200.000,00
1400.00.00		Receita Agropecuária	0,00
1490.00.00		Outras Receitas Agropecuárias	0,00
1600.00.00		Receita de Serviços	1.000,00
1600.03.00		Serviços de Transporte	0,00
1600.41.00	0.1.61.000000	Serviços de Capt/Adução/Trat/Res e Dist de Agua	0,00
1600.45.00	0.1.00.000000	Serviços Preparação Terra Propriedades Particulares	1.000,00
1700.00.00		Transferências Correntes	28.264.871,00
1720.00.00		Transferências Intergovernamentais	28.015.971,00
1721.00.00		Transferências da União	13.315.200,00
1721.01.00		Participação na Receita da União	11.998.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.500.000,00
1721.01.02.10	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.900.000,00
1721.01.02.10	0.1.01.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.875.000,00
1721.01.02.10	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	1.725.000,00
		Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	468.000,00

1721.01.02.20	0.1.00.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	397.800,00
1721.01.02.20	0.1.02.000000	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	70.200,00
		Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	30.000,00
1721.01.05	0.1.00.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	18.000,00
1721.01.05	0.1.01.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	7.500,00
1721.01.05	0.1.02.000000	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	4.500,00
1721.09.00		Outras Transferencia da União	0,00
1721.22.00		Transferência da Compensação Financeira	161.000,00
1721.22.20	0.1.00.000000	Cota-Parte da Com. Finac. de Extração Mineral - CFEM	1.000,00
1721.22.70	0.1.00.000000	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira p/Prod. Petróleo	160.000,00
1721.33.00		Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - FMS	0,00
1721.33.01	0.1.14.000008	Transferência PAB	0,00
1721.33.02	0.1.14.000010	Transferência PSF	0,00
1721.33.03	0.1.14.000011	Transferência Saúde Bucal	0,00
1721.33.04	0.1.14.000012	Transferência - P.A.C.S	0,00
1721.33.05	0.1.14.000013	Transferência - PAB - Farmácia Básica	0,00
1721.33.06	0.1.14.000015	Transferência - Vigilância Sanitária	0,00
1721.33.07	0.1.14.000020	Transferência - Samu	0,00
172134.00		Transf. de Recursos do FNAS - FMAS	243.200,00
1721.34.01	0.1.29.000003	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-API/BIDO/PBT	0,00
1721.34.02	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/API/PBT/PBFI	72.000,00
1721.34.03	0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EA-DEPTMC	7.000,00
1721.34.04	0.1.29.000056	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-BPPETI/ACPE-TI/PVMC/SCFV	54.000,00
1721.34.05	0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/SAS-CPBF/IGD	26.000,00
1721.34.06	0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS	100,00
1721.34.07	0.1.29.000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMFC-2	78.000,00

1721.34.08	0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS	6.000,00
1721.34.09	0.1.29.000055	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-ACESSUAS	100,00
1721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	870.000,00
1721.35.01	0.1.15.000049	Transferências do Salário Educação*	570.000,00
1721.35.02	0.1.15.000050	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	55.000,00
1721.35.03	0.1.15.000051	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*/PNAC/PNAP	170.000,00
1721.35.04	0.1.15.000052	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00
1721.35.05	0.1.22.001002	Transf. FNDE-BRASIL ALFABETIZADO	5.000,00
		Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	23.000,00
1721.36.00	0.1.00.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	13.800,00
1721.36.00	0.1.01.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	5.750,00
1721.36.00	0.1.02.000000	Transf. Financ. Do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	3.450,00
1721.99.00		Outras Transferências da União	20.000,00
1721.99.01	0.1.00.000000	Demais Transferência da União - FEX	20.000,00
1722.00.00		Transferências dos Estados	8.200.771,00
1722.01.00		Participação na Receita dos Estados	7.595.000,00
		Cota-Parte do ICMS	5.800.000,00
1722.01.01	0.1.00.000000	Cota-Parte do ICMS	3.480.000,00
1722.01.01	0.1.01.000000	Cota-Parte do ICMS	1.450.000,00
1722.01.01	0.1.02.000000	Cota-Parte do ICMS	870.000,00
		Cota-Parte do IPVA	1.700.000,00
1722.01.02	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPVA	1.020.000,00
1722.01.02	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPVA	425.000,00
1722.01.02	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPVA	255.000,00
		Cota-Parte do IPI sobre Exportação	85.000,00
1722.01.04	0.1.00.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	51.000,00
1722.01.04	0.1.01.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	21.250,00
1722.01.04	0.1.02.000000	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	12.750,00
1722.01.13	0.1.16.000000	Cota-Parte da CIDE	10.000,00
1722.33.01	0.1.04	Transf. Pab - Farmacia Basica	0,00

1722.99.00		Outras Transferência dos Estados	605.771,00
1722.99.01.	0.1.22.001003	Transf. Transp. Escolar Estadual	585.000,00
1722.99.03.	0.1.29.001057	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-BASI C-CRAS	9.752,00
1722.99.04.	0.1.29.001058	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-S/BEV C	11.019,00
1724.00.00		Transferências Multi-governamentais	6.500.000,00
1724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	6.500.000,00
1724.01.01	0.1.18.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	3.900.000,00
1724.01.02	0.1.19.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	2.600.000,00
1730.00.00		Transferência de Instituições Privadas	9.900,00
1730.01.00	0.1.62.001004	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Apae	9.900,00
1730.02.00	0.1.62.001005	Transf. de Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude	0,00
1750.00.00		Transferências de Pessoas	20.000,00
1750.01.00	0.1.63.001006	Transf. de Pessoas/Fia/Apae	20.000,00
1760.00.00		Transferências de Convênios	219.000,00
1761.00.00		Transfência de Convênios da União e suas Entidades	0,00
1761.01.00		Transfência de Conv. Da União para SUS	0,00
1761.01.01	0.1.14.000016	Convênio FNS/ECD/DENGUE	0,00
1761.99.00		Outras Transfência de Conv. Da União	
1761.99.01	0.1.24.001007	Convênio PMG/ECT	8.000,00
1761.99.02	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS	1.000,00
1761.03.00		Transfência de Convênios da União Destin. A Prog. De Assist. Social	10.000,00
1761.03.01	0.1.24.001008	Convenio Projeto Juventude Cidadã	10.000,00
1762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	
1762.03.00		Transf. De Conv. Do Estado p/ Assist. Social	
1762.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00
1762.99.01	0.1.65.000000	Convênio Casan	200.000,00
1762.99.03		Convênio SEF - Creche - FMAS	0,00

1762.99.04		Convênio SEF - APAE - FMAS	0,00
1762.99.05		Convênio SSP - Parte Polícia Civil e Militar	0,00
1762.99.06		Convênio SSP - Parte Município	0,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	2.401.806,00
1910.00.00		Multas e Juros de Mora	715.206,00
1911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	46.000,00
		Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	15.000,00
1911.38.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	9.000,00
1911.38.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	3.750,00
1911.38.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	2.250,00
1911.39.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
1911.39.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ITBI	
		Multas e Juros de Mora sobre o ISS	15.000,00
1911.40.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	9.000,00
1911.40.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	3.750,00
1911.40.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	2.250,00
1911.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	16.000,00
1913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	668.600,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	606.000,00
1913.11.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	363.600,00
1913.11.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	151.500,00
1913.11.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	90.900,00
		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	35.300,00
1913.13.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	21.180,00
1913.13.00	0.1.01.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	8.825,00

1913.13.00	0.1.02.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	5.295,00
1913.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	27.300,00
1915.99.00	0.1.00.000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas	606,00
1918.00.00		Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	
1919.00.00		Multas de Outras Origens	200.000,00
19.19.15.00		Multas por Infração da Legislação de Trânsito	200.000,00
1919.15.00.01	0.1.64.000017	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Militar	65.000,00
1919.15.00.02	0.1.64.000018	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Civil	65.000,00
1919.15.00.03	0.1.64.000019	Multas por Infração da Legislação de Trânsito-Prefeitura	70.000,00
1920.00.00		Indenizações e Restituições	80.100,00
1921.00.00		Indenizações	0,00
1921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	0,00
1922.99.00		Outras Restituições	
1922.99.01	0.1.00	Restituição Gasto c/ Telefone	100,00
1922.99.02	0.1.00	Restituição Gasto/ INSS	80.000,00
1930.00.00		Receita da Dívida Ativa	1.381.500,00
1931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	1.380.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	1.200.000,00
1931.11.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	720.000,00
1931.11.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	300.000,00
1931.11.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	180.000,00
		Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	80.000,00
1931.13.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	48.000,00
1931.13.00	0.1.01.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	20.000,00
1931.13.00	0.1.02.000000	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	12.000,00
1931.99.00	0.1.00.000000	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	100.000,00
1932.00.00		Receita de Dívida Ativa não Tributária	1.500,00

1932.99.00	0.1.00.000000	Receita da Dívida Ativa Não Tributária de Outras Receitas	1.500,00
1990.00.00		Receitas Diversas	25.000,00
1990.02.01	0.1.00.000000	Receita Honorário Advogados	15.000,00
1990.99.00	0.1.00.000000	Outras Receitas	10.000,00
2000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	526.200,00
2100.00.00		Operações de Crédito	31.000,00
2110.00.00		Operações de Crédito Internas	0,00
2114.00.00		Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	0,00
2114.01.00		Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	0,00
2119.00.00		Outras Operações de Crédito Internas	31.000,00
2119.01.00	0.1.90.001100	Outras Operações de Crédito Internas-PMAT	1.000,00
2119.02.00	0.1.90.001101	Outras Operações de Crédito Internas-PRO-FDM	10.000,00
2119.03.00	0.1.90.001105	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Onibus	10.000,00
2119.04.00	0.1.90.001106	Outras Operações de Crédito Internas-BNDES-Pro-vias	10.000,00
2200.00.00		Alienação de Bens	20.000,00
2210.00.00		Alienação de Bens Móveis	20.000,00
2216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	10.000,00
2216.01.00	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-Fundeb	10.000,00
2216.02.00	0.1.92.001103	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados-FMS	0,00
2217.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
2217.01.00	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Não Vinculados	10.000,00
2400.00.00		Transferências de Capital	475.200,00
2470.00.00		Transferências de Convênio	475.200,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	311.000,00

2471.06.00	0.1.24.001009	Convênio Ministério do Espote - INDESP	10.000,00
2471.07.00	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio ambiente	110.000,00
2471.08.00	0.1.22.001011	Convênio FNDE	60.000,00
2471.09.00	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo	60.000,00
2471.10.00	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento	10.000,00
2471.11.00	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura	11.000,00
2471.12.00	0.1.23.001015	Convênio Ministério da Saúde	0,00
2471.13.00	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades	10.000,00
2471.14.00	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura	10.000,00
2471.15.00	0.1.24.001018	Convênio Ministério do Esportes-Contrato de Repasse	10.000,00
2471.16.00	0.1.24.001029	Convênio Ministério do Desenvolvimento Social	10.000,00
2471.17.00	0.1.24.001031	Convênio Ministério da Pesca	10.000,00
2472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	164.200,00
2472.06.00	0.1.24.001019	Convênio DETER	12.000,00
2472.07.00	0.1.23.001020	Convênio Secretaria de Estado da Saúde - FMS	0,00
2472.08.00	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Estado da Educação	20.000,00
2472.09.00	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra-Estrutura	102.200,00
2472.10.00	0.1.24.001023	Convênio Secretaria de Agricultura	20.000,00
2472.11.00	0.1.24.001030	Convênio Secretaria Estado Turismo	10.000,00
7000.00.00		Receitas Infra-Orçamentárias Correntes	
7600.00.00		Receitas Infra-Orçamentárias Correntes	
7600.41.00	0.1.61.000000	Serv. De Captação/Adução/Trat./Res. E Dist. De Agua	0,00
9000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.320.689,00
9100.00.00		Dedução da Receita Tributária	-960.000,00
		Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-960.000,00
911202.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-576.000,00
911202.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/Dev./Renuncia de IPTU	-240.000,00

911202.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/ Dev./Renuncia de IPTU	-144.000,00
9721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	-2.310.600,00
9721.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - FPM	-2.300.000,00
9721.01.05.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - ITR	-6.000,00
9721.36.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - ICMS Desoner.	-4.600,00
9722.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. Estados	-1.517.000,00
9722.01.01.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - ICMS	-1.160.000,00
9722.01.02.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - IPVA	-340.000,00
9722.01.04.02	0.1.01.000000	Dedução de Receita p/ Formação do FUN- DEB - IPI Exp.	-17.000,00
9900.00.00		Dedução de Outras Receitas Correntes	-533.089,00
		Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-486.000,00
9913.11.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-291.600,00
9913.11.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-121.500,00
9913.11.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At Ip	-72.900,00
		Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-28.368,00
9913.13.01.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-17.021,00
9913.13.02.00	0.1.01.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-7.092,00
9913.13.03.00	0.1.02.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At IS	-4.255,00
9913.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OT	-18.581,00
1915.99.00.00	0.1.00.000000	Dedução de Receita/ Dev./Ren.Mult Jur Mor Div At OR	-140,00

		SOMA	39.605.988,00
		UNIDADE GESTORA - IPREGOBA	2.830.000,00
1000.00.00		RECEITAS CORREN- TES	1.550.000,00
1200.00.00		Receitas de Contri- buições	550.000,00
1210.00.00		Contribuições Sociais	550.000,00
1210.29.00		Contribuições Previ- denciárias do Regime Próprio	550.000,00
1210.29.07	0.2.03.000000	Contribuição de Servi- dor Ativo Civil	550.000,00
1210.29.09		Contribuição de Servi- dor Inativo Civil	0,00
1210.29.11		Contribuição de Servi- dor Pensionista Civil	0,00
1300.00.00		Receita Patrimonial	1.000.000,00
1320.00.00		Receitas de Valores Mobiliários	1.000.000,00
1321.00.00		Juros de Títulos de Renda	1.000.000,00
1321.06.00		Títulos de Responsa- bilidade do Governo Federal	1.000.000,00
1321.06.01	0.2.94.001150	Títulos de Responsa- bilidade do Governo Federal - Vinc. ao RPPS	1.000.000,00
1324.00.00		Fundos de Investi- mentos	0,00
1324.04.00		Fundos de Aplicações em Cotas - Renda Variável	0,00
1900.00.00		Outras Receitas Correntes	0,00
1910.00.00		Multas e Juros Mora	0,00
1912.00.00		Multas e Juros de Mora das Contribui- ções	0,00
1912.34.00		Multas e Juros de Mora Contr. Plano Seg. Social Serv. Público*	0,00
		SOMA	1.550.000,00
		Transferências Finan- ceiras Recebidas	
7210.29.01.00	0.2.03.000000	Contribuição Previ- denciária Patronal	1.100.000,00
7210.29.13.00	0.2.03.000000	Contribuição Previ- denciária para Amorti- zação do Déficit	180.000,00
		Taxa de Administra- ção	
		SOMA	
		TOTAL	2.830.000,00
SUB TOTAL GERAL			42.435.988,00

		UNIDADE GESTORA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.816.909,00
1000.00.00		RECEITAS CORRENTES	3.196.900,00
1300.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	16.800,00
1325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	16.800,00
1325.01.03		Receita Remuneração de Dep.de Rec Vinc-F Saude	16.800,00
1325.01.03.01	0.2.14.000060	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AT BASICA	10.000,00
1325.01.03.02	0.2.14.000061	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL MAC	5.000,00
1325.01.03.03	0.2.14.000062	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL VIG EM SAUDE	500,00
1325.01.03.04	0.2.14.000063	Receita Remun. De Dep. De Rec Vinc-BL AFB	1.000,00
1325.01.03.05	0.2.62.001005	Rec. De Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. -Fia-Gerdau-Unid Saude	300,00
1700.00.00		Transferências Correntes	3.180.100,00
1721.33.00.00.00		Transf. De Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.936.000,00
1721.33.00.01.00		Bloco da Atenção Básica	1.758.000,00
1721.33.00.01.01	0.2.14.000060	Transferência PAB FIXO	500.000,00
1721.33.00.01.02	0.2.14.000064	Transferência ESF	288.000,00
1721.33.00.01.03	0.2.14.000065	Transferência Saude Bucal	170.000,00
1721.33.00.01.04	0.2.14.000066	Transferência PACS	420.000,00
1721.33.00.01.xx	0.2.14.000071	Transf. NASF	130.000,00
1721.33.00.01.05	0.2.14.000073	Transferência Pab Variável PMAQ	250.000,00
1721.33.00.02.00		Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade	1.010.000,00
1721.33.00.02.01	0.2.14.000061	Transferência MAC	530.000,00
1721.33.00.02.02	0.2.14.000067	Transferência CAPS	330.000,00
1721.33.00.02.03	0.2.14.000068	Transferência SAMU	150.000,00
1721.33.00.03.00		Bloco da Vigilância em Saúde	78.000,00
1721.33.00.03.01	0.2.14.000062	Transferência Vig. Sanitária	28.000,00
1721.33.00.03.02	0.2.14.000069	Transferência Dengue-Vig.Epidemiológica	50.000,00
1721.33.00.00.04		Bloco da Assistência Farmacêutica	90.000,00
1721.33.00.04.01	0.2.14.000063	Transferência Farmácia Basica	90.000,00

1722.33.00.00.00		Transf. De Recursos do Estado p/Programa de Saude	244.000,00
1722.33.00.01.00		Bloco da Atenção Básica	174.000,00
1722.33.00.01.01	0.2.14.000070	Transf. Cofinanciamento-ESF-Incentivo	160.000,00
1722.33.00.01.02	0.2.14.000071	Transf. NASF	14.000,00
1722.33.00.02		Bloco da Assistência Farmacêutica	70.000,00
1722.33.00.02.01	0.2.14.000072	Transf. Farmácia Básica	70.000,00
17.300.000		Transf. De Instituições Privadas	100,00
1730.00.01	0.2.62.001005	Transf. De Instituições Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude	100,00
20.000.000		RECEITAS DE CAPITAL	541.100,00
2200.00.00		Alienação de Bens	10.000,00
2216.02.00	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis Aquiridos com Recursos Vinculados-FMS	10.000,00
2400.00.00		Transferência de Capital	531.100,00
2471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	510.000,00
24.71.06.00	0.2.23.001015	Convenio Ministério da Saúde	10.000,00
24.71.XX.XX	0.2.23.001053	Convenio Ministério da Saúde-UPA	500.000,00
2472.00.00		Transferência de Convênios dos Estados e suas Entidades	21.100,00
2472.06.00	0.2.23.001020	Convenio Secretaria Estado da Saude	21.100,00
		SOMA RECEITA	3.738.000,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.00	3.506.469,00
		TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA 0.1.02	4.572.440,00
		Transf. Do Município	8.078.909,00
		TOTAL FUNDO DE SAUDE	11.816.909,00
		TOTAL GERAL DA RECEITA CONSOLIDADA	46.173.988,00

Memória e Metodologia de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

01. O estudo para estimativa das receitas levou em consideração as variáveis capazes de afetar cada uma das fontes de recursos, como índice de inflação, crescimento econômico, crescimento populacional, alteração da legislação tributária, recadastramento imobiliário, intensificação da fiscalização, incentivos fiscais, aperfeiçoamento da máquina arrecadadora, etc.

02. Para projeção das receitas, levou-se em consideração uma previsão de inflação da ordem de 4% (quatro por cento), um crescimento econômico do país em torno de 2% (dois por cento), além da correção da planta de valores para arrecadação dos tributos e intensificação na fiscalização municipal.

03. Levamos em consideração, também, o efetivo censo escolar de 2014 para determinação dos valores de retorno do FUNDEB.

04. Previmos ainda, a realização de convênios com os Governos Federal e Estadual e a alienação de bens móveis inservíveis.

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa

MUNICÍPIO DE GAROPABA

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015

R\$ 1,00

CÓDIGO	PROGRAMA	CÓDIGO	R\$
	UNIDADE GESTORA PREFEITURA	DR	2015
1	Processo Legislativo	0.1.00.000000	1.919.000,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Prefeito)	0.1.00.000000	1.201.000,00
6	Gestão Administrativa Superior (Gabinete do Vice-Prefeito)	0.1.00.000000	800,00
9	Administração Geral e Planejamento	0.1.00.000000	1.740.362,00
		0.1.60.000000	121.000,00
		0.1.24.001007	8.100,00
		0.1.92.001104	10.000,00
12	Administração Financeira e Tributária	0.1.00.000000	904.000,00
		0.1.90.001100	1.100,00
16	Administração Orçamen- tária e Contabilidade	0.1.00.000000	406.100,00
25	Saúde para a População	0.1.00.000000	3.506.469,00
		0.1.02.000000	4.572.440,00
		0.2.14.000060	510.000,00
		0.2.14.000061	535.000,00
		0.2.14.000062	28.500,00
		0.2.14.000063	91.000,00
		0.2.14.000064	288.000,00
		0.2.14.000065	170.000,00
		0.2.14.000066	420.000,00
		0.2.14.000067	330.000,00
		0.2.14.000068	150.000,00
		0.2.14.000069	50.000,00
		0.2.14.000070	160.000,00
		0.2.14.000071	144.000,00
		0.2.14.000072	70.000,00
		0.2.14.000073	250.000,00
		0.2.23.001015	10.000,00
		0.2.23.001020	21.100,00

		0.2.23.001053	500.000,00
		0.2.62.001005	400,00
		0.2.92.001103	10.000,00
56	Assistência Social e Habitação	0.1.00.000000	655.300,00
		0.1.24.001008	10.000,00
		0.1.24.001025	1.000,00
		0.1.24.001029	10.000,00
		0.1.29.000004	72.500,00
		0.1.29.000005	6.000,00
		0.1.29.000007	78.000,00
		0.1.29.001001	26.000,00
		0.1.29.001024	100,00
		0.1.29.001044	6.000,00
		0.1.29.001055	100,00
		0.1.29.001056	54.000,00
		0.1.29.001057	9.752,00
		0.1.29.001058	11.019,00
		0.1.00.000000	15.200,00
		0.1.62.001004	9.900,00
		0.1.63.001006	20.000,00
28	Educando com Qualidade	0.1.00.000000	987.800,00
		0.1.01.000000	3.676.133,00
		0.1.15.000049	576.000,00
		0.1.15.000050	55.000,00
		0.1.15.000051	170.300,00
		0.1.15.000052	70.000,00
		0.1.18.000000	6.513.800,00
		0.1.19.000000	1.200,00
		0.1.22.001002	5.300,00
		0.1.22.001003	585.000,00
		0.1.22.001011	60.000,00
		0.1.22.001021	20.000,00
		0.1.24.001014	11.000,00
		0.1.29.000005	1.000,00
		0.1.90.001105	10.000,00
		0.1.92.001102	10.000,00
31	Obras e Serviços para o bem estar da população	0.1.00.000000	4.665.813,00
		0.1.16.000000	11.000,00
		0.1.17.000000	950.500,00
		0.1.24.001010	110.000,00
		0.1.24.001013	10.000,00
		0.1.24.001016	10.000,00
		0.1.24.001019	12.000,00
		0.1.24.001022	102.200,00
		0.1.64.000017	65.325,00
		0.1.64.000018	65.325,00
		0.1.64.000019	70.350,00
		0.1.65.000000	201.000,00
		0.1.90.001101	10.000,00
		0.1.90.001106	10.000,00
33	Planejando o Futuro	0.1.00.000000	609.000,00

48	Atendimento aos Agricultores e Pescadores	0.1.00.000000	972.800,00
		0.1.24.001017	10.000,00
		0.1.24.001023	20.000,00
		0.1.24.001031	10.000,00
51	Garopaba Quatro Estações	0.1.00.000000	1.757.900,00
		0.1.24.001012	60.000,00
		0.1.24.001009	10.000,00
		0.1.24.001018	10.000,00
		0.1.24.001030	10.000,00
0	Encargos Gerais	0.1.00.000000	1.685.000,00
9999	Reserva de Contingência	0.1.00.000000	30.000,00
60	Regime Próprio de Previdência	0.2.03.000000	2.830.000,00
	TOTAL GERAL		46.173.988,00

Memória e Metodologia de Cálculo da Meta Fiscal de Despesa

O estudo para definição das prioridades e metas para 2015 levou em consideração os seguintes aspectos:

01. Os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual;
02. O volume de recursos previstos para 2015;
03. Os custos de operação e manutenção dos serviços já criados;
04. A geração de despesas oriundas da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
05. O crescimento nominal dos gastos com ações continuadas nos últimos três exercícios;
06. A inflação projetada para 2015, medida pela variação do INPC, estimada em 4,0%;
07. O custo unitário das diversas obras priorizadas para 2015, conforme memorial descritivo, orçamento ou revistas especializadas.

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS PRIMÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
GRUPO	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
PRIMÁRIA	0.1.00.000000	Recursos Ordinários
	0.1.01.000000	Recursos 25% Educação
	0.1.02.000000	Recursos 15% Saúde
	0.1.15.000049	Convênio Salário Educação
	0.1.15.000050	FNDE/PDDE
	0.1.15.000051	FNDE/Merenda Escolar
	0.1.15.000052	Transferência PNTE - Federal
	0.1.16.000000	Convênio CIDE
	0.1.17.000000	COSIP
	0.1.18.000000	Transferência FUNDEB - 60%
	0.1.19.000000	Transferência FUNDEB - 40%
	0.1.22.001002	Transferência FNDE - Brasil Alfabetizado
	0.1.22.001003	Transferência Transporte Escolar Estadual
	0.1.22.001011	FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
	0.1.22.001021	Convênio Secretaria de Educação
	0.1.24.001007	Recursos PMG/ECT
	0.1.24.001008	Convênio Juventude Cidadã

	0.1.24.001009	Convênio Ministério dos Esportes
	0.1.24.001010	Convênio Ministério do Meio-Ambiente
	0.1.24.001012	Convênio Ministério do Turismo
	0.1.24.001013	Convênio Ministério do Planejamento
	0.1.24.001014	Convênio Ministério da Cultura
	0.1.24.001016	Convênio Ministério das Cidades
	0.1.24.001017	Convênio Ministério da Agricultura
	0.1.24.001018	Convênio Ministério dos Esportes- Contra Repasse
	0.1.24.001019	Convênio DETER
	0.1.24.001022	Convênio Secretaria de Estado Infra Estrutura
	0.1.24.001023	Convênio Secretaria da Agricultura
	0.1.24.001025	Convênio Ministério das Cidades-FNHIS
	0.1.29.000004	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PAC/BINF/PBT
	0.1.29.000005	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PPD/EADE/PTMC
	0.1.29.000006	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PBPETI/ACPETI
	01.29.0000007	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-PMTC-2
	0.1.29.001001	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CPBF/IGD
	0.1.29.001024	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-CRAS
	0.1.29.001044	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-IGD-SUAS
	0.1.29.001055	Transf. PMG/FMAS/SF/FNAS-ACES-SUAS
	0.1.29.001056	Transf. PMG/FMAS/SAS-BPPETI/ACPETI/PVMC/SCFV
	0.1.29.001057	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-BASIC-CRAS
	0.1.29.001058	Transf. PMG/SST/-FEAS/FMAS-S/BEV C
	0.1.60.000000	Recursos FUNREBOM
	0.1.65.000000	Recursos FMSB
	0.1.62.001004	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CNPJ
	0.1.63.001006	Recursos Vinculados - GERDAL FIA APAE-CPF
	0.1.64.000017	Multas de Trânsito-Militar
	0.1.64.000018	Multas de Trânsito-Civil
	0.1.64.000019	Multas de Trânsito-Prefeitura
	0.2.14.000060	Transf. BL AT BASICA-PAB FIXO
	0.2.14.000061	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-MAC
	0.2.14.000062	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG SANITARIA
	0.2.14.000063	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA FEDERAL
	0.2.14.000064	Transf. BL AT BASICA-ESF
	0.2.14.000065	Transf. BL AT BASICA-SAUDE BUCAL
	0.2.14.000066	Transf. BL AT BASICA-PACS
	0.2.14.000067	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-CAPS
	0.2.14.000068	Transf. BL ALT/MED/COMPLEX.-SAMU
	0.2.14.000069	Transf. BL VIG EM SAUDE-VIG EPI-DEMIOLÓGICA
	0.2.14.000070	Transf. BL AT BASICA-ICENTIVO ESF
	0.2.14.000071	Transf. BL AT BASICA-NASF

	0.2.14.000072	Transf. BL AFB-FARMACIA BASICA ESTADUAL
	0.2.14.000073	Transf. BL -AT BASICA-PMAQ
	0.2.23.001015	Convênio Ministério da Saúde
	0.2.23.001020	Convênio Secretaria da Saúde
	0.2.23.001053	Convênio Secretaria da Saúde-UPA
	0.2.24.001200	Convênio Ministério da Cultura
	0.2.24.001201	Convênio Secretaria de Estado da Cultura
	0.2.62.001005	Transfer. Inst. Privadas-Gerdau/Fia/Unid Saude
	0.2.03.000000	Contribuição do Regime Proprio de Previdência

TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS - RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS

CLASSIFICAÇÃO	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
IDUSO	0.X.XX	Recursos não destinados a contrapartida
GRUPO	0.1.XX	Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
NÃO-PRIMÁRIA	0.1.90.001100	Recursos PMAT
	0.1.90.001101	Recursos BADESC PRO - FDM
	0.1.90.001105	Recursos BNDES-Onibus
	0.1.90.001106	Recursos BNDES-Pró-Vias
	0.1.92.001102	Alienação de Bens Móveis-Educação
	0.1.92.001104	Alienação de Bens Móveis - Outros Não Vinculados
	0.2.92.001103	Alienação de Bens Móveis - Saúde

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário
R\$ 1,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.221.521,00	669.242,00	216.122,00	16.226,00
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível				
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados				
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I - II)	1.221.521,00	669.242,00	216.122,00	16.226,00
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	123.810,00	96.914,00	56.570,00	16.226,00

DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	1.097.711,00	572.328,00	159.552,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (VI de X1 - VI de X0)		-525.383,00	-412.776,00	-159.552,00

Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS		
	2015	2016	2017
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	669.152,00	216.122,00	16.226,00
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	572.238,00	159.552,00	0,00
Precatórios posteriores a 05.05.2000			
Operações de crédito inferiores a 12 meses			
Parcelamento de dívidas			
De tributos			
De contribuições Sociais			
Previdenciárias	96.914,00	56.570,00	16.226,00
Demais contribuições Sociais			
Do FGTS			
Outras dívidas			
DEDUÇÕES (II)			
Ativo Disponível			
Haveres Financeiros			
(-) Restos a pagar processados			
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC			
Precatórios anteriores a 05.05.2000			
Insuficiência financeira			
Outras obrigações			
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	669.152,00	216.122,00	16.226,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	37.955.999,00	40.233.358,00	42.647.360,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	1,76	0,53	0,03

A meta fiscal montante da dívida para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2014, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2017.

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICÍPIO DE GAROPABA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2015

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")
EXERCÍCIO RECEITA PREVIDENCIÁRIA(a) DESPESA PREVIDEN-
CIÁRIA

(b)

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO

(c) = (a-b)

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

(d) = (d exerc. Anterior) +(c)

2012 0,00 0,00 0,00

12.976.193,49

2013

1.316.765,78

365.555,30

951.210,48

13.927.403,97

2015

1.232.783,42

431.738,07

801.045,35

14.728.449,32

2015

1.159.119,34

476.898,36

682.220,98

15.410.670,30

2016

1.095.777,50

499.921,95

595.855,55

16.006.525,85

2017

1.023.895,58

555.593,67

468.301,91

16.474.827,76

2018

967.293,86

574.777,55

392.516,31

16.867.344,07

2019

908.883,77

604.152,71

304.731,06

17.172.075,13

2020

801.781,03

778.324,65

23.456,38

17.195.531,51

2021

725.097,79

869.847,91

-144.750,12

17.050.781,39

2022

656.180,14

942.886,72

-286.706,58

16.764.074,81

2023

581.248,03

1.037.371,38

-456.123,35

16.307.951,46

2024

515.869,99

1.106.451,29

-590.581,30

15.717.370,16

2025

451.792,41

1.173.593,76

-721.801,35

14.995.568,81

2026

396.921,84

1.216.474,60

-819.552,76

14.176.016,05

2027

353.009,44

1.230.994,22

-877.984,78

13.298.031,27

2028

321.349,36

1.214.182,29

-892.832,93

12.405.198,34

2029

277.045,04

1.237.639,25

-960.594,21

11.444.604,13

2030

245.996,98

1.225.600,35

-979.603,37

10.465.000,76

2031

215.857,57

1.213.946,17

-998.088,60

9.466.912,16

2032

191.552,12

1.188.831,32

-997.279,20

8.469.632,96

2033

177.834,71

1.136.555,15

-958.720,44

7.510.912,52

2034

157.860,17

1.106.407,58

-948.547,41

6.562.365,11

2035

145.283,90

1.058.912,57

-913.628,67

5.648.736,44

2036

135.102,72

1.008.240,39

-873.137,67

4.775.598,77

2037

123.675,39

964.707,32

-841.031,93

3.934.566,84

2038

108.442,11

934.558,75

-826.116,64

3.108.450,20

2039

96.953,59

897.343,59

-800.390,00

2.308.060,20

2040

92.963,77

841.852,03

-748.888,26

1.559.171,94

2041

88.543,49

790.822,57

-702.279,08

856.892,86

2042

84.105,05

743.356,76

-659.251,71

197.641,15

2043

81.352,74

694.007,77

-612.655,03

-415.013,88

2044

77.609,27

650.443,26

-572.833,99

-987.847,87

2045

75.389,09

605.198,46

-529.809,37

-1.517.657,24

2046

967,40

558.436,71

-557.469,31

-2.075.126,55

2047

908,79

512.404,09

-511.495,30

-2.586.621,85

2048

365,93

470.656,19

-470.290,26

-3.056.912,11

2049

343,68

429.991,61

-429.647,93

-3.486.560,04

2050

322,36

392.074,47

-391.752,11

-3.878.312,15

2051

0,01

357.536,58

-357.536,57

-4.235.848,72

2052

0,01

324.283,44

-324.283,43

-4.560.132,15

2053

0,01

292.891,04

-292.891,03

-4.853.023,18

2054

0,01

263.957,41

-263.957,40

-5.116.980,58

2055

0,01

236.610,21

-236.610,20

-5.353.590,78

2056

0,01

210.907,04

-210.907,03

-5.564.497,81

2057

0,01

187.686,10

-187.686,09

-5.752.183,90

2058

0,01

166.947,34

-166.947,33

-5.919.131,23

2059

0,01

147.182,67

-147.182,66

-6.066.313,89

2060

0,01

129.644,55

-129.644,54

-6.195.958,43

2061

0,01

113.616,99

-113.616,98

-6.309.575,41

2062

0,01

99.195,64

-99.195,63

-6.408.771,04

2063

0,01

86.424,48

-86.424,47

-6.495.195,51

2064

0,01

75.166,64

-75.166,63

-6.570.362,14

2065

0,01

64.231,82

-64.231,81

-6.634.593,95

2066

0,01

55.128,83

-55.128,82

-6.689.722,77

2067

0,01

47.058,66

-47.058,65

-6.736.781,42

2068

0,01

39.513,34

-39.513,33

-6.776.294,75

2069

0,01

33.247,68

-33.247,67

-6.809.542,42

2070

0,01

28.054,04

-28.054,03

-6.837.596,45

2071

0,01

23.474,89

-23.474,88

-6.861.071,33

2072

0,01

19.228,50

-19.228,49

-6.880.299,82

2073

0,01

15.934,22

-15.934,21

-6.896.234,03

2074

0,01

12.687,15

-12.687,14

-6.908.921,17

2075

0,01

9.988,92

-9.988,91

-6.918.910,08

2076

0,01

8.175,80

-8.175,79

-6.927.085,87

2077

0,01

6.480,96

-6.480,95

-6.933.566,82

2078

0,01

5.185,16

-5.185,15

-6.938.751,97

2079

0,01

4.149,92

-4.149,91

-6.942.901,88

2080

0,01

3.232,05

-3.232,04

-6.946.133,92

2081

0,01

2.583,09

-2.583,08

-6.948.717,00

2082

0,01

1.887,40

-1.887,39

-6.950.604,39

2083

0,01

1.390,64

-1.390,63

-6.951.995,02

2084

0,01

1.152,06

-1.152,05

-6.953.147,07

2085

0,01

925,12

-925,11

-6.954.072,18

2086

0,01

0,00

0,01

-6.954.072,17

FONTE:

Nota:

APR de 2015 = RC de 2015 - RC de 2014

APR de 2015 = 37.955.999,00 - 33.369.958,00

APR de 2015 = 4.586.041,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA DEMONSTRATIVO IX - 01

PRIORIDADES E METAS PARA 2015

DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0001 - PROCESSO LEGISLATIVO

DIAGNÓSTICO:

O Legislativo municipal, composto por 9 (nove) vereadores, funciona sem sede própria, com autonomia financeira, com apoio de 10 (dez) servidores.

DIRETRIZES:

Realização de sessões ordinárias, conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocados; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis, apresentação de projetos, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.

OBJETIVOS:

Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
1 - Funcionamento e manutenção da Câmara de Vereadores	Sessão	Un	40	1.919.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.919.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO IX - 02

PRIORIDADES E METAS PARA 2015
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO PREFEITO)

DIAGNÓSTICO:

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito e sua Assessoria.

DIRETRIZES:

Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; Defesa Civil, planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.

OBJETIVOS:

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
2 - Aquisição de Terreno p/ Construção da Sede Fórum	Área	m²	400	1.000,00	
3 - Funcionamento e manutenção do Gabinete do Prefeito	Manutenção	Manutenção	01	1.199.600,00	0.1.00.000000
79 - Func. e Manut. Do Fundo Mun. Prot. E Defesa Civil - FUMPDEC	Manutenção	Manutenção	01	400,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.201.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 03	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0006 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR (GABINETE DO VICE- PREFEITO)					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Vice-Pre- feito e sua Assessoria.					
DIRETRIZES: Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompa- nhamento do processo legislativo; publicação de atos da administração; coordenação de audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do Sistema de Controle Interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.					
OBJETIVOS: Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração; envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.					
AÇÕES	PRODU- TO	UNIDADE DE MEDI- DA	META	VALOR	DR
4 - Funcio- namento e manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	Manu- tenção	Manuten- ção	01	800,00	0.1.00.000000
TOTAL				800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 04	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0009 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E PLANEJAMENTO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Administração e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Planejamento e o acompanhamento de programas e projetos, consolidando os indicadores e analisando-os periodicamente de forma integrada. Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar as atividades relativas aos serviços de atendimento ao cidadão, protocolo, comunicações, reprografia, zeladoria, segurança do Paço Municipal e patrimonial. Execução das atividades relativas ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas de tecnologia da informação mantidos pela Prefeitura Municipal; Promoção da administração de pessoal, em consonância com a política de recursos humanos e execução da gestão de compras, licitações e contratos. Apoio Administrativo ao Conselho tutelar. Administração e coordenação geral da Administração.					
OBJETIVOS: Modernização dos sistemas administrativos/gerenciais de pessoal, patrimônio, compras, planejamento, informática e comunicação. Reformulação da legislação de pessoal com implantação de estatuto, plano de carreira, cargos e salários. Realização de concurso público e capacitação de pessoal. Modernização dos sistemas de informação e do parque de informática. Aperfeiçoamento da comunicação interna e institucional do Executivo Municipal. Produzir os relatórios gerenciais de acordo com as normas do controle interno. Atrair e efetivar recursos das mais diversas fontes legais para todas as áreas da administração municipal. Integrar e coordenar as ações da administração municipal.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR

5 - Aquisição de Veículos	Veículo	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.92.001104
6 - Funcionamento e manutenção da Secretaria de Administração	Manutenção	Manutenção	01	1.570.362,00 8.100,00	0.1.00.000000 0.1.24.001007
7 - Apoio ao Fórum de Garopaba	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
8 - Aquisição de Veículos (FUNRE-BOM)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.60.000000
9 - Funcionamento e manutenção do Funre-bom	Manutenção	Manutenção	01	120.000,00	0.1.60.000000
33 - Apoio ao Conselho Tutelar	Manutenção	Manutenção	01	168.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.879.462,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 05	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0012 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria da Fazenda e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Gerenciamento e controle da movimentação econômica das empresas, quanto a entradas e saídas de mercadorias, para apuração do coeficiente de distribuição do ICMS, Gerenciar e controlar os sistemas de emissão da nota fiscal eletrônica e-nota, livro eletrônico para fins de apuração de do issqn, Regin - registro mercantil integrado e cidadão web; cadastro e identificação de Imóveis; controle dos processos administrativos relativos às questões tributárias e financeiras; atualização dos cadastros imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, arrecadação de tributos e outras receitas, etc.					
OBJETIVOS: Manter o controle dos atos de gestão fiscal e dos serviços gerais da administração tributária e financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, responde pela previsão, lançamento, cobrança, controle, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais, garantir as fontes próprias de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
10 - Funcionamento da Secretaria da Fazenda	Manutenção	Manutenção	01	904.000,00	0.1.00.000000
11 - Desenvolvimento do PMAT	Manutenção	Manutenção	01	1.100,00	0.1.90.001100
TOTAL				905.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 06	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0016 - ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTABILIDADE					
DIAGNÓSTICO: A Secretaria Municipal de Orçamento e Contabilidade, estruturada na Diretoria Técnica de Contabilidade e Diretoria Administrativa de Tesouraria conta com 05 servidores para desempenho de suas funções. Ela é responsável pela condução do processo de elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA); planejamento financeiro através do desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, elaboração da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso; execução orçamentária; registro contábil dos fenômenos econômicos; emissão e publicação dos relatórios da LRF; emissão dos balancetes e balanços; prestação de contas; preparação dos dados e informações a serem enviadas ao Tribunal de Contas; cumprimento da agenda de obrigações de responsabilidade das diretorias.					
DIRETRIZES: Gerenciamento da movimentação e registros dos bens; controle dos processos administrativos relativos a questões financeiras; Coordenação do orçamento, participação na elaboração e fiscalização das metas fixadas em contratos; pagamento a fornecedores; controle dos saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração Tributária e financeira, controle da aplicação de recursos próprios e vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.					
OBJETIVOS: Manter o controle dos atos de gestão fiscal, contábil, e dos serviços gerais da administração financeira fiscal, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões. Controlar a arrecadação, garantir o controle das fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional relativo aos demais limites.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
12 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Orçamento e Contabilidade	Manutenção	Manutenção	01	406.100,00	0.1.00.000000
TOTAL				406.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	DEMONSTRATIVO IX - 07
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA	
PROGRAMA: 0028 - EDUCANDO E PRESERVANDO A CULTURA COM QUALIDADE	

DIAGNÓSTICO:

O Município de Garopaba possui 14 escolas do pré escolar ao ensino fundamental das séries iniciais, 06 centro de educação infantil totalizando 1998 alunos. Contando com 302 profissionais. Atendemos o EJA de Ensino Fundamental e o Programa Brasil Alfabetizado. O transporte escolar diário atende 1.032 alunos da rede municipal, 1100 alunos da rede estadual através de convenio com o governo estadual e programas do governo federal, este é realizado com 05 ônibus, 08 micro - ônibus e uma transit e o fretamento de 05 ônibus. Há necessidade de renovar e ampliar a frota, capacitar professores, e construir, reformar, manter e equipar as escolas. Levando em conta que Garopaba é uma cidade que desde a sua fundação recebeu elementos provenientes de culturas externas. Foi a partir da soma destes elementos ao que já havia aqui que resultou no que hoje é o nosso município. E que cada um destes grupos étnicos contribuiu para a formação cultural do nosso município em certo grau, nos deixando um rico legado traduzido na forma dos mitos, crenças, hábitos e atividades que, até hoje foi transmitido de geração para geração através da oralidade. Este legado constitui o que denominamos "conhecimentos tradicionais". É preciso realizar um resgate destes "conhecimentos tradicionais" e apresentá-los às novas gerações e para as pessoas que vem todos os anos dos mais variados destinos visitar nossa cidade.

DIRETRIZES:

Melhoria e ampliação da rede física, aquisição de equipamentos para as escolas, melhoria das condições do transporte escolar, ampliação do programa merenda escolar, ampliação da rede física do Ensino Infantil, capacitar professores e compor as escolas com área para esporte, biblioteca, laboratório de informática e parque infantil. Criar e desenvolver meios que possibilitem o resgate e a manutenção dos "conhecimentos tradicionais" que constituem o arcabouço cultural de Garopaba. Planejar e acompanhar programas e projetos que visem desenvolver em nosso cidadão o hábito de consumir as mais diferentes formas de expressão culturais.

OBJETIVOS:

Dar mais qualidade a Educação no município visando melhorar a frequência escolar e a valorização do docente, realizar um trabalho de resgate e preservação da nossa história e cultura.

AÇÕES	PRODUTO	UN. DE MEDIDA	META	VALOR	DR
13 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	Manutenção	Manutenção	01	200,00	01.01.000000
14- Construção, Ampliação e Reforma de Escolas Ensino Fundamental	Área	m²	450	100,00 101.000,00 485.000,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.19.000000 0.1.22.001021
15 - Aquisição de Veículos Escolares	Veículo	Un	01	100,00 1.000,00 60.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.22.001011 0.1.90.001105 0.1.92.001102
16 - Construção de Biblioteca	Área	m²	100	2.000,00 2.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000
17 - Construção do Museu Municipal	Área	m²	100	6.000,00 11.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001014

18- Construção, Reforma e Ampliação de Escolas para a Educação Infantil	Área	m²	300	50.000,00 1.000,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001021
19- Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico	Área	m²	200	1.000,00	0.1.00.000000
20- Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	Aluno/dia	Un	1998	65.000,00 170.300,00	0.1.00.000000 0.1.15.000051
21 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	Aluno/dia	Um	1998	270.100,00 2.298.333,00 91.000,00 55.000,00 5.059.750,00 500,00 5.300,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000049 0.1.15.000050 0.1.18.000000 0.1.19.000000 0.1.22.001002
22 - Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Un	1200	10.000,00 960.100,00 70.000,00 300,00 585.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.15.000052 0.1.19.000000 0.1.22.001003
23 - Manutenção do EJA	Aluno	Um	200	6.100,00 20.300,00 130.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.18.000000
24 - Manutenção da Educação Infantil	Criança	Dia	250	10.100,00 292.100,00 1.324.050,00 200,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.18.000000 0.1.19.000000
25 - Manutenção da Educação Especial	Criança	Dia	100	102.300,00 100,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.01.000000 0.1.29.000005
26 - Apoio ao Universitário	Aluno	Un	50	312.000,00	0.1.00.000000
27 - Apoio a Cultura	Manutenção	Manutenção	01	153.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				12.752.533,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX - 08PRIORIDADES E METAS PARA 2015
DAS DESPESAS POR PROGRAMAPROGRAMA:
0056 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO

DIAGNÓSTICO:

O município de Garopaba, apesar de ser um balneário turístico, enfrenta problemas de ordem econômica e social.

A população nativa, que por muitos anos viveu através de atividades de pesca e agricultura de subsistência, hoje praticamente não consegue mais sobreviver destas atividades. Além disso, maioria da população possui baixo nível de escolaridade, e, portanto, grande parte da mão-de-obra é absorvida em empregos de baixa qualificação, temporários e informais.

Após o término do verão, observa-se que aumenta significativamente o número de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Além disso, o município de Garopaba possui um grande déficit habitacional, seja por construção, ampliação ou reforma de moradias. Há, portanto, uma grande demanda por unidades habitacionais estruturadas, bem como, por pavimentação de ruas, boa iluminação noturna, linha viária adequada, dentre outras necessidades referentes à habitação de interesse social.

DIRETRIZES:

- Ampliar o número de atendimento às famílias, levando em conta o aumento da população e o agravamento das questões sociais;
 - Fortalecer a rede sócio-assistencial local, através do apoio dos conselhos e do órgão gestor, levando em conta as diretrizes do SUAS;
 - Aprimorar a estrutura de gestão e do Fundo de Assistência Social em consonância com o Plano de Assistência;
 - Construir Unidades de Assistência Social;
- Acompanhamento familiar e comunitário da população usuária da política habitacional.

Por níveis de Proteção

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

- Acompanhamento familiar pelo PAIF
- Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC
- Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico
- Reordenamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

- Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas
- Identificação e cadastramento de crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil
- Ampliar os serviços de alta-complexidade (abrigo de idosos, crianças e adolescentes), consórcio com outros municípios.

OBJETIVOS: Garantir os direitos sociais e a cidadania aos usuários da assistência social, através do reordenamento da política de assistência social, e dar continuidade, implementação e implantação de programas, projetos, serviços e benefícios, nos eixos de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, aprimoramento da gestão e da rede Sócio-Assistencial, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Prestar um serviço qualificado à comunidade, realizando as ações necessárias para que o direito à habitação seja respeitado.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
29 - Aquisição de veículo (FMAS)	Veículo	Un	01	1.000,00	0.1.00.000000
30 - Construção de Unidades de Assistência Social - CRAS-CREAS (FMAS)	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001029
31 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	627.200,00 72.500,00 6.000,00 78.000,00 26.000,00 100,00 6.000,00	0.1.00.000000 0.1.29.000004 0.1.29.000005 0.1.29.000007 0.1.29.001001 0.1.29.001024 0.1.29.001044
				100,00	0.1.29.001055
				54.000,00	0.1.29.001056
				9.752,00	0.1.29.001057
				11.019,00	0.1.29.001058

32 - Projeto Juventude de Cidadã (FMAS)	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001008
34 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais (FMHIS)	Obra	Un	20	15.100,00 900,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
35 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS)	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00 100,00	0.1.00.000000 0.1.24.001025
TOTAL				939.771,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 09	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0031 - OBRAS E SERVIÇOS PARA O BEM ESTAR DA POPULAÇÃO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Infra-Es- trutura em parceria com as demais secretarias e órgãos competentes, e terá como finalidade a execução de obras para promoverem o desen- volvimento do Município de Garopaba, como as melhorias e construção de praças, pavimentação de ruas, construção de passeios públicos, construção de prédio para funcionamento do Centro Administrativo Mu- nicipal, elaboração de projeto e execução de obras para a rede de coleta de esgoto e tratamento do efluente final do esgoto doméstico e tendo o Município em sua grande maioria rodovias e estradas revestidas em sa- ibro, é necessária a constante manutenção dessas vias urbanas e rurais. A coleta de resíduos (lixo) e seu destino final devem ser efetuadas e fiscalizadas constantemente.					
DIRETRIZES: Execução e fiscalização de obras a serem realizadas pelo Poder Público Municipal em parceria com os Governos Federal, Estadual e iniciativa privada, fiscalização e execução dos serviços de coleta e tratamento dos resíduos, bem como a conservação e limpeza das rodovias, ruas e avenidas do município de Garopaba.					
OBJETIVOS: Desenvolver a cidade buscando melhorar a qualidade de vida da popu- lação.					
AÇÕES	PRO- DUTO	UNI- DADE DE MEDI- DA	META	VALOR	DR
36 - Construção e Remodela- ção de Praças, Passeios e Passarelas	Obra	Un	01	10.000,00 20.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010 0.1.90.001101
37- Construção, Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	Obra	Un	01	11.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001101
38 - Construção de Casas Populares	Obra	Un	20	200,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001013

39 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
40 - Construção de Banheiros Públicos	Obra	Un	01	1.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
41 - Construção do Centro Administrativo Municipal	Obra	Un	01	15.000,00	0.1.00.000000
42 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	Obra	m²	20.000	250.000,00 11.000,00 9.000,00 90.200,00 8.000,00	0.1.00.000000 0.1.16.000000 0.1.24.001016 0.1.24.001022 0.1.90.001101
43 - Recuperação do Lixão Sanitário	Obra	Un	01	1.000,00 50.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001010
44 - Aquisição de veículos e Equipamentos Rodoviários	Veículo/ Equipamento	Un	02	1.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.90.001106
45 - Construção e Reforma de Abrigos e Pontos de Ônibus	Obras	M2	20	1.100,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001019
46 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	Obra	Un	01	1.000,00 12.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001022
47 - Empreendimentos de Infra-Estrutura	Obra	Un	01	1.000,00 1.000,00 1.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001016 0.1.64.000019
48 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	Manutenção	Manutenção	01	1.735.200,00	0.1.00.000000
49 - Projeto Guarda Municipal	Manutenção	Manutenção	01	1.000,00	0.1.00.000000
50 - Manutenção e Ampl. dos Serviços de Iluminação Pública	Manutenção	Manutenção	01	950.500,00	0.1.17.000000
51 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura	Manutenção	Manutenção	01	2.636.313,00 65.325,00 65.325,00 69.350,00	0.1.00.000000 01.64.000017 01.64.000018 01.64.000019
52 - Construção, Ampliação do Sistema Saneamento Básico	Obra	Un	08	50.000,00	0.1.65.000000
53 - Funcionamento e Manutenção do FMSB	Manutenção	Manutenção	01	22.900,00	0.1.65.000000
54 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos	Manutenção	Manutenção	01	118.100,00	0.1.65.000000

55 - Recuperação de Malha Viária	Manutenção	Manutenção	01	10.000,00	0.1.65.000000
TOTAL				6.293.513,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX- 10	
PRIORIDADES E METAS PARA 2014 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0033 - PLANEJANDO O FUTURO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente e seus departamentos.					
DIRETRIZES: Coordenar, acompanhar e supervisionar planos, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento urbano, regularização fundiária e meio ambiente no âmbito do Município; apreciar e opinar sobre anteprojetos de alteração do plano diretor a serem submetidos ao poder legislativo; manifestar-se sobre projetos construtivos de prédios públicos e privados, emitindo declarações de viabilidade, alvarás de construção, habite-se e certidões de averbação; promover a regularização dos parcelamentos de solo irregulares existentes, visando à melhoria das condições de habitação das famílias e o fortalecimento da preservação do meio ambiente, entre outras atribuições.					
OBJETIVOS: Coordenar, instruir, desenvolver e monitorar o processo de planejamento, em consonância com os objetivos previstos no Plano Diretor, e exercer atividades relacionadas à área de urbanismo, uso do solo, obras, áreas públicas e parcelamentos, no âmbito do Município.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
56- Função. e Manutenção da Sec. De Planejamento Territorial e Meio Ambiente	Manutenção	Manutenção	01	609.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				609.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX- 11	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0056 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO					
DIAGNÓSTICO: Este programa será executado pela estrutura do Órgão Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA.					
DIRETRIZES: É dever da sociedade participar das iniciativas propostas em relação a crianças e adolescentes. A mobilização das suas múltiplas instâncias é uma das diretrizes do FIA/Garopaba. A participação de todos é entendida como uma das condições básicas para a discussão e solução dos problemas que afetam crianças e adolescentes.					
OBJETIVOS: Desenvolver programas que favoreçam as condições de convivência familiar, evitando situações de afastamento de crianças e adolescentes de seus referenciais, bem como outras situações que firam os direitos previstos em lei. Implantar programas com ênfase na linha de defesa de direitos e proteção especial a crianças e adolescentes.					
AÇÕES	PRODU- TO	UNIDADE DE MEDI- DA	META	VALOR	DR

28 - Assistência à Criança e ao Adolescente (FIA)	Manutenção	Manutenção	01	15.200,00 9.900,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.62.001004 0.1.63.001006
TOTAL				45.100,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 12	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0048 - ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES E PESCADORES					
DIAGNÓSTICO: Este planejamento de realizações são atribuições da Secretaria da Agricultura e Pesca, que pretende realiza-las, para atender as solicitações de duas categorias de trabalhadores, (Agricultores e Pescadores), que precisam de todo apoio desta Secretaria para a realizações de suas atividades, além de todo o suporte de todos os projetos inerentes as atividades agrícolas e pesqueiras.					
DIRETRIZES: O pronto atendimento aos pedidos dos agricultores e pescadores. Inovação nos projetos, como: Inseminação, Reflorestamento, Cursos de capacitação, Atendimento Veterinário, Aquisição de novas máquinas e Implementos agrícolas, Implantar Entrepósitos de Pescados, Unidades de Processamentos, Implantar Abatedouro municipal com certificado de inspeção Estadual. Manutenção dos Equipamentos Agrícolas e Pesqueiros, Aquisição de novos Equipamentos de Pesca para dar suporte aos pescadores artesanais, como compra de guinchos, Redes, Programa de subsídio do óleo diesel marítimo através da Isenção de impostos, Subsídio do óleo diesel aos pequenos produtores, pecuaristas e pescadores. Intermediar linha de Crédito, manter em funcionamento ou reativar os engenhos de mandioca e cana-de-açúcar, motivar campanhas de vacinação nos rebanhos suscetíveis as zoonoses, elaborar projetos que tragam melhoria na qualidade de vida de nossos agricultores e pescadores. Promover parcerias entre as secretarias que contribuam para melhorar o aprendizado, diminuindo o analfabetismo e incentivando a inclusão digital nas comunidades pesqueira e agropecuária.					
OBJETIVOS: Melhorar os atendimentos prestados por esta secretaria aos nossos agricultores e pescadores. Manter o trabalho de melhoria genética no rebanho bovino deste município. Incentivar a criação e manutenção das cooperativas e associações rural e pesqueira, no sentido de incrementar a renda familiar. Intermediar linhas de crédito para os agricultores e pescadores.					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
57 - Aquisição de equipamentos agrícolas e pesqueiros	Máquina	Un	01	1.000,00 5.000,00 10.000,00 5.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001017 0.1.24.001023 0.1.24.001031
58- Const., Ref. Apar. De Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	Área	M2	500	1.000,00 5.000,00 10.000,00 5.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001017 0.1.24.001023 0.1.24.001031
59 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Agricultura e Pesca	Manutenção	Manutenção	01	970.800,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.012.800,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 13	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0051 - GAROPABA QUATRO ESTAÇÕES					
DIAGNÓSTICO: A cidade de Garopaba é conhecida internacionalmente por suas belezas naturais, suas praias de águas límpidas e areias cristalinas. No entanto, por seu forte potencial turístico é necessário investir cada vez mais na divulgação da cidade e de suas belezas naturais, até hoje inexploradas e pouco promovidas pelo Brasil e pelo mundo. Investir na ampliação e construção de infra-estrutura turística de forma planejada com sustentabilidade e premissa para posicionar e potencializar o município de Garopaba no cenário turístico e esportivo mundial, alinhado a mecanismos de atendimento turístico, divulgação de suas potencialidades e valorização cultural. Estas serão prioridades da Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento.					
DIRETRIZES: Construção de uma identidade forte de Garopaba, perante o cenário nacional e internacional elevando suas potencialidades: belezas naturais, praias, esportes, eco-turismo, cultura e meio ambiente. Promoção de eventos, shows, festas e turismo de qualidade durante todas as estações do ano. Além disso, identificar roteiros turísticos, criar um calendário de eventos, investir em capacitação turística, valorizar nossa gastronomia, hospitalidade, aumentar a temporada de verão, construir mirantes e trapiches.					
OBJETIVOS: Criar uma identidade profissional no setor turístico, atraindo assim público de alto padrão atendendo-os com ótima infra-estrutura, qualidade no atendimento principalmente motivando a mão de obra local. Valorizar as potencialidades da cidade com o suporte necessário para ser auto-sustentável durante o ano inteiro.					
AÇÕES	PRO- DUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
60 - Empreendimentos Turísticos	Obra	Un	02	10.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
61- Const., Ref. Apar. Do Centro de Convenções	Obra	Un	01	1.000,00 10.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012 0.1.24.001030
62 - Construção, Reforma e Apar. de Equipamentos Esportivos	Obra	Un	01	1.000,00 5.000,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009 0.1.24.001018
63 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Turístico	Manutenção	Manutenção	01	1.483.600,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
64 - Garopaba 04 Estações	Manutenção	Manutenção	01	15.000,00 20.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001012
65 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esporte	Manutenção	Manutenção	01	140.200,00 5.000,00	0.1.00.000000 0.1.24.001009
66 - Incentivo ao Esporte Amador	Manutenção	Manutenção	01	107.100,00	0.1.00.000000

TOTAL				1.847.900,00	
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 14	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 0000 - ENCARGOS GERAIS					
DIAGNÓSTICO: Neste programa estão globalizadas as despesas que, pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviços a serem gerados no processo produtivo corrente, como dívidas, contribuições ao PASEP					
DIRETRIZES: Pagamentos mensais de compromissos assumidos por empréstimos, financiamentos e parcelamentos de dívidas					
OBJETIVOS: Manter em dia as obrigações assumidas					
AÇÕES	PRODU-TO	UNIDADE DE MEDI-DA	META	VALOR	DR
67 - Amorti-zação e encargos da dívida interna	Manuten-ção	Manuten-ção	01	1.100.000,00	0.1.00.000000
68 - Con-tribuição a GRAN-FPOLIS, FECAM e C.N.M.	Manuten-ção	Manuten-ção	01	185.000,00	0.1.00.000000
69 - Con-tribuição ao PASEP	Manuten-ção	Manuten-ção	01	400.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				1.685.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA				DEMONSTRATIVO IX - 15	
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA					
PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
DIAGNÓSTICO:					
DIRETRIZES:					
OBJETIVOS: Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais impre- vistos					
AÇÕES	PRODU- TO	UNIDADE DE MEDI- DA	META	VALOR	DR
99 - Re- serva de contin- gência	Manuten- ção	Manuten- ção	01	30.000,00	0.1.00.000000
TOTAL				30.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA	DEMONSTRATIVO IX - 16
PRIORIDADES E METAS PARA 2015 DAS DESPESAS POR PROGRAMA	
PROGRAMA: 0060 - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
DIAGNÓSTICO: O regime próprio de previdência possui 200 servidores vinculados ao instituto	

DIRETRIZES:

Administrar o regime próprio de previdência conforme disposto na legislação vigente.

OBJETIVOS:

Constitui um fundo capaz de garantir a aposentadoria dos servidores municipais.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
70 - Funcionamento e Manutenção do IPREGOBA	Manutenção	Manutenção	01	112.000,00	0.2.03.000000
71 - Amparo aos Inativos e Pensionistas	Manutenção	Manutenção	01	650.000,00	0.2.03.000000
72 - Reserva de Contingência	Manutenção	Manutenção	01	2.058.000,00	0.2.03.000000
TOTAL				2.830.000,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO
IX - 17

PRIORIDADES E METAS PARA 2015
DAS DESPESAS POR PROGRAMA

PROGRAMA:

0025 - SAÚDE PARA POPULAÇÃO

DIAGNÓSTICO:

- Atividade médica restrita ao atendimento da demanda clínica sem a aplicação da filosofia de trabalho preventivo da ESF.
- Inexistência de sistema de informática em rede operante nas unidades e postos de saúde, precariedade da logística de transporte das equipes.
- Inexistência de programas de educação continuada e treinamentos.
- Precariedade do tratamento de dependência química.
- Precariedade logística do fornecimento de medicação.
- Precariedade do serviço de vigilância em saúde.
- Precariedade do serviço de assistência social.

DIRETRIZES:

- Fortalecer, expandir e qualificar a atenção básica como estratégia central de reordenamento do sistema.
- Atender a critérios e prioridades dos programas e políticas já publicadas em instrumentos próprios do Ministério da Saúde.
- Fortalecer a política de gestão de tecnologia em saúde por meio da informatização e promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.
- Fortalecer a logística das redes ambulatoriais e hospitalares.
- Fortalecer a rede de urgências e emergências.

Compatibilizar a aplicação dos recursos financeiros da saúde às prioridades definidas no Pacto pela Saúde pelas três esferas de gestão do SUS

OBJETIVOS:

Melhorar a qualidade dos serviços ofertados pelo município, através da Secretaria da Saúde, aos usuários do SUS.

AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	DR
73 - Aquisição de veículos	Veículo	Un	02	10,00 100,00 5.000,00 100,00 10.000,00	0.1.00.000000 0.1.02.000000 0.2.23.001015 0.2.23.001020 0.2.92.001103

74 - Construção, Ampliação, Reforma Apar. de Unidades de saúde	Obra	Un	12	10,00 151.000,00 5.000,00 21.000,00 500.000,00 400,00	0.1.00.000000 0.1.02.000000 0.2.23.001015 0.2.23.001020 0.2.23.001053 0.2.62.001005
75 - Manutenção da Atenção Básica	Manutenção	Manutenção	01	3.506.449,00 3.576.140,00 510.000,00 288.000,00 170.000,00 420.000,00 160.000,00 144.000,00 250.000,00	0.1.00.000000 0.1.02.000000 0.2.14.000060 0.2.14.000064 0.2.14.000065 0.2.14.000066 0.2.14.000070 02.14.000071 02.14.000073
76 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	Manutenção	Manutenção	01	610.100,00 535.000,00 330.000,00 150.000,00	0.1.02.000000 0.2.14.000061 0.2.14.000067 0.2.14.000068
77 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	Manutenção	Manutenção	01	150.100,00 91.000,00 70.000,00	0.1.02.000000 0.2.14.000063 0.2.14.000072
78 - Manutenção da Vigilância em Saúde	Manutenção	Manutenção	01	85.000,00 28.500,00 50.000,00	0.1.02.000000 0.2.14.000062 0.2.14.000069
TOTAL				11.816.909,00	

DEMONSTRATIVO XI - Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público. Art. 45 da LRF. R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
1. Pavimentação e Drenagem de Ruas	514.000,00
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1. Reforma de Escolas	224.000,00
2. Reforma de Posto de Saúde	83.000,00
3. Reparação de Ruas e Rodovias	78.000,00
4. Conservação de Veículos e Equipamentos	190.000,00
TOTAL	1.089.000,00

LEI Nº 1.841, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

LEI Nº 1.841, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA RUA NO BAIRRO AREIAS DE PALHOCINHA, MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A rua projetada existente no bairro Areias de Palhocinha, sentido noroeste a sudeste, tem seu início na rodovia SC 434, Km 3,5 possui uma extensão de 260,00m (duzentos e sessenta

metros) de comprimento, por 12,00m (doze metros) de largura, com término em terras de Jociel Benoni Pereira, passa a ser denominada RUA BENONI PEREIRA, Conforme croqui anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Lei Nº 1.842, de 07 de Outubro de 2014

LEI Nº 1.842, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 1.107, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006, QUE "DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 15, da Lei nº 1.107, de 17 de novembro de 2006, que "Dispõe sobre o licenciamento de atividades comerciais e de prestação de serviços de caráter provisório", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. A prestação eventual de serviço será exercida por pessoa física ou jurídica, com estabelecimento fixo, observado os seguintes números de licenciamento, vedados todos os demais:

I - Caiaque:

a) 03 (três) pontos na Praia do Centro, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

b) 01 (um) ponto na primeira ponte do Siriu, sentido Centro - Bairro, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

c) 01 (um) ponto nas demais praias, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

II - Cadeiras, bóias, guarda-sol e material de mergulho: 06 (seis) pontos em cada praia, exceto Praia do Centro, com no máximo 40 (quarenta) unidades, cada;

III - Banana-boat e disco inflável= 04 (Quatro) pontos na praia de Garopaba, 01 (um) ponto nas demais praias; cada ponto corresponde a uma unidade;

IV - Stand Up:

a) 02 (dois) pontos em cada praia, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

b) 01 (um) ponto na primeira ponte do Siriu, sentido Centro - Bairro, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

V - Pedalinho: 01 (um) ponto na Praia do Centro, com 05 (cinco) unidades, cada.

VI - Escuna = na Praia do Centro;

VII - Barco a Vela com capacidade máxima para 02 (duas) pessoas= 01 ponto em cada praia.

Art. 2º. Os Anexos I e II, ambos da Lei nº 1.107, de 17 de novembro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE CARÁTER PROVISÓRIO.

I - Atividade Ambulante	
Diversos doces	R\$ 361,40
Diversos salgadinhos	R\$ 361,40
Picolé	R\$ 361,40
Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas	R\$ 361,40
Milho Verde/Côco Verde	R\$ 424,14
II - Prestação Eventual de Serviços	
Caiaque/Stand Up	R\$ 955,71
Barco à vela	R\$ 955,71
Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares	R\$ 716,78
Banana - boat/ Disco inflável	R\$ 1.433,55
Escuna	R\$ 1.433,55
III - Atividade Temporária sem Estabelecimento	R\$ 716,78
IV - Atividade Temporária Estabelecimento Provisório	R\$ 955,71
V - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno	R\$ 1.194,64
VI - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno	R\$ 1.979,27

ANEXO II

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CARÁTER PROVISÓRIO

I - Atividade Ambulante	
Diversos doces	R\$ 72,28
Diversos salgadinhos	R\$ 72,28
Picolé	R\$ 72,28
Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas	R\$ 72,28
Milho Verde/Côco Verde	R\$ 84,82
II - Prestação Eventual de Serviços	
Caiaque/Stand Up	R\$ 191,14
Barco à vela	R\$ 191,14
Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares	R\$ 143,36
Banana - boat/Disco inflável	R\$ 286,71
Escuna	R\$ 286,71
III - Atividade Temporária sem Estabelecimento	R\$ 143,36
IV - Atividade Temporária Estabelecimento Provisório	R\$ 191,14
V - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno	R\$ 226,30
VI - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno	R\$ 395,85

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo

com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.843, de 07 de Outubro de 2014

LEI Nº 1.843, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 928/2005, QUE "Estabelece o pagamento de diárias, no âmbito do Poder Executivo, fixa valores e dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 10º da Lei Municipal n. 928, de 11/03/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O pagamento de diária será efetivado com base na seguinte tabela:

CARGOS	NO ESTADO	PARANÁ/ RIO GRANDE DO SUL	DEMAIS ESTADOS
PREFEITO	180,00	512,00	512,00
Vice-Prefeito	180,00	512,00	512,00
Agentes Políticos e Equiparados	120,00	350,00	400,00
Diretores e Coordenadores	120,00	350,00	400,00
Demais Cargos e Conselheiros Tutelares	100,00	200,00	350,00

Art. 2º. O artigo 3º da Lei Municipal n. 928/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O valor da diária será pago:

I - integralmente, sempre que o deslocamento for por período superior a quatro horas, contado da efetiva partida, com pernoite comprovada.

II - pela metade, sempre que o deslocamento for por período superior a 04 horas, contados da efetiva partida, sem pernoite.

Parágrafo Único. Excetuados, quanto ao previsto nos incisos I e II, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Agentes Políticos e equiparados, Diretores e Coordenadores aos quais a diária será paga integralmente".

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.836 de 19 de setembro de 2014.

Garopaba, 07 de outubro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.844, de 08 de Outubro de 2014

LEI Nº 1.844, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 1.791 DE 21 DE MARÇO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A REFORMULAÇÃO/REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º, da Lei Municipal n. 1791/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador, tendo por objeto promover a participação autônoma organizada dos segmentos da sociedade integrantes da ação cultural do Município".

Art. 2º. Fica revogado o art. 2º, da Lei Municipal n. 1791/2014.

Art. 3º. O art. 5º, da Lei Municipal n. 1791/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura compor-se-á de representantes de 8 (oito) membros titulares e cada titular corresponderá um suplente, sendo composto pelos seguintes representantes:

I - Um (1) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II - Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Desenvolvimento;

III - Um (1) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IV - Um (1) Representante das entidades empresariais do Município de Garopaba;

V - Dois (2) Representantes dos produtores culturais, artistas plásticos, de dança, artesanato, educação, folclore, letras, cinema, fotografia e vídeo, música e teatro;

VI - Dois (2) Representantes das Associações Culturais Artísticas.

§ 1º A escolha dos representantes de entidades representativas da área da cultura se dará por fórum, organizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou sociedade civil organizada;

§ 2º A cada um dos membros nomeados corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo órgão ou entidade representada;

§ 3º Cada representante efetivo terá mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período;

§ 4º A representação de membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiro, não é permitida;

§ 5º O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente;

§ 6º Os representantes do Poder Público e das instituições serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por período igual e sucessivo".

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, principalmente a Lei 1.793 de 28 de março de 2014.

Garopaba, 08 de outubro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 09/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1831/2014

LEI Nº 1831, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

“AUTORIZA A OUTORGA DE CESSÃO GRATUITA DE USO DE UMA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GARUVA, EM FAVOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA”.

O povo do município de Garuva, estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprovou e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Garuva autorizado a outorgar em favor do Estado de Santa Catarina, cessão gratuita de uso de uma área de terras contendo 450,00 m², localizada na Rua Deodoro de Carvalho, Jardim Esperança, Bairro Giórgia Paula, sem benfeitorias, parte integrante da área matriculada sob o nº718, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Garuva.

Parágrafo Único - As medidas e confrontações da área objeto da cessão a que se refere este artigo estão descritas na Planta de Situação e Localização que constitui o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, utilizará o imóvel cedido para a construção de prédio destinado a abrigar um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo Único - As obras de construção do prédio deverão obedecer ao cronograma estabelecido no termo de cessão de uso a ser celebrado entre as partes, não excedendo o prazo máximo de dois (2) anos para início das obras, sob pena da revogação automática deste.

Art. 3º - A cessão de uso será outorgada pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 4º - Revogada a cessão ou encerrado o prazo previsto no art. 3º, as benfeitorias lançadas sobre o imóvel ficarão incorporadas ao patrimônio do Município de Garuva, sem direito à retenção ou indenização.

Art. 5º - As demais condições para a cessão constarão de termo a ser firmado entre as partes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se em especial a Lei Nº 1760 de 18 de dezembro de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 430/2014

PORTARIA Nº. 430, de 1º de outubro de 2014

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA

CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Admitir em caráter temporário, MARIA APARECIDA NUNES FONTANA, inscrita no CI-RG 6.193.767 e CPF 452.981.300-20, na função de Médico Clínico Geral, por 110 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 06 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 433/2014

PORTARIA Nº 433, de 06 de outubro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, ALDINEIA ALMEIDA DE LARA BISEWSKI, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 553/2013, de 02 de Outubro de 2013.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 06 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 432/2014

PORTARIA Nº. 432, de 06 de outubro de 2014.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO Processo Nº 2491/2014;

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora JOSCIANE PIETRZAKA, portadora do RG 5.049.561-5 e CPF 818.188.079-04, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitida através da Portaria nº. 185/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 06 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 434/2014

PORTARIA Nº. 434 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

"Cria Comissão Julgadora para julgar propostas das OSCIPs"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando os programas a serem desenvolvidos pela Secretaria de Educação, e Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo através de celebração de Termo de Parceria com OSCIP; Considerando artigo 30 do Decreto Federal nº 3100/199, onde o órgão estatal parceiro designará comissão julgadora,

RESOLVE:

Art. 10. - Cria Comissão Julgadora para julgar as propostas das Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

Art. 20. - A comissão será composta pelos servidores públicos municipais:

Membro do Poder Executivo Municipal - Educação - Fabio Sozin

Membro do Poder Executivo Municipal - Cultura, Esporte - Cristiane Luiza Salazar Garcia

Membro Especialista do Tema do Concurso - Mileidy Scheffen

Representante do Conselho Municipal de Cultura - Denise de Lima Borges

Representante do Conselho Municipal de Educação - Marlene Tezinha Amaral

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 431/2014

PORTARIA Nº 431 de 06 de outubro de 2014

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA SUZANA MARIA FERMINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

CONSIDERANDO, Processo nº 2799/2014;

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora SUZANA MARIA FERMINO, da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 15**

RESOLUÇÃO Nº 15/2014

Dispõe sobre o Controle de Patrimonio do Legislativo de Garuva.

Considerando o processo de democratização e estruturação da gestão da coisa pública;
Considerando a necessidade do Poder Legislativo;
Considerando dispositivos previstos da LC 48.

Resolve:

Art. 1º - Designa a servidora Adriana Isabel Felicio para desempenhar o controle de patrimônio do Poder Legislativo de Garuva.

Art. 2º - A servidora será responsável pela coordenação, orientação e fiscalização do cadastro dos bens patrimoniais, avaliar a necessidade de novos equipamentos, evitando a compra dos que são desnecessários ou pouco adequados à produção, supervisionar e controlar a manutenção e o conserto dos bens.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, a pedido da servidora revoga-se a Resolução 14/2014 de 13/08/2014.

Gabinete do Presidente, em 06 de outubro de 2014.

Helena Aparecida Chaves
Presidente da Mesa

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 6.103, de 06 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 6.103, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA LEOPOLDINA TERESA PITZ.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada, a partir de 06/10/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de merendeira/servente da servidora LEOPOLDINA TERESA PITZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº 3.772/2010, em virtude de aposentadoria por idade concedida pelo INSS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.495, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.495, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
JOSIANE CHIMINELLI HOSTERT	8774	PROFESSORA	02/02/2011	23/07/2014
CLAUDIA DIMON SPENGLER	8741	PROFESSORA	01/02/2011	11/07/2014
JEAN CARLOS DE OLIVEIRA	9034	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III	12/09/2011	12/09/2014
MANOEL LAMIN	8997	OPERADOR DE MÁQUINA	21/07/2011	19/07/2014
JULIUS STORCH NETO	269	OPERADOR ETA SAMAE	01/08/2011	26/07/2014

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.098, 30 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 6.098, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA LILIANE DINIZ SILVA, DO CARGO DE MERENDEIRA/SERVENTE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora LILIANE DINIZ SILVA, a partir de 01/10/2014, do cargo efetivo de Merendeira/Servente, a qual foi nomeada pelo decreto nº 5.746/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.099, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.099, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA CECILIA SIGNORELLI, DO CARGO DE PROFESSORA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CECILIA SIGNORELLI, a partir de 08/10/2014 do cargo efetivo de Professora, a qual foi nomeada pelo decreto nº 042/94.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.100, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.100, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA DECRETO Nº 6.096, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014, QUE DELEGA PODERES PARA MOVIMENTAR CONTAS MANTIDAS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA:

Art. 1º O caput do art. 1º do Decreto nº 6.096, de 29 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Delegar à Secretária de Assistência Social Maristela

Cizescki, portadora do CPF nº 645.679.909-00, poderes exclusivos para assinar cheques, solicitarem talões de cheques, consultarem extratos e saldos das contas abaixo descritas, ou ainda, eventuais contas a serem abertas em nome do Fundo Municipal de Assistência Social. [...]

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 6.101, de 02 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 6.101, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e na Lei Municipal 1.358/92,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical às servidoras públicas abaixo designadas, ocupantes do cargo efetivo de Professora DOC III, para o nível DOC IV, a partir do vencimento do mês de outubro/2014:

I - Cláudia Dimon Spengler;

II - Josiane Chiminelli Hostert;

III - Márcia de Souza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.102, 02 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.102, 02 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA JOCILENE DA ROCHA DO CARGO ELETIVO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada JOCILENE DA ROCHA, ocupante do cargo eletivo de Conselheira Tutelar, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.425/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de outubro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.092, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.092, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ALCINDA DE JESUS NOGUEIRA MULLER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 30/09/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de professora da servidora ALCINDA DE JESUS NOGUEIRA MULLER, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada pelo decreto nº 036/98, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Termo Aditivo Nº 001 ao Contrato Nº CM-013/2013.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO nº 001 ao CONTRATO nº CM-013/2013.

Autorização/Origem: Mesa Diretora- Resolução nº 66/2014 de 24/9/2014.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do contrato para o período de 15/10/2014 a 31/12/2014, no valor total de até R\$ 5.586,00 (cinco mil e quinhentos e oitenta e seis reais).

Contratada: Gráfica e Editora Metas Ltda - ME - CNPJ: 04.598.394/0001-82.

Objeto do Contrato: prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, através do credenciamento de empresa jornalística que possua jornal com circulação no Município de Gaspar, o que se dará por meio da veiculação de materiais informativos e atos legais repassados ao prestador de serviço pela própria Edilidade, observados os valores e condições constantes do Edital de Credenciamento nº 001/2013 e seus Anexos.

Dotação Orçamentária: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.200012 - Divulgação Institucional e Legal.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura do Termo Aditivo: 03 de outubro de 2014.

Gaspar-SC, 8 de outubro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Mesa Diretora

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 073/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 073/2013

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NO TOMADA DE PREÇO Nº 09/2013, OBJETO DO PROCESSO N.º 069/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP, estabelecida a Rua Pedro Bunn, 45, Barreiros - São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.943.663/0001-38, neste ato representada por seu sócio Sr. André de Oliveira Motta, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 3.249.656-7, inscrito no CPF sob o n.º 029.567.349-46 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, respeitando o estabelecido no art. 57, § 1º inciso I da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 073/2013 PELO PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, a contar da data de 11/07/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento deste contrato, uma vez que após o início da execução da obra a empresa contratada juntamente com o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a necessidade de readequar os quantitativos de alguns itens da planilha inicialmente licitada, processo em análise pelo Setor de Planejamento do município e adequação dos projetos originais, ocasionando a necessidade da prorrogação do prazo de execução do presente contrato. Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 57 § 1º inciso I da Lei nº. 8666/93. Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total permanece inalterado de acordo com o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 09 de julho de 2014.

CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP

André de Oliveira Motta

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Contratante

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 073/2013

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NO TOMADA DE PREÇO Nº 09/2013, OBJETO DO PROCESSO N.º 069/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP, estabelecida a Rua Pedro Bunn, 45, Barreiros - São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.943.663/0001-38, neste ato representada por seu sócio Sr. André de Oliveira Motta, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 3.249.656-7, inscrito no CPF sob o n.º 029.567.349-46 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, ADITAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SENHORA DOS NAVEGANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento deste contrato, uma vez que após o início da execução da obra a empresa contratada juntamente com o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a necessidade de readequar os quantitativos de alguns itens da planilha inicialmente licitada, para perfeita execução contratual e conclusão da obra, uma vez que foi verificado erros nos quantitativos originais. Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alínea B da Lei 8.666/93, estando o valor dentro do limite estabelecido de 50% (cinquenta por cento) do valor do contratual conforme preconiza o parágrafo 1º do mesmo artigo.

Assim diante de autorização legal, após análise dos pressupostos que autorizam as alterações contratuais, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total contratado no presente termo aditivo é de R\$ 133.871,00 (cento e trinta e três mil oitocentos e setenta e um reais), enquadrando-se dentro do limite de 50% do valor do contrato, de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de outubro de 2014.
CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP
André de Oliveira Motta
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal
Contratante

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 073/2013

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADO NO TOMADA DE PREÇO Nº 09/2013, OBJETO DO PROCESSO N.º 069/2014, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP, estabelecida a Rua Pedro Bunn, 45, Barreiros - São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 03.943.663/0001-38, neste ato representada por seu sócio Sr. André de Oliveira Motta, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 3.249.656-7, inscrito no CPF sob o n.º 029.567.349-46 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, ADITAR O CONTRATO ORIGINAL, que tem por objeto EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SENHORA DOS NAVEGANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, conforme quadro de quantidades (em anexo) fiscalizadas por este Município.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento deste contrato, uma vez que após o início da execução da obra e após primeira revisão dos projetos iniciais a empresa contratada juntamente com o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a necessidade de readequar alguns quantitativos da planilha inicialmente licitada, assim para perfeita execução contratual e conclusão da obra, é imprescindível a realização deste aditivo. Para tanto, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 65, inciso I alínea B da Lei 8.666/93, estando o valor dentro do limite estabelecido de 50% (cinquenta por cento) do valor do contratual conforme preconiza o parágrafo 1º do mesmo artigo.

Assim diante de autorização legal, após análise dos pressupostos que autorizam as alterações contratuais, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total contratado no presente termo aditivo é de R\$ 50.482,48 (cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos), enquadrando-se dentro do limite de 50% do valor do contrato, de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de outubro de 2014.
CONSTRUTORA DE ÂNGELO EIRELI - EPP
André de Oliveira Motta
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal
Contratante

Grão Pará

PREFEITURA

Decreto Df 65/2014 - Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000065/14 de 8 de Outubro de 2014

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**15.01 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

(245)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0205 - Aplicacoes Diretas

4.000,00

(246)3.3.90.00.00.00.00.2.032-0205 - Aplicacoes Diretas

2.000,00

Total Suplementação:**6.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

6.000,00

Total Anulação:**6.000,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Outubro de 2014.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 8 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1122/2014

PORTARIA Nº 1122/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Redução de Carga Horária, a pedido conforme requerimento, da Servidora KEITY MARA GAZZOLA (Matr. 3834), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência - 1/A, de 30 para 10 horas semanais, com redução salarial, a contar de 08 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1123/2014

PORTARIA Nº 1123/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ROSELI ROLIM DA SILVA (Matr. 404), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível - 12/1, Referência "J", 30 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de outubro de 2012 e 29 de outubro de 2013, para serem gozadas a contar de 06 de outubro de 2014 a 04 de novembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 112 - GRACIELI FÁTIMA DE MORAES

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora GRACIELI FÁTIMA DE MORAES, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 038.271.909-32, aprovada no (112º) centésimo décimo segundo lugar, do concurso público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apanhar a Relação de Documentos e apresentá-los juntamente com Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se junto a Secretaria de Saúde de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 08 de Outubro de 2014

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____

GRACIELI FÁTIMA DE MORAES

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2694/2014

DECRETO Nº 2694, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014
DIVULGA NOTAS DA PROVA OBJETIVA POR CARGO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 006, DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica, e considerando o resultado da prova escrita (objetiva) realizada no dia 03 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Divulga notas da prova objetiva por cargos do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário - Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2014, conforme EDITAL nº 006, de 28 de agosto de 2014, para os seguintes cargos:

Auxiliar Administrativo (CRAS)			
Nº Insc.	Nome Candidato	Acertos	Nota
001	Veronise Rossatto de Moraes Zarpelon	Não compareceu	
002	Dariane Aparecida Gomes Ramos	14	5,6
005	Patrícia Brunetto	14	5,6
006	Odaia Moreira Schizzi	13	5,2
008	Cristiane Cordeiro de Moraes	24	9,6
009	Leticia Cendron Rampon	7	2,8
010	Maria de Castro Carvalho	7	2,8
011	Josiane Raizer Busatto	15	6,0
012	Angélica Barth da Costa Recalcatti	24	9,6
013	Marilete de Castro Carvalho	8	3,2
015	Sirlei dos Santos Dias	Não compareceu	
016	Angelita Lidimir Costa	10	4,0
017	Silvana Costa da Silva	8	3,2
018	Silvana da Costa Trevisol	14	5,6
021	Joicieli Pôcera Ceron	14	5,6
025	Camila Bortoli		
026	Juliana Macedo Trevisol	8	3,2
030	Rafaela de Souza Ribeiro	21	8,4
031	Ewerton Luiz Bertelli Tragancin	25	10,0

Psicóloga			
Nº Insc.	Nome Candidato	Acertos	Nota
004	Elis Regina da Rosa	18	7,2
020	Jamila Karine Busnello	15	6,0
022	Daiane Raizel de Meira	14	5,6
023	Paula Andressa Lopes Miri	16	6,4
027	Rochana Mendes	16	6,4
029	Delina Macan	14	5,6
032	Jane Maria Andretta	18	7,2
033	Karine Campagnaro Matias	08	3,2

Agente de Serviços Gerais

Nº Insc.	Nome Candidato	Acertos	Nota
003	Rosane de Fátima Vargas Antunes	Não compareceu	
019	Jucelino Ferreira	24	9,6
024	Olivete dos Anjos Bortoli	25	10,0
028	Rodrigo Mendes Recalcatti	23	9,2

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2693/2014

DECRETO Nº 2693, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.
"INSCREVE EM DÍVIDA ATIVA, VALOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando Despacho de Fls.191 nos Autos do Processo Licitatório Nº 027,

Com amparo no Artigo 88, incisos VII - XIII - XVIII da Lei Orgânica, c/c. item "11.3" da Ata de Registro de preço Nº 001/2013 de 16 de Maio de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica inscrito em Dívida Ativa, em nome de Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ sob Nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas na Cidade de Rio do Sul, o valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais).

Art. 2º O valor fixado no Artigo 1º, decorre da Notificação expedida em 17 de Fevereiro de 2014, que integra este Decreto independente de Transcrição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE OUTUBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2698/2014

DECRETO Nº 2698, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS APTOS A PRESTAREM AS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 007, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e, considerando que os candidatos inscritos preencheram os requisitos estabelecidos no Edital,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Processo Seletivo, para admissão de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, para execução do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS, conforme EDITAL nº 007, de 02 de setembro de 2014, para a seguinte Micro Área:

Agente Comunitário de Saúde (Micro área 3)	
Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	Veronise Rossato de Moraes Zarpelon
002	Daniane Vieira Dames
003	Maria de Castro Carvalho
005	Marilete de Castro Carvalho
007	Sirlei dos Santos Dias
008	Angelita Lidimir Costa
009	Silvana Costa da Silva
011	Joicieli Pôcera Ceron
012	Renato Recalcatti Ceron
013	Olivete dos Anjos Bortoli
014	Camila Bortoli
015	Juliana Macedo Trevisol
016	Andrea Schmidt Cardozo da Silva
017	Tatiana Garcia Teixeira
018	Dariane Aparecida Gomes Ramos
019	Aline Fontana
020	Arlene Durigon Lizot

Parágrafo Único. A micro área 3 inicia na Avenida 20 de Julho, a partir da entrada para a Rua Senador Wilson Kleinubing, Rua Severino Gonzatto, Rua Orestes Filippi, Rua 10 de Maio, Rua Padre Joaquim Wlezik, Rua Frei Silvério, Loteamento Maria Rita, Rodovia SC 135 e Linha Gheno.

Art. 2º. Foram indeferidas as seguintes inscrições:

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	MOTIVO
004	Angelica Barth da Costa Recalcatti	Não reside na Micro Área 3
006	Danieli Rodrigues	Não apresentou comprovante de escolaridade e comprovante de residência
010	Ilizandra Pereira	Não reside na Micro Área 3
021	Vinício Endrigo	Não apresentou comprovante de escolaridade e não reside na Micro Área 3

Art. 3º. Os candidatos ficam convocados a realizar a prova escrita que se realizará no dia 10 de outubro de 2014, conforme item 3.2, do Edital nº 007/2014.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE OUTUBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Lei Nº 552/2014

LEI Nº 552 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2014/2017, LEI 526/2013 DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2015, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamentos de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2015, de maneira a adequar os programas, fontes, e manter o equilíbrio entre receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE SETEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Lei Nº 553/2014

LEI N.º553 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

"AUTORIZA DISPÊNDIO DE RECURSOS FINANCEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar Dispêndio com Recursos Financeiros até o montante de R\$8.000,00(oito mil reais), para a contratação de Serviços de Terceiros de Transportes de Passageiros Municipal e Intermunicipal.

Art. 2º. O montante dos Recursos previstos no Artigo 1º, serão utilizados no Transporte de Idosos - Terceira Idade, para participarem de eventos, encontros e festividades no Município e em outros Municípios.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta da Dotação do Orçamento vigente, consignada sob a rubrica:

Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orç.- Fundo M. de Assistência Social
Função: Assistência Social

Sub Função: Assistência Comunitária

Programa: Assistência Social Geral

Proj. Ativ: Manutenção da Assist. Social Geral

03.302.08.244.0801.33903299/2047

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Fica revogada a Lei Nº417 de 03 de Setembro de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 15 DE SETEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Lei Complementar Nº 037/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº037/2014 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014

"REVOGA LEI COMPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de IBIAM- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica Revogada a Lei Complementar Nº035/2014 de 17 de Julho de 2014, que dispõe sobre Gratificação a Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2.º Tornam-se nulos e sem qualquer efeitos, os eventuais Atos Administrativos praticados sob a Égide da Lei Complementar Nº035/2014.

Art. 3.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

Portaria Nº 219/2014

PORTARIA Nº 219, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPENSA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o requerimento da servidora protocolado em 22 de setembro de 2014 junto ao Setor de Pessoal;

Com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 15, inciso I, da Lei Municipal nº 0113, de 05 de janeiro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica rescindido, a pedido, o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por Tempo Determinado nº 007, de 10 de abril de 2014, celebrado com a Sra. LORIZETE TERESINHA LUTKE-MEIER GONZATTO, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE SETEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 220/2014

PORTARIA Nº 220, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Flávia Lenita Pelentir	01.01.2013 a 31.12.2013	01.10.2014 a 10.10.2014
Ires Teresinha Tragan- sin de Oliveira Xavier	26.01.2013 a 25.01.2014	15.10.2014 a 24.10.2014
Juliana Lizot	08.01.2013 a 07.01.2014	06.10.2014 a 20.10.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 221/2014

PORTARIA Nº 221, 01 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 05 de março de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER, ocupante do cargo efetivo de Dentista - Nível 13 - Referência C 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 21.08.2013.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 01 a 30 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 222/2014

PORTARIA Nº 222, 01 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE 20 (VINTE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do

servidor protocolado em 18 de julho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor MIGUEL ERNESTO HETZLER, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 21.08.2013.

§ 1º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. Será convertido 1/3 (um terço) da licença prêmio, em abono pecuniário, conforme artigos 96-A e 96-E, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 01 a 10 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 223/2014

PORTARIA Nº 223, 01 DE OUTUBRO DE 2014

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e requerimentos do servidor protocolado em 20 de agosto de 2014 e 24 de setembro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, ocupante do cargo efetivo de Motorista - Nível 2 - Referência E, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.01.1998 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 01 a 30 de outubro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 224/2014

PORTARIA Nº 224, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo 1-A - Funções Gratificadas da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, em respeito ao inciso V, do art. 37, da Constituição Federal, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora do quadro efetivo do município CÉLIA APARECIDA DA SILVA RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível 2 - Referência A, a Função Gratificada FG-2 - Supervisor de Turma, para atendimentos após horário de funcionamento normal da Unidade Básica de Saúde do Município, nos seguintes casos:

- I- aplicação de medicamentos injetáveis, conforme prescrição médica (agendamentos);
- II- campanhas de vacinação (finais de semana);
- III- curativos em geral (agendamentos);
- IV- acompanhar pacientes em casos emergenciais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 225/2014

PORTARIA Nº 225, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 006/2014 E EDITAL Nº 007/2014"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005;

Considerando o Edital nº 006, de 28 de agosto de 2014 e Edital nº 007, de 02 de setembro de 2014;

Considerando que os Agentes Comunitários de Saúde, no dia 03

de outubro, estarão participando do "Curso Caminhos do Cuidado", em Pinheiro Preto, RESOLVE:

Art. 1º. Substituir SILVANA REGINA BLOOT, nomeada pela Portaria nº 210, de 22 de setembro de 2014, para integrar a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, a ser realizado em conformidade com os Editais nº 006, de 28 de agosto de 2014 e nº 007, de 02 de setembro de 2014, por RODRIGO FELICETTI PEROSA, servidor público do Município, ocupante do cargo de Técnico Educacional.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 226/2014

PORTARIA Nº 226, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO AO GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado ao Gabinete do Prefeito, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Melzi cavazzola	01.03.2013 a 28.02.2014	01.10.2014 a 10.10.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 01 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 227/2014

PORTARIA Nº 227, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica

Municipal, combinado com o artigo 23 e ss. da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002; tendo presente ainda o parecer emitido pela Secretária Municipal da Educação, no qual o servidor avaliado logrou êxito; RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação ao servidor RODRIGO FELICETTI PEROSA, passando da Referência C para a Referência D - Nível 1, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 02 DE OUTUBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

Errata CC 002 - 2014 PMI

ERRATA CONCORRÊNCIA 002/2014 - PMI

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ilhota torna Pública ERRATA da CC 002/2014 PMI do ANEXO II, Art. 7. Em consequência fica PRORROGANDO a data de abertura do presente edital prevista para o dia 27.10.2014, para o dia 10.11.2014 às 09:30h.

Onde se lê:

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AO PÁTIO

Art. 7º O pátio para depósito dos veículos deverá ser implantado em terreno único, localizado em área urbana ou mista dentro do eixo dos Municípios limítrofes (que fazem divisa) do Município de Ilhota, no mínimo 840 m2 (oitocentos e quarenta metros quadrados) e com o necessário habite-se, abrigado para receber os veículos classificados no art. 96 da Lei n.º 9.503/97, organizado como segue:

Leia-se:

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES ESTRUTURAIS

DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AO PÁTIO

Art. 7º O pátio para depósito dos veículos deverá ser implantado em terreno único, localizado em área urbana ou mista dentro do eixo dos Municípios limítrofes (que fazem divisa) do Município de Ilhota, no mínimo 500 m2 (quinhentos metros quadrados) e com o necessário habite-se, abrigado para receber os veículos classificados no art. 96 da Lei n.º 9.503/97, organizado como segue:

Ilhota/SC 09 de setembro de 2014

Valmor Bertelli Júnior

Presidente da Comissão

Imarui

PREFEITURA

Decreto Nº 091, de 07 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 091, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA REFERENTE AO ATO INSTAURADO ATRAVÉS DO DECRETO Nº061/2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

CONSIDERANDO que o art. 145 da Lei Complementar nº003, de 26 de dezembro de 2007 autoriza a prorrogação de prazo para conclusão de processo administrativo e processo disciplinar, a critério da autoridade competente, e quando as circunstâncias exigirem;

CONSIDERANDO a ata da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, datada de 18 de setembro de 2014, informando que pretende produzir prova testemunhar; e

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº050/2014/PAD solicitando a prorrogação de prazo;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 90 (noventa) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância referente ao ato instaurado através do Decreto nº061, de 27 de junho de 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 07 de outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Errata Pregão Eletrônico 018/2014

ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO PMI Nº 018/2014

Processo Administrativo Nº 048/2014

Processo Licitatório Nº 024/2014

Objeto: Aquisição de Materiais Hidráulicos para a Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

O Município de Imaruí torna público, por intermédio de seu Setor de Licitação, que foi realizada correção no Edital de Pregão Eletrônico PMI Nº 018/2014.

1. DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Fica alterada a descrição dos itens, conforme segue:

- 1.1. Item 14, onde se lê: "Adesivo plástico", leia-se: "Adesivo plástico 850g".
- 1.2. Item 16, onde se lê: "Fita vedaroscá", leia-se: "Fita vedaroscá 50mx12mm)".
- 1.3. Item 17, onde se lê: "Tubo soldável 20 mm", leia-se: "Tubo soldável 20mm barra com 6m".
- 1.4. Item 18, onde se lê: "Tubo soldável 25mm", leia-se: "Tubo soldável 25mm barra com 6m".
- 1.5. Item 19, onde se lê: "Tubo soldável 32mm", leia-se: "Tubo

soldável 32mm barra com 6 m".

1.6. Item 20, onde se lê: "Tubo soldável 60mm", leia-se: "Tubo soldável 60mm barra com 6m".

1.7. Item 22, onde se lê: "Tubo soldável 85mm", leia-se: "Tubo soldável 85mm barra com 6 m".

1.8. Item 27, onde se lê: "Mangueira em metro 1/2", leia-se: "Mangueira em metro 1/2 polietileno".

1.9. Item 28, onde se lê: "Mangueira em metro 3/4", leia-se: "Mangueira em metro 3/4 polietileno".

1.10. Item 29, onde se lê: "Mangueira em metro 1\"", leia-se: "Mangueira em metro 1\" polietileno".

1.11. Item 35, onde se lê: "Luva LR 25mm", leia-se: "Luva LR 25mm rosca 3/4".

1.12. Item 46, onde se lê: "Joelho LR 25mm", leia-se: "Joelho LR 25mm rosca 3/4".

1.13. Item 49, onde se lê: "Tee LR 25mm soldável", leia-se: "Tee LR 25mm soldável rosca 3/4".

1.14. Item 62, onde se lê: "Tubo soldável 100mm", leia-se: "Tubo soldável 100mm barra com 6m".

2. DO QUANTITATIVO E PREÇOS

Devido a erro de cálculos, fica alterado o quantitativo dos itens que seguem:

2.1. Item 17, alterado de 700 unidades, para 708 unidades.

2.2. Item 18, alterado de 700 unidades, para 708 unidades.

Portanto, ficam adequados também seus valores totais, na forma que segue:

2.3. Item 17, de R\$ 6.181,00 para R\$6.251,64.

2.4. Item 18, de R\$ 8.470,00 para R\$8.566,80.

3. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Devido a erro de cálculos, fica alterado o quantitativo dos itens que seguem:

3.1. Item 17, fica alterado a média mensal aproximada de 57 unidades para 59 unidades, totalizando 708 unidades anuais.

3.2. Item 18, fica alterado a média mensal aproximada de 57 unidades para 59 unidades, totalizando 708 unidades anuais.

3.3. Item 19, fica alterado a média mensal aproximada de 49 unidades para 50 unidades, totalizando 600 unidades.

4. DAS DEMAIS CLAUSULAS

4.1. As demais cláusulas do edital mantenham-se inalteradas.

Tendo em vista que as alterações acima afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para realização do certame, em consonância com a art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, conforme segue:

Nova data para realização do certame: 23/10/2014 às 14h15min.

Nova data limite para envio de propostas: até 23/10/2014 às 14 horas.

Imaruí, 10 de outubro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Edital de Chamada Pública FMS Nº 001/2014

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUÍ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAÚDE DE IMARUÍ, inscrita sob CNPJ 10.631.880/0001-58, com sede à Avenida Governador Celso Ramos, S/N, Centro, Imaruí/SC, CEP 88770-000, através de seu Responsável, o Senhor André Poluceno Viana, torna público que realizará processo de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas, destinado ao Credenciamento de

Laboratórios de Análises Clínicas para Prestação de Serviços de Exames Laboratoriais, obedecidos os fundamentos legais constantes dos dispositivos das Leis nº 8.080/90, 8.666/93, Portaria nº. 3.048/2008, do Ministério da Saúde, e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Edital é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de Exames laboratoriais constantes na tabela SUS, para a Secretaria Municipal de Saúde de Imaruí/SC, conforme Termo de Referência deste Edital.

2. DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. A documentação necessária para participar deste processo de chamamento público deverá ser entregue no período compreendido entre a data de publicação do aviso deste edital e data abaixo, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre as 13h e 19h.

Recebimento de documentação até 14:00 horas do dia 15/10/2014

2.1.1. Após o período estabelecido no item 2.1, outras empresas poderão encaminhar a documentação necessária para firmarem o contrato de adesão, enquanto perdurar a vigência deste edital.

2.1.2 - Local de Entrega dos documentos: Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, sito à Rua José Inácio da Rocha, 109 - Centro - Imaruí/SC, CEP 88770-000. Maiores informações podem ser obtidas pelo fone 48 3643-0161 ou licitação@imarui.sc.gov.br.

2.2. Os documentos deverão ser apresentados em envelopes distintos conforme segue abaixo:

Chamada Pública nº 001/2014

ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA/REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

Razão Social da empresa

Chamada Pública nº 001/2014

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Razão Social da empresa

3. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1 - Poderão participar pessoas jurídicas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, apresentando os documentos nele exigidos.

3.2 - Não poderão participar as pessoas jurídicas:

3.2.1 - concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 - que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração, Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito, Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; e

3.2.3 - que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO

4.1 - A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em cópia autenticada e acompanhada do Requerimento para o cadastramento, conforme modelo apresentado no Anexo I, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal.

4.1.1 - Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Cartório ou publicação em órgão da imprensa oficial ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência e autenticação por servidor da Comissão de Licitação.

4.1.2 - A autenticação da documentação só será feita mediante apresentação das vias originais que serão autenticadas. A não apresentação dos originais impossibilitará a autenticação e

consequentemente impedirá a contratação da empresa.

4.1.3 - No caso de documentos encaminhados retirados da internet, os mesmos somente terão validade após consulta realizada pela Comissão.

4.1.4 - Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.

4.2 - DA PESSOA JURÍDICA:

4.2.1 - Para comprovação de Habilitação Jurídica:

a) Ato constitutivo, Contrato Social em vigor e ultima alteração, devidamente registrado na Junta Comercial;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.2.2 - Para comprovação de Regularidade Fiscal:

a) Certificado de regularidade relativo à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do cadastramento, se houver;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União expedido pelo Ministério da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da Lei.

e) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão expedida pelo Município do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

g) Efetuar Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou punida com suspensão pela Administração; e

h) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menores de

18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), (Conforme modelo apresentado no Anexo IV);

4.2.3 - Para comprovação de Qualificação Técnica:

a) Alvará de Localização e Funcionamento;

b) Estar cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

4.2.4. - Para comprovação de Qualificação Econômico-financeira.

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão prazo de validade.

4.3 - DOCUMENTOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

a) cédula de identidade e CPF;

b) diploma do curso compatível com a atividade;

c) registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da categoria.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - A proposta compreende na apresentação do Anexo II, que deverá ser impressa em papel com identificação do laboratório, em 01 (uma) via, redigida em português, em linguagem clara,

sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo responsável técnico da proponente, devendo:

5.1.1 - conter a razão social, endereço completo, CEP, telefones, fax, e-mail caso haja, e número do CNPJ.

5.1.2 - Os documentos exigidos na seção 4, bem como o pedido de inscrição (Anexo II), deverão ser entregues em envelope fechado, dirigido à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, sito à Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC CEP 88770-000, telefone 48 3643-0161, até a data limite previsto para recebimento de propostas, e obedecendo ainda o item 2.2. do edital.

5.1.3 - As propostas poderão ser entregues pessoalmente, ou enviadas via correio respeitando a data limite para recebimento de propostas pela Comissão de Licitação.

5.1.4. Os envelopes deverão ser protocolados no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Imaruí, ou entregues no setor de licitação, desde que conste recebido no envelope por qualquer membro da comissão de licitação, respeitando os prazos.

6 - DOS VALORES

6.1 - Os serviços de exames laboratoriais a serem executados, descritos no Anexo I, serão remunerados em conformidade com os valores constantes da tabela SUS vigente.

7 - DO PROCESSO DE CHAMAMENTO / DO PROCEDIMENTO

7.1 - A Comissão de Licitação em sessão pública na data limite para o recebimento de propostas fará o registro das propostas recebidas, procedendo à abertura dos envelopes, permitindo vistas aos documentos pelos presentes.

7.2. Na análise da documentação relativa à habilitação, pela Comissão de Credenciamento, exigir-se-á a estrita observância de todos os requisitos de pré-qualificação previstos no Edital.

7.3. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.

7.4. Da sessão pública de recebimento e abertura de propostas, será lavrada ata com assinatura dos presentes.

7.5. O resultado da pré-qualificação será divulgado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. A partir desta data de publicação passa a vigorar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

7.6. Os recursos terão efeito suspensivo e deverão ser protocolados no Protocolo da Prefeitura Municipal de Imaruí.

8 - DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso, nos casos de habilitação ou inabilitação na pré-qualificação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do resultado no Diário Oficial do Estado.

8.1.1. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

8.1.2. A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão de Licitação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em até 2 (dois) dias úteis.

9 - DA CONCESSÃO DO CREDENCIAMENTO

9.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado na pré-qualificação e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou, com vigência igual à do referido Edital.

9.1.1. O resultado da pré-qualificação será publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio eletrônico do órgão ou entidade contratante em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

9.2. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

10 - DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

10.1. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

11 - DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

11.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, fiscal do credenciado;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;

d) Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

e) O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

f) Deixar de cumprir a coleta e análise clínica dos exames.

11.2 Da decisão de descredenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, caberá defesa no prazo de 10 dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.3 O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n 8.666/93.

11.4 A validade do credenciamento será para o período de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato.

12 - DA CONTRATAÇÃO

12.1. Expedido o Termo de Homologação emitido pelo órgão ou entidade contratante ou após a convocação geral de todos os credenciados, dar-se-á início ao processo de contratação através da emissão da ordem de serviço ou instrumento contratual equivalente.

12.3. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade do órgão ou entidade contratante e desde que esteja em situação regular perante as exigências habilitatórias para o credenciamento.

12.4. A Administração convocará o credenciado, em um prazo de até 2 (dois) dias a partir da homologação, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

12.5. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no Edital de Credenciamento.

13 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. Os contratos terão sua execução iniciada após a assinatura do termo de contrato, devendo os trabalhos serem desenvolvidos na forma estabelecida no Edital.

13.2. Dentro das normas em vigor, com as justificativas apresentadas pelo órgão ou entidade contratante, os contratos decorrentes do credenciamento poderão receber termo aditivo de prorrogação, desde que autorizado pelo órgão ou entidade interessada na contratação, após o parecer da sua assessoria jurídica.

13.2.1 Em caráter excepcional, o credenciado contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na estimativa de tempo e de prazo contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

13.3. Uma vez identificada à necessidade de realização de exames, indicados na tabela SUS, vinculada a este edital de credenciamento, será ofertado ao paciente ou representante legal a opção de escolha do credenciado para o respectivo serviço, conforme lista de credenciados mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí/SC;

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO CONTRATADO

a) Executar a os serviços nas condições estipuladas neste Edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis;

b) prestar os serviços apenas mediante autorização do Fundo Municipal de Saúde de Imaruí;

c) Dar atendimento adequado e prestar a informação ao Fundo Municipal de Saúde de Imaruí sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;

d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior no prazo estipulado neste Edital;

e) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;

f) Os resultados dos exames deverão ser entregues no Centro Municipal de Saúde.

g) Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.

h) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, cujas reclamações se obriga a atender.

14.1. Manter em seu quadro de funcionários, farmacêutico com habilitação superior em Bioquímica, responsável técnico, com inscrição no Respeito Conselho Regional de Exercício Profissional;

14.2 - Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

14.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

14.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

14.5 Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

14.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

14.7 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;

14.8. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;

14.9. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio.

14.10. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

15.1. Exercer a fiscalização da execução do contrato.

15. 2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

15.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

15.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

15.5. Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.

15.6. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com a tabela SUS, no prazo previsto neste edital;

15.7. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

15.8. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste edital e da prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

15.9. Fornecer as Autorizações para realização dos exames

16.DAS SANÇÕES

16.1. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas em decorrência do contrato e ainda em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas, erro de execução, mora na execução, caberá à contratada as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente:

16.1.1. Advertência por escrito;

16.1.2. Multa de 5% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial;

16.1.3. Multa de 10% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total;

16.1.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

16.1.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

16.1.6. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada(o).

16.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

17 - DA VIGÊNCIA

17.1 - Os contratos a serem firmados com as empresas selecionadas terão vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termos aditivos;

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento dos serviços prestados em conformidade com o Anexo I será efetuado até 30 (trinta) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de serviços.

18.2 - Os encargos sociais estão inclusos nos valores constantes do Anexo I, em conformidade com a legislação vigente.

19 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

19.1 - As despesas com este cadastramento correrão à conta de dotações consignadas no corrente exercício.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A critério da FMS o presente chamamento público poderá ser:

20.1.1 - Adiado, por conveniência exclusiva da Administração;

20.1.2 - Revogado, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

20.1.3 - Anulado, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

20.2 - O FMS poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento.

20.3 - O CONTRATADO é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

20.4. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

20.5 - Outras informações sobre o presente procedimento e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, sito a Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí/SC, CEP 88770-000.

20.6 - Os anexos fazem parte do edital independentemente de transcrição.

Imaruí, 02 de outubro de 2014.

ANDRÉ POLUCENO VIANA

Responsável pela Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I**TERMO DE REFERENCIA****1. OBJETO**

1.1. O objeto deste Edital é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de Exames laboratoriais constantes na tabela SUS, para a Secretaria Municipal de Saúde de Imaruí/SC

2 - VALORES

2.1 - Os serviços de exames laboratoriais a serem executados, serão remunerados em conformidade com os valores constantes da tabela SUS vigente.

3 - MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

3.1. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que os credenciados mantenham regularizadas todas as condições de habilitação e que informem toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

4 - DO CANCELAMENTO DO CREDENCIAMENTO

4.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, fiscal do credenciado;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;

d) Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

e) O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30

(trinta) dias.

f) Deixar de cumprir a coleta e análise clínica dos exames.

4.2 Da decisão de descredenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, caberá defesa no prazo de 10 dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4.3 O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n 8.666/93.

4.4 A validade do credenciamento será para o período de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato.

5 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. Os contratos terão sua execução iniciada após a assinatura do termo de contrato, devendo os trabalhos serem desenvolvidos na forma estabelecida no presente Termo.

5.2. Dentro das normas em vigor, com as justificativas apresentadas pelo órgão ou entidade contratante, os contratos decorrentes do credenciamento poderão receber termo aditivo de prorrogação, desde que autorizado pelo órgão ou entidade interessada na contratação, após o parecer da sua assessoria jurídica.

5.2.1 Em caráter excepcional, o credenciado contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na estimativa de tempo e de prazo contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

5.3. Uma vez identificada à necessidade de realização de exames, indicados na tabela SUS, vinculada a este edital de credenciamento, será ofertado ao paciente ou representante legal a opção de escolha do credenciado para o respectivo serviço, conforme lista de credenciados mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí/SC;

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO CONTRATADO

a) Executar a os serviços nas condições estipuladas neste termo, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis;

b) prestar os serviços apenas mediante autorização do Fundo Municipal de Saúde de Imaruí;

c) Dar atendimento adequado e prestar a informação ao Fundo Municipal de Saúde de Imaruí sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;

d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior após emissão de nota de empenho ou outro documento condizente;

e) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;

f) Os resultados dos exames deverão ser entregues no Centro Municipal de Saúde.

g) Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.

h) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, cujas reclamações se obriga a atender.

6.1. Manter em seu quadro de funcionários, farmacêutico com habilitação superior em Bioquímica, responsável técnico, com inscrição no Respeito Conselho Regional de Exercício Profissional;

6.2 - Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;

6.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

6.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

6.5 Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;

6.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;

6.7. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;

6.8. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;

6.9. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio.

6.10. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1 Exercer a fiscalização da execução do contrato.

7.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;

7.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

7.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;

7.5 Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.

7.6. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com a tabela SUS, no prazo previsto neste termo;

7.7. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

7.8. Fiscalizar o cumprimento das disposições do edital e da prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

7.9. Fornecer as Autorizações para realização dos exames

8. DAS SANÇÕES

8.1. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas em decorrência do contrato e ainda em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas, erro de execução, mora na execução, caberá à contratada as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente:

8.1.1. Advertência por escrito;

8.1.2. Multa de 5% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial;

8.1.3. Multa de 10% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total;

8.1.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

8.1.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

8.1.6. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de

qualquer natureza ao Contratada(o).

8.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

9 - DA VIGÊNCIA

9.1 - Os contratos a serem firmados com as empresas selecionadas terão vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da Administração ser prorrogados até o limite de 60 (sessenta) meses, através de termos aditivos;

10 - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento dos serviços prestados em conformidade com este termo será efetuado até 30 (trinta) dias úteis após a certificação da Nota Fiscal de serviços.

10.2 - Os encargos sociais estão inclusos nos valores constantes do Anexo I, em conformidade com a legislação vigente.

11 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1 - As despesas com este cadastramento correrão à conta de dotações consignadas no corrente exercício.

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CADASTRAMENTO

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), requer sua inscrição no CHAMAMENTO PÚBLICO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS constantes na tabela SUS, para o Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, conforme Edital nº XXX/2014.

Identificação da Empresa	
Razão Social:	
CNPJ:	I.E.:
Endereço Completo:	
Fone:	E-mail:

Dados do responsável	
Nome Completo:	
CPF:	R.G.:
FONE:	E-mail:
Cargo/Função:	

OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

1. O objeto é credenciar pessoas jurídicas na área da saúde prestadores de serviços de Exames laboratoriais constantes na tabela SUS, para a Secretaria Municipal de Saúde de Imaruí/SC

OS VALORES DE REFERÊNCIA DE CADA TIPO DE EXAME SÃO OS CONSTANTES DA TABELA SUS

2-Local de realização dos serviços: Dependências do próprio laboratório, situado à (ENDEREÇO COMPLETO).

3- Prazo do contrato: 12 (doze) meses, admitida prorrogação na forma das Leis vigentes até o limite de 60 (sessenta) meses.

4- Os serviços deverão ser prestados, quando requisitados pelo FMS, a qualquer horário do dia ou da noite, não tendo quantidade pré-determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição das unidades por 24 horas, atuando dentro da unidade de saúde.

5- Os exames considerados de emergência deverão ser realizados

como prioridade.

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO III
RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), vem através deste informar os nomes dos profissionais técnicos e responsável técnico contratados deste laboratório, e que atuaram no processamento dos exames clínicos laboratoriais, objeto do contrato.

Nome Completo	CPF	Especialidade	Cadastro no Órgão Regulador Competente

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO IV
MODELO DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA C.F.

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da Lei que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS, INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS.

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), declara, conhecer o edital de Chamamento Público nº. XXX/2014 e seus anexos, e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital.

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), declara que os profissionais apresentados no anexo II, possuem capacidade técnica e estão disponíveis para prestar serviços de exames laboratoriais.

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita sob CNPJ Nº XXXXXXXXXXXX, com sede à (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da lei que:

- Na qualidade de proponente da Chamada Pública FMS Nº XXX/2014, instaurada pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Cidade, XX de XXXXXXXXXXXX de 2014.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Cargo/Função

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2014 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS CONSTANTE NA TABELA SUS CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX NA NORMA ABAIXO:

Aos XX dias do mês de XXXXXX do ano de dois mil e quatorze a Secretaria Municipal de Saúde de Imaruí, através do Fundo Municipal de Saúde de Imaruí/SC, com registro no CNPJ sob o nº. 10.631.880/0001-58, com sede na Av. Governador Celso Ramos, bairro Centro, Imaruí/SC, CEP 88770-000, neste ato representado pelo Secretario Municipal da Saúde, o Senhor XXXXXXXX, inscrito no CPF nº. XXXXXXXX e RG nº. XXXXXXXX residente e domiciliado em Imaruí, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, situada na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representada por seu representante legal, o Senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, RG nº. XXXXXXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX e pelo responsável doravante designado simplesmente CONTRATADO, celebram o presente CONTRATO Nº XXX/2014, para prestação de serviços de exames laboratoriais com base no constante dos autos do Processo Licitatório Nº XXX/2014, Chamamento Público Nº XXX/2014, Protocolo Nº XXX/2014. Este contrato vincula-se ainda à Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Credenciamento de empresa para Prestação de Serviços de exames laboratoriais para a Secretaria Municipal de Saúde de Imaruí/SC.
- 1.2. Os serviços deverão ser prestados nas dependências do próprio laboratório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

- 2.1. A finalidade deste Contrato é dotar os pacientes do Município de Imaruí, atendidos pelo Sistema de Saúde Municipal, de serviços indispensáveis à preservação de sua saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PACIENTE

- 3.1. Os pacientes dos serviços, objeto deste chamamento público, constituir-se-á de usuários pertencentes à comunidade em geral.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. Executar a os serviços nas condições estipuladas no Edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e as normas legais aplicáveis;
- 4.2. Prestar os serviços apenas mediante autorização do Fundo Municipal de Saúde de Imaruí;
- 4.3. Dar atendimento adequado e prestar a informação ao Fundo Municipal de Saúde de Imaruí sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- 4.4. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior no prazo estipulado no Edital;
- 4.5. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 4.6. Os resultados dos exames deverão ser entregues no Centro Municipal de Saúde.
- 4.7. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.
- 4.8. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde de Imaruí, cujas reclamações se obriga a atender.
- 4.9. Manter em seu quadro de funcionários, farmacêutico com habilitação superior em Bioquímica, responsável técnico, com inscrição no Respetivo Conselho Regional de Exercício Profissional;
- 4.10. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;
- 4.11. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 4.12. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- 4.13. Justificar ao órgão ou entidade contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual Termo Aditivo para alteração do prazo de execução;
- 4.14. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe expressamente proibida a subcontratação da prestação do serviço;
- 4.15. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo órgão ou entidade contratante;
- 4.16. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;
- 4.17. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio.
- 4.18. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1 Exercer a fiscalização da execução do contrato.
- 5.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato;
- 5.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelos técnicos do contratado;

- 5.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato;
- 5.5 Garantir o acesso e a permanência dos técnicos do contratado nas dependências dos órgãos ou entidades contratantes, quando necessário para a execução dos serviços, objeto do contrato.
- 5.6. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com a tabela SUS, no prazo previsto neste edital;
- 5.7. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- 5.8. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste edital e da prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- 5.9. Fornecer as Autorizações para realização dos exames

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES

- 6.1. Os preços dos serviços ora CONTRATADOS serão pagos pela CONTRATANTE de acordo com os valores relacionados na tabela atualizada SUS, integrante deste Termo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1. Os pagamentos pela prestação de serviços serão efetuados pelo FMS, após o recebimento da fatura, mediante apresentação de nota fiscal de acordo com os valores apresentados em planilhas devidamente atestadas pela Secretaria de Saúde de Imaruí, acompanhadas das respectivas Autorizações de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.
- 7.2. O pagamento será efetuado mensalmente através de transferência em conta corrente da empresa prestadora de serviço.
- 7.3. O documento de cobrança (nota fiscal) deverá vir acompanhado, ainda, de cópia dos seguintes documentos de regularidade fiscal (negativa do INSS, regularidade com o FGTS, e Certidões Negativas de Impostos Federais, Estaduais e Municipais);
- 7.4. O Fundo Municipal de Saúde não está autorizado a receber documentação de cobrança, em caso de não observância do disposto no item anterior.
- 7.5. O CONTRATANTE efetuará o pagamento dos serviços prestados em 30(trinta)dias úteis, a contar da data do recebimento da fatura . Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado, até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não acarretando, neste caso, quaisquer ônus ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas com este Termo correrão à conta de dotações consignadas no orçamento do corrente exercício financeiro.
- 8.2. As despesas previstas para o próximo exercício ocorrerão à conta de dotação específica consignada no Orçamento Geral do Município de Imaruí.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas em decorrência do contrato e ainda em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas, erro de execução, mora na execução, caberá à contratada as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente:
 - 9.1.1. Advertência por escrito;
 - 9.1.2. Multa de 5% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial;
 - 9.1.3. Multa de 10% sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total;
 - 9.1.4. Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - 9.1.5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá

abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

9.1.6. Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada(o).

9.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.5. Da aplicação das penalidades previstas no Caput desta cláusula e da rescisão unilateral, caso ocorra, caberá ao CONTRATADO direito de recorrer administrativamente, dentro do prazo estabelecido no Art. 162 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

10.1. A responsabilidade civil das partes, decorrente da prestação dos serviços, regula-se pelo disposto nos artigos 927 a 943 do CAPÍTULO I e 944 a 954 do CAPÍTULO II do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1. Com base nas disposições contidas no Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93, o presente Instrumento vigorará por 12 meses, com início em XX/XX/2014 podendo ser prorrogado, a critério da Administração, em até um máximo de 60(sessenta) meses, através de termo aditivo.

11.2. O prazo de vigência do presente cadastramento em exercícios subsequentes ficará condicionado à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para fazer face às despesas dele decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Este contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8666/93.

12.1.1. O contrato também poderá ser rescindido nos casos em que se verificar que a CONTRATADA não preenchia ou não mais preenche os requisitos de habilitação.

12.2. Nas hipóteses legais de rescisão administrativa solicitada pela CONTRATADA, esta deverá submeter o seu pedido, necessariamente fundamentado, à apreciação da CONTRATANTE através de requerimento protocolado e instruído com a documentação comprobatória dos fatos alegados.

12.3. A rescisão administrativa será precedida de autorização expressa e fundamentada da autoridade competente.

12.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão previstos no artigo 77 da Lei nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, o Foro da Comarca de Imaruí para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas neste Instrumento, as partes assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Imaruí, XX de XXXXXXXXX de 2014.

Errata Chamada Pública FMS Nº 001/2014

ERRATA DE EDITAL

CHAMADA PÚBLICA FMS Nº 001/2014

Processo Administrativo Nº 008/2014

Processo Licitatório Nº 009/2014

Objeto: Credenciamento de Laboratórios de análises clínicas para prestação de serviços de exames laboratoriais.

O Município de Imaruí torna público, por intermédio de seu Setor de Licitação, que foi realizada correção no Edital de Chamada Pública FMS Nº 001/2014.

1. No Item 4.1. da "Cláusula Quarta - Da Documentação" do Edital:

Onde se lê: "A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em cópia autenticada e acompanhada do Requerimento para o cadastramento, conforme modelo apresentado no Anexo I, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal".

Leia-se: "A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em cópia autenticada e acompanhada do Requerimento para o cadastramento, conforme modelo apresentado no Anexo II, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal".

2. Na alínea "F" da Clausula Décima Quarta do Edital:

Onde se lê: "Os resultados dos exames deverão ser entregues no Centro Municipal de Saúde".

Leia-se: "Os resultados dos exames deverão ser entregues diretamente para o paciente ou por responsável legal e/ou procurador devidamente identificado".

3. No item 4 do Anexo II do Edital:

Onde se lê: "Os serviços deverão ser prestados, quando requisitados pelo FMS, a qualquer horário do dia ou da noite, não tendo quantidade pré-determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição das unidades por 24 horas, atuando dentro da unidade de saúde".

Leia-se: "Os serviços deverão ser prestados, quando requisitados pelo FMS, não tendo quantidade pré-determinada diariamente, devendo a empresa manter os funcionários à disposição em período integral de funcionamento das unidades de saúde".

4. No item 4.2.3 do Edital, incluir a seguinte alínea:

"c) Alvará Sanitário".

Tendo em vista as alterações acima, fica remarcada para o dia 21 de outubro de 2014, às 14 horas a data para recebimento dos envelopes.

Para dar maior publicidade aos atos administrativos, a Íntegra do Edital de Chamada Pública FMS Nº 001/2014, bem como a presente errata será publicado no Diário Oficial Municipal, que pode ser acessado através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Todas as demais cláusulas e informações do edital mantem-se inalterados.

Imaruí, 08 de outubro de 2014.

ANDRÉ POLUCENO VIANA

Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

Julgamento de Recurso Administrativo - Chamada Pública PMI Nº 001/2014

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Referencia: CHAMADA PÚBLICA PMI N. 001/2014 - Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA A MERENDA ESCOLAR.

Recorrente: Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense - Cooperlagos. CNPJ 10.202.167/0001-99.

De acordo com todos os pontos questionados, e com todas as normas norteadoras da matéria, expomos abaixo as ponderações formuladas que resultaram a decisão final.

1. DOS FATOS

A Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense - Cooperlagos restou

vencedora apenas de um item, tendo a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina - Cooperfamília vencedora em todos os demais itens. A Cooperlagos, se sentindo prejudicada com a decisão final da Comissão de Licitação, decidiu manifestar intenção de recurso.

2. DA TEMPESTIVIDADE

A recorrente manifestou intenção de recurso contra a decisão da Comissão de Licitação, da seguinte forma, conforme Ata de Reunião: "O senhor Valmir de Souza Mendonça, representante da Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense Cooperlagos manifestou interesse em apresentar recurso com os seguintes pontos: a priorização da compra de gêneros alimentícios aos agricultores locais pertencentes ao município de Imaruí". Aceita a intenção, a recorrente apresentou suas razões tempestivamente.

3. DAS RAZÕES DE RECURSO

A recorrente, alegando ser contra a decisão de habilitação da Comissão de Licitação, alega o seguinte:

"[...]

1.1.2. O QUE DIZ A RESOLUÇÃO Nº 26 DO CND/FNDE, de 17/06/2013

Art. 29 Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a EEx. deverá considerar todos os insumos exigidos na licitação e/ou chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

§1º O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver.

Podemos observar que no Art 29, §1º, em nenhum momento este diz que a seleção dos projetos de venda deve ser pelo menor preço individual ou global.

Como sabemos, houve esta preocupação legal desta Comissão de Licitação na formação dos preços desta Chamada Pública e, se estes foram publicados e, a COOPERLAGOS, ao propor em seu Projeto de Venda estes mesmo valores, atendeu rigorosamente o que diz a legislação e o processo licitatório.

[...]

1.3.2 O QUE DEIZ A RESOLUÇÃO Nº 26 do CD/FNDE, de 17/06/2013

...

Art. 25 Para priorização das propostas deverá ser observada a seguinte ordem para desempate:

I - os fornecedores locais do município;

V - organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

[...]

O Anexo I (Termo de Referência), do Edital da Chamada Pública 001/2014 não define a região geográfica da localização das cooperativas mencionando a existência de apenas duas em nossa região. Caso consideremos a Região dos Lagos (SDR Laguna) temos só uma cooperativa de agricultores familiares: a Cooperlagos; caso identificarmos o Território, como região da AMUREL, temos nove cooperativas de agricultores familiares.

1.6. ATA DE REUNIÃO DE HABILITAÇÃO

A ata descreve o nome da Cooperfamília, como Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina [...]

só que seu estatuto social, datado de 25/10/2005, além de não trazer esta alteração, o "novo estatuto" não foi registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, dando a entender que tal alteração não passou pela aprovação da Assembleia Geral. Outro fato relatado na referida ATA se refere ao fato da Cooperfamília ter apresentado a CND Estadual e a Cooperlagos, não. [...]

[...]

Ainda em relação ao Projeto de Vendas, em nenhum momento a lei cita que a vencedor será aquele que apresentar o menor preço individual ou global [...].

[...]

Então não é o preço que define a seleção/escolha do Projeto de Venda e, sim, prioritariamente, a localização geográfica dos agricultores e de suas organizações, como diz a lei. [...]

[...]

Outro aspecto é que a organização vencedora da Chamada Pública 001/2014 desta Prefeitura, tem abrangência Territorial, em relação ao município de Imaruí, incorporou no Projeto de Venda sócios deste município e região dos Lagos Sul Catarinense [...].

Por fim, a Cooperativa Cooperlagos encerra com as seguintes alegações:

"Resumindo nossa exposição, apresentamos os fatos que entendemos serem suficientes para habilitação da Cooperlagos, como vencedora da Chamada Pública 001/2014, já que atendemos o que diz os Arts. 25 e 29 da Resolução Nº 026/2013:

1 - Somos uma Cooperativa de abrangência local, com 18 (dezoito) cooperados de Imaruí (art. 25, inciso I);

2 - A Cooperlagos tem 81,40% de agricultores familiares e a Cooperfamília 76,21% (art. 25, inciso V);

3 - Os preços apresentados no Projeto de Venda estão em conformidade com os apresentados na referida chamada pública."

4. DAS CONTRA-RAZÕES DE RECURSO

A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina, vem impugnar o recurso apresentado pela Cooperlagos, com os seguintes pontos:

"[...]

Cabe destacar primeiramente, que várias das colocações trazidas pela Impugnante, mesmo sem fundamentação, são intempestivas, ou seja, deveriam ter sido alegadas quando dos prazos de impugnação do edital e outros momentos garantidos no certame. [...]

[...]

... cabe clarear que a Cooperfamília tem atuação em toda o território de Santa Catarina com a organização local de agricultores familiares em diversos município, dentre eles o município de Imaruí.

[...]

Todos os agricultores integrantes do projeto são do município de Imaruí (produção local) restando, portanto, plenamente atendido o que prevê o edital em seu item 7.6 onde define os procedimentos de avaliação.

[...]

Para comprovação das argumentativas segue em anexo, ata de registro da Cooperfamília na Junta Comercial do Estado de SC e a declaração dos agricultores familiares fornecedores onde resta inconteste a associação dos mesmos junto a Cooperativa, bem como a residência de todos eles ao município de Imaruí (compra

local), situação que inclusive já restou comprovada anteriormente pela comissão de licitação e demais participantes do processo licitatório com a devida apresentação do projeto de venda apresentado.

5. DA ANÁLISE

Diante das razões apresentadas pela recorrente, onde inicialmente apresentou suas razões alegadas na "manifestação de recurso" da sessão pública, após apresentou outros pontos que considerou importantes e relevantes, esta é a análise possível do caso.

Em análise aos documentos apresentado com as razões, a recorrente alega que a Comissão de Licitação valeu-se do menor preço para classificação das propostas. De que a Resolução Nº 026 do CD/FNDE, de 17/06/2013 não especifica que a seleção dos projetos de venda deve ser pelo menor preço individual ou global. Cita o artigo 24 e 25 da referida resolução, no qual trata da forma de priorização das propostas.

Vale constar que o artigo 25 da resolução supramencionada, fala sobre as regras para ordem de desempate. Ou seja, de acordo com as regras editalícias para escolha do projeto de venda, acaso haja empate, deve-se observar o disposto no referido artigo. O edital é claro ao estipular as regras do certame: "11.2. Na classificação das propostas será considerado o preço unitário de cada item ofertado, bem como o valor da proposta em algarismo e por extenso, em moeda corrente legal do País, inclusos ainda os impostos, taxas, fretes e quaisquer outros encargos eventuais e despesas incidentes". Ainda, conforme Termo de Referência, "9.3. Será realizado registro de preço, baseado na qualidade e menor preço por item". Portanto, a Comissão de Licitação, respeitando ao estipulado no Edital, ao qual encontra-se estritamente vinculada, classificou as propostas de acordo com o menor preço unitário. Como não houve empate, não há a necessidade da aplicação do Artigo 25 da Resolução Nº 026 do CD/FNDE, de 17/06/2013.

O Artigo 24 da Resolução Nº 026 do CD/FNDE, de 17/06/2013, em seu parágrafo primeiro, estabelece que deve ser observado os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal, ou seja, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e foi com essa base que a Administração Municipal determinou as regras de classificação das propostas.

A recorrente apresentou também que há erro na definição dos preços, pois o Termo de Referência cita que há duas cooperativas locais, no qual foi obtido o valor dos produtos. Cabe lembrar que tal razão apresentada pela Cooperativa recorrente é totalmente intempestiva, haja vista que esse tipo de impugnação deve ser feito no momento de publicação do edital, e não no momento da realização do certame. Ainda, a participação da proponente na licitação, é motivo de aceitação por parte da mesma com as regras do edital publicado. A mesma observação deu-se por parte da Cooperfamília, que ao apresentar suas contra-razões solicita que "esta comissão atente-se para os pontos e matérias que podem ser objeto de impugnação neste momento do certame conforme previsão editalícia".

Outro ponto questionado pela recorrente é quanto à habilitação da Cooperfamília. Alega que o Estatuto Social não traz o nome "Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e toda Santa Catarina", se contradizendo com as certidões apresentadas, e que o estatuto não está registrado na Junta Comercial de Santa Catarina. Vista aos autos, observa-se que há o registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, pois está como anexo à Ata da Assembleia.

A recorrente alega que a Comissão de Licitação solicitou a Certidão Negativa de Débitos Estaduais (CND), mesmo sem ser exigência prevista no edital. Quanto à CND Estadual solicitada pela

Comissão de Licitação para a Cooperlagos, não foi motivo de inabilitação da mesma para o certame. Foi solicitado, pois tendo em vista que toda e qualquer Pessoa Jurídica deve manter suas obrigações perante a Receita Federal, Estadual e Municipal, apesar da ausência do requisito Cnd Estadual no Edital, a Comissão de Licitação, solicitou, com a anuência de seu representante legal no certame, a apresentação da mesma. Se não há nenhum óbice por parte da Regularidade Fiscal perante o Estado, não há contestação por parte da licitante na sua apresentação.

Já em relação à área territorial de abrangência da Cooperfamília, consta em sua Alínea "c", Art 1º do Estatuto Social a seguinte redação: "Área de abrangência, no Município de Rio Fortuna e nos municípios de Santa Rosa de Lima, Grão Pará, Braço do Norte e São Martinho". Portanto, não há de fato abrangência no município de Imaruí. Porém, em análise à Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi constatado a seguinte redação: "(...) onde atua na região Rio Fortuna, Braço do Norte, Santa Rosa de Lima e Grão Pará, passando para todo o Estado de Santa Catarina (...), depois de várias discussões foi colocado em votação e aprovado passando a abrangência para todo o estado de Santa Catarina (...)".

6. DA DECISÃO

Considerando a análise acima e em atenção ao recurso impetrado pela recorrente, além dos fatos posteriores levantados e analisados, chega-se à seguinte decisão:

A Comissão de Licitação resolver NEGAR PROVIMENTO ao pedido de recurso apresentado pela recorrente. Determina que sejam juntados aos autos todos os documentos analisados. Mantém-se o julgamento anterior da Comissão de Licitação.

Por fim, dê-se ciência aos interessados e publique-se no Diário Oficial do Município.

Imaruí-SC, 08 de outubro de 2014.
MURILO FORTUNATO TOMÉ
Presidente da Comissão de Licitação

PLINIO MANOEL HENNEMANN PEREIRA
Membro

JOSÉ DOMINGOS JUNIOR
Membro

Imbituba**PREFEITURA****Extrato: PMI Seimfra 2014/114 A01**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEIMFRA 2014/114 A01

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: PRORROGAÇÃO DE 60(SESENTA) DIAS DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL, OU SEJA, DE 22/09/2014 ATÉ 20/10/2014.

Fundamento: Processo nº. 89/2014 Carta Convite 04/2014

Imbituba, 17 de setembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Imbimolde Pré-moldados & Construções Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 28/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 125/2014

DISPENSA Nº 28/2014

Objeto: Contratação de Instituto para prestação de serviços, objetivando a realização de concurso público e processo seletivo simplificado para preenchimento de vagas existentes nos quadros permanente e temporário de pessoal da Prefeitura de Imbituba.

Valor Total: R\$ 139.000,00

Empresa: IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 09 de outubro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 223/2014**

MUNICIPIO DE INDÁIAL

Licitação nº 223/2014.

Inexigibilidade nº 033/2014-10430

Objeto: Contratação de formação de agentes de trânsito - transporte de emergência.

Entrega dos envelopes: 09/10/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2014

MUNICIPIO DE INDÁIAL

Fundo Municipal de Assistência Social

Licitação nº 224/2014.

Inexigibilidade nº 013/2014-18201

Objeto: Capacitação de profissionais para construção do plano político pedagógico e o regimento interno do acolhimento institucional.

Entrega dos envelopes: 09/10/2014

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1569/2014

DECRETO Nº. 1569 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Delega competência para operações através do Gerenciador Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 23 da Lei Orgânica do Município de 12 de novembro de 1997.

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada competência para operações bancárias a seguir especificadas, por conta de convênio assinado entre o Município de Iomerê e o Corpo de Bombeiros Militar, junto a Instituição Financeira Banco do Brasil, para a Conta Corrente 6.984-1, AG. 5234-5 - além dos demais autorizados pelo Decreto 1535 de 10 de junho de 2014, conforme segue:

Nome	CPF	Função
Gabriel Barreto de Melo	044.520.159-21	Tenente Corpo de Bombeiros

Art 2º O usuário adicionado terá os poderes de:

Emitir saldos e extratos
Baixar arquivos retorno
Consultar movimento do dia

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1570/2014

DECRETO Nº. 1570 DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Departamento de Educação
2020 Manutenção do Programa Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 12.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias
33500000 Transferências a Instituições Priv. sem
Fins Lucrativos
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 11.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação de 2014, do Superávit financeiro do exercício de 2013 e pela anulação da seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2030 Manutenção das Atividades Agropecuárias
33930000 Aplicações Diretas Consórcio Público
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 06 de outubro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato do Processo Licitatório Nº 66/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 22 de outubro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "Locação de decoração para realizar ornamentação natalina na Praça da República e nas quadras da Avenida 22 de Julho (40 a 48) para o exercício de 2014, com entrega até o dia 20 de Novembro de 2014". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 08 de outubro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá**PREFEITURA****Aviso de Cancelamento Processo Licitatório Nº 053/2014, Pregão Presencial Nº 034/2014**

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2014

A Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que ANULOU o Processo de Licitação 053/2014, na modalidade Pregão Presencial, que seria realizada no dia 09 de outubro de 2014, cujo objeto era contratação de empresa para conservação das rodovias de abrangência do município de Itá - SC. O aviso do cancelamento se encontra disponível no site www.ita.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá SC, 08 de outubro de 2014.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 12/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC

Pregão Presencial nº 18/2014. Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos para uso do profissional das equipes de Saúde da Família - ESF da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa vencedora: ACR Medcal Produtos para Saúde Ltda - ME, itens: 5, 6, 8, 9, 11, 12, 30, 38, 39, 48, 50, 51, 65, 78, 80, 81, 85, 90, 91, 95, 97, 98, 100, 108 e 114 valor R\$ 8.058,18; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda itens 1, 2, 3, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 43, 47, 64, 66, 67, 73, 74, 82, 86, 87, 88, 89, 92, 99, 104, 105, 109, 111, 116, 118, 119, 120 e 121 valor R\$ 6.297,96; Elisvandia Matos Domini - ME itens: 7, 10, 15, 46, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 71, 72, 75, 77, 79, 83, 94, 96, 101, 106, 115 e 117 valor R\$ 6.462,76 e Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda ME itens: 4, 13, 42, 44, 45, 52, 68, 69, 76, 84, 102, 103, 107, 110, 112 e 113 valor R\$ 3.305,50. Vigência: 01 de outubro de 2015.

Gervásio uhlmann
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC

Pregão Presencial nº 34/2014. Registro de Preços para Contratação de pessoas jurídicas para prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Empresa vencedora: Associação de Caridade São Vicente de Paulo. Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, e 35. Valor R\$ 134.022,00. Vigência: 08/10/2015.

Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Secretaria de Educação: Edital de Processo Seletivo de Admitidos Em Caráter Temporário/Vagas Remanescentes N.º 046/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 046/2014.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 05/2014 para complementação do quadro de Especialistas que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental e ou Educação Infantil num período determinado de 66 dias, compreendidos entre 13/10/2014 a 19/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Itapoá.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 09 mês de outubro de 2014. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá. Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

1 vaga Administrador 20hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivos e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando formação acadêmica, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 10 de outubro 2014 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo. (Diploma)

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico

20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 08 de outubro de 2014.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

Jacinto Machado

PREFEITURA

Edital de Audiência Pública 007/2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 007/2014

O Prefeito do município de Jacinto Machado, Antonio João de Fáveri, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os cidadãos jacintomachadenses a participarem da audiência pública, para apresentação e discussão da proposta da LOA - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015.

Data: 13 de outubro de 2014 (segunda-feira)

Horário: 19h30min

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti - Câmara Municipal de Jacinto Machado

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, nº. 886, Centro - Jacinto Machado - SC.

Jacinto Machado - (SC), 07 de outubro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 106 de 23 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 106 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 456.000,00(Quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

UNIDADE: 01 - Departamento da Educação

PROJETO: 1.014 - Aparent., Aquis. de Veículos e Ampl. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (27) - 4.4.90.00.00.0094.34 - Aplicações Diretas.R\$ 456.000,00

TOTAL R\$ 456.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito adicional suplementar do artigo anterior, correrão por conta dos recursos do convênio assinado com a União Federal, por intermédio do FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, no valor de R\$ 456.000,00(Quatrocentos e cinquenta e seis mil reais), objetivando a Aquisição de 02(dois) Ônibus novos, para o município de Jacinto Machado/SC.

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 00.0094.34, acrescida ao Projeto/Atividade 1.014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 23 de setembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 107 de 29 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 107 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, IV, da Lei nº. 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do exercício de 2014, na importância de R\$ 87.282,25 (Oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 1.014: Aparentamento, Aquis. Veículos e Ampl. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação:4.4.90.00.00.06.0705.49(123) - Aplicações Diretas R\$ 87.282,25

TOTAL R\$ 87.282,25

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, por conta de Transferências referentes ao Salário Educação, no valor de 87.282,25 (Oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente nº. 8.837-4, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de setembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 108 de 29 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 108 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº. 706 de 04 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2014, na importância de R\$ 433.025,02 (Quatrocentos e trinta e três mil, vinte e cinco reais e dois centavos), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
PROJETO: 1.014 - Apar., Aquis., Veículos e Amp. de Rede Física a Educação Básica
Modalidade de Aplicação: (124) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 433.025,02
TOTAL R\$ 433.025,02

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 433.025,02 (Quatrocentos e trinta e três mil, vinte e cinco reais e dois centavos) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de setembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Decreto Nº. 109 de 29 de Setembro de 2014

DECRETO Nº. 109 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 706 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 53.992,60 (Cinquenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade: 2.008 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: (40) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 53.992,60
TOTAL R\$ 53.992,60

Art. 2º. O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
Atividade: 2.008 - Manutenção da Educação Básica
Modalidade de Aplicação: (36) - 3.3.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 53.992,60
TOTAL R\$ 53.992,60

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 29 de setembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato de Termo de Convênio Nº 04/2014 - FMAS

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 04/2014 - FMAS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), A SER REPASSADO EM SEIS PARCELAS SENDO, QUATRO PARCELAS NO VALOR DE R\$ 6.666,66 (SEIS MIL SEISCENTOS SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS) E DUAS PARCELAS NO VALOR DE R\$ 6.666,68 (SEIS MIL SEISCENTOS SESENTA E SEIS REAIS E SESENTA E OITO CENTAVOS) DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIVIDADE: 2.101 - MANUT. DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS A COMUNIDADE

MODALIDADE APLICAÇÃO: 3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000.0

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 7 (SETE) MESES A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA (SC), EM 30 DE SETEMBRO DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITO

WALDEMAR RONSSEM JÚNIOR
PRESIDENTE

Extrato Alteração 2 - PP 53/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 2

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 53/2014/PMJ, cujos extratos foram publicados no DOM em 26/09/2014 e em 02/10/2014 (alteração 1), tendo por objeto a "contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de vigilância desarmada e de serviços de atendente, a serem prestados junto ao prédio sede da Prefeitura de Joaçaba, bem como, de serviços de vigilância desarmada a serem prestados junto ao prédio do Terminal Rodoviário Horivil Zago."

1) Os subitens 6.1.13.5.3 e 6.1.13.6 passam a vigorar com a seguinte redação:

6.1.13.5.3. Índice de Endividamento Geral - O cálculo do índice de endividamento total mede a participação de recursos financiados por terceiros, sendo um indicador de risco da empresa. Para fins de habilitação neste Edital, obtém-se o índice de endividamento total pela seguinte fórmula:

$IEG = (PC + ELP) / AT$, onde:

IEG = Índice de Endividamento Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

6.1.13.6. Será considerada habilitada a prosseguir nesta Licitação, a licitante que apresentar comprovação de boa situação econômico-financeira, a ser avaliada através dos valores de índices extraídos do balanço patrimonial apresentado, e atingir, concomitantemente, todas as condições e valores de pontuação abaixo relacionados:

ÍNDICES FINANCEIROS	CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO	VALORES
Índice de Liquidez Corrente	Igual ou superior	1,0
Índice de Liquidez Geral	Igual ou superior	1,0
Índice de Endividamento Geral	Igual ou inferior	1,0

2) A data e horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, ficam alterados de até as 14h do dia 15/10/2014, para até as 14h do dia 21/10/2014;

3) A data e horário do processamento do Pregão ficam alterados do dia 15/10/2014, a partir das 14h, para o dia 21/10/2014, a partir das 14h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 08 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Celso Felipe Bordin

Secretário

Extrato de Termo de Rescisão ao Termo de Cessão de Uso

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1.321/2009-8. PARTÍCIPIES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Joaçaba/SC.

Cláusula Primeira - Do Objeto

Em conformidade com a cláusula quinta, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 1.321/2009-8 do veículo marca FIAT, modelo Ducato MC TCA AMB, tipo Caminhonete, combustível Diesel comum, ano/modelo 2008/2009, cor vermelha, chassi nº 93W245G3392032428, placa MFN-6405 Joaçaba, 07 de outubro de 2014.

SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Rafael Laske, pelo Município.

Resolução Nº: 029/2014/CMAS-Jba.

Resolução nº: 029/2014/CMAS-JBA.

Aprova solicitação de remanejamento de recursos:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, conferidas Instrução Normativa do TC-14/2012 do TCE/SC, a resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional de Assistência Social e a Resolução nº 16 de maio de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar remanejamento de recursos destinados à aquisição de material lúdico e recreativo no projeto Autonomia e Independência. Conhecimento Pessoal apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de R\$583,00 (quinhentos e oitenta e três reais) para gasto em material pedagógico.

Parágrafo Único - Faz parte da presente resolução o parecer nº029/2014.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 08 de Outubro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

Resolução Nº 030/2014-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 030/2014-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais para a União Municipal da Melhor Idade de Joaçaba, relativos aos meses de março, abril e maio de 2014.

Parágrafo Único - Faz parte da presente resolução o parecer nº28/2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 08 de Outubro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente do CMAS

Resolução Nº 031/2014-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 031/2014-CMAS-JBA

Aprova o questionamento do MDS sobre Execução dos Serviços/Programas, do IGD SUAS e do IGD PBF do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - exercício 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 4281 de 2012 e de acordo com a Reunião ordinária do Conselho, realizada em 08 de Outubro de 2014.

CONSIDERANDO:

Os questionamentos elaborados pelo MDS para serem respondidos pelo CMAS sobre serviços e Programas, a gestão do IGD SUAS, e a gestão do IGD PBF.

As resoluções e orientações do MDS e do Fundo Nacional de Assistência Social, com relação a aplicação dos recursos utilizados no cofinanciamento da Assistência Social.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o questionamento elaborados pelo MDS sobre os Serviços/Programas do IGD SUAS, IGD PBF do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - exercício 2013.

Parágrafo Único - Faz parte da presente resolução o parecer nº 31/2014.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 07 de outubro de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente do CMAS

SIMAE - JOAÇABA

Resumo Contrato JHL 0075/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0075/2014

TERMO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0080/2010

PREGÃO PRESENCIAL 0036/2010 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2010

PROTOCOLO Nº 2154/2010

Data: 09/10/2014

Objeto: Prorrogação do prazo contratual e reajuste do valor mensal dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar condicionado da sede administrativa do SIMAE e ETA.

Contratado: DS MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO LTDA

Valor Mensal do Contrato: R\$ 963,61 (Novecentos e sessenta e três reais e sessenta e um centavos).

PROGRAMA 17.122.0029

ELEMENTO 3.3.90.39.20.00.00

Prazo de vigência: 01/11/2014 a 31/10/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato Pregão014/2014 - Material Informática**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Anexo I.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

CREDENCIAMENTO: Até as 14 horas do dia 22 de outubro de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 22 de outubro de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Rua Tiradentes, 872, Centro, Joaçaba, SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3522-0524 / (49) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 08 de outubro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Lages**PREFEITURA****Extrato Contrato 283/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
CONTRATO 283/2014 -PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ELÓI DARTORA DE SOUZA JUNIOR ME, inscrita no CNPJ n.º 07.025.399/0001-04, com sede a Rua Valdomiro Koeche, 50 - Gethal, CEP 88520-450 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus Urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais) Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 173/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 76/2014, aberto em 07/10/2014 e homologado em 07/10/2014.

Lages, 08 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 284/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 284/2014 -PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.208.387/0001-88, com sede a Praça Vidal Ramos Sênior, 86, CEP 88.502-005 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Para Conservação e Manutenção dos Abrigos de Passageiros de Ônibus Urbano, e para atender as necessidades da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 16.766,20 (dezesesseis mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos)

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 173/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 76/2014, aberto em 07/10/2014 e homologado em 07/10/2014

Lages, 08 de Outubro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

Errata Nº 001 -Processo Seletivo Nº 004/2014

ERRATA N.º 001

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER, torna público a retificação do edital de PROCESSO SELETIVO N.º 004/2014, de 18 de Setembro de 2014, como segue.

1 - No item 1.1, em relação à remuneração do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

Onde se lê:

1.1 - ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO OU SUPERIOR:

(...)

01	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Portador de Diploma ou Certificado do Ensino Médio e certificado ou diploma de Curso Técnico de Enfermagem. Registro no Órgão de Fiscalização Profissional Competente - COREN/SC	01	40 horas	1.393,34	Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes, sob supervisão do enfermeiro (...)
----	-----------------------	--	----	----------	----------	---

(...)

Leia-se:

1.2 - ATIVIDADES DE NÍVEL TÉCNICO OU SUPERIOR:

(...)

01	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Portador de Diploma ou Certificado do Ensino Médio e certificado ou diploma de Curso Técnico de Enfermagem. Registro no Órgão de Fiscalização Profissional Competente - COREN/SC	01	40 horas	1.178,88	Prestar assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes, sob supervisão do enfermeiro (...)
----	-----------------------	--	----	----------	----------	---

(...)

2 - As demais disposições do edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 004/2014, permanecem inalteradas.

Lauro Müller/SC, 08 de Outubro de 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito de Lauro Müller - SC

Leilão 01/2014 - Pmlm

LEILÃO 01/2014 - PMLM

PROCESSO Nº113/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e demais legislações competentes, que no dia 10 de novembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara LEILÃO para venda por melhor oferta de 14 veículos automotores sendo entre eles 5 ônibus, 2 tratores agrícolas, 2 caminhonetes, 2 carros, 1 retro-escavadeira e 2 caminhões basculantes. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 9 de outubro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****Lei N.º 1.094/2014**

LEI Nº 1.094, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento da Seguridade Social, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	4.000,00
Função	10	Saúde	4.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	4.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	4.000,00
Atividade	2.016	Atenção Básica - Componente Piso de Atenção Básica Variável - Piso Variável	4.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	4.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	4.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos/ Detalhamento	0.1.0064.13	Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	4.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL			4.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0064.13	4.000,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		4.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de outubro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.095/2014

LEI Nº 1.095, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

"ANULA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Anular dotação do Orçamento da Seguridade Social e Suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Função	08	Assistência Social	20.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	20.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			20.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	20.000,00
Função	10	Saúde	20.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	20.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.016	Atenção Básica - Comp. Piso de Atenção Básica Variável - PAB VAR.	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de outubro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.096/2014

LEI Nº 1.096, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CREDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a Abrir Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	56.000,00
Função	12	Educação	56.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	56.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.003	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	56.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			56.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotação com a seguinte classificação e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00

Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO CONTABILIDADE E FINANÇAS	56.000,00
Função	28	Encargos Especiais	56.000,00

Sub-Função	846	Outros Encargos Sociais	56.000,00
Programa	0000	Encargos Especiais	56.000,00
Projeto/ Atividade	0.002	Amortização da Dívida e Encargos	56.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	56.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.6.00.00.00	Amortização da Dívida	56.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	56.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	56.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			56.000,00

Art.3º Fica revogada a Lei nº 1.090 de 11 de Setembro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de outubro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.623/2014, de 06 de Outubro de 2014
DECRETO N.º 2.623/2014, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infra-Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas R\$ 30,95

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação do excesso de arrecadação, rendimentos de aplicação relativo ao convênio de nº 2954/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 06 de Outubro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1896

DECRETO Nº 1896 de 07 de outubro de 2014.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art.22 da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 20.028,34 (vinte mil, vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado 30 de setembro de 2014, na Fonte 24 - Transferências de Convênios do Estado referente ao Convênio nº Convênio Defesa Civil - Enchente 2014 - 2014TR003120, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio do Fundo Estadual da Defesa Civil e o Município de Luzerna, que tem por objeto a aquisição de combustíveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
Fonte 24 - Transferência de Convênio do Estado - Outros
..... R\$ 20.028,34

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Aviso - PL 117/2014 - PP 071/2014 - Oficineiro - PML

AVISO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 117/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de oficineiro para a oficina de tênis destinados aos participantes do Projeto Sacando para o Futuro desenvolvido com os alunos das Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Luzerna/SC.

MOTIVO: Considerando o teor da Recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (Ofício-Recomendação n. 0695/2014/02PJ/JOA), o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

1. SUSPENDER, sine die o presente Processo Licitatório 0117.2014.

Luzerna (SC), 07 de outubro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação - PL 114/2014 - PP 069/2014 - Prestação de Serviços Fitoterápicos - FMS

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 114/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 069/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 114/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviço de adubamento, adubação e encanteiramento manuais de solo (já sulcado), para a posterior prestação, pela mesma contratada, de serviço de cultivo de plantas fitoterápicas, através de seu plantio por transmutação ou sementeira, eliminação de ervas daninhas sem o uso de defensivos químicos, irrigação e posterior colheita, tudo conforme orientações a serem prestadas pelo Médico Dr. Erlo Lutz, preposto da ora Licitante, para execução do projeto de "Estruturação da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos no âmbito do SUS", no âmbito do Município de Luzerna; em área agricultável, localizada no perímetro urbano de Luzerna.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* MAICON ANDREAS DIAS 09127088910

- Valor total: R\$ 17.999,88

Luzerna (SC), 07 de agosto de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

Receitas Federais do Dia 07/10/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 07/10/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.258,55
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.258,55
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.258,55
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	755,13
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	503,42

Luzerna, 08/10/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Portaria 3225

PORTARIA N.º 3225/2014

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18/06/2009,

Considerando, a necessidade de designação de servidor responsável para responder pelos consultórios odontológicos municipais; Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços; RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora BRUNA CESCA BAHIR DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de responsável pelos consultórios odontológicos, projetos odontológicos, programas de apoio e prevenção, palestras e orientações educacionais.

Para desempenho da atribuição ora designada, a servidora fará jus, nos termos do parágrafo único do artigo 50 da Lei Complementar Municipal n.º 36, de 18 de junho de 2009, a uma gratificação de função (FG), de 20% (vinte por cento), sobre o vencimento básico de seu cargo efetivo, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem vigência a partir deste mês, e efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC,
21 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Edital de Notificação Preliminar Nº 001/2014/Nfse

Prefeitura do Município de Mafra
Estado de Santa Catarina
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
Departamento de Fiscalização Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 001/2014/Nfse

A Prefeitura do Município de Mafra através do presente edital torna público para conhecimento dos interessados, a relação das empresas que não realizaram e/ou não finalizaram o cadastramento eletrônico para emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços- NFSe prevista no Decreto Municipal 3739/2014, cujo prazo encerrou-se em 30.06.2014, sendo que a partir da publicação deste Edital, ficam notificados os contribuintes abaixo mencionados a realizar o cadastramento eletrônico perante a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento através do site www.webiss.com.br/mafrasc.

Razão Social	CMC	CNPJ
14 Brasil Telecom Celular S/A	303206-0	05.423.963.0006-26
14 Brasil Telecom Celular S/A	303207-8	05.423.963.0006-26
14 Brasil Telecom Celular S/A	303208-6	05.423.963.0006-26
3 JM Representações Ltda ME	16402-0	02.071.543.0001-25

A

Razão Social	CMC	CNPJ
A B N Z Transportes de Cargas Ltda	15159-9	76.327.287.0001-20
A M Industrial de Fios Ltda	48542	78.830.874.0001-63
A P Publicidade Ltda	38-8	81.363.632.0001-11
A.J Cordeiro Com de Doces e bebidas Ltda ME	303173-0	10.259.259.0001-05
AB & Santos Comercio de Veiculos Ltda	300773-1	08.834.620.0001-38
Abelar Batista da Cruz	304446-7	14.941.896.0001-18
Abelar Batista da Cruz	304446-7	14.941.896.0001-18
ABL System Consultoria e Informatica	304788-1	04.099.948.0035-46
ABP-Indústria e Comercio de Madeiras Ltda	301079-1	09.420.566.0001-47
ABS Pneus e Acessórios Ltda	300482-1	08.057.040.0001-81
ABS Soluções Agropecuarias Ltda	300257-8	07.608.481.0001-61
Academia Estica Vida Ltda	206881-8	05.805.967.0001-64
Acencor Representações e Empreendimentos S/S Ltda	303727-4	11.733.186.0001-04
Acir Ruthes ME	4860-7	83.613.158.0001-64
Acir Wormsbecker	4862-3	81.023.145.0001-00

Acobox Indústria e Com Ltda-ME	9829-9	78.871.175.0001-61
Adelina Machado dos Santos	4866-6	80.979.032.0001-10
Ademar Deluca ME	304798-9	17.181.084.0001-00
Ademir Fagundes Barbosa	304886-1	16.821.243.0001-20
Ademir Gelbcke	8834-0	76.614.874.0001-09
Ademir Pereira de Lima ME	4872-0	80.943.996.0001-08
Ademir Roeder ME	32-9	79.855.748.0001-26
Adeplan Prest de Serv. Ind e Comercio Ltda	17578-1	04.639.608.0001-11
Adilson Roesler & Cia Ltda	303726-6	11.739.658.0001-36
Adimafrá Admin Cinematografica Ltda	10090-0	80.463.953.0001-25
Administradora de Bingos Catarinenses Ltda	300180-6	06.060.959.0023-04
Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda	305135-8	44.490.300.505-88
Adriana Carla Barros de Aquino	305101-3	18.221.187.0001-19
Adriana Marquetti Stier Ribas	304786-5	17.084.705.0001-37
Adriano dos Santos & Cia Ltda	4809-7	02.700.602.0001-87
Adriano dos Santos Imoveis Ltda	303936-6	12.483.295.0001-83
Adriano Jose Portela ME	304085-2	13.141.903.0001-34
Adriano Kuhl Schaeffer	16050-4	03.893.745.0001-15
Adriceli Comercio de Gás Ltda ME	304807-1	04.040.337.0001-83
Adrieli Saybot	304864-0	17.426.015.0001-19
Agenor Cardoso dos Santos	56-6	83.492.785.0001-94
Agilize Disk Entrega Ltda	301090-2	09.440.004.0001-65
Agrar Assistencia Tecnica Agricola Ltda	9542-7	79.931.820.0001-57
AGRIMAQ Representação Comercial Ltda	16371-6	04.371.471.0001-67
Agro Transportes Mafra Ltda	301114-3	09.453.809.0001-43
Agroindustrial Steidel Ltda	856-7	85.127.991.0001-20
Agropecuaria Jomaris Ltda	1969-0	80.660.533.0001-39
Agropecuaria Rio da Areia Ltda ME	304753-9	16.891.179.0001-54
Agropedrinho Comercio de Insumos e Cereais Ltda	304321-5	08.750.816.0006-59
AGSC Representações Comerciais Ltda	300692-1	08.648.711.0001-89
Aguageo Poços Artesianos Ltda	3142-9	00.801.972.0001-85
Aguinaldo Fehlauer ME	3093-7	00.695.507.0001-07
Alaercio Koch	304217-0	13.649.229.0001-01
Alair Ribeiro de Lima	304717-2	16.819.838.0001-41
Alaoriane Aparecida dos Santos	303235-3	10.349.235.0001-47

Alaumi Mathias dos Santos	6730-0	85.135.044.0001-81
Alceu de Lima Chaves	9394-7	79.384.483.0001-25
Alcides Santanna Bar ME	4739-2	02.533.161.0001-76
Alcineo Buch	199648-7	53.354.290.0001-53
Alessandro Farinhuk	304608-7	15.611.913.0001-11
Alessandro Pinto	304573-0	15.502.884.0001-50
Alessandro Roberto Ricetti	303748-7	11.218.477.0001-64
Alex Sandro Mendonça Pintos	305106-4	18.625.738.0001-00
Alexandre Comercio de Pneus Ltda ME	300860-6	03.611.270.0001-27
Alexandro Andersen Bar ME	300236-5	07.561.805.0001-53
Alfa PEC Consultoria e Representações Ltda ME	300954-8	09.166.735.0001-64
Alfredo Ruthes Neto	19763-7	05.532.020.0001-27
Aliança Metalurgica e Manut. Industrial Ltda ME	3644-7	01.294.630.0001-89
Aline Andrea de Carvalho Nunes	16343-0	04.249.258.0001-87
ALL- America Latina Logistica Malha Sul	3915-2	01.258.944.0042-02
Alma Transporte Rodoviario Ltda	16142-0	04.102.330.0001-49
Almeida e Araujo- Transporte Logistica e Distribuição	304060-7	75.000.174.0005-87
Alpha PEC Consultoria e Representação	300954-8	09.166.735.0001-64
Altair Linkoski ME	465-0	82.886.243.0001-33
Altair Oedemann	3111-9	00.724.350.0001-09
Altamir Jose Machado	18430-6	45.206.607.0001-46
Altmann Representações Comerciais S/S Ltda	300332-9	07.743.514.0001-86
Alvaro Diniz Peters ME	303670-7	11.550.049.0001-34
Alvaro Marinho dos Santos ME	16608-1	04.568.579.0001-44
Alves & Veiga Ltda	15512-8	03.399.256.0001-01
Alves Belo Serviços Tecnicos Ltda	15166-1	01.612.288.0001-18
Amazonas Ramos Filho	304857-8	17.522.686.0001-83
Ana Gisele Landoski Iankoski	304459-9	14.918.899.0001-30
Anderson Andre Zimmermann & Cia Ltda	15995-6	02.807.806.0001-11
Anderson Jose Macameiro	304343-6	14.356.426.0001-97
Anderson Luis Thomaz	300972-6	08.611.248.0001-09
Anderson Schotten Freteiro ME	305274-5	19.706.631.0001-59
Anderson Stoeberl	300999-8	09.251.123.0001-70
Anderson Theo Massaneiro Telecomunicação Ltda ME	303031-8	06.888.449-0002-03
Andrade e Osaki Repres. Comerciais Ltda	18003-3	05.296.535.0001-75
Andre Eduardo Graf	21716-6	06.153.478.0001-38

Andreatta e Buss Representações Comerciais Ltda	303918-8	12.425.755.0001-17
Andreia Peters	304592-7	15.301.164.0001-26
Andriara Izaías	304613-3	15.594.031.0001-95
Andromeda Video Produções Ltda	20886-8	05.953.296.0001-89
Angela Maria Gusso Silveira de Oliveira	3855-5	01.564.196.0001-00
Angelita Wegrzynowski	301089-9	07.791.071.0001-07
Anibal Baumgartner & Cia Ltda	304153-0	02.117.157.0001-27
Anita Pereira do Nascimento Martin ME	11453-7	00.675.351.0001-00
Ano 12 Transportes Ltda ME	304667-2	16.616.782.0001-28
Anselmo Cardoso	304269-3	13.457.381.0001-84
Anselmo Soares	304583-8	15.186.188.0001-81
Antonio Bicheski	1501-7	79.906.590/0001-76
Antonio Carlos Dementrio	303261-2	10.387.341.0001-15
Antonio Carlos Levandoski-ME	1047-2	00.474.807.0001-66
Antonio Marcos Chableski ME	11083-3	73.969.651.0001-68
Araujo & Marangon Ltda	20664-4	05.378.620.0001-82
Areias Rio Ltda	217-8	83.536.847.0001-12
Arenorte Extração e Com de Areias Ltda	4941-7	02.716.218.0001-72
Argemiro Pauli ME	218-6	95.817.334.0001-69
Arildo Ribeiro	304783-0	16.693.268.0001-96
Arlson Roberto Cardoso Representações Comerciais	303311-2	10.483.693.0001-74
Ariovaldo Barros Franco	304726-1	15.705.863.0001-31
Aristeu Custodio dos Santos Filho	11477-4	01.050.081.0001-05
Aristides Taborda Bar ME	225-9	81.562.399.0001-04
ARQ Plann Ltda-ME	4337-0	95.809.422.0001-19
Artes Móveis Pompeia Ltda ME	2260-8	72.421.316.0001-68
Artesanato de Gesso Perola Ltda	248-8	83.948.422.0001-10
Asildo Peters	251-8	79.914.404.0001-40
Associação Aliança Assessoria Financeira de Pessoas Físicas e Jurídicas	300666-2	07.556.856.0002-78
Associação de Prest de Serviço Hable	4748-1	02.126.320.0001-18
Associação Portal Verde	18199-4	04.285.666.0001-94
Ataide Nunes Pereira Filho e Jose C Padi	11256-9	83.108.423.0001-57
Ataides Representações Comerciais Ltda	20627-0	05.826.220.0001-92
Auersvaldt Construções Ltda	304322-3	14.175.312.0001-40
Aurelio Augustin	304572-2	14.022.251.0001-81
Aurelio Jose Foerster & Cia Ltda ME	4945-0	02.883.291.0001-39

Auto Elétrica Teucar Ltda ME	303802-5	01.542.941.0001-10
Auto Estrada Transportes Ltda	20657-1	03.764.655.0002-05
Auto Lavagem Avenida Ltda ME	300736-7	08.715.132.0001-01
Auto Lavagem Central Ltda	21610-0	06.122.430.0001-62
Auto Mecânica Lima Ltda	10756-5	82.147.349.0001-15
Auto Peças Antoninho Ltda	3733-8	01.439.342.0001-75
Auto Posto Frontal Ltda EPP	301044-9	04.559.401.0003-07
Auto Posto Mafrense Ltda	16076-8	03.989.849.0001-28
Auto Posto Mengarda Ltda	15602-7	03.213.895.0001-30
Auto Posto Roda Shop Ltda	303310-4	09.150.753.0001-58
Auto Posto Sampaio Com de Combustíveis Ltda	303153-5	09.404.910.0001-04
Automovel Clube de Mafra	304930-2	83.743.096.0001-05
Avelino Cardoso	11541-0	01.387.230.0001-18
Avelino Portela-Seculo XXI	2961-0	00.579.663.0001-02
AW Locadora de Veículos Ltda	303340-6	80.096.506.0001-85
Awa Sports Ltda ME	303544-1	11.066.329.0001-71
Ayres e Carmo Repres Comerciais Ltda	938-5	73.742.504.0001-50
Azambuja & Santos Ltda ME	15718-0	03.597.860.0001-42

B

Razão Social	CMC	CNPJ
B. Transportes Ltda	18001-7	04.353.469.0011-37
Back Serviços Especializados Ltda	15597-7	75.285.965.0004-10
Baldi & Ribeiro Representações Comerciais Ltda	304803-9	17.218.554.0001-62
Banco Bradesco S/A	325-5	60.746.948.0362-22
Banco Itaú S/A	292-5	60.701.190.0714-60
Banda Padre Jose Mauricio S.M. M	4081-9	00.801.970.0001-96
Bar do Chico Ltda ME	300024-9	06.276.483.0001-38
Bar e Lanchonete Junqueira Ltda	10663-1	09.748.172.0001-60
Bar e Lanchonete Mar-mitt Ltda	301147-0	09.525.808.0001-67
Bar e Lanchonete Medeiros ME	303693-6	11.623.817.0001-32
Bar e Mercadoria Antunes Ltda me	10757-3	81.373.490.0001-73
Bar e Mercadoria Aven-cal Ltda ME	298-4	81.518.938.0001-08
Basesc Mecânica de Manut Indl Ltda	4907-7	02.810.108.0001-75
Bastos Desportiva Ltda	16275-2	82.186.974.0001-76

BCRTEC Serviços de Informatica Ltda	18035-1	06.080.579.0001-26
Beatriz Humenhuk ME	3736-2	01.375.181.0001-01
Beatriz Pedro Schmidt ME	3695-1	01.291.717.0001-00
Bedretchuk Insumos Agropecuarios Ltda	300882-7	08.738.202.0001-47
Bela Instituto e Cosméticos Ltda	3890-3	01.384.701.0001-34
Beller Indústria Com e Repres. Ltda ME	18042-4	03.943.717.0001-65
Bello e Bello Representações Ltda	3891-1	78.822.376.0001-79
Bem Hur Souza ME	16222-1	04.167.226.0001-32
Bernardo Moto Peças Ltda ME	16297-3	04.002.993.0001-91
Bibiana Transportes Ltda	303289-2	10.446.001.0001-18
Bicheski Com e Representações Ltda ME	320-4	95.798.070.0001-43
BIG Safra Ltda	300973-4	04.834.285.0005-40
Big Safra Ltda	303653-7	04.834.285.0014-31
Bitbag Indústria e Com de Bolsas Ltda	20090-5	02.772.271.0001-90
BN Fomento Mercantil Ltda	20335-1	05.738.750.0001-89
Boller & Paes Ltda	300775-8	08.837.663.0001-77
Bom Tempero Refeições e Petiscaria Ltda ME	300412-0	07.940.668.0001-68
Bonatel Telecomunicações Ltda ME	11303-4	83.139.725.0001-92
Brasil Hosting Soluções para Internet Ltda ME	300629-8	07.399.466.0001-50
Brasil Telecom S/A	21590-2	76.535.764.0322-66
Brazilian Crown Festas Promoções E Eventos Ltda		03.945.936/0001-83
Brenda Ind e Com de Moveis Ltda	15516-0	03.430.612.0001-02
Bruce Representações Comerciais Ltda ME	304703-2	16.811.774.0001-32
Bruna Rafaela de Oliveira	304049-6	12.999.723.0001-25
Bueno Comercio de Moveis Ltda	303619-7	11.305.534.0001-42
Burghardt Bureau de Impressao Ltda	300317-5	03.394.929.0002-11

C

Razão Social	CMC	CNPJ
C.N. K Representações Comerciais Ltda	2456-2	00.101.140.0001-56
C.S. E Transportes Ltda	16306-6	04.267.820.0001-03
C.T.E. S Telecomunicações Ltda	10721-2	00.185.067.0001-48
Cabos e Fios Eletr e Telecom Ltda-ME	10113-3	85.288.132.0001-13
Cacesmark Representações Comerciais Ltda	16337-6	82.666.538.0001-02
Caixa Economica Federal	33355-4	00.360.305.0878-03

Camara de Dirig Loj de Mafra/Rio Negro	300207-1	83.492.645.0001-16
Camargo e Zablonki Ltda ME	305139-0	18.844.660.0001-14
Camila & Tiago Transportes Ltda	303666-9	11.519.828.0001-77
Camille Francine de Assumpção	304481-5	15.056.562.0001-24
Capital Administração de Imoveis e Participações Ltda	305085-8	05.893.539.0001-30
Carboni Distribuidora de Veiculos Ltda	15598-5	02.952.689.0004-22
Carla Levandoski	301016-3	09.305.835.0001-24
Carlito Transportes Ltda	303837-8	12.132.521.0001-81
Carlos Alberto Hones	303606-5	10.771.445.0002-00
Carlos Augusto Silveira Martins	303424-0	10.776.688.0001-50
Carlos Gonçalves Belem	3894-6	01.687.510.0001-41
Carlos Masatake Shimoguri Filho	9848-5	01.209.351.0001-70
Carlos Raulino Rosauro ME	347-6	81.864.647.0001-63
Carmen Hreczuck	10747-6	00.069.928.0001-22
Carvalho & Ribeiro Industria e Prestadora de Serv.	300586-0	08.380.684.0001-06
Carvalho e Fleischmann Transportes Ltda ME	304549-8	15.401.721.0001-80
Casa Pura Arte Ltda ME	305102-1	18.688.422.0001-67
Casagrande Revestimentos Ceramicos S/A	1526-1	83.143.636.0001-10
Cassia Patricia de Souza	17366-5	04.815.215.0001-11
Catalunya Danceteria Ltda ME	10381-0	82.878.273.0001-06
CB Vigilância Ltda EPP	303367-8	10.537.682.0001-20
Ceati- Centro De Atend Integr S/C Ltda	10231-8	79.368.551.0001-62
Celeski Express Cargas e Encomendas Ltda	303169-1	10.256.676.0001-02
Celio Adriano Arten ME	305152-8	18.923.882.0001-22
Celito Jose Kornatzki	300389-2	07.900.741.0001-78
Celso Cawa	380-8	80.412.448.0001-51
Centro Cultural de Idiomas	15745-7	03.605.858.0001-78
Centro de Diagnostico por Imagem Rio Mafra Ltda	303295-7	01.227.801.0001-57
Centro De Diagnostico Por Imagem Rio Mafra Ltda	3739-7	01.227.801.0002-38
Centro De Educ Pré-Esc Castelinho Enc Ltda	11556-8	79.368.502.0001-20
Centro De Formação Condutores Riomaframe	3859-8	00.115.418.0002-25
Centro de Radiologia Odontologica Diagnosto Ltda	300349-3	40.432.890.0002-68
Centro de Reabilitação Canaa S/C Ltda	15907-7	03.500.780.0001-27
Centro de Reabilitação Canaa S/C Ltda	15592-6	03.500.780.0002-08

Centro Esportivo e Eventos JR 03 Ltda	304605-2	15.601.763.0001-65
Cereagro S/A	304818-7	75.892.067.0001-87
Cereagro S/A	1819-8	75.892.067.0001-87
Cerealista Estrela Azul Ltda	400-6	82.886.292.0001-76
Cerealista Monaliza Ltda	401-4	85.244.275.0001-23
Certo Game Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300723-5	79.391.157.0010-36
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300724-3	79.391.157.0013-89
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300721-9	79.391.157.0009-00
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300722-7	79.391.157.0011-17
Cesar Resse & Cia Ltda	15593-4	03.329.559.0001-58
Champion Log Transportes Ltda	304530-7	10.660.541.0003-61
Charles Adriano Krambeck	405-7	09.579.456.0001-49
Charles de Oliveira ME	4355-9	02.156.704.0001-83
Charles Nivaldo Sampaio	304883-7	17.483.854.0001-79
Chester Heleno Altmann ME	304221-9	13.709.745.0001-76
Christiane Drapala Fehlauer & Cia Ltda	4523-3	02.359.857.0001-28
CIA Catarinense de Aguas e Saneamento	304464-5	82.508.433.0014-31
Cia Catarinense de Radio e Televisão	19573-1	82.611.617.0002-99
Cileda Terezinha Blum	2571-2	81.017.451.0001-33
Cilmara Bayerl	303888-2	12.277.156.0001-01
Cimmoveis Com e Indústria de Madeiras Ltda	10776-0	83.612.739.0001-81
Cinsel Consultoria e Servicos Economicos Ltda - Me	4725-2	83.037.515.0001-93
Cipen Centro de Inf Publ Ed Norte Ltda	11668-8	00.704.859.0001-81
Cirineu Xavier	3863-6	95.849.782.0001-44
Clair Adilson Lis & Cia Ltda	300951-3	06.217.621.0002-99
Clarisse Aparecida Plautz ME	3868-7	01.512.418.0001-40
Claro S/A	304124-7	40.432.544.0191-66
Claudio Duarte & Cia Ltda	4210-2	02.014.639.0001-51
Claudio Implementos Agricolas Ltda	303157-8	05.505.502.0002-79
Claudio Implementos Agricolas Ltda	196452-6	05.505.502.0001-98
Cleberon Padilha	303618-9	11.286.066.0001-06
Cleiton Adamczeski	304370-3	13.889.564.0001-79
Cleiton Odair Rodrigues	303735-5	11.685.315.0001-36
Clementino Lis ME	2743-0	75.341.354.0001-07
Cleo Auto Lavagem ME	300672-7	08.616.574.0001-09

Clever Samuel Fuerst	304697-4	16.501.185.0001-58
Cleverson Martins	304387-8	14.573.211.0001-28
Cleyton Fritz ME	303147-0	09.645.754.0001-98
Clic Marketing e Publicidade Ltda ME	4940-9	02.877.859.0001-09
Clieceu Uhlig ME	438-3	80.951.437.0001-40
Clinica de Estética Dentais Ramos	300800-2	87.307.100.0001-89
Clinica de Fisioterapia São Camilo S/C	440-5	81.143.018.0001-44
Clinica de Olhos Lorenzi Ltda	300319-1	07.752.888.0001-68
Clinica Laboratorio de Analises Clinicas Ltda	3726-5	75.279.521.0002-00
Clinica Medica Sian Ltda ME	300845-2	08.880.283.0001-15
Clinilab Laboratorio de analises Clinicas Ltda	439-1	75.279.521.0001-29
Clodi Alberto Uhlig ME	305136-6	18.688.365.0001-16
Clube Bailão do Povo Ltda ME	17305-3	04.764.733.0001-53
Clube Recreativo Tradic Carroça Velha	443-0	81.142.937.0001-01
Cofepar-Cornelio Ferragens e Parafusos Ltda	21891-0	06.205.337.0001-11
Cok Representações Comerciais Ltda	10009-9	95.766.184.0001-01
Colo Ind Com de Artef de Madeira Ltda	444-8	75.335.810.0001-06
Colorset Grafica e Editora Ltda	17069-0	04.679.953.0001-89
Com de Acessórios e Pneus Vieira Ltda	464-2	82.971.086.0001-64
Com e Ind de Madeiras Apiaca Ltda	12736-1	51.707.628.0001-62
Com e Transp de Alimentos Fabrine Ltda	11260-7	82.347.634.0001-80
Com Transp.Representações Estrela Guia Ltda	300047-8	07.293.973.0001-05
Comercial Golfinho de Pneus e Repre Ltda	456-1	82.186.131.0001-70
Comercial Michelli de Cosmeticos Ltda	3924-1	01.687.514.0001-20
Comercio de Madeiras e Transportes Itaiopolis Ltda	304531-5	13.406.565.0001-15
Comercio de Moveis Iripel Ltda	467-7	79.256.939.0001-71
Comercio e Indústria Breithaupt S/A	474-0	84.429.810.0011-20
Comercio e Transp.de Mad. Dartora Ltda	17624-9	04.872.004.0001-10
Comercio e Transporte São Leopoldo Ltda	2747-2	00.369.869.0001-08
Companhia de Desenv de Mafrá-Condema	4929-8	02.865.355.0001-79
Compensados Riamar Ltda	180054-0	05.580.570.0001-11
Conagro Assistencia Tec. E Consult. Ltda	15892-5	03.771.501.0001-60
Condomínio Residencial Planalto	304895-0	17.332.470.0001-55
Conduta Indústria e Com de Malhas Ltda	16320-1	04.302.276.0001-85

Confecções FIFA Ltda	301093-7	09.411.195.0001-37
Confecções San Diego Ltda ME	487-1	79.422.507.0001-93
Consil Maquinas Agrícolas Ltda	15684-1	03.634.400.0001-47
Construtora Castilho S/A	16489-5	92.779.503.0001-25
Construtora Impantec Ltda	304025-9	80.709.876.0009-06
Construtora Planalto Ltda	300308-6	07.748.910.0001-04
Consult de Fonoaud Audiom e Pedag S/C Ltda	4119-0	01.664.530.0001-05
Coop. De Credito dos Médicos, Prof.Da Saúde, Contabilistas Prof E Empr Do Lit E Nort	304407-6	74.114.042.0006-02
Coop. De Trabalho Medico de Mafra e Rio negro	21755-7	03.950.528.0001-10
Cooperativa Cred Rural Norte Catarinense	492-8	81.011.686.0001-18
Cooperativa De Trabalho Médico de Mafra e Rio Negro	305290-7	03.950.528.0003-81
Correa & Reynaud Advocacia	304254-5	13.806.772.0001-67
Credi Publico Serviços de Agenciamento Ltda	30200-4	07.393.735.0001-71
CV - Serviços de Vigilância S/C Ltda	3795-8	40.446.064.0001-35

D

Razão Social	CMC	CNPJ
D'VILLA Supermercado Ltda	455-3	83.492.827.0001-97
Da Casa Moveis Planejados Ltda	17027-5	4.677.958.0001-72
Da Silva e Volpato Ltda ME	303324-4	09.550.568.0001-50
Dacoregio Representações Ltda	10587-2	85.312.296.0001-39
Daiana Mara Cabral Fernandes	303764-9	11.836.049.0001-03
Dailton Jose de Campos ME	4478-4	02.346.114.0001-13
Dali Comunicação Visual Ltda ME	300820-7	08.929.860.0001-16
DAM Paineis Ltda ME	16057-1	03.971.699.0001-25
Daniel de Araujo	502-9	82.142.845.0001-86
Daniel Kondlatsch	303713-4	11.524.547.0001-02
Daniel Wormsbecher ME	978-4	00.459.577.0001-66
Data Serviços Administrativos Ltda ME	303598-0	11.245.456.0001-38
DBJX Empreendimentos Imobiliários Eireli	305177-3	17.816.050.0001-44
Débora Schwartz Pinheiro	304606-0	15.549.631.0001-31
Decorações Comercio e Repr Borges Ltda	2649-2	80.109.804.0001-62

Defensoria Publica do Estado de Santa Catarina	305283-4	16.867.676.0001-17
Del Royale Marmoraria Ltda ME	303245-0	10.363.748.0001-02
Denis Alexandre Bogute MEI	304175-1	13.470.229.0001-31
Denise Taucher Augustin MEI	305178-1	17.740.722.0001-85
Depaiva Comercial Ltda	4214-5	01.929.811.0001-34
Desbrave Corretora de Seguros de Vida	20541-9	05.807.940.0001-00
Despachante Maria Jose Ltda ME	300184-9	07.487.508.0001-05
Dias Secagem de Madeiras Ltda ME	15136-0	03.030.803.0001-87
Diclo Expedito Vieira Junior Repres Ltda	3254-9	00.951.878.0001-02
Dieckel Representação Ltda	17097-6	04.715.633.0001-37
Diego Lopes de Oliveira	305151-0	18.880.854.0001-75
Digimar Digitações e Com Mat de Inform Ltda ME	16276-0	04.260.941.0001-15
Digital Indústria e Comercio Ltda	526-6	81.364.069.0001-04
Dimarco-Distribuidora de Alimentos Ltda	15252-8	03.202.458.0001-11
Dircelino Becker dos Santos	16233-7	04.181.149.0001-75
Dircineia Inacio de Oliveira	304239-1	13.670.517.0001-30
Dirlei Andrzejewski e Cia Ltda	304126-3	13.297.139.0001-90
Disk Encomendas Ltda	2753-7	00.470.046.0001-74
Disk Ligeirinho Ltda	16338-4	04.275.818.0001-78
Distribuidora Malinovski Com e Repr Ltda	1278-5	85.267.102.0001-20
Distribuidora Riomafr Com e Repres Ltda	15244-7	03.248.371.0001-85
Dittrich & Oliveira Ltda	303074-1	03.696.875.0001-68
Division Serviços Contábeis Ltda	3182-8	00.791.265.0001-55
DJ Indústria e Comercio de Estofamentos Ltda	303793-2	02.380.019.0002-17
DJ Serviços Em Telecomunicação	304078-0	11.754.438.0001-81
DJL Terraplanagem Ltda	303418-6	10.733.256.0001-61
DM Instaladora de Elevadores Ltda	16151-9	04.104.005.0001-15
Domínio Indústria de Moveis Ltda	718-8	07.930.439.0001-43
Donaldo Nelson Hort	4717-1	00.808.910.0001-03
Dorildo Pedro João Maahs	557-6	75.549.212.0001-21
Dorival Kuss MEI	305182-0	19.048.411.0001-85
Douglas Maurer ME	305180-3	18.934.355.0001-13
Dvojatki Transportes Ltda	301014-7	09.096.008.0001-78

E

Razão Social	CMC	CNPJ
E & L Comercio de Combustíveis Ltda	3656-0	01.303.630.0001-06
E.Bernardo Wosniack e Cia Ltda	21814-6	11.276.710.006-95
E.F Comercio e Representações Ltda	304320-7	06.050.809.0001-04
E.J Ciola Representações Comerciais Ltda	10857-0	81.855.645.0001-08
E.M. A Imunizações e Limpeza Ltda	304702-2	16.837.758.0001-19
Ecosollar Comercio e Manutenção Ltda ME	301077-5	09.410.653.0001-13
Ecox Sistemas Ltda	300366-3	03.917.560.0001-01
Edemilson Martins Transportes	303052-2	07.008.586.0001-80
Edgar Dal Ponte Junior & Cia Ltda ME	3268-9	00.987.286.0001-40
Edilson Paulo Sabatke ME	17331-2	04.779.191.0001-92
Edina Konig Piotquevicz-ME	303260-4	10.378.331.0001-13
Edinei Tadeu Pscheidt	304298-7	13.686.353.0001-39
Edivan Serviços e Convênios Ltda	16018-0	03.920.641.0001-52
Edmilson Bernardo	304919-1	17.530.845.0001-91
Edson Fernando Screnski ME	303223-0	09.633.143.0001-05
Edson Luiz Mesnerovicz ME	303718-5	11.726.553.0001-42
Edson Miguel Pikissius	2655-7	00.249.419.0001-81
Eduardo Roberto Moritz & Cia Ltda	301191-7	09.595.597.0001-39
Eixo Transportes Ltda	300310-8	05.414.189.0001-82
Eko Plastico Ind Com Ltda	3183-6	00.777.350/0001-69
Eletrica NMK Ltda	16382-1	04.457.902.0001-02
Eleto Instaladora ACL Ltda ME	19766-1	05.536.813.0001.14
Eleto Instaladora Toc Ltda	11023-0	72.206.972.0001-48
Eletrobox Empreendimentos Ltda	304409-2	14.745.514.0001-80
Eletronica Ok Ltda ME	105993-7	81.631.822.0001-53
Eletronica Panatec Ltda	300435-0	07.991.027.0001-32
Eliane Aparecida Fernandes	304468-8	14.938.905.0001-11
Eliane Grein Faustino ME	4217-0	01.626.545.0001-70
Eliane Ramos	305196-0	15.054.012.0001-76
Elimar Reinolf Theurer-ME	5157-8	79.244.307.0001-98
Elisangela Pereira & Cia Ltda	15900-0	03.766.931.0001-93
Eliseu da Rosa	304041-0	12.954.206.0001-30
Elizete Rank Deluca ME	11443-0	00.528.598.0001-98
Elle. BE. EME. Serviços Especiais Ltda	4425-3	02.337.650.0001-52
Ellington Brambila	304518-8	15.181.292.0001-83
ELM Consultório Médico Ltda	303981-1	12.597.128.0001-63

Eluir de Jesus Pereira	305200-1	19.110.347.0001-15
Elvio Luiz Paszcuk ME	18757-7	79.907.077.0001-08
Elzi Pacheco Thiesen & Cia Ltda	16412-7	04.432.836.0001-16
Ema Com de Equip p/ Escritorio Ltda	11016-7	73.567.505.0001-06
Emerson Andre Turko Correa ME	300087-7	07.351.454.0001-56
Empreendimentos K'F Ltda ME	305320-2	09.260.694.0002-51
Empreiteira Becker Ltda	16152-7	04.022.645.0001-86
Empreiteira Daumann Ltda	4050-9	01.752.397.0001-30
Empreiteira de Mão de Obra Maryfranci L	11140-6	00.376.873/0001-01
Empreiteira de Mão de Obra Semaide Ltda	10142-7	81.013.567.0001-02
Empreiteira de Mão de Obra SL Rech Ltda	3806-7	01.375.173.0001-57
Empreiteira de Mão de Obra Treis R Ltda	301013-9	79.689.873.0001-03
Empreiteira de Serviços Selva Ltda-ME	11534-7	01.336.251.0001-04
Empreiteira Kurlapski Ltda	300117-2	07.362.240.0001-85
Empreiteira OTC Ltda -ME	4848-8	02.747.979.0001-91
Empreiteira Planalto Ltda	4106-8	76.816.735.0001-50
Empresa Ação Junior Unc/Mafra	3528-9	01.165.064.0001-05
Empresa Carioca de Engenharia Ltda	8898-6	33.106.741.0001-00
Empresa de Onib.NSA Senhora da Penha S/A	649-1	76.539.600.0004-37
Empresa de Onibus Nossa Senhora da Penha S A	304045-3	76.539.600.0123-62
Empresa Jornal Gazeta de Riomafrã Ltda	15905-0	73.778.334.0001-64
Empresa Jornalística Art-Press S/C Ltda	4634-5	01.756.661.0001-95
Empresa Jornalística Independente Ltda	15904-2	03.761.542.0001-75
Emprestefacil Credito Pessoal Ltda ME	300816-9	08.911.615.0001-81
Engemafrã Engenharia e Construção Ltda EPP	655-6	85.273.670.0001-34
Engepasa-Engenharia do Pavimento S/A	656-4	84.695.295.0017-15
Enigma Informática Computadores, Asses. e Trein.Ltda	757-9	73.867.186.0001-54
Entel Celulares Ltda	304505-6	07.636.754.0003-43
Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda	304660-5	77.310.589.0028-79
Erenilson Auto Lavação Ltda	300718-9	08.706.299.0001-06
Erenilson Bossy- Eireli ME	305186-2	18.922.136.0001-14
Erikson Taborda Ribas	304581-1	13.940.769.0001-31
Erlene Corretora de Seg.de Vida Ltda	15961-1	03.836.135.0001-80
Erivaldo Andrade	2180-6	73.440.034.0001-70

Erivelto E.da Silva	300902-5	08.281.017.0001-76
Ervino Zawadniack	10827-8	85.295.533.0001-09
Escala Importadora e Exportadora Ltda	300784-7	03.097.420.0002-07
Escapamentos Trevo Ltda	9876-6	80.955.230.0001-43
Espaço Celulares Ltda ME	303162-4	07.916.734.0002-45
Esquadrias de Ferro e Metalurg PK Ltda	15790-2	03.688.700.0001-09
Esquadrias de Ferro Estrela Ltda	681-5	78.539.111.0001-68
Estevão Teixeira de Vasconcelos EPP	305121-8	18.688.391.0001-44
Estilo Engenharia e Empreendimentos EIRELI	304538-2	15.340.279.0001-20
Estofaria Ofan Ltda	3320-0	00.967.472.0001-18
Etapa-Construção e Automação-Ltda	4521-7	02.283.337.0001-89
Etelvina Beatriz Blum ME	300991-2	09.192.706.0001-77
Etenaj Madeiras Ltda ME	17710-5	04.935.007.0001-56
Eugenio Henka ME	2584-4	00.148.462.0001-50
Eusebio Dias Maciel e Cia Ltda ME	4140-8	01.870.786.0001-60
Eva Aparecida dos Santos Volani & Cia Ltda	4908-5	02.773.388.0001-99
Eva Messias ME	303213-2	10.326.097.0001-80
Eva Regina dos Santos Pritzsche ME	17084-4	00.305.997.0001-98
Evaldo Konkell ME	10830-8	85.150.373.0001-00
Eveline Gomes de Oliveira	300078-8	07.060.849.0001-08
Everaldo dos Santos Transportes	304317-7	14.080.621.0001-37
EWP Representações Ltda ME	304728-8	16.900.521.0001-35
Exala Comercio Atacadista de Flores Ltda	304846-2	12.504.873.0001-10
Exata Comercio de Veiculos Ltda ME	4402-4	02.247.007.0001-38
Expresso Deomar Transp Rodov Ltda EPP	16116-0	07.96.526.0001-20
Expresso Joaçaba Ltda	3711-7	60.423.365.0040-67
Expresso Reis Transportadora Ltda	16904-8	04.613.534.0001-44

F

Razão Social	CMC	CNPJ
F.F.L. L Transportes Ltda	9567-2	82.705.054.0001-17
F.Gaspar & Cia Ltda	16141-1	04.103.589.0001-04
Fabiana Santos Correia	300528-3	08.234.368.0001-26
Fabiano Oliveira Velho	303815-7	11.918.959.0001-27
Faest Educacional e Editora Ltda ME	301195-0	09.605.828.0001-48
Famit Comercial Ltda EPP	305054-8	05.387.291.0002-17
Fashion DOG Comercio Varejista de Animais e Artigos	304546-3	15.064.202.0001-74

FDC Ind. Com.de Cordas e Reforma de Maq. Ind Ltda	30302-7	07.735.120.0001-86
FDS Representação Comercial Ltda	303631-6	11.377.989.0001-73
Federação Catarinense de Ciclismo	16518-2	75.345.504.0002-23
FEEDBACK Corretora de Seguros de Vida Ltda	203238-4	05.730.067.0001-03
Felczak & Cia Ltda	301192-5	09.612.733.0001-51
Feldmann & Bassaco Minimercado Ltda	300691-3	08.516.159.0001-75
Fenix Technology Ltda	19072-1	05.416.309.0001-80
Fermino Ferigotti & Cia Ltda	730-7	80.649.205.0001-31
Fernandes Demetrio Locadora Ltda ME	300501-1	08.165.373.0001-24
Fernando Antonio Colombo Biazutti	731-5	78.854.387.0001-30
Fernando Antonio Colombo Biazutti	4635-30	78.854.387.0002-11
Fernando Gomes	303674-0	11.580.595.0001-18
Ferragens Negro Comercial Ltda	16025-3	76.639.285.0004-10
Ferreira e Padilha Ltda ME	301153-4	09.535.109.0001-06
Ferreira Sistemas de Segurança Ltda ME	303370-8	09.226.131.0001-66
Fertimodal Logistica Ltda	304432-7	08.986.698.0009-25
Fertipar Fertilizantes do Parana Ltda	16604-9	90.810.706.0025-89
Financiar Consultoria Habitacional	303883-1	09.343.874.0004-69
Financiar Consultoria Habitacional Ltda	303831-9	09.343.874.0003-88
Fiori Representações Ltda	300407-4	07.814.276.0001-52
Fiz Transportes Ltda	733-1	95.809.679.0001-70
Flaelly Representações e Comercio Ltda	11643-2	82.959.941.0001-11
Flash Foto Studio Ltda Filial	16807-6	79.946.919.0002-03
Flash Foto Studio Ltda -ME	736-6	79.946.919.0001-22
Flavia Buch ME	300032-0	07.266.153.0001-24
Flavio de Ramos ME	304362-2	14.299.060.0001-61
Fliper Diversos S/C	9878-7	81.641.995.0001-71
Floresta Negra Fomento Mercantil Ltda	300094-0	07.342.045.0001-93
Florestal Maquinas Ltda	11437-5	00.482.584.0001-89
Florestal Piramide Ltda	740-4	78.995.156.0001-47
Focal Estudio Fotográfico Ltda ME	304441-6	13.495.019.0002-89
Focus GW Soluções em Informática Ltda	303351-1	10.608.402.0001-27
Fortaves Equipamentos Agrícolas Transportes e Serviços	303583-2	11.191.599.0001-04
Fortaves Equipamentos Agrícolas Transportes e Serviços	303583-2	11.191.599.0001-04
Foto Luz Ltda ME	108-2	82.745.571.0001-10

Four Eventos Esportivos Ltda ME	304114-0	13.267.040.0001-46
Franci Elen Vascao de Souza Moreira	304752-0	16.970.307.0001-55
Francisco Carlos Porfiro de Moraes	304869-1	17.503.118.0001-35
Francisco Ferreira	304342-8	14.332.002.0001-92
Francisco Gabriel dos Santos Transportes ME	300877-0	03.000.754.0001-30
Franco -Bachot Ind e Com de Moveis Ltda	755-2	72.285.844.0001-37
Franke Comercio de Eng.e Carretas Ltda ME	300035-4	06.924.810.0001-10
Fraque Representações Comerciais Ltda ME	300967-0	09.157.315.0001-11
Frilac Distr Prod Aliment R Repr Ltda	759-5	78.644.135.0001-87
FT Eletronica Ltda	15274-9	02.500.400.0003-53
Fundação Frei Miguel	17840-3	04.976.900.0001-20
Fundação João XXIII	760-9	85.131.829.0001-86
Fundição de Alumínio Beje Ltda	10596-1	79.823.324.0001-80
Funeraria Henning Ltda	17891-8	80.574.130.0002-58
Futuragro Distrib de Insumos Agric Ltda	15773-2	86.791.928.0003-19

G

Razão Social	CMC	CNPJ
G.G Of Recup e Com de Peças P/Tratores Ltda ME	15431-8	03.326.326.0001-00
Gabrion Transportes Ltda	301197-6	09.585.915.0001-80
Galvotecnica Mafra Ltda	766-8	85.182.160.0001-51
Gensys Informatica Ltda ME	772-2	81.296.303.0001-03
Geodex Communications do Brasil S/A	300998-0	39.509.680.0016-81
Geodex Communications do Brasil S/A	16247-7	02.808.710.0004-10
Gerson Luis Correa	304324-0	14.046.927.0001-77
Gerson Simoes de Oliveira	10441-8	82.865.684.0001-59
Gessica da Silva Schlichting ME	304980-9	18.029.396.0001-65
Getsemani Representações Comerciais Ltda	16212-4	04.135.435.0001-02
Geyslan Repres Comerciais Ltda	15085-1	03.015.982.0001-83
Gilberto Miranda & Cia Ltda	15478-4	03.007.392.0001-09
Gilberto Reichardt	304414-9	14.332.031.0001-54
Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda	303833-5	12.082.979.0001-73
Gilvane Hack Machado Lopes	304146-8	13.369.345.0001-69
Giovane Dalpra	304219-7	13.634.264.0001-49
Giovane Marcos de Deus Bueno ME	303506-9	10.954.860.0001-18
Gislei Knop Sorvetes ME	1297-1	79.931.259.0001-06

Global Village Telecom Ltda	304584-6	03.420.926.0001-24
Goffi & Carlim Ltda-ME	300373-6	07.846.839.0001-94
Goiata Transportes Ltda ME	16112-8	04.008.995.0001-98
Gold Wood Agropecuaria Ltda	1690-0	78.885.613.0001-40
Goldbach Engenharia e Constr.Civil Ltda	10318-7	79.665.352.0001-16
Golden Shop-Com de Inf e Eletron Ltda	16077-6	03.989.246.0001-26
Gondor Investimentos e Participações Ltda	305145-5	16.648.346.0001-30
Grafica e Editora Adoumi Ltda ME	303476-3	10.906.466.0001-04
Grafica e Editora Master Ltda	16315-5	04.283.852.0001-94
Grahms Veiculos Ltda-ME	300328-0	07.795.716.0001-71
Grams Auto Eletrica e Baterias Ltda ME	3151-8	00.788.959.0001-33
Grewalt Desenv Profissionalizante Ltda	16084-9	04.016.037.0001-69
Greylogix Brasil Maquinas Ltda	303875-0	12.218.713.0001-05
Grupo Folclorico Ucrainiano Vesna	4783-0	01.883.061.0001.07
Guarda Patrimonial Seg. Fronteira Ltda	2308-6	73.932.048.0001-01
Guimorvan Gielgen	805-2	85.135.143.0001-63
GVR Manutenção Industrial Ltda	300976-9	09.186.290.0001-84

H

Razão Social	CMC	CNPJ
H M A Transportes Coletivos Ltda	17953-1	50.805.780.0011-9
H.J.S Representações Comerciais Ltda	301118-6	09.447.136.0001-19
Hack Representações Comerciais Ltda	304993-0	17.857.177.0001-01
Haroldo Comercio e Representações Ltda	3648-0	01.314.262.0001-93
Hatcon Internacional do Brasil Ltda	15756-2	29.855.640.0013-18
Heberon de Paula Veiga ME	300267-5	07.640.708.0001-56
Helio Veiga Consultoria Empresarial Ltda	303572-7	11.051.730.0001-38
Helmar Lindner	814-1	78.990.496.0001-85
Helmuth Grams	815-0	85.128.528.0001-01
Heloisa Pereira Fonseca Becker- Papelaria	304639-7	16.490.509.0001-08
Helton Carlos de Cassias	300515-1	08.227.755.0001-35
Hemaer Confecções Ltda	303063-6	07.033.777.0001-00
Henning Transportes Rodoviaros Ltda	20648-2	05.866.663.0001-07
Henrique Kazmirski	303871-8	12.235.034.0001-44
Henvida Organizações Ltda ME	303145-4	09.722.520.0001-82
Herbst Empreendimentos Ltda-ME	304727-0	01.387.253.0001-22

Hermes Macedo S/A	825-7	76.483.916.0312-52
Higie Clean Representações Ltda	303244-2	10.360.011.0001-36
Hildegart Wojakewicz dos Santos & Cia Ltda	3788-5	01.512.424.0001-06
Horacio Palhano	4916-6	02.715.584.0001-07
Hot Line Informatica e Treinamento Ltda	4371-0	02.153.592.0001-07
Hotcenter Hotel Rest e Pizzaria Ltda	15034-7	02.954.735.0001-80
HR Vistorias Ltda	15168-8	03.137.230.0001-95
HRN Comercio e Representação Ltda	11339-5	81.372.435.0001-69
HS Sistemas de Refrigeração Unifrio Ltda ME	303846-7	12.151.087.0001-87
HSBC Bank Brasil S/A-Banco Multiplo	4166-1	01.701.201.0144-81
Hydrotec Plasticultura e Irrigação Ltda	6003-2	03.799.906.0001-06

I

Razão Social	CMC	CNPJ
Icaro Incorporadora de Imoveis	304624-9	15.762.870.0001-75
Ideal Guapo Ltda	303600-6	03.626.094.0009-54
Igarashi Engenharia e Repres Com. Ltda	11483-9	00.996.278.0001-60
Ilaercio Franz Custodio ME	4230-7	01.929.825.0001-58
Ildefonso Moreira Paes ME	2259-4	78.669.462.0001-93
Ilidia Pietro Biasi Dalmolin me	2720-0	80.694.458.0001-27
Impressora Colorida Ltda	3774-5	01.458.519.0001-80
Impressora Grafimorte Ltda	1835-0	83.145.029.0001-99
Inabel Oliveira Novais ME	15134-3	02.352.628.0001-81
Ind Ger. Energ. Hidrel. Sulamericana Ltda	18783-6	05.288.699.0001-50
Indusback Indl Prod.de Borracha Ltda	16757-6	60.493.574.0003-32
Indústria Agra Florestal Heyse Ltda	303646-4	00.730.726.0001-80
Indústria de calçados D'Marka Ltda	16742-8	04.602.954.0001-25
Indústria de Moveis Hermann Ltda	7363-6	83.396.077.0001-50
Indústria e Com de Madeiras São Jose Ltda	1268-8	85.129.807.0001-81
Indústria e Comercio de Madeiras Ltda	301079-1	09.420.566.0001-47
Indústria e Comercio de Tapejara Ltda	869-9	75.848.184.0001-43
Indústria Ger Energ Hidrel Sulamerica Ltda	18783-6	05.288.699.0001-50
Indústria Metalúrgica Orzevalle Ltda	9055-7	78.628.112.0001-89
Indústria Transporte e Com de Madeiras JK Ltda	303471-2	09.227.441.0001-03

Indústria Transporte e Comercio de Madeiras JK Ltda	304338-0	07.557.126.0001-00
Insa-Instituto Sprotte e Neumann de Aperfeiçoamento	301026-0	09.327.143.0001-87
Instituto Albert Einstein/Latinamerica	300850-9	08.916.068.0001-27
Instituto de Capacitação Aplicada ao Transp. ICAT	300254-3	07.622.883.0001-10
Integração Consultoria e Serv.Telecom.Ltda	16145-4	79.808.432.0020-46
Interface Informatica e Entretimento Ltda ME	301050-3	09.369.537.0001-06
Invert do Brasil S/A	304492-0	04.253.425.0001-63
Iolanda Cardoso de Lima Confções Ltda	304155-7	13.434.882.0001-45
Iolanda Signorelli ME	303595-6	11.231.356.0001-52
Ismael Abdo Traya ME	15603-5	03.522.306.0001-04
Ismael Teixeira de Oliveira	304742-3	16.944.920.0001-06
Italo Altair Volpato & Cia Ltda ME	300113-0	07.389.033.0001-14
Ivan Czarnecki Pischavolski ME	11277-1	85.157.063.0001-09
Ivanete de Oliveira ME	303533-6	11.025.147.0001-52
Ivonete Aureliano Garibaldi Transportes	304510-2	15.212.791.0001-90
Izotele de Fatima Rauen ME	10697-6	00.085.716.0001-39
Izotele Goldbach	304944-2	17.603.872.0001-47

J

Razão Social	CMC	CNPJ
J Cardoso Representações Comerciais Ltda	300940-8	09.135.394.0001-60
J Steclan & Cia Ltda	16168-3	04.144.491.0001-03
J.B.Y. Y Yosiura & Cia Ltda	3341-3	01.050.085.0001-85
J.F Digital Eletro Ltda ME	304672-9	16.634.653.0001-62
J.L Cardoso Transportes Ltda	303256-6	10.367.812.0001-23
J.L. C Distribuidora Ltda	20490-0	04.713.358.0001-12
J.S de Oliveira & Cia Ltda	10795-6	73.556.078.0001-60
J.S. de Oliveira & Cia Ltda	300531-3	73.556.078.0001-60
Jaci Loterias Ltda ME	2465-1	00.104.971.0001-81
Jacqueline Elizabete Alves ME	300160-1	07.358.665.0001-10
Jahn e Henning Treinamentos Ltda	17796-2	04.909.794.0001-61
Jaime Drapala-ME	3059-7	00.670.106.0001-00
Jair de Lima	304083-6	11.943.377.0001-09
Jaison Rodrigo da Silva	304181-6	13.379.948.0001-41
Jaison Stenchak	304121-2	12.953.531.0001-88
Jalur Comercio e Representações Ltda	10165-6	80.425.531.0001-65

Jandira Soares dos Santos ME	303640-5	11.399.063.0001-89
Janecler Henrique de Mello kreppel	305150-1	17.481.443.0001-44
Janete Aparecida Santos Farias	304433-5	97.530.979.0001-41
Jangadas Ind.e Com. Confeccões Ltda	2670-0	00.238.955.0001-81
Jarbas Rodrigues	304417-3	12.834.898.0001-82
Jardel Soares & Cia Ltda ME	21611-9	06.120.822.0001-92
Javi Transportes Ltda	16097-0	04.009.008.0001-70
JC Uhlig Transporte Rodoviario de Carga Ltda	300566-6	08.330.059.0001-50
Jean Carlos de Souza J.C.S. ME	303077-6	07.076.051.0001-46
Jean Marcelo Vicente-ME	300326-4	07.811.384.0001-71
Jedial Flademir Sphair & Cia Ltda	304116-6	13.037.162.0001-46
Jefferson Eliezer Ruthes ME	4801-1	02.720.998.0001-24
Jefferson Luis Gruber	305267-2	19.759.272.0001-06
Jefferson Potier	304868-3	17.447.220.0001-60
JJD Engenharia Ltda ME	305354-7	17.300.755.0001-04
Joacir Paulo Tschoke	305239-7	19.544.393.0001-22
João Adelson Martins & Cia Ltda	15588-8	03.492.405.0001-82
João Azir Farias	300286-1	07.687.931.0001-59
Joao Batista de Andrade	30527-6	18.498.526.0001-09
Joao Felipe Ribas Locadora ME	300570-4	08.341.841.0001-74
João Guilherme Buss Morvan- MEI	304743-1	15.929.745.0001-07
João Lourenço da Silva Neto -Comerciante	4773-2	83.200.303.0001-85
Joao Marcelino Strapasson	17982-5	05.250.534.0001-90
João Maria Kuss & Cia Ltda	16566-2	04.545.582.0001-42
João Maria Mendes dos Santos ME	300923-8	02.418.013.0001-00
Joao Maria Moreira da Maia	20060-3	05.605.338.0001-90
João Maria Pereira & Cia Ltda	4316-8	01.987.595.0001-83
João Rafael Carvalho	304877-2	17.422.323.0001-76
Joao Roberto Ribas & Cia Ltda	15229-3	03.134.332.0001-57
João Sipra	1016-2	85.158.673.0001-27
Joaquim Ernani Wantovski - ME	9175-8	81.031.395.0001-91
Jocelyn Maria do Nascimento ME	21270-9	00.095.658.0001-24
Jocilea Maria Pauli	303881-5	12.150.697.0001-66
Joel Krachinski ME	300728-6	08.660.895.0001-00
Joice Kleinschmidt	304882-9	17.369.648.0001-32
Joice Leinzmeier	304359-2	14.370.785.0001-07
Jonas Schmichek & Cia Ltda	199362-3	05.586.239.0001-09

Jorge Luiz Grzbowski	304926-4	17.348.130.0001-12
Jose Ademilson Picksius	203300-3	05.737.513.0001-01
Jose Anibal Miranda ME	300689-1	08.661.135.0001-00
Jose Antonio Carvalho	300648-4	08.538.275.0001-95
Jose Antonio Schumacher & Cia Ltda	304403-3	09.342.878.0001-80
Jose Assis Vaneski & Ltda	303420-8	10.756.109.0001-07
Jose Caetano Bueno de Oliveira	9897-3	79.310.504.0001-68
Jose de Lima Becker	303859-9	12.137.025.0001-10
Jose de Oliveira Pinto Junior	200123-3	05.595.401.0001-55
Jose Ederson da Silva & Cia Ltda ME	301213-1	09.662.938.0001-41
Jose Eduardo & Cia Ltda	303323-6	10.512.422.0001-08
Jose Eduardo Drapala & Cia Ltda	303323-6	10.512.422.0001-08
Jose Eduardo Fernandes J.E. F ME	187058-0	06.980.942.0001-60
Jose Gonçalves Ribeiro & Cia Ltda	4694-9	03.516.530.0001-12
Jose Ildefonso Xavier Paes	300226-8	86.893.021.0002-80
Jose Irineu Santana & Cia Ltda	16048-2	03.908.559.0001-02
Jose Levandir Nunes & Cia Ltda	304859-4	17.537.013.0001-05
Jose Loemir de Paula Veiga	3773-7	01.387.231.0001-62
Jose Lucidio Costa Pereira Mendes	303827-0	05.010.187.0002-09
Jose Oto Zictz Me	3930-6	01.647.954.0001-53
Jose Pedro dos Santos -ME	1085-5	08.523.953.0001-14
José Roberto dos Santos ME	1088-0	85.224.509.0001.70
Jose Roque Leite de Moura & Cia Ltda	173395-8	06.991.449.0001-45
Jose Severiano Machado Netto	303334-1	10.543.766.0001-76
Jose Volani	2147-4	83.144.378.0001-96
Jose Waldir dos Santos Junior ME	305138-2	18.887.282.0001-56
Josemar Vertes	300769-3	08.844.600.0001-48
Josiane Aparecida Moreira	304968-0	17.743.325.0001-67
Josiane dos Santos Madeiras ME	303641-3	11.386.437.0001-21
Josilene Nogueira	304959-0	17.699.002.0001-13
Josnei Farias	303242-6	10.360.746.0001-60
Juarez Furtado	301097-0	81.302.143.0001-50
Jucemar Antonio Santos Farias ME	21831-6	06.187.764.0001-14
Julia Bocom Pedrosos ME	9179-0	80.712.276.0001-31
Juliane Cagliari	305029-7	18.276.102.0001-08
Juliano Rodrigo Cardoso	304306-1	12.080.848.0001-57
Julio Bueno	304311-8	14.124.943.0001-30
Julio Cesar Bastos -MEI	304423-8	11.614.293.0001-13

Junior Cesar Moreira Paes & Cia Ltda	15432-6	03.303.498.0001-50
Jusviack Trasportes Ltda	304395-9	14.671.545.0001-34
Juventus Futebol Clube	1128-2	79.368.528.0001-78

K

Razão Social	CMC	CNPJ
K.G. B Brasil Confecções Indústria e Com. Ltda ME	300912-2	09.038.683.0001-40
Kahlowball Complexo Esportivo Ltda	300540-2	02.836.192.0001-04
Karen Cristiane dos Santos-MEI	304563-3	15.289.582.0001-45
Karine Moro	305159-5	17.420.330.0001-39
Kas Entretenimento Ltda	303174-8	10.234.921.0001-72
Katchan Reprentações Comerciais Ltda	4905-0	02.730.708.0001-23
Katy Sirlene Freitas	4944-1	02.866.774.0001-25
Kelly Cristina Machowski ME	15096-7	03.027.928.0001-58
Kilauana Comercio de Moveis Ltda ME	300056-7	07.046.256.0001-89
Kishimoto Repres Comerciais S/C Ltda	4424-5	02.203.256.0001-21
Kluscka Transportes Ltda	304248-0	13.774.939.0001-55
Knol Gases Representação Comercial Ltda ME	300683-2	08.584.516.0001-32
Knoll Gases Indústria Com e Transportes Ltda	300682-4	08.626.482.0001-00
Koerich Engenharia e Telecomun. S/A	22136-8	81.777.203.0020-53
Koller & Fuert Ltda ME	301069-4	09.398.552.0001-74
Kotkowski Buba Transportes Rodoviaros Ltda	303227-2	10.326.930.0001-93
Kruger Representações Comerciais Ltda	303308-2	10.465.034.0001-05
Kuhl Transportes Rodoviários Ltda	300185-7	02.209.896.0002-20
Kuiaskinho Transportes Lta ME	304809-8	17.205.701.0001-60
Kurt Gilberto Noremborg	4613-2	24.592.630.0001-99
Kuss & Kuss Ltda	1136-3	82.746.843.0001-04
Kyara Confecções Ltda	301172-0	09.576.817.0001-87

L

Razão Social	CMC	CNPJ
LA Comercio e Serviços Ltda ME	305037-8	18.288.708.0001-55
Laboratorio Anaclin	303409-7	81.142.994.0002-63
Laboratorio Bom Jesus Ltda S/C	303474-7	81.047.730.0002-20
Laboratorio de Analises Clinicas	175429-7	07.156.512.0001-90
Laidess Schermak	21922-3	06.189.778.0001-77
Laudir Charane	304858-6	12.016.421.0001-90

Laurent Patrick Brykczynski	304578-1	15.576.169.0001-61
Lauro Comochina-ME	300584-4	00.890.110.0001-76
Lavanderia Alvorada Ltda	1154-1	85.132.975.0001-26
LAY OUT Mecanica Industrial Ltda	16169-1	04.154.976.0001-70
LCS Centro de Formação de Condutores Ltda	303902-1	12.372.032.0001-05
Leandro Raimindo Miranda	303400-3	09.089.778.0001-93
Leandro Tobias de Moraes	304158-1	12.777.325.0001-64
Leila Simoes de Oliveira	304398-3	14.557.517.0001-90
Lendzion Comercio de Confecções Ltda	22149-0	06.315.828.0001-15
Leocides da Silva ME	3064-3	00.663.727.0001-59
Leonildo de Andrade ME	3281-6	00.962.849.0001-46
Leonir Cardoso ME	15755-4	03.644.786.0001-78
Leopoldo Henrique Olsen Neto	304548-0	13.645.749.0001-38
Levandowski & Aves Confecções Ltda	304040-2	12.969.862.0001-06
Levinski & Levinski Ltda	300467-8	08.084.583.0001-98
Liamare Leal Wormbecher	303986-2	11.956.640.0001-96
Lider Pisos Ceramicos e Transportes Ltda	15687-6	03.613.104.0001-60
Ligue- Já Comercio de Mat. De construção Ltda	11473-1	00.951.865.0001-33
Ligue Já Locação e Com de Equipamentos para Construção Civil	303576-0	00.951.865.0002-14
Lika Veiculos Ltda	300221-7	06.376.997.0001-65
Lila Metalurgica Ind e Comercio Ltda	17067-4	04.687.268.0001-02
Lilian Machado	304089-5	13.209.160.0001-97
Lilian Theurer	304319-3	14.043.209.0001-47
Liliane Veiga Tiago	304527-7	15.247.774.0001-99
Lima & Colo Transportes Ltda	303432-1	10.811.058.0001-79
Lima & Wichineski Ltda	3368-5	00.911.744.0001-68
Limascres Serviços de Cobranças Ltda	304171-9	13.368.442.0001-37
Lindacir Grochowski-EPP	305040-8	18.323.662.0001-68
Lindamir Lourenço Petters ME	303314-7	10.477.550.0001-50
Lindner & Cia Ltda	1190-8	08.274.679.0001-18
Lineapelle Couro e Peles Ltda ME	19290-2	85.004.679.0001-40
Linsingen & Steffens Ltda	4845-3	12.946.330.0011-12
LM Ind e Com de Auto Peças Ltda ME	9901-5	80.411.788.0002-49
LM Indústria e Com de Auto Peças Ltda	2721-9	80.411.788.0001-68
Logistica Mafra Ltda	303894-7	12.329.500.0001-50
Lojas Certo Moveis e Eletrod. Ltda	457-0	02.346.111.0001-80

Lojas Colombo S/A Com. Utilid. Domesticas	1200-9	89.848.543.0252-42
Lojas Quero-Quero S.A	305198-6	96.418.264.0286-53
Lojas Susin Ltda Matriz	1204-1	85.133.544.0001-84
Lokarso Representa- ções Comerciais Ltda	300917-3	82.671.983.0001-52
London Casa de show Ltda (FILIAL)	2679-4	00.198.140.0002-05
Lourenço & Mendes Ltda ME	4798-8	02.730.731.0001-18
Lourenço Serviços de Vigilância Ltda	300988-2	09.201.094.0001-31
LSC Administradora de Serviços Ltda	16155-1	04.073.860.0009-63
LTN Informatica e Internet Ltda ME	300059-1	06.059.863.0001-10
Lucas de Medeiros	304424-6	13.748.956.0001-18
Lucas Eckel Deoracki	304147-6	13.368.848.0001-10
Luci Rodrigues da Luz-ME	304614-1	15.728.230.0001-49
Lucio Lucas dos Santos ME	2990-4	00.564.826.0001-83
Luders Transportes Ltda ME	16272-8	04.116.498.0001-03
Luis Carlos Barbosa da Silva Funilaria	303165-9	10.173.975.0001-75
Luis Carlos Cordeiro -Madeiras	16148-9	04.007.952.0001-98
Luis Carlos Oczkowski	304995-7	18.097.168.0001-22
Luis Eduardo Kon- dlatsch	304244-8	13.794.740.0001-99
Luis Fernando Silva Carvalho	304097-6	13.226.509.0001-07
Luis Ricardo da Silva	304151-4	13.079.724.0001-14
Luiz & Sergio Com e Rep de Calçados Ltda	11316-6	80.098.973.0001-44
Luiz Antonio Lopes	304994-9	17.898.309.0001-43
Luiz Bartneck Junior ME	15889-5	74.144.965.0001-94
Luiz Carlos Grams & Cia Ltda	4811-9	02.715.425.0001-02
Luiz Carlos Henrique Hurt	304183-2	13.467.851.0001-90
Luiz Carlos Jusviack ME	17972-8	04.462.567.0001-30
Luiz Carlos Maia	2957-2	83.742.833.0001-55
Luiz Carlos Stafim	304654-0	14.949.750.0001-19
Luiz Carlos Vila	304066-6	01.156.346.0001-30
Luiz da Silveira Oliveira	21767-0	06.183.466.0001-56
Luiz Inocencio dos Santos	7591-4	08.731.680.0001-52
Luiz Levandowski	305157-9	18.815.814.0001-40
Luiz Nizer ME	1246-7	80.499.049.0001-70
Luiz Paulo Jantsch ME	301085-6	94.139.300.0011-41
Luiz Rodrigues da Luz ME	2828-2	00.498.136.0001-73
Luiz Wanderley de Carvalho-ME	11065-5	00.457.944.0001-92
Lyliana Vascelik Grossel	304676-1	16.682.851.0001-00
LZ Transportes Rodo- viarios Ltda	1138-0	79.818.365.0001-88

M

Razão Social	CMC	CNPJ
M.B. M Computadores e Sistemas Ltda	4955-7	02.681.439.0001-52
M.W Representações	300240-3	07.588.001.0001-48
MA Moto e Auto Peças Ltda	301005-8	09.293.383.0001-08
Macrofertil Ind e Com de Fertiliz. Ltda	18034-3	76.082.320.0016-86
Madeira Ecotropical Ltda ME	303455-0	10.859.157.0001-20
Madeira Hau Ltda	303106-3	07.182.007.0001-10
Madeireira Dalmolin Ltda ME	304668-0	04.671.220.0001-06
Madeireira Ewaldo Uhlmann Ltda	11218-6	85128.056.0001-89
Madeireira Ewaldo Uhlmann Ltda	3677-3	85.128.056.0005-02
Madeireira Schoeffel Ltda	1269-6	85.132.447.0001-77
Madelenha Transportes Ltda	305228-1	95.192.001.0003-53
Mafra Auto Center Ltda ME	304870-5	17.566.223.0001-13
Mafra Laminas Faquea- das Ltda-EPP	3968-3	00.916.066.0001-26
Mafra Oficio do Re- gistro de Imoveis 1ª Circunsc.	305292-3	83.545.566.0001-26
Mafra Oficio do Re- gistro de Imoveis 2ª Circunscr.	305294-0	83.545.574.0001-72
Mafra SBC Brasil Ltda ME	304808-0	17.235.733.0001-08
Mafra Veículos Ltda	1275-0	85.128.965.0001-17
Magazine Luiza S/A	300301-9	47.960.950.0410-73
Magrale Veiculos e Maquinas Ltda	2210-1	73.403.289.0001-63
Mahary s Representa- ções Cia's Ltda ME	4933-6	02.033.604.0001-60
Maikon Wilderson de Almeida & Cia Ltda	303932-3	12.461.741.0001-59
Manapa-Engenharia e Com Ltda	11583-5	83.863.373.0001-13
Mangadiesel Ltda ME	15177-7	03.146.718.0001-89
Maninho Serviços de Estofaria Ltda	301166-6	09.563.077.0001-44
Manoel Donizete Oliveira	10046-3	83.060.210.0001-00
Manorte Transportes de Cargas Ltda	20551-6	79.838.462.0001-32
Mapa Ltda-Sociedade Civil	8859-5	77.151.678.0001-08
Marcelo Borba & Cia Ltda	4684-1	02.516.527.0001-07
Marcelo Carlos	343576	14.429.101.0001-97
Marcelo João Valiati Me	304847-0	17.482.626.0001-84
Marcelo Kunietscki	304785-7	17.115.719.0001-70
Marcelo Pickcius dos Santos	304074-7	13.117.459.0001-11
Marcelo Ramos Rosa	305154-4	18.911.565.0001-96
Marcelo Zaranski	300605-0	08.400.984.0001-00

Marcia Aparecida Scha-fhauser	3270-0	01.011.167.0001-10
Marciel Ganzert ME	301176-3	07.514.908.0001-62
Marcinichen Transpor-tes Ltda	303612-0	11.286.080.0001-00
Marcio Carvalho de Miranda	303974-9	12.627.781.0001-28
Marcio Jose Reske ME	2123-7	72.074.800.0001-68
Marcio Konkel	303887-4	12.235.582.0001-74
Marcio Marcelo Leffeck	304272-3	13.874.432.0001-73
Marcio Palhano	304522-6	15.225.340.0001-98
Marcio Ribeiro dos Santos	305092-0	18.560.216.0001-77
Marco Antonio de Luca	4939-5	02.819.386.0001-93
Marco Aurelio Kujavski ME	1300-5	95.773.412.0001-70
Marcos Ari Kroll	305141-2	18.642.806.0001-49
Marcos Fabio Ramos	304348-7	14.296.353.0001-95
Marcos Roberto Dama-zo dos Santos	304009-7	11.526.573.0001-70
Marcos Sommer-ME	4256-0	01.944.138.0001-01
Marcos Walikoski-ME	11584-3	00.737.404.0001-62
Margarida Aparecida Rodrigues da Luz Leal ME	304335-5	14.089.461.0001-97
Maria da Luz Ramos ME	1320-0	81.771.842.0001-49
Maria do Carmo Carlins	305042-7	18.230.575.0001-66
Maria Franciele da Silva	304399-1	14.651.652.0001-09
Maria Julia Chaves-ME	15549-7	02.976.526.0001-37
Maria Leoni Lechinheski Sternadt	304207-3	13.386.855.0001-44
Maria Lucelia Sabatke Schelbauer	303569-7	11.116.194.0001-01
Maria Olinda Albrecht Augustin	304030-5	12.827.518.0001-82
Maria Rosani Ferreira	304675-3	16.705.123.0001-68
Maria Roseli Christoff ME	4901-8	02.710.443.0001-00
Maria Rozinha Bau-mann	1370-6	76.859.776.0001-23
Maria Rute Bona & Cia Ltda	9590-7	80.094.295.0001-41
Maria Simone Grein Soares ME	300887-8	05.486.632.0001-20
Maria Terezinha de Miranda Silveira-Trans-portes	3039927	12.723.768.0001-72
Maria Zeni Jungles	305326-1	18.193.101.0001-91
Mariane Furtado	305176-5	18.899.540.0001-14
Marieta Stebel ME	300750-2	07.969.443.0001-34
Marilei Viviane Bueno Catilho de Lima	304402-5	14.700.654.0001-32
Marilene Hack ME	10896-0	72.141.062.0001-24
Marines Osik Lehmann	3971-3	01.631.458.0001-01
Maringa Diversoes Eletronicas Ltda EPP	300687-5	06.320.459.0016-35
Mario Antonio Bartnack & Cia Ltda	15186-6	03.121.650.0001-83
Mario Jantsch	6198-0	78.541.307.0001-97

Mario Luiz Gadems e Cia Ltda	10348-9	85.293.504.0001-08
Marise Tiburski Villalo-bos & Cia Ltda	303907-2	12.318.582.0001-38
Marlene Joseli Moreira Grein & Cia Ltda ME	300219-5	07.535.257.0001-97
Marlene Pietro Biasi ME	11468-5	00.900.543.0001-65
Marlene Schiffler	300182-2	07.495.595.0001-42
Marlos Sidney Witt & Cia Ltda	3715-0	01.343.816.0001-80
Marmoraria Pedras Mil Ltda	10704-2	00.125.303.0001-30
Marmoraria Wosny e Melo Ltda	9042-5	78.977.519.0001-11
Marques e Marques So-ciedade de Advogados	300914-9	08.890.650.0001-61
Master Distribuidora de Listas Ltda	300617-4	08.462.401.0001-75
Mattar Representações Comerciais Ltda	4264-1	02.044.858.0001-83
Matusalem Ulbrich	305300-8	19.786.617.0001-02
Mauricio Xavier Paes	304763-6	17.015.369.0001-70
Mauro Emanuel dos Santos	303994-3	11.168.204.0001-52
Mayer Tratores Ltda	300149-0	07.394.202.0001-04
Mecânica Agrícola H.D.Ltda	2460-0	00.087.794.0001-72
Mecânica Mafrense Ltda	1438-9	85.127.975.0001-38
MED Kos Sul Serviços Medicos SS Ltda	304529-3	13.553.112.0002-00
Mega Motocar Motos Ltda	300458-9	08.065.465.0001-32
MEGACRED Credito Pessoal Ltda	304751-2	07.943.846.0011-86
Megacredi Serviços Cadastrais Ltda	300506-2	08.060.677.0001-27
Melissa Gaissler Pinto Mendes e Cia Ltda	15082-7	30.008.670.0001-35
Menin & Lima Minimer-cado Ltda	300819-3	08.832.969.0001-30
Menine Representações Comerciais S/C	300153-9	07.439.619.0001-46
Metalmil Indústria e Com Ltda	304685-0	05.893.354.0001-26
Metalurgica São Pedro Ltda EPP	1452-4	85.130.045.0001-33
MGA Tower Comercial Ltda	303629-4	11.331.321.0001-95
MHS Com e Ind de Prod Alimenticios Ltda	11579-7	81.815.649.0001-62
Michael Fernando de Miranda	304091-7	13.206.542.0001-67
Michele Neudorf Pickcius	304463-7	14.998.237.0001-18
Migliorini Motos Ltda	3157-7	73.616.971.0001-34
Miguel Hugo Rukel ME	1459-1	72.133.762.0001-77
Miguel Kobsczinski	305110-2	18.408.788.0001-35
Miguel Lucas Grein	304380-0	01.326.456.0001-20
Millenium Entregas e Encomendas Ltda	16166-7	04.129.827.0001-50
Mineração DOIS B Ltda ME	17410-6	00.521.217.0001-47

Miranda Comercio de Vidros Ltda	300705-7	08.627.757.0001-11
MMT Montagens Manut. Tec. Industrial Ltda	11535-5	00.205.293.0001-43
Moacir Hau Packowski ME	9187-1	81.528.382.0001-22
Moacir Konkel	304576-5	15.510.509.0001-51
Moinho Megasoy Ltda	300939-4	09.122.061.0001-04
Moraes & Cunha Ltda	2691-3	00.200.143.0001-47
Moveis Wisnieski Ltda	1483-4	83.843.003.0001-14
MP9 Veículos Ltda	304574-9	15.513.907.0001-21
MRT Locação de Veículos Ltda	303302-3	10.450.465.0001-06
MSRS Representações Comerciais Ltda	303087-3	05.321.451.0001-44
Mundial Motos Ltda	300014-1	03.477.373.0010-37
Mundial Promoções e Eventos Ltda	18028-9	06.034.108.0001-81

N

Razão Social	CMC	CNPJ
N.de Souza Beira Transportes ME	304488-2	14.865.451.0001-04
N.L. M Transportes Ltda-ME	16019-9	03.887.505.0001-08
Nabrazil Confeccoes Indústria e Com Ltda	300670-0	08.597.894.0001-50
Nalevaia & Taborda ME	11153-8	00.485.224.0001-30
NB Geração de Energia Ltda	300779-0	08.302.031.0001-09
NC Digitalização Ltda ME	300287-0	07.697.579.0001-32
Nelci Jankovski ME	2944-0	00.554.567.0001-00
Nelize Clemente	304307-7	12.441.255.0001-79
Nelson Landovski	305048-3	17.769.674.0001-58
Nelson Rodrigues Anselmo ME	2220-9	73.460.933.0001-35
Nemesio Antonio Gutierrez Ramirez	304411-4	14.723.038.0001-05
Neoceia Kuss	304854-3	13.757.944.0001-50
Nepel Video Locadora Ltda ME	300453-8	08.056.567.0001-91
Nereu Altmayer ME	1510-5	79.286.555.0001-00
Netuno Serviços Ltda EPP	4881-0	00.971.526.0006-23
Netways Informatica Ltda ME	16083-0	03.962.431.0001-27
Neumann Agro Florestal S/A	1514-8	79.877.726.0002-48
Neves Assessoria e Serviços Ltda	3944-6	00.684.086.0001-19
Nicolai & Padilha Ltda	4894-1	02.773.301.0001-83
Nicolodi Alimentação e Eventos Ltda	303751-7	11.805.384.0001-36
Nilson Leandro ME	304901-9	479.551.0003-41
Nilton Schelbauer e Cia Ltda	2856-8	00.496.947.0001-35
Nilton Weck	1530-0	85.135.127.0001-70
Nivaldo Altmann	1532-6	08.528.319.0001-54

Nivaldo Gonschorowski ME	1536-9	85.311.991.0001-86
Nivaldo Schelbauer	304651-6	16.579.735.0001-51
Noel de Miranda ME	300259-4	07.609.260.0001-08
Nortel Comercio e Serviço em Informática e Telecom	179434	02.744.536.0002-28
Northface Assessoria Imobiliária Ltda	304625-7	00.208.946.0004-90
Noticia S/A Empresa Jornalística	4855-0	84.687.003.0001-35
Nova Esperanca Comercio De Equipamentos Ltda Me	170836	03.099.078.0001-01
NP Contabilidade Ltda	2333-7	76.594.498.0001-20
NS Mafrense Ltda-ME	15986-7	03.860.116.0001-99
NYT Telecom S/C	300229-2	07.556.680.0001-73

O

Razão Social	CMC	CNPJ
Oczkovski & Cia Ltda	3040640	13.079.815.0001-50
Odacir Pereira ME	4269-2	01.987.579.0001-90
Odair Fanderuff Filho & Cia Ltda	199850-1	05.591.203.0001-13
Odilon Rank Junior & Cia Ltda	4179-3	01.876.955.0001-70
Odinir Muller ME	300258-6	79.230.009.0001-49
Oficina Mecanica do Bráulio Ltda ME	326-3	85.133.908.0001-26
Oliani Fatima Baruffi ME	15077-0	02.991.142.0001-93
Omega Cultural Com Livr. E Mat. Pedag. Ltda	4573-0	02.372.874.0001-03
Orlei Antonio Cardoso dos Santos	304594-3	15.071.192.0001-02
Orlei Jose Herbst	304299-5	13.888.973.0001-50
Orlei Valdecir de Andrade Brum	305305-9	19.974.232.0001-79
Oseias de Franca Carlin	304938-8	15.458.385.0001-02
Osmarildo Duarte Farias & Cia Ltda	300154-7	07.442.135.0001-56
Osni Sprotte ME	15218-8	03.187.495.0001-06
Otavio Simões Antenow & Cia Ltda	303436-4	10.811.054.0001-90
OTS Representações Comerciais Ltda	22169-4	06.335.323.0001-12
Oziel Miranda ME	3962-4	01.610.996.0001-10

P

Razão Social	CMC	CNPJ
P & OS Representações Ltda ME	304177-8	13.482.409.0001-33
Paikotur Ag. de Viagem e Turismo Ltda	1619-5	85.371.102.0001-76
Paixão Neto Transportes Ltda EPP	300907-6	05.594.672.0007-81
Pama Representações Comerciais Ltda	11309-3	73.983.140.0001-09
Papelaria Pekin Ltda	469-3	80.078.306.0001-08
Parametros Sist Proj e Serv Econ Ltda	4767-8	02.650.043.0001-48

Parque Aquatico Aguas Douradas Ltda ME	4481-4	02.339.825.0001-60
Parque Aquatico e Pousada São Sebastião	4923-9	02.851.389.0001-04
Passos Repres Comerciais S/C Ltda	18639-2	05.298.687.0001-07
Patricia A parecida Soares	304152-2	13.412.768.0001-14
Patricia Djules Schumacher	304498-0	14.914.230.0001-70
Patricia Venezio Rodrigues	304483-1	15.118.084.0001-30
Paula Vanessa de Borba ME	301201-8	09.640.257.0001-82
Paulino Froguel ME	1627-6	81.528.200.0001-13
Paulo Cesar Lesmann Bialeski	300074-5	07.307.205.0001-63
Paulo Felipe de Oliveira Buss	304508-0	14.914.379.0001-50
Paulo Giovane Bauer	304647-8	14.496.334.0001-02
Paulo Renato Simoes de Oliveira ME	305325-3	20.234.014.0001-87
Paulo Ricardo Campos de Souza	304813-6	15.345.136.0001-00
Paulo Roberto Herbst	9812-4	80.955.230.0001-43
Paulo Roberto Soares	304367-3	14.434.027.0001-05
Paulo Sergio Caravalho	303818-1	01.163.993.0001-39
Paulo Sergio Kundlatsch & Cia Ltda	304141-7	13.342.479.0001-96
PC House Informática Ltda	3963-2	01.525.365.0001-00
Pe Quente Administradora de Serv Ltda	20645-8	05.864.010.0001-99
Pedro de Souza Bar ME	1649-7	95.817.516.0001-30
Pedro Mildenerger Neto	304375-4	14.249.277.0001-67
Pedro Peters ME	1660-8	85.257.095.0001-86
Pedro Wiczorkiewicz	1666-7	75.500.983.0001-24
Penso Maquinas e Implementos Agrícolas Ltda-EPP	4807-0	02.710.573.0001-34
Performance Contabilidade SC Ltda	4839-9	02.742.408.0001-64
Perola Transportes Ltda ME	300205-5	07.526.203.0001-65
Petersauer Transportes Ltda	303007-5	07.129.615.0001-61
PG Comercio e Serviços de Auto Peças Ltda	300477-5	08.072.132.0001-30
PHC Administradora de Bens S/S Ltda ME	305026-2	10.709.793.0001-76
Phonix Informatica Ltda ME	1677-2	82.886.276.0001-83
Planacor Grafica e Editora Ltda	1674-8	85.267.086.0001-76
Planagro -Planej e Acess Agricola Ltda	10489-2	82.903.212.0001-43
Planalto Aquecimento Ltda	16214-0	02.407.580.0001-61
Planalto Com e Distrib de Gas Ltda	4421-0	01.631.457.0001-67
Planalto Comercio e Distribuidora de Gas Ltda	303261-6	01.631.457.0004-00

Planaltur Turismo Ltda	4479-2	80.722.119.0001-07
Planorte Vigilancia S/C Ltda	4758-9	02.648.196.0001-50
Point Impressoras Ltda ME	303375-9	10.660.408.0001-43
Polos Comercio Ind de Equip Avicola Ltda	15091-6	02.974.515.0001-18
Polos Representações Comerciais S/S Ltda	304019-4	12.580.132.0001-19
Potencial Distribuidora Ltda	17483-1	04.869.612.0001-76
Premium Telecom Ltda ME	17964-7	05.161.086.0001-58
Prest de Serv Corte Mad Auersvaldt Ltda	15716-3	03.589.713.0001-20
Prest de Serv Fotocópias Imp e Comum. Visual Popp	300297-7	07.699.533.0001-52
Prest Serv Manut Reparo de Peças e Equip Ribeiro e Oliveira Ltda	300343-4	07.840.682.0001-90
Prestadora de Serv de Repres Comercial L.R.S Ltda	300532-1	08.270.091.0001-97
Prestadora de Servi. Impressões Digitais Media F.	300005-2	07.115.277.0001-09
Prestadora de Serviços Costa e Silva Ltda ME	300066-4	07.315.612.0001-12
Prestadora de Serviços Imagem Buss Ltda	4558-6	02.423.811.0001-20
Prestadora Serv. Repres. Cial. Rodrigues e Stephanes Ltda	300303-5	07.747.746.0001-02
PRMAX Comercio de Acumuladores Ltda	303780-0	10.457.223.0006-40
Procetec-Trein Com e Repres Infor Ltda	4429-6	83.064.030.0002-70
Promade-Produtora de Madeiras Ltda	11398-0	83.612.556.0001-66
Propanel Proj Pav e Lab de Solos Ltda	17819-5	04.985.411.0001-34

Q

Razão Social	CMC	CNPJ

R

Razão Social	CMC	CNPJ
R AVA Com Ind e Represent. Ltda ME	10923-1	80.966.138.0001-89
R.M Representações Comerciais Ltda	16025-3	03.928.719.0001-85
Rafael Camargo Serviços de Entrega ME	300360-4	07.872.381.0001-48
Rafael Correa de Freitas	303176-4	10.263.214.0001-04
Rafael Marcos Wachleski	304233-2	09.051.208.0001-04
Rafael Marcos Wachleski	303923-4	09.051.208.0002-95
Rafael Sauer de Barros	301163-1	09.460.175.0001-56

Rafael Xavier Paes & Cia Ltda ME	303222-1	10.311.506.0001-75
Raizes Planejamento e Assessoria S/S Ltda	304054-2	08.887.141.0002-60
Rapac Indústria e Com Ltda	3967-5	01.626.336.0001-27
Rauen Henning Locadora de Veiculos Ltda	2234-9	72.513.005.0001-29
Rauen Industrial Madeireira Ltda	1696-9	85.129.716.0002-27
Realce Encadernac. E Personalizações Ltda	16413-5	04.419.363.0001-17
Rechetec Engenharia Elet. Assist. Tec Ltda	1700-0	82.120.858.0001-54
Recopy Comercio e Assist Tecnic Ltda-ME	2948-3	00.568.655.0001-60
Rede Economic Comercio de Combustiveis Ltda	304363-0	08.940.015.0005-75
Rede Roda Shop Automoveis Ltda	300987-4	09.095.899.0001-48
Redecred Promotora de Venda e Eventos Ltda	300433-3	05.367.633.0028-76
Redecred Promotora de Vendas e Eventos Ltda	300434-1	05.367.633.0029-57
Reflorestadora Santana Ltda	8930-3	76.820.943.0001-22
Reflorestadora TS Eireli ME	305314-8	19.900.751.0001-92
Regina Dolinski	300481-3	08.033.944.0001-77
Reginaldo Farias	304190-5	11.811.959.0001-23
Reginaldo Siqueira Campos ME	304561-7	15.453.742.0001-40
Reinaldo Barbosa do Prado ME	15105-0	03.015.949.0001-53
Relocons Com e Cons de Relogios Ltda	1719-1	85.159.119.0001-64
Removeis Com Ind Reforma de Moveis	1720-5	80.488.208.0001-30
Renam Serviços de Manutenção Ltda ME	1723-0	95.879.607.0001-08
Renata Pereira ME	300854-1	06.324.756.0001-72
Renato Kalil Moreschi	16254-0	04.240.195.0001-06
Renilson Martinho Machado-ME	3860-1	81.614.729.0001-50
Renova Floresta Ltda	300611-5	04.882.166.0013-73
Renova Floresta Ltda	300612-3	04.882.166.0012-92
Renova Floresta Ltda	300613-1	04.882.166.0014-54
Renova Ind Com de Alimentos Ltda	3165-8	00.808.917.0001-17
Renove Comercio e Decorações Ltda	300958-0	09.156.104.0001-64
Representação Comercial Ferreira e Moreira Ltda	21859-6	06.161.325.0001-32
Representações Cias Autoestima Ltda	17919-1	05.016.460.0001-21
Representações Comerciais Izolan Ltda	16986-2	04.630.458.0001-85
Representações Comerciais Simões Fortes Ltda	301058-9	82.031.840.0001-86
Representações e Com Ciel Ltda	1598-4	78.354.065.0001-22

Restaurante e Borrach. Trevo Rio p Sul Ltda	3794-0	01.475.294.0001-70
Restaurante Sabor em Cena Ltda ME	301048-1	09.376.431.0001-21
Retivel Retifica de Motores Ltda ME	304489-0	15.132.361.0001-69
Reynaud Representações Ltda	1711-6	82.126.160.0001-46
RG Telecomunicações Ltda ME	300726-0	08.052.048.0002-36
Ribas Representações Comerciais Ltda	16366-0	04.374.562.0001-56
Ribeiro & Dalpra Ltda ME	300690-5	08.647.565.0001-77
Ribeiro e Ribeiro Manut. E Conservação de Vias Ltda	300222-5	07.532.216.0001-47
Ricalfer Madeiras Limitada	304924-8	01.796.833.0001-73
Ricardo Fernando Hurt D Andrade ME	304427-0	12.812.729.0001-41
Ricardo Madeiras Limitada ME	304924-8	01.796.833.0001-73
Rigesa Celulose Papel e Embalagens Ltda	21197-4	45.989.050.0005-05
Rio Norte Transportes Ltda ME	1744-2	79.312.567.0001-53
Riomafra Moto Peças Ltda	16440-2	04.478.928.0001-37
Riomafra Tintas Ltda ME	15251-0	02.464.693.0001-07
Rita Silvano Monteiro	300210-1	07.509.381.0001-88
RL Noivas e Eventos Classe "A" Ltda-ME	300209-8	07.526.727.0001-56
Roberto Carlos Antunes	4132-7	01.849.497.0001-80
Roberto Carlos Saldanha ME	3594-7	01.201.522.0001-14
Roberto Kohler-Brasil-print	303933-1	12.498.749.0001-90
Rodobial Transportes Rodoviaros Ltda	11158-9	75.667.568.0001-60
Rodolfo Popper Representações Comerciais S/C Ltda	300111-3	07.378.108.0001-61
Rodolfo Valentino Benitez	4097-5	01.758.252.0001-47
Rodomafra Transp. de Cargas Rodoviaras Ltda	15273-0	03.245.621.0001-23
Rodrigo Cardoso	300053-2	07.302.140.0001-63
Rodrigo Luckow	3041123	13.215.750.0001-22
Rodrigo Transportes Ltda ME	301210-7	09.646.887.0001-64
Rombaldi Representações Comerciais Ltda ME	305035-1	16.801.900.0001-78
Romilda Souza & Cia Ltda	18218-4	05.121.916.0001-13
Romualdo Rocha Transportes	304615-0	15.676.493.0001-51
Ronaldo Antonio da Costa Ferreira	304283-9	13.698.297.0001-52
Ronaldo Carlos	17451-3	04.856.473.0001-46
Rosane Ressel ME	4596-9	02.345.902.0001-95

Rosângela de Fátima Veiga Sementikovski	304534-0	15.176.839.0001-52
Rosângela Klingston Pfeffer ME	4665-5	02.548.363.0001-91
Roseli Ind e Com de Confeções Ltd ME	3982-9	01.04.199.0002-89
Roseli Indústria e Com de Confec Ltda	2481-3	00.104.199.0001-06
Roseli Maria Schmid-meier Eckel	303842-4	12.085.855.0001-41
Roseli Terezinha Valim	304061-5	13.119.412.0001-97
Roselina Pereira de Ramos Schreiner-ME	15377-0	03.348.788.0001-10
Rosemar Koraleski	305019-0	18.033.180.0001-73
Rosemari Lohse ME	3598-0	01.186.395.0001-21
Rosin Transportes Ltda	300199-7	07.520.558.0001-47
Rota Certa Logística e Transportes Ltda	300929-7	09.114.327.0001-69
Rota Certa Logística Ltda	300045-1	03.850.944.0001-46
Rozelina Pereira de Ramos Schreiner ME	15377-0	03.348.788.0001-10
RPP Engenharia e Construção Ltda	1687-0	79.529.939.0001-06
Rubens Antonio Zagieski Junior ME	305308-3	19.918.653.0001-82
Ruthes & Cia Ltda ME	2916-5	05.35751.0001-02
RV Intermediações Comerciais Ltda	3036650	11.254.442.0001-80
RW Comercio e Representações Ltda	303050-4	06.991.583.0001-46
RW Comercio Locac e Prod Graficas Ltda	3237-9	00.896.263.0001-20

S

Razão Social	CMC	CNPJ
S&S Victory Soluções em Comunicação Ltda	300247-0	07.611.469.0001-06
S.E Montagem e Manutenção Ltda ME	15976-0	03.830.706.0001-79
S.E.S Maternidade D Catarina kuss MDCK	17312-6	82.951.245.0019-98
S.L.H Comercio e Repr. de Mat.Seg.Ltda (AUTO JOIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME CNPJ)	11105-8	81.859.167.0001-04
S.O.S Materiais de Construção e Serv. Ltda	4099-1	01.768.004.0001-87
Sabatke Terraplanagem Ltda	4586-1	02.439.983.0001-92
Sadi Luiz Minuzzo ME	10930-4	81.012.155.0001-40
Saipertur Transp Escolar Coletivo/Turismo Ltda	21718-2	05.964.128.0001-99
Samille Wawrzyniak ME	300822-3	08.925.997.0001-00
Sampaio Transportes Ltda	303741-0	11.790.937.0001-24
Sandra Aparecida Leandro ME	4662-0	02.538.988.0001-72
Sandro Jose Markovski ME	18170-6	05.101.031.0001-52
Sandro Pisk	1814-7	80.666.852.0001-51

Santos & Lopes Ltda	15534-9	03.464.381.0001-58
Sarasota Avionics Ltda	301021-0	07.351.481.0001-29
Sawaga Bar e Restaurante Ltda	19222-8	05.438.154.0001-83
SBA Empreendimentos Ltda	304182-4	02.907.199.0001-61
Scallatur Ltda	3412-6	01.098.625.0001-09
Schadeck, Cesar & Cia Ltda ME	300383-3	06.335.769.0002-28
Schlossmacher Perfumes e Cosméticos Ltda	300512-7	08.201.211.0001-02
Schmoekkel Transportes Ltda	303729-0	11.728.452.0001-00
Schultz Transportes Rodoviários e Serviços Ltda	4921-2	02.843.645.0001-11
Schumann & Cia Ltda	9931-7	78.852.381.0001-24
Schumann Moveis e Eletrodomésticos Ltda	304827-6	02.158.816.0078-52
SD Transportes e Com de Madeiras de Construção	304452-1	15.001.846.0001-13
Sebastião de Lima	304002-0	12.790.467.0001-61
Sebastião de Lima Borracharia	303675-9	11.490.337.0001-40
Sebastião Helio Clemente-ME	1825-2	78.893.104.0001-60
Sebastião Smekatz	16070-9	81.521.072.0001-86
Sebastiao Walter dos Santos	9528-1	82.746.991/0001-10
Secagem e Benef de Mad Analuis Ltda	217573-8	05.597.891.0001-29
Segundo Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos	305293-1	11.756.514.0001-98
Seguridade Serviços de Segurança Ltda	207454-0	85.204.881.0001-15
Seidel & Santos Transportes Ltda	304139-5	13.342.434.0001-11
Seidel dos Santos & Cia Ltda	300498-8	07.980.861.0002-03
Sempre Belo Jardinagem Ltda	16239-6	04.207.743.0001-98
Senna Transportes Ltda	303033-4	00.614.811.0002-63
Sepka Comercio de Confeções e Representações Ltda	16760-6	04.588.795.0001-51
Sergio Barbosa	305289-3	19.873.316.0001-16
Sergio da Rosa Construções-ME	300175-0	07.484.715.0001-06
Sergio Luiz Ferreira	Não possui cadastro	12.109.643.0001-57
Serra Norte Transportes Ltda ME	15449-0	03.337.788.0001-14
Serralheria Good Ltda	175416-5	07.068.671.0001-33
Serraria Galpão Ltda	4837-2	02.734.403.0001-90
Serraria Penkal Ltda	4926-3	79.022.497.0001-07
Serv de Manut e Rep de Veic Riomafra	20087-5	05.598.540.0001-32
Serviço Social do Comercio-Sesc AR/SC	300304-3	03.603.595.0026-16
Serviços Industriais Cerger Ltda	15747-3	03.599.004.0001-26

Shumann Moveis e Eletrodomésticos Ltda	304826-8	02.158.816.0072-67
Sidcleithon Marcel Schultz-ME	10933-9	73.394.827.0001-09
Silva & Amaral Ltda	2710-3	00.250.368.0001-08
Silvano Tadeu de Jesus	304148-4	13.400.850.0001-29
Silveira Representações e Transp. Ltda	1872-4	76.278.530.0001-68
Silvestre Wegrzynowski	2150-4	79.234.340.0001-37
Silvia de Lourdes Braz de Oliveira	30439-2	07.980.950.0001-79
Silvio Candido Cardoso	304419-0	14.474.286.0001-51
Sirce Humenhuk	300564-0	04.019.809.0002-05
Sirlei dos Santos ME	3823-7	01.488.420.0001-21
Sismom Ltda	1342-0	79.320.602.0001-86
Smart Participações e Empreendimentos Ltda	303181-0	10.262.417.0001-86
Sociedade Mafrense de Engenharia Ltda	1891-0	76.555.762.0001-16
Sociedade Recreativa Avencal de Cima	2132-6	72.209.984.0001-26
Solaine de Souza Prestes Bento ME	305210-9	19.334.208.0001-75
Solange Aparecida Adalberto	4497-0	02.345.910.0001-31
Solo Vivo Ind e Com Fertilizantes Ltda	18980-4	82.601.345.0002-46
Souza Cruz S/A	1899-6	33.009.911.0263-67
Souza e Correa Serviços de Refrigeração Ltda	304008-9	12.842.439.0001-40
Souza e Oliveira Indústria e Com do Vestuario	300861-4	07.149.070.0001-55
Sovest Indústria e Com do Vestuario Ltda	304885-3	17.626.863.0001-71
Spakon Representações Comerciais Ltda	1900-3	82.130.402.0001-75
Sprandel & Lima Comercio de Peças Ltda	301169-0	09.542.672.0001-01
SSK Escritorio de Cobrança Ltda	301007-4	09.254.661.0001-18
Stefanes Mercado dos Pneus Ltda ME	2312-2	74.156.688.0001-30
Strack Moto Peças Ltda	301200-0	01.484.009/0005-01
Strobel Comercio de Utilidades Ltda-ME	300996-3	09.254.751.0001-09
Sueli Costa Weber	304132-8	13.334.955.0001-27
Sul Defensivos Agrícolas Ltda	4631-0	76.676.436.0003-29
Sumax-Administradora e Locadora de Imóveis Ltda	300764-2	08.791.235.0001-50
Susan Kelli Soares Matoso	305134-0	18.721.992.0001-01
Susiane Kuss Stobel	300031-1	07.278.316.0001-99
Susin Administradora de Bens e Participações Ltda	22171-6	06.327.214.0001-53

T

Razão Social	CMC	CNPJ
T & F Transportes Rodoviários de Cargas Ltda	304262-6	13.869.971.0001-14
T&M Florestal Ltda ME	305220-6	18.372.661.0002-94
Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos	305336-9	83.545.541.0001-22
Tapetes e Carpetes Itamara Ltda-ME	10649-6	79.289.906.0001-28
Tatiana Hassi da Silva Souza	21832-4	06.197.631.0001-29
Tatiana Pires	304953-1	15.661.154.0001-00
Tecno Sinal Ltda ME	17975-2	05.234.948.0001-25
Teresinha Novak	304160-3	13.439.611.0001-82
Tereza Aparecida Bressan	17019-4	04.669.017.0001-97
Tereza Gonçalves	15868-2	03.722.804.0001-92
Terraplenagem Borba Ltda	16340-6	04.338.178.0001-06
TF Zeithammer Ind de Moveis Ltda	2230-6	72.470.529.0001-80
Thailana Transportes Rodoviários Ltda	15712-0	03.521.344.0001-34
THAM Representação Com Ltda	300606-9	08.429.056.0001-78
Thiago David Pruss Me	16967-6	04.639.559.0001-17
Thiago Eloi Westarb	304730-0	01.555.381.0001-42
Thiago Lemes dos Santos	304720-2	16.852.495.0001-17
Thiago Mengarda ME	300208-0	07.526.763.0001-10
Tiago Lemes dos Santos	304720-2	16.852.495.0001-17
Tiago Mengarda ME	300208-0	07.526.763.0001-10
Tigre Representações Comerciais S/C Ltda	4846-1	02.773.290.0001-31
TIM Celular S/A	303878-5	42.060.500.0128-63
Tintas Mil Ltda	303306-6	10.469.358.0001-11
Tito Multiarcas Ltda	212873-0	04.300.680.0001-10
Tony Cirineu Buss	303194-2	10.286.160.0001-00
Tori Confecções Ind e Comercio Ltda	1955-0	85.299.600.0001-55
Tortato & Claudio Ltda ME	301122-4	02.669.048.0014-37
Trans Borges Ltda ME	303798-3	11.938.918.0001-00
Trans Colono Transportes Ltda	1956-9	78.654.480.0001-00
Trans Edemar Transportes Ltda	4391-5	02.203.253.0001-98
Trans Gizamar Ltda	15162-9	02.461.302.0001-92
Trans Lademar Ltda	4419-9	02.244.034.0001-57
Trans Sete Transporte Ltda	300603-4	08.399.657.0001-85
Transneidorf Transportes Rodoviários Ltda ME	305120-0	18.733.372.0001-92
Trans-Piriquito Transp. De Cargas Ltda	2536-4	00.107.396.0001-70
Transportadora Campos Ltda	17513-7	46.047.916.0008-74

Transportadora Celos Ltda	9193-6	76.828.730.0001-47
Transportadora Cerro Verde Ltda	10378-0	72.457.096.0001-22
Transportadora Delson Ltda ME	303060-1	06.991.585.0001-35
Transportadora Estrela da Manhã Ltda	17087-9	04.677.072.0001-29
Transportadora Filhos Ltda	304095-0	13.213.495.0001-89
Transportadora Gile Ltda	15781-3	80.307.150/0002-62
Transportadora Irmãos Santos Ltda	16722-3	04.586.628.0001-71
Transportadora Langer Ltda	10208-3	82.912.908.0001-36
Transportadora Leão Ltda	18024-6	05.296.247.0001-10
Transportadora Luan-der Ltda	300130-0	04.829.077.0001-20
Transportadora Pickcius Ltda	300430-9	07.913.219.0001-20
Transportadora Pingo de Ouro Ltda	11079-5	78.130.440.0001-50
Transportadora Reis Ltda	11080-9	83.144.212.0001-70
Transportadora Rolando Grossl Ltda	9601-6	76.278.373.0001-90
Transportadora Vaneski Ltda	300429-5	07.964.672.0001-66
Transportes Capoeira Ltda	16347-3	04.340.083.0001-19
Transportes Drac Ltda	16741-0	82.175.902.0001-23
Transportes Eliane Ltda	11064-7	78.216.488.0001-86
Transportes Mareth Ltda	16385-6	04.359.978.0001-03
Transportes Marili Ltda	962-4	75.039.230.0003-25
Transportes Ogait Ltda	3771-0	01.377.935.0001-54
Transportes Rod. Burnat Ltda	22069-8	06.286.361.0001-22
Transportes Rodoviaros Dargel Ltda-EPP	305098-0	02.816.653.0002-50
Transportes Uhlig Ltda	1975-5	78.826.245.0001-60
Transpotes Trio Ltda	4407-5	02.234.951.0001-50
Transzuk Transportes de Cargas Ltda	1977-1	82.713.025.0001-05
Trasnpotadora 3G Ltda	303515-8	10.974.941.0001-80
Tronik Comerc e Representações Ltda	8975-3	78.535.440.0001-30
Tsuguio Marcio Tsunemi ME	305263-0	00.406.164.0001-13
Tureck Representações Ltda	303149-7	09.676.169.0001-30
Twardowski e Ribas Ltda	16198-5	04.128.901.0001-14

U

Razão Social	CMC	CNPJ
Uberaldo Rauem-ME	4075-4	86.911.856.0001-34
Ulbrich e Polaski Refrigeração Ltda	301112-7	09.463.223.0001-60

Ulysses Medeiros Borba ME	303676-6	11.590.800.0001-26
Uniao Vistorias Ltda ME	304316-9	12.829.548.0002-09
Unid Diagnostico p/ Imagem Kirchoff Ltda	17717-2	78.735.289.0002-65
Utemchoski & Cia Ltda	4653-1	02.468.039.0001-63

V

Razão Social	CMC	CNPJ
V & C Representações Comerciais Ltda	303282-5	10.430.396.0001-60
V.R. Comercio de Engates e Carretas Ltda	300093-1	07.356.265.0001-76
Valdecir Buba ME	300743-0	08.742.483.0001-01
Valdecir de Oliveira	303861-0	12.221.015.0001-69
Valdemar Padilha Zechini ME	4652-3	85.122.398.0001-91
Valdemar Wolf	304516-1	15.180.663.0001-02
Valdenir Portela e Filhos Com de Veículos Ltda	304611-7	15.728.254.0001-06
Valdir Antonio Dums ME	3637-4	01.280.159.0001-70
Valdir Nalevaia	9012-3	79.021.168.0001-33
Valdovino Oczkowski	2016-8	80.749.690.0001-15
Valentina Participações e Incorporações Ltda	303710-0	11.656.719.0001-00
Valfertil Maquinas Agricolas Ltda	304888-8	03.233.069.0001-53
Valfertil Maquinas Agricolas Ltda	300197-0	03.233.069.0003-15
Valmad Com de Madeiras Ltda ME	304821-7	17.288.468.0001-26
Valmir Ferreira Freteiro ME	304734-2	16.922.083.0001-06
Valmir Kurlapski	304665-6	16.647.381.0001-35
Valmir Schittt	304392-4	14.597.745.0001-94
Valter Geraldo Comin ME	22242-9	06.585.739.0001-99
Vanderlei Antonio Raldi	304310-0	14.101.160.0001-31
Vanderlei Clemente Repres Ciais Ltda	2028-1	85.247.344.0001-52
Vanderlei dos Santos Cargas ME	305095-5	18.627.812.0001-27
Vanderlei Strack ME	303787-8	11.945.875.0001-82
Vanderlei Transportes Rodoviaros de Cargas e Com. De Ferragens Ltda ME	30459-4	15.686.254.0001-82
Vaniria Grein	303235-7	06.105.115.0002-08
Vasselek & Amaral Ltda ME	18594-9	04.982.399.0001-04
VDS Produtos Alimentícios Ltda	304270-7	97.521.762.0001-75
Vegas Diversões Ltda ME	18624-4	04.562.261.0002-37
Veículos Mallon Ltda	303495-0	81.648.115.0005-12
Veiga Consultoria e Assessoria S/C Ltda	21077-3	81.142.713.0002-72
Veiga Consultoria e Assessoria S/C Ltda	2036-2	81.142.713.0001-91

Venancio Pinheiro da Costa ME	2903-3	00.509.235.0001-03
Vidjantec Informatica Ltda	4008-8	01.636.888.0001-16
Vidraçaria Linde Ltda	2051-6	83.743.138.0001-08
Vidraçaria Vidrolin Ltda EPP	300802-9	08.904.422.0001-01
Vigasul Pre-Fabricados de Concretos Ltda ME	303292-2	10.453.103.0001-60
Villalobos Transportes Rodoviaros Ltda	22285-2	06.540.430.0001-82
Vilmar Krol	4333-8	02.063.026.0001-04
Vilmar Rezende Fritschy V F Hair	303736-3	11.117.007.0001-04
Vilson Carlos Gomes ME	4104-1	82.171.117.0001-00
Vitor e Ise Mercearia e Lanches Ltda ME	303158-6	10.190.535.0001-26
Vivo S.A.	300851-7	02.449.992.0003-26
Vivo S.A-ERB-Mafra Bulgão Rep Tx	303637-5	00.244.992.0017-21

W

Razão Social	CMC	CNPJ
W & A Grafica Ltda	300468-6	08.008.044.0001-70
W & C - Cursos e Treinamentos Ltda	300765-0	08.833.198.0001-04
Walandre Materiais de Construção Ltda	300734-0	02.350.078.0001-61
Waldemar João Brandalise	15172-6	79.503.884.0002-38
Waldemar João Brandalise	1992-5	79.503.884.0001-57
Walter Cordeiro	304252-9	13.825.992.0001-38
Wanda Empreiteira de mão de Obra Ltda	2021-4	78.978.384.0001-09
William Auerhahn & Cia Ltda ME	304616-8	15.572.854.0001-10
Wilner Transportes Ltda	303847-5	12.154.379.0001-73
Wilner Som Indústria e Com Ltda	16445-3	04.517.442.0001-60
Wilson Mendes Junior	300577-1	08.288.849.0001-14
Wilson Representações Cias S/C Ltda	20237-1	05.654.093.0001-91
Wilson Ricardo Duarte Locadora	300260-8	07.632.809.0001-85
Wilson's Eletronics Sonor. e Equip Ltda	2908-4	00.502.350.0001-56
Witt Contabilidade Ltda	3768-0	01.389.650.0001-33
WMK Comercio de Celulares e Parab. Ltda	17259-6	72.449.168.0003-51
WOODPCKER-Comércio de Madeiras Ltda	300015-0	07.254.598.0001-94
WORDMAQ Ltda	16414-3	04.383.631.0001-98
Works Telecom Tecnologia da Informação Ltda	304520-0	13.482.437.0001-50
Wormsbecher Baterias e Radiadores Ltda	2075-3	95.878.112.0001-56
Wormsmar S/S Ltda	303364-3	03.902.625.0001-37

X

Razão Social	CMC	CNPJ
Xandy e Neno Com Repres. Ltda ME	10940-1	72.198.849.0001-22
Xiceu Comercio Ltda	300268-3	03.730.882.0003-09

Y

Razão Social	CMC	CNPJ
Ydra Empr. Mão de Obra e Transp.Ltda	15066-5	02.954.740.0001-92
Yes Marketing Promoções e Eventos	300243-8	06.315.777.0001-21

Z

Razão Social	CMC	CNPJ
Z.P. V Corretora de Seguros de Vida Ltda	16102-0	04.043.796.0001-10
Zanola & Marchioro Ltda ME	300842-8	03.985.045.0001-50
Zanola & Vaccari Ltda	17099-2	03.985.045.0002-31
Zaranski Centro de Formação Prof Ltda	18017-3	05.648.085.0001-32
Zequiel de Souza ME	10223-7	85.400.158.0001-01
Zielinski & Cia Ltda	16100-4	04.019.746.0001-06
Zilda Voigt	304103-4	12.677.345.0001-63

Publicar-se-a presente relação em Órgão de Imprensa Oficial do Município, além da disponibilização no Quadro Geral de Editais da Prefeitura do Município de Mafra e também na internet, na página da Prefeitura com o seguinte endereço: www.mafra.sc.gov.br

Em face do disposto neste edital, ficam os senhores contribuintes formalmente notificados desta obrigação acessória, devendo apresentar a ficha do CEC- Cadastro Eletrônico de Contribuintes devidamente assinada e acompanhada da documentação exigida perante o Departamento de Fiscalização Tributária, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do presente Edital, conforme determina art. 234 da Lei Municipal nº 2.359/99 - CTMM. O não atendimento da presente notificação acarretará a aplicação do disposto nos arts. 53 e 54, da Lei Complementar Municipal 03/2003.

Mafra-SC, 09 de outubro de 2014.
Beatriz Verônica Grossl Gonçalves
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

Lei Municipal Nº. 4047

LEI MUNICIPAL Nº. 4047

DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O USO DE ALIMENTAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatório o uso de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos portadores de Hipertensão, Diabetes Melito, Doença Celíaca e Leucemia, em todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A alimentação especial será orientada através de receituário

médico e nutricionistas, a quem compete à supervisão do uso dos alimentos a serem servidos aos alunos de que trata esta lei. Parágrafo único. Os alunos que necessitam de alimentação especial devem ser previamente cadastrados em suas unidades escolares.

Art. 3º Compete às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação regulamentar e controlar a execução desta lei.

Art. 4º Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 17 de setembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 98/2014

DECRETO Nº 98 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 73 da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando, o requerimento datado de 22 de maio de 2014 que apresenta denúncia contra o servidor público ANDERSON NUNES, através de boletim de ocorrência policial de registro nº 00237-2014-02000;

Considerando, que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar, dando ao Servidor o direito ao contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;

Considerando, que foi concedido ao servidor denunciado o direito a ampla defesa;

Considerando, o Relatório Final da Comissão Processante do processo administrativo disciplinar constituído, opinando que houve irregularidade por parte do servidor;

Considerando, o Parecer Jurídico recomendando a DEMISSÃO do servidor a bem do serviço público;

Considerando, a homologação pelo prefeito municipal, no processo administrativo disciplinar, acatando que o servidor ANDERSON NUNES seja demitido a bem do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º Fica DEMITIDO a bem do serviço público, o senhor ANDERSON NUNES, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 025.464.459-79, RG nº 4.939.926 SSP/SC, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista e enquadrado através da Lei Municipal nº 985/2014 no cargo de Motorista de Caminhão, referência A-04, nomeado através de concurso público pelo decreto nº 134 de 25 de junho de 2002, registrado no município de Maracajá sob a matrícula nº 0526, residente na Avenida Nossa Senhora da Conceição, número 858, bairro centro, cidade de Maracajá.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições com contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
12 de Setembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 12 de Setembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Decreto 105/2014

DECRETO Nº 105 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, e;

Considerando, que para o equilíbrio das contas públicas, deve o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir custos com energia elétrica, combustíveis, telefones, material de expediente e outras despesas de custeio, com o objetivo de não prejudicar os programas e serviços colocados à disposição da população em diversas áreas;

CONSIDERANDO que o regime de dois turnos contribui para o aumento das despesas citadas acima e que essas medidas se fazem necessárias para reduzir, em curto prazo, as despesas com os órgãos da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que o trabalho realizado em turno único em nada prejudicará a eficiência nos trabalhos desenvolvidos e nos serviços prestados pela Administração Municipal, sendo compatível com o horário de funcionamento de bancos, órgãos estaduais, federais e de outras repartições públicas;

Considerando finalmente o interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Horário Especial de Expediente, conhecido como Horário de Verão, nas repartições públicas do Município de Maracajá, fixando turno único de trabalho.

§ 1º O expediente de trabalho nas repartições públicas do Município será das 13horas às 18horas, de segunda à sexta-feira, a partir do dia 13 de outubro de 2014.

§ 2º Aos servidores que cumprirem o horário definido no § 1º fica computado em banco de horas, 1hora diária para futura compensação.

Art. 2º Ficam excluídos do horário especial de expediente, as Unidades e os serviços essenciais e de interesse público tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo, o Centro de Valorização e Triagem dos Resíduos Sólidos e o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo;

II - as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e o Centro de Educação Infantil Margareth Maria Tomazi Rocha, vinculados ao Departamento de Educação e Cultura;

Art. 3º Durante o horário de verão o horário de expediente do serviço de limpeza e a manutenção Pública do Município, vinculada ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos será das 7horas às 13horas.

Art. 4º Durante o horário de verão o horário de expediente da unidade básica de Saúde Central (CEMASAS) e a unidade de saúde de Vila Beatriz, vinculadas ao Departamento de Saúde será das 7horas às 13horas.

§ 1º Na unidade básica de Saúde Central (CEMASAS) também haverá expediente das 18horas às 22horas.

§ 1º O atendimento público de saúde atenderá em regime de plantão 24horas, com transporte de veículo e ambulância.

Art. 5º Entre os servidores ocupantes das funções de motoristas, vinculados ao Departamento de Transportes, será realizado pelo chefe imediato escalas de trabalho que atendam a demanda e aos interesses públicos.

Art. 6º Este Decreto poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, interesse da administração pública, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 7º Havendo a necessidade, os servidores enquadrados no horário estabelecido neste Decreto poderão ser convocados para trabalhar em horário integral.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por prazo indeterminado, até sua expressa revogação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário. Publique-se e Registre-se.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
10 de Outubro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 10 de Outubro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2978 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2978 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00(Oitenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar
0602 - 31900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0191.2103 - Manutenção da Unidade Hospitalar
0602 - 44500000 - Transferências a Entidades s/fins lucrativos
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 20.000,00
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde
..... R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Decreto Nº 2979 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2979 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0020.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0020.2005 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
0201 - 44900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Decreto Nº 2980 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2980 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00(Dois mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0021.2006 - Manutenção das atividades do Procon
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO
0201 - GABINETE DO PREFEITO
0201.004.122.0021.2006 - Manutenção das atividades do Procon
0201 - 44900000 - Aplicações Diretas
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Decreto Nº 2981 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2981 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00(Quarenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
 0302.004.122.0030.2013 - Administração de Serviços Gerais
 0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
 0302.004.122.0030.2013 - Administração de Serviços Gerais
 0302 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
 Gerente do Procon

Decreto Nº 2982 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2982 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00(Cinco mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
 0302.004.122.0032.2014 - Administração do Patrimônio
 0302 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
 0302.004.122.0032.2014 - Administração do Patrimônio
 0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
 0302 - 44900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba,
 em 07 de Outubro de 2014
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
 Gerente do Procon

Decreto Nº 2983 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2983 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00(Oitenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 - 31900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS
 0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 - Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 - 33500000 - Transferências a Entid. Privadas sem fins lucrativos
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 39.000,00
 0304 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 31.000,00
 0304 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
 Gerente do Procon

Decreto Nº 2984 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2984 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00(Dez mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.367.0110.2059 - Apoio a Educação Especial

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.367.0110.2059 - Apoio a Educação Especial

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

Decreto Nº 2985 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2985 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00(Quinze mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

0801.004.121.0070.2070 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

0801 - 31900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

0801.004.121.0070.2070 - Manutenção da Secretaria de

Planejamento

0801 - 33900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

Decreto Nº 2986 de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2986 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 307.000,00(Trezentos e sete mil reais) nos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501- GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0083.2043 - Manutenção do Transporte Escolar

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outras aplic.)

..... R\$ 50.000,00

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outras aplic.)

..... R\$ 20.000,00

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.profis.)

..... R\$ 237.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Outubro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 021/2014

PORTARIA nº 021/2014

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JULIANO FERNANDES - matrícula 09, ocupante do cargo de Operador de Estação (Eta/Ete), referente ao período aquisitivo de 01/10/2012 a 30/09/2013.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 06/10/2014.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Extrato Aditivo Nº 001/2014 ao Contrato Nº 100/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2014 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)

Contrato n.º. 100/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: OSMAR MINATTO

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM UMA ÁREA TOTAL DE 160,71 m², LOCALIZADA NA RUA 20 DE DEZEMBRO Nº 212, BAIRRO ESTREITO - MELEIRO/SC, PARA FUNCIONAMENTO DA EXATORIA MUNICIPAL.

Vigência: Início: 14/10/2014 Término: 13/10/2015

Data da assinatura: 08 de outubro de 2014

Extrato Aditivo Nº 002/2014 ao Contrato Nº 060/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2014 (Prorrogação do Prazo de Vigência)

Contrato n.º. 060/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CEDRO INFRAESTRUTURA VIÁRIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de terraplanagem, sinalização e pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), na Avenida Sílvio Jorge Zanette, com fornecimento de mão de obra e material, conforme planilhas orçamentárias e projeto básico em anexo.

Vigência: Início: 06/10/2014 Término: 05/01/2015

Data da assinatura: 01 de outubro de 2014.

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 074/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 22/10/2014, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 074/2014, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro/SC, 08 de outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato Ata 60/2014

EXTRATO DA ATA Nº 60/2014

Objeto: Registro de Preço para contratação de pessoa jurídica para fornecimento futuro e parcelado de VESTUÁRIOS - CAMISAS, CAMISETAS, AVENTAIS, JALECOS E OUTROS, Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC. Contratado: COR URBANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA , cnpj nº 06.057.694.0001.80; Valor R\$: 46.680,00.; Prazo: 03/10/2014 a 02/10/2015. Fundamento legal: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014. Dotação Orçamentária: As constantes do Parecer Contábil do Presente Processo.

Monte Carlo - SC, 03/OUTUBRO/2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Extrato Ata 61/2014

EXTRATO DA ATA Nº 61/2014

Objeto: Registro de Preço para contratação de pessoa jurídica para fornecimento futuro e parcelado de VESTUÁRIOS - CAMISAS, CAMISETAS, AVENTAIS, JALECOS E OUTROS, Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC. Contratado: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA , cnpj nº 07.434.746.0001.52; Valor R\$: 50.130,00.; Prazo: 03/10/2014 a 02/10/2015. Fundamento legal: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014. Dotação Orçamentária: As constantes do Parecer Contábil do Presente Processo.

Monte Carlo - SC, 03/OUTUBRO/2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Extrato Ata 62/2014

EXTRATO DA ATA Nº 62/2014

Objeto: Registro de Preço para contratação de pessoa jurídica para fornecimento futuro e parcelado de TROFÉUS, MEDALHAS, TAÇAS E OUTROS Contratante: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC. Contratado: EDUARDO FERREIRA CAVALHEIRO - ME, cnpj nº 19.979.380.0001.86; Valor R\$: 14.368,00.; Prazo: 08/10/2014 a 07/10/2015. Fundamento legal: PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014. Dotação Orçamentária: As constantes do Parecer Contábil do Presente Processo.

Monte Carlo - SC, 08/outubro/2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Ata de Abertura de Documentação Complementar Processo Nº185/2014 PMN

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PROCESSO Nº185/2014 PMN

Ao (s) 06 de outubro de 2014, as 17h30min hora, na sede da (o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, reuniram-se os membros da comissão de licitação designada pela (o) julgamento dos complementares. Aberto o certame com a presença da empresa rei dos reis, foi realizada a abertura de apresentação de documentação complementar das empresas referentes à habilitação. Após a análise de todas as documentações apresentadas a pregoeira substituta e a equipe de apoio verificaram que os documentos complementares da empresa V P de Almeida estavam devidamente corretos (autenticados). Com relação a empresa rei dos reis o representante Geison primeiramente alegou que o atestado de capacidade técnica comprovava que a empresa rei dos reis terceirizou os serviços para a empresa Elimax, depois disse que isso era um equívoco que na verdade foi à empresa Elimax que terceirizou os serviços para a empresa rei dos reis. Então em consulta a pregoeira substituta e a equipe de apoio decidiram por não acatar o atestado de capacidade técnica, visto que não foi a empresa Elimax que recebeu a prestação final dos serviços e sim a Siemaco e teatro NTCC. O representante da empresa rei dos reis vistou os documentos. a pregoeira substituta e a equipe de apoio declararam a empresa rei dos reis inabilitada e a empresa V P de almeida habilitada para os 03 (três) itens que foram licitados pelo edital 185/2014 PMN. A empresa rei dos reis manifestou a intenção de interpor recursos.

Declarando por encerrada a seguinte sessão.

Pregoeira substituta e equipe de apoio.

Navegantes 06 de outubro de 2014.

Comunicado Abertura de Envelope Habilitação Pregão 35/2014 FMS

COMUNICADO ABERTURA DE ENVELOPE HABILITAÇÃO/ SCHEID E CASTRO DISTR.DE PROD.FARMACÊUTICO LTDA- PREGÃO 35/2014 FMS

O Pregoeiro torna pública a convocação dos interessados para acompanhar a abertura do envelope de habilitação da empresa SCHEID E CASTRO DISTR.DE PROD.FARMACÊUTICO LTDA a mesma participou do pregão supracitado entretanto na época da abertura dos envelopes o seu (habilitação) não foi aberta, pois não havia ganho nenhum item, com a reprovação de algumas amostras foi necessário o chamamento desta licitante para apresentar as suas amostras e no caso a verificação de sua habilitação se faz necessário.

Data da abertura - 13/10/2014 as 16:10 h

Local - Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Navegantes 08 de outubro de 2014

Douglas Lemos

Pregoeiro

III Ata Verificação de Amostras Pregão Presencial Nº 35/2014 FMS | Decisão de Recursos.

III ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 FMS | DECISÃO DE RECURSOS.

Aos 07 dias do mês de outubro de 2014 reuniram-se os responsáveis pela análise das terceiras amostras referente o pregão nº35/2014 FMS.

Enfermeiros responsáveis da Secretaria da Saúde os srs; Gisele Rocha Braga, Charlene Deitos, Ana Lucia Moreira, Helena dos Santos Soares, Fabiano Comarella de Souza, Jeferson Belotto, os quais verificaram a aprovação/reprovação referente a licitante conforme segue:

DIMACI

itens aprovados:

54. 140 (NESTE ITEM A EMPRESA 2ºCOLOCADA NÃO APRESENTOU SUA AMOSTRA E COMO A DIMACI 3º COLOCADA HAVIA APRESENTADO E SUA AMOSTRA HAVIA SIDO APROVADA O ITEM SERÁ HOMOLOGADO PARA A MESMA)

itens reprovados:

24 falta de informações descritivas.

COINTER

itens aprovados:

29, 30, 40, 114, 118

EFFETIVE

itens aprovados:

43

Itens reprovados:

160 A caixa não contem 50 unidades, contem 25 e não atende medição de glicemia de 10 à 600 mg/dl, 55 não atende a coloração da borboleta, 56 não atende coloração da borboleta.

PRODUVALE

Itens aprovados:

01, 109

Itens reprovados:

44 não tem suporte para dedos, 69 não tem boa aderência.

Após foram verificados os Recursos conforme segue:

PRODUVALE

Item 112 - Produvale se defende via recurso protocolado em 02/10/2014 alegando que o item apresentado atende o edital e que o mesmo é lubrificado a base de óleo de silicone anexa ficha técnica, a comissão que avaliou REPROVA pela segunda vez a amostra apresentada mencionando que a mesma não contem a informação referente a lubrificação e que a mesma deveria estar na embalagem do produto. INDEFERIDO.

Item 116 - Produvale se defende via recurso protocolado em 02/10/2014 alegando que o descritivo contido na embalagem (protetor) é apenas descritivo comercial e que a proteção solar acima de 40 é considerado bloqueador INDEFERIDO, o prazo do recurso é de 3 dias e a publicação do resultado reprovando a amostra foi em 15/09/14.

COINTER

Item 160 - A licitante COINTER faz alusão de que o terceiro colocado no item por ela recorrido também não atendem ao solicitado ao edital e pede a desclassificação, conforme parecer dos técnicos responsáveis realmente o item apresentado como amostra pela empresa Efetive não atendeu o edital - DEFERIDO

GISELE ROCHA BRAGA

CHARLENE DEITOS

ANA LUCIA MOREIRA

HELENA DOS SANTOS SOARES

FABIANO COMARELLA DE SOUZA

JEFERSON BELOTTO

Chamamento 4º Colocados Para Apresentação de Amostras Pregão 35/2014 FMS

CHAMAMENTO 4º COLOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 35/2014 FMS

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostras conforme segue, uma vez que as terceiras não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra no prazo estipulado.

ITENS	LICITANTES 4º COLOCADOS CONVOCADOS P/ APRESENTAR AMOSTRAS NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
03	SEM LICITANTE
07	ALTERMED
13	SEM LICITANTE
14	SEM LICITANTE
15	SEM LICITANTE
16	SEM LICITANTE
18	BELA VISTA
20	SEM LICITANTE
21	SEM LICITANTE
22	SEM LICITANTE
23	SEM LICITANTE
24	PLASMEDIC
26	SEM LICITANTE
28	SEM LICITANTE
36	SEM LICITANTE
38	ALTERMED
39	SEM LICITANTE
41	SEM LICITANTE
42	SEM LICITANTE
44	STARMED
45	SEM LICITANTE
52	DIMACI
53	SEM LICITANTE
55	SEM LICITANTE
56	SEM LICITANTE
57	SEM LICITANTE
61	SEM LICITANTE
62	SEM LICITANTE
63	NÃO
64	NÃO
65	NÃO
66	NÃO
67	SEM LICITANTE
68	SEM LICITANTE
69	SEM LICITANTE
72	DIMACI
73	SEM LICITANTE
82	SEM LICITANTE

95	SEM LICITANTE
96	SCHEID E CASTRO DISTR.DE PROD.FARMACÊUTICO LTDA
97	SCHEID E CASTRO DISTR.DE PROD.FARMACÊUTICO LTDA
98	SCHEID E CASTRO DISTR.DE PROD.FARMACÊUTICO LTDA
107	SEM LICITANTE
108	SEM LICITANTE
112	SEM LICITANTE
113	SEM LICITANTE
115	SEM LICITANTE
116	SEM LICITANTE
127	SEM LICITANTE
132	SEM LICITANTE
133	SEM LICITANTE
134	SEM LICITANTE
137	SEM LICITANTE
138	SEM LICITANTE
139	SEM LICITANTE
141	SEM LICITANTE
142	SEM LICITANTE
143	SEM LICITANTE
144	SEM LICITANTE
145	SEM LICITANTE
146	SEM LICITANTE
147	SEM LICITANTE
149	SEM LICITANTE
158	SEM LICITANTE
160	SEM LICITANTE
161	SEM LICITANTE
162	SEM LICITANTE
163	SEM LICITANTE
164	SEM LICITANTE
171	SEM LICITANTE
172	SEM LICITANTE
174	SEM LICITANTE
175	SEM LICITANTE
176	SEM LICITANTE
179	SEM LICITANTE

As licitantes anunciadas deverão apresentar as amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações. Prazo contado a partir da publicação deste.

Navegantes 08 de outubro de 2014
Douglas Lemos
Pregoeiro

Decreto 662 Aprova Regimento Interno do Comtur

DECRETO N º 662 DE 8 DE OUTUBRO DE 2014

"APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR -, INSTITUÍDO ATRAVÉS DA LEI Nº 219 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014".

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III:

DECRETA:

Art. 1 º Aprovar, nos termos deste Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR -, conforme segue.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de outubro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - COMTUR

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Artigo 1º O Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, órgão colegiado consultivo de orientação, planejamento, deliberação e coordenação, destinado a promover e incentivar as ações do Turismo no Município. O presente Conselho reger-se-á segundo as normas estabelecidas neste Regimento Interno.

Art. 2 º O Conselho visa a assessorar o município de Navegantes na orientação, planejamento, formulação e promoção da Política Municipal de Turismo.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3 º Compete ao Conselho Municipal de Turismo - COMTUR:

I - coordenar, incentivar e promover o turismo no Município de Navegantes, através de ações devidamente planejadas, discutidas e aprovadas;

II - promover o intercâmbio turístico com as cidades do Estado de Santa Catarina e de outros Estados da Federação, promovendo a cidade de Navegantes nos cenários nacional e internacional;

III - estudar e propor à Administração Municipal medidas de difusão e amparo ao Turismo, no Município, em colaboração com entidades especializadas no setor público e privado;

IV - definir a identidade turística do município, assessorando a Administração Municipal na coordenação e designação dos pontos turísticos;

V - promover campanhas de incremento e investimentos no turismo municipal, bem como a celebração de convênios;

VI - angariar subsídios, subvenções, doações, legados e outros meios destinados aos investimentos no setor de Turismo e elaborar os planos de aplicação;

VII - promover simpósios, reuniões e palestras visando à difusão do Turismo navegantino;

VIII - associar-se a outras entidades públicas ou privadas com o objetivo de promover as ações de Turismo no Município;

IX - regulamentar o exercício regular das atividades e empreendimentos turísticos, em consonância com as normas do Ministério do Turismo e/ou órgão federal competente, de forma a garantir a proteção e conservação do patrimônio natural, cultural, histórico e arquitetônico, o desenvolvimento socioeconômico do município e o bem-estar da população local;

X - criar e implementar o Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico de Navegantes;

XI - requerer das autoridades constituídas, informações e esclarecimentos, sempre que se fizer necessário;

XII - manifestar-se, quando requisitado, sobre assuntos de sua competência;

XIII - realizar investigação sobre denúncias ou assuntos que envolvam o turismo no âmbito do município;

XIV - estabelecer normas para a elaboração da Política Municipal de Turismo, em consonância com as secretarias municipais e demais entidades;

XV - apreciar projetos e proposições que lhe sejam submetidos relativos à Política Municipal de Turismo;

XVI - avaliar periodicamente o desempenho dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão colegiado;

XVII - elaborar e submeter, para aprovação, a proposta orçamentária do FUMTUR e a sua programação financeira;

XVIII - estudar e analisar relatórios de prestação de contas dos recursos do FUMTUR;

XIX - participar da formulação da política econômico-financeira do Fundo;

XX - deliberar acerca da execução orçamentária do Fundo;

XXI - organizar e manter atualizados coletâneas de Leis, Decretos e outros documentos do interesse do Fundo;

XXII - desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira do Fundo;

XXIII - fazer representar-se por seu presidente, ou pessoa por ele designado, quando o Conselho for convidado a reuniões ou eventos;

XXIV - suprir, mediante decisão coletiva, homologada por decreto do Executivo, os casos omissos;

XXV - executar outras atribuições de sua competência;

XXVI - Aprovar e alterar o seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho será paritário, sendo integrado por pessoas da sociedade civil organizada com reconhecido espírito público e interesse no Turismo, indicadas pelas entidades e nomeadas por ato do Prefeito, bem como por membros do Poder Executivo Municipal, de igual forma nomeados pelo Prefeito.

§ 1º Para cada membro titular, haverá um suplente, que terá a atribuição de substituí-lo nos casos de impedimento ou força maior, sempre justificadamente.

§ 2º A prestação de serviço como membro do Conselho será gratuita e considerada de relevância social.

§ 3º Os Conselheiros receberão um Certificado de Participação e Reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à Comunidade, emitido pelo Conselho.

§ 4º O mandato dos membros do Conselho será de dois anos, admitida a sua recondução.

Art. 5º O COMTUR atuará com a estrutura de 8 (oito) membros do Poder Executivo e 8 (oito) da Sociedade Civil:

I - 2 (dois) representantes da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Educação;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Obras;

IV - 1 (um) representante da Fundação Municipal de Cultura;

V - 1 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;

VI - 1 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

VII - 1 (um) representante da Secretaria de Comunicação Social;

VIII - 1 (um) representante da ACIN - Associação Empresarial de Navegantes;

IX - 1 (um) representante das entidades/instituições sem fins lucrativos: Lyons, Rotary, ANNA, Instituto Caracol, Moto Clube e outros do segmento;

X - 1 (um) representante dos profissionais da área de Turismo;

XI - 1 (um) representante da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas;

XII - 1 (um) representante da ABRHON - Associação de Bares, Restaurantes, Hotéis e similares de Navegantes;

XIII - 1 (um) representante da LIEBLON - Liga das Escolas e Blocos Carnavalescos de Navegantes;

XIV - 1 (um) representante dos Transportes: viário, aeroviário, marítimo, taxi, mototaxi e caminhão;

XV - 1 (um) Representante do Porto de Navegantes.

Art. 6º O Conselho será administrado por uma diretoria constituída por um Presidente e um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário, os quais devem ser membros do COMTUR, eleitos pelos demais conselheiros.

Art. 7º Os representantes e seus suplentes serão indicados por seus segmentos de representação ou pelo próprio COMTUR.

Art. 8º Em caso de impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-presidente, assumirá provisoriamente a presidência o Primeiro Secretário ou o Segundo Secretário, respectivamente, e no impedimento destes será feita eleição entre os membros para escolha temporária do Presidente.

Art. 9º Aos Conselheiros, titulares e suplentes, será concedido, mediante requerimento, licença nos seguintes casos:

I - Para tratamento de saúde;

II - Para desempenho de missão relevante, a critério do Conselho;

III - Para realização de estudos fora do município; e

IV - Por outro motivo considerado relevante pelo Conselho.

Parágrafo único: As licenças previstas no presente artigo estarão condicionadas à aprovação, por maioria absoluta do Conselho, e não poderá ter prazo superior a um ano, bem como não serão concedidas por mais de duas vezes durante o mandato.

Art. 10 Em caso de afastamento definitivo de um ou mais representantes de algum órgão, outro nome deve ser indicado pelo órgão representante ou pelo COMTUR.

Art. 11 Os membros titulares do COMTUR, poderão perder o mandato, quando condenados por improbidade em processo regular irrecorrível, judicial ou administrativo.

Art. 12 Em caso de exclusão de uma entidade, uma nova será submetida ao plenário do conselho em assembleia geral para aprovação.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13 Ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, compete:

I- Convocar e presidir as reuniões do COMTUR;

II- Declarar a abertura, suspensão e encerramento da sessão;

III- Estabelecer e anunciar a ordem do dia;

IV- Por em discussão os pareceres e substitutivos apresentados pelos conselheiros, submetê-los à votação e proclamar a decisão;

V- Expedir os atos necessários à organização e a execução administrativa do COMTUR;

VI- Representar o COMTUR, em juízo ou fora dele, podendo delegar sua representação;

VII- Despachar o expediente do Conselho;

VIII- Autorizar a divulgação através de órgãos de comunicação

dos assuntos apreciados pelo COMTUR;
IX- Expedir pareceres e resoluções decorrentes de decisões de plenário ou de suas próprias atribuições;
X- Fixar prazos de no máximo dez (10) dias úteis, para vistos de processos;
XI- Exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua função;
XII- Providenciar junto aos Secretários ou autoridades responsáveis a designação dos conselheiros e suplentes escolhidos pelos seus órgãos ou entidades;
XIII- Em caso de empate, nas votações, o voto do Presidente será decisivo para o desempate.
XIV- Manter o Chefe do Executivo Municipal informado sobre as atividades desenvolvidas pelo Conselho.

Art. 14 Compete ao vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos e ausências, e auxiliá-lo em suas atribuições.

Art. 15 Ao Primeiro Secretário compete:

I- Propor e executar atos que objetivem a funcionalidade e agilidade do COMTUR;
II- Secretariar as reuniões do COMTUR e lavrar as atas;
III- Receber e organizar para o despacho do presidente, quando for o caso, a correspondência do COMTUR, numerando e distribuindo os processos mediante protocolo;
IV- Organizar e manter sob sua responsabilidade o arquivo do COMTUR;
V- Preparar a matéria a ser submetida ao COMTUR, inclusive a constante da ordem do dia;
VI- Prestar aos conselheiros todas as informações que solicitem para o bom desempenho de suas funções;
VII- Redigir e numerar as resoluções relativas às matérias aprovadas nas sessões do COMTUR, submetendo-as à assinatura do Presidente;
VIII- Providenciar a convocação dos conselheiros para as sessões ordinárias e extraordinárias determinadas pelo presidente, remetendo, junto à convocação, a matéria relativa à pauta da sessão;
IX- Cumprir as demais funções inerentes ao cargo.

Art. 16 Compete ao Segundo Secretário substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos e ausências e auxiliá-lo em suas atribuições.

Art. 17 Aos conselheiros compete:

I- Comparecer regularmente as sessões;
II- Relatar, no prazo de 15 dias (quinze) dias úteis, os processos que lhe forem distribuídos, proferindo para discussão e votação de qualquer matéria;
III- Pedir vista em processos em discussão, devolvendo-os ao relator no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
IV- Apresentar proposições, fazer indicações e requerimentos;
V- Solicitar ao Presidente a convocação de sessão extraordinária para a apreciação de assunto relevante;
VI- Solicitar ao Presidente a realização de diligências necessárias para as instruções de processos que lhe tenham sido encaminhadas;
VII- Repassar e discutir com o seu respectivo suplente, entidade ou grupo que representa, as decisões e conteúdos das reuniões;
VIII- Justificar ausência e convocar o respectivo suplente;
IX- Comunicar os suplentes escolhidos pelos órgãos ou entidades no caso de vacância de cargo;
X- Integrar as comissões ou câmaras técnicas de estudos para as quais forem designadas.

Parágrafo Único: O não cumprimento de suas atribuições poderá acarretar no seu desligamento do Conselho.

CAPÍTULO IV DOS DEVERES DOS CONSELHEIROS

Art. 18 São deveres fundamentais dos Conselheiros:

I - Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo ou função;
II - Exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias;
III - Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;
IV - Jamais desprezar ou retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo;
V - Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços à comunidade;
VI - Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção em tudo o que faz;
VII - Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura;
VIII - Resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de órgãos do turismo, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas, e denunciá-las;
IX - Ser assíduo e frequente às reuniões, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho coletivo, refletindo negativamente em todo o sistema;
X - Comunicar imediatamente aos membros do COMTUR todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público do Turismo, exigindo as providências cabíveis;
XI - Participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções em relação ao Turismo, tendo por escopo a realização do bem comum;
XII - Apresentar-se às sessões com vestimentas adequadas ao exercício da função;
XIII - Manter-se atualizado com a legislação pertinente à área do Turismo, tanto em nível municipal, quanto estadual e federal;
XIV - Exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses da coletividade;
XV - Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função junto ao COMTUR com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
XVI - Divulgar e informar a todos os órgãos ligados ao Turismo sobre a existência dessas normas de conduta ética, estimulando o seu integral cumprimento;
XVII - Atuar no sentido de que o Conselho seja reconhecido na sua área de atuação pela qualidade dos serviços prestados;
XVIII - Interessar-se pelo bem público e com tal finalidade contribuir com suas experiências, competências e habilidades para melhor servir a comunidade;
XIX - Expressar-se publicamente sobre assuntos técnicos, quando solicitado e capacitado para tal, sempre com o consentimento de quem presida o órgão;
XX - Abster-se de ataques pessoais, argumentos preconceituosos, discriminatórios ou injuriosos nos debates e discussões de temas abordados nas reuniões, ou em qualquer instância representativa como membro do Conselho;
XXI - Manter elevado nível de educação e cortesia nas discussões e debates sobre temas abordados nas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, ou em outros foros, mantendo postura ética e moral compatível com sua função de Conselheiro;
XXII - Relacionar-se com todos, dentro dos princípios de consideração, respeito e solidariedade, em consonância com as regras gerais de boa conduta e deste Regimento.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES AOS CONSELHEIROS

Art. 19 É vedado ao Conselheiro do COMTUR:

I - O uso da função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;

II - Prejudicar deliberadamente a reputação de outros conselheiros ou de cidadãos que deles dependam;

III - Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Regimento Interno;

IV - Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material;

V - Permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com os pares, ou com colegas hierarquicamente superiores;

VI - Pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro Conselheiro ou Servidor para o mesmo fim;

VII - Alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências;

VIII - Retirar do âmbito do Conselho Municipal de Turismo, sem estar devidamente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao COMTUR;

IX - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno do Sistema Municipal de Turismo, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

X - Dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana;

XI - Exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 20 Pelo descumprimento dos dispositivos deste Regimento Interno, bem como por procedimentos públicos antiéticos, falta de decoro no trato com os pares, ou quaisquer comportamentos reprováveis, os Conselheiros, segundo a gravidade e a natureza da falta, sujeitam-se às seguintes penalidades, assegurada, em qualquer caso, a ampla defesa:

I - Advertência escrita;

II - Suspensão de direitos e atribuições por tempo determinado;

III - Perda de mandato;

IV - Exclusão do Conselho Municipal de Turismo.

§ 1º - A penalidade de advertência escrita será aplicada pela Presidência do Conselho, em caráter reservado, ao Conselheiro primário nas transgressões previstas neste Regimento.

§ 2º - A penalidade de suspensão de direitos e atribuições será aplicada pela Presidência do Conselho e vigorará por até 90 (noventa) dias corridos, mediante notificação, ao Conselheiro que:

a) For reincidente em falta anteriormente punida ou,

b) A critério do Presidente, que julgar a gravidade da falta, ao Conselheiro que descumprir norma expressa neste Regimento, após parecer da Comissão Permanente de Ética e Disciplina.

§ 3º - A penalidade de exclusão de membro do Conselho Municipal de Cultura poderá ser aplicada pela Presidência do Conselho, por proposta dos demais conselheiros, ao Conselheiro que:

a) Reincidir em falta pela qual já tenha sido punido com pena de suspensão;

b) For condenado, com sentença transitada em julgado, em processo cuja natureza e gravidade o tornem incompatível com sua condição de Conselheiro do COMTUR.

§ 4º - O conselheiro excluído poderá retornar ao quadro de conselheiro, após três (03) anos de afastamento.

§ 5º - A penalidade de perda do mandato será aplicada por 2/3 (dois terços) do Conselho, após cumpridas todas as etapas de investigação, com relatórios conclusivos das comissões instauradas para tal.

§ 6º - A exclusão de membro do Conselho Municipal de Turismo abre vaga para que a entidade ou órgão governamental por ele representado, indique novo representante, o que se fará mediante notificação por ofício assinado pelo Presidente do COMTUR.

§ 7º - Em qualquer hipótese, será sempre garantida a ampla defesa ao Conselheiro a quem seja imputada a falta.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 21 O Conselho Municipal de Turismo reunir-se-á ordinariamente, em sessão deliberativa na sede da Secretaria de Turismo, ou no local previamente determinado pelo presidente, mensalmente, no período de março a novembro, e, extraordinariamente, no período de alta temporada, de dezembro a fevereiro, ou sempre que convocado pelo presidente ou por solicitação direta de 50% dos conselheiros. As reuniões deverão obedecer ao critério da objetividade, com duração máxima de 90 minutos.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias realizar-se-ão em dia e horário marcados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 22 A reunião do COMTUR ocorrerá com presença mínima de 50% mais um(1) dos membros, ou segunda chamada com 30 minutos de espera com a presença de qualquer quorum, ficando resguardado ao presidente o cancelamento ou adiamento da reunião após verificar o quorum da segunda chamada.

Art. 23 A falta injustificada de qualquer membro do COMTUR em mais de 03 (três) reuniões consecutivas implicará no seu automático desligamento, devendo o presidente informar o seu desligamento e solicitar a substituição para a entidade ou setor por ele representada.

Art. 24 Poderá ocorrer o desligamento voluntário de um de seus membros, para tanto este deverá ser comunicado por escrito ao COMTUR.

Art. 25 Poderá comparecer às sessões do COMTUR, a convite ou convocação do presidente, qualquer pessoa para prestar esclarecimento sobre o assunto em pauta ou simplesmente para tomar conhecimento do assunto.

Art. 26 A votação sobre qualquer decisão será direta, aberta ou nominal e na falta do titular na reunião o suplente o substituirá.

Parágrafo Único : As deliberações do Conselho serão tomadas por decisão da maioria absoluta de seus membros, em reunião de, pelo menos, um terço dos membros.

Art. 27 Em caso de vacância do representante efetivo, caberá ao suplente apresentar-se para a continuação dos trabalhos referentes aos projetos.

Parágrafo Único - O suplente poderá participar em quaisquer reuniões do conselho, porém, somente terá direito a voto em caso de substituição do titular.

Art. 28 Será lavrada uma ata de cada sessão realizada pelo COMTUR.

Parágrafo Único: As atas referentes às reuniões e deliberações do COMTUR serão registradas em livros próprios, e serão assinadas pelo presidente da sessão, pelo secretário e pelos conselheiros com poder de representatividade que nela compareceram.

**CAPÍTULO VIII
DAS COMISSÕES OU CÂMARAS TÉCNICAS**

Art. 29 O Conselho Municipal de Turismo poderá constituir comissões para estudos e trabalhos especiais relacionadas à competência do Conselho.

Parágrafo Único: As comissões e ou câmaras técnicas serão constituídas de membros indicados pelo COMTUR, podendo delas participar, a juízo do plenário, pessoas estranhas ao Conselho e de reconhecida competência.

Art. 30 As comissões funcionarão de acordo com regulamentos e atribuições dispostas nesse Regimento.

Art. 31 As comissões extinguir-se-ão uma vez aprovado pelo plenário, o relatório dos trabalhos que executarem.

Art. 32 Em caso de denúncias específicas será constituída a Comissão de Ética composta por elementos eleitos na Assembleia Geral, sendo que um dos eleitos deverá ser o coordenador;
Parágrafo Único: O Presidente do COMTUR e seu Vice-Presidente, não poderão integrar a Comissão de Ética.

Art. 33 As Comissões deverão reunir-se quando necessário, e em sua primeira reunião eleger entre seus membros o seu coordenador e relator.

Art. 34 As comissões atuarão sempre mediante requerimento ou denúncia escrita da parte interessada, ou por solicitação escrita do Presidente.

Art. 35 Estas comissões serão compostas por 5(cinco) membros, sendo 3(três) titulares e 2(dois) suplentes (1º e 2º) e terá plena autonomia de funcionamento.

Art. 36 Recebida uma denúncia ou outro expediente escrito, deverá se convocar os demais membros no prazo de 5(cinco) dias para reunião.

Art. 37 Em caso de denúncias o relator montará o processo administrativo nos próximos 5(cinco) dias úteis, mandará expedir notificação ao envolvido.

Art. 38 O envolvido poderá apresentar defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. A defesa deverá vir acompanhada das provas que a parte tiver e se o pretender, pedir defesa oral.

§ 2º. Esgotado o prazo de defesa, com ou sem ela, será produzido um relatório que será levado à Assembleia do COMTUR e comunicado a parte envolvida da data desta Assembleia.

§ 3º. O envolvido será comunicado da data de apresentação do relatório, quando terá oportunidade de dissertar por 10 (dez) minutos, após a apresentação do relatório.

§ 4º. Em seguida, pelo Presidente do COMTUR será administrado o debate do assunto, podendo conferir a cada membro que o solicitar o tempo de até 3 (três) minutos.

Art. 39 As decisões da comissão serão tomadas por maioria dos dois terços presentes na Assembleia, se ocorrer empate na votação caberá ao Presidente do COMTUR o voto de desempate.

Art. 40 A conclusão da comissão de ética deverá ser encaminhada através de protocolo ao Presidente, que dentro de 5 (cinco) dias providenciará a comunicação ao envolvido.

Art. 41 Nos casos de constatação de infração caberá encaminhamento aos órgãos competentes.

**CAPÍTULO IX
DOS RECURSOS**

Art. 42 Das decisões denegatórias proferidas pelo COMTUR caberá recurso administrativo, à Presidência do Conselho o qual deverá ser protocolado, dentro do prazo de cinco dias úteis, contados da data da correspondente comunicação, apresentando justificativa e defesa por escrito, ao ato que deu causa.

Art. 43 Deliberando, o COMTUR favoravelmente encaminhará o processo dentro do prazo máximo de cinco dias úteis, contado da data em que adotada a decisão para o(a) Prefeito(a) Municipal, que expedirá o decreto concessório.

**CAPÍTULO X
DA ELEIÇÃO**

Art. 44 - A eleição para a escolha da Diretoria do COMTUR, será realizada de forma direta pelos conselheiros efetivos e com escrutínio aberto.

Art. 45 A eleição será realizada na primeira quinzena do mês de março do ano eleitoral do COMTUR.

Art. 46 Deverá ser garantido por todos os meios democráticos e a lisura do pleito eleitoral, assegurando condições de igualdade a todos os concorrentes durante o processo.

Art. 47 O mandato dos eleitos terá duração de 2(dois) anos a contar da data da posse com direito a reeleição por igual período e apenas por uma vez.

**CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 48 Os membros do COMTUR serão nomeados por ato do poder executivo.

Art. 49 Compete às instituições que compõem este conselho o suporte administrativo, técnico e operacional do mesmo.

Art. 50 As deliberações do Conselho Municipal de Turismo serão formalizadas através de Pareceres e Resoluções e deverão ser numeradas anualmente, por ordem cronológica, com indicação do ano de referência e assinadas pelo presidente e secretário.

Art. 51 As resoluções do COMTUR vigorarão a partir da data de publicação em veículo de comunicação oficial do Município.

Art. 52 Esse Regimento Interno poderá ser revisto, a qualquer momento, por solicitação e aprovação de 50% mais um do plenário.

Art. 53 Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia.

Art. 54 Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE OUTUBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Decisão Recurso Santa Fé 36/2014 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 36/2014 FMS

CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA

Aos 07 dias de outubro de 2014, às 09:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 36/2014, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. CONVÊNIO Nº 2014TR002733 SES/SC.

Protocolado pela empresa CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA - CNPJ: 95776761/0001-46.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 26/09/2014. Em síntese, manifesta-se a empresa CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA através de recurso arguindo que a mesma não deveria ser inabilitada em decorrência de mera formalidade (endereço diferente da empresa na certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo crea/sc), menciona que a decisão da comissão está muito rigorosa, finaliza pedindo provimento do recurso e sua habilitação para prosseguir no processo licitatório.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Licitante não atendeu as exigências do edital item 5.4.1 (apresentar certificado de Pessoa Jurídica [...]), conforme mencionado em ata do dia 25/09/2014 a empresa SANTA FÉ apresentou certidão de Pessoa Jurídica inválida conforme trecho a seguir:

[...] A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Na certidão constava que o endereço da Construtora Santa Fé era Rua Samul Heusi, 463 CJ.814 Centro, Itajaí SC, ENTRETANTO, o Contrato Social apresentado com a decima oitava alteração e consolidado continha o endereço Av. do Estado nº 3505, Centro, Balneário Camboriú SC, ou seja, houve alteração no endereço e não foi modificado na referida certidão, elemento suficiente para invalidar a mesma.

Corroborando foi extraído do site http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=faq&fk_grupo=7 do CREA/SC:

05. Qual o procedimento para a atualização cadastral de uma empresa que sofreu alterações contratuais?

Qualquer alteração no Contrato Social deve ser apresentada ao CREA-SC no prazo de 30 (trinta) dias.

Quando houver alteração dos SÓCIOS/DIRETORIA, OBJETIVO SOCIAL, RAZÃO SOCIAL ou ENDEREÇO CONTRATUAL, a empresa deverá apresentar a documentação necessária disponível no Site do CREA-SC, Menu "Empresa".

Para alteração apenas do ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA, basta a apresentação do Requerimento de Pessoa Jurídica - RPJ disponível no Site do CREA-SC, Menu "Empresa". Esta alteração também poderá ser feita através do e-mail registroempresa@crea-sc.org.br.

Desta forma não há excesso algum por parte da comissão, mas sim o respeito ao edital e ao art. 3º da Lei 8666/93.

Lei 8666/93, Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita

conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Finalizando, menciona-se que o mesmo critério de análise para com os documentos da recorrente foi destinado a todos os licitantes, sendo que a mesma não foi a única a ser inabilitada por apresentar uma certidão inválida.

Desta forma: mantem-se a inabilitação da licitante CONSTRUTORA SANTA FÉ LTDA

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 10/10/2014 às 14:00h.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 07 de outubro de 2014.

Presidente

DOUGLAS LEMOS

Membros:

MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Decisão Recurso Concretil 36/2014 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 36/2014 FMS

CONCRETIL CONSTRUÇÕES LTDA

Aos 08 dias de outubro de 2014, às 14:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 36/2014, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 5ª (QUINTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. CONVÊNIO Nº 2014TR002733 SES/SC.

Protocolado pela empresa CONCRETIL CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 95827697/0001-85.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 30/09/2014. Em síntese, manifesta-se a empresa CONCRETIL através de recurso arguindo a desclassificação da CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA EPP com o fundamento de que ela não observou as normas legais editalícias, alegando que o edital em suas observações contidas no item 5 "d" informa aos concorrentes que "Para os documentos que não possuírem prazo de validade, esta administração considerará válidos até 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão dos mesmos" e que a data de expedição do CNPJ apresentado pela RENASCENCE havia extrapolado a data aceitável.

DECISÃO

Sem mais delongas não há que se falar em validade para cartão de CNPJ, o mencionado no item 5 "d" do edital 36/2014 refere-se a documentos que fazer referencia a situação empresarial, que em seu próprio corpo menciona datas assim como as Certidões Negativas Municipais, Estaduais, FGTS etc. exigir validade do cartão CNPJ seria o mesmo que exigir a validade do CPF e isso é inaceitável, o que deve ser considerado é se a situação está ativa ou inativa.

Corroborando temos:

Instrução Normativa RFB nº1.470 de 30 de maio de 2014

Art. 34. A inscrição no CNPJ, da entidade ou do estabelecimento filial, pode ser enquadrada nas seguintes situações cadastrais:

- I - ativa;
- II - suspensão;
- III - inapta;
- IV - baixada; ou
- V - nula.

CAPÍTULO II

DA SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA

Art. 35. A inscrição no CNPJ é enquadrada na situação cadastral ativa quando a entidade ou o estabelecimento filial, conforme o caso, não se enquadrar em nenhuma das situações cadastrais citadas nos incisos II a V do art. 34

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2014/in14702014.htm>

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento.

Mantem-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 10/10/2014 as 14:00h.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 08 de outubro de 2014.

Presidente

DOUGLAS LEMOS

Membros:

MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Decisão Recurso Intex 36/2014 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE CONCORRÊNCIA Nº 36/2014 FMS

INTEX CONSTRUÇÃO CIVIL

Aos 08 dias de outubro de 2014, às 17:00 horas, reuniu-se o Presidente da Comissão e a Comissão, designados pela Portaria número 176 de 31/01/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital da Concorrência nº 36/2014, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, DO BLOCO A DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES

- 5ª (QUINTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. CONVÊNIO Nº 2014TR002733 SES/SC.

Protocolado pela empresa INTEX CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI - EPP - CNPJ: 16803795/0001-06.

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente em 30/09/2014. Em síntese, manifesta-se a empresa INTEX através de recurso arguindo sua classificação, cita os pontos de sua desclassificação da seguinte forma resumida:

a) Quanto a ausência de apresentação de demonstrativo de fechamento do balanço de 2013, cita que o edital ao utilizar a expressão "exigíveis e apresentados na forma da lei" oportuniza as mais variáveis formas de apresentação de relatórios contábeis, e que documento legal se consubstancia nos balanços estes fielmente apresentados.

b) Quanto a Certidão de Pessoa Jurídica Invalida, alega que não é invalida e que foi emitida no prazo legal, vinculada exclusivamente ao CNPJ da empresa, menciona que só após da emissão da certidão é que a recorrente patrocinou seu aumento de capital social, e que o mesmo não tem condão de invalidar aludida certidão.

c) Objeto do Contrato Social e Acervo Incompatíveis com a licitação, alega que seu objeto social atende as necessidades especialmente porque seu responsável técnico é efetivamente engenheiro civil capacitado a todas obras, quanto o acervo menciona que o CREA-PR está na eminência de emissão da certidão conforme seu anexo.

d) Alega afronta ao princípio da vinculação ao edital e demais princípios.

e)

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento conforme segue:

a) A argumentação da recorrente não merece acolhimento pois ao contrário do alegado o edital é bem objetivo e menciona claramente/expressamente que não seria aceito balancetes, conforme segue:

5.3.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

Uma vez apresentado pela recorrente tal balancete a mesma deverá ser inabilitada.

b) e c) Outro item que não merece acolhimento é que a Certidão de Pessoa Jurídica seria válida, pois a certidão apresentada não atendeu as exigências do edital item 5.4.1 (apresentar certificado de Pessoa Jurídica [...]), conforme mencionado em ata do dia 25/09/2014 a empresa INTEX apresentou certidão de Pessoa Jurídica que ela mesma se invalida, vide trecho a seguir:

[...] A certidão perderá a validade caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Na certidão constava que o capital social era R\$ 65.000,00, o Contrato Social apresentado com a segunda alteração e consolidado continha o capital de R\$ 500.000,00, elemento suficiente para invalidar a mesma.

Corroborando foi extraído do site http://www.crea-sc.org.br/portal/index.php?cmd=faq&fk_grupo=7 do CREA/SC:

05. Qual o procedimento para a atualização cadastral de uma empresa que sofreu alterações contratuais?

Qualquer alteração no Contrato Social deve ser apresentada ao CREA-SC no prazo de 30 (trinta) dias.

Quando houver alteração dos SÓCIOS/DIRETORIA, OBJETIVO

SOCIAL, RAZÃO SOCIAL ou ENDEREÇO CONTRATUAL, a empresa deverá apresentar a documentação necessária disponível no Site do CREA-SC, Menu "Empresa".

Para alteração apenas do ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA, basta a apresentação do Requerimento de Pessoa Jurídica - RPJ disponível no Site do CREA-SC, Menu "Empresa". Esta alteração também poderá ser feita através do e-mail registroempresa@crea-sc.org.br.

Ou seja QUALQUER alteração no CONTRATO SOCIAL deve ser apresentado no CREA para sua atualização, e NÃO apenas as informações contidas no CNPJ.

Quanto a certidão de acervo, se o mesmo não foi apresentado conforme/compatível edital a licitante deve ser inabilitada:

4.4 Certidão de Acervo Técnico (do profissional responsável pelos serviços), compatíveis com o objeto da licitação

5.5.4. A falta de quaisquer dos documentos essenciais exigidos no Edital, implicará inabilitação da licitante.

Não suprimindo a necessidade da administração apenas apresentar um responsável/técnico, mas sim apresentar tal profissional que comprove sua competência através de serviços anteriores através de documentos comprobatórios no ato da licitação/abertura da habilitação.

Finalizando, menciona-se que o mesmo critério de análise para com os documentos da recorrente foi destinado a todos os licitantes, sendo que a mesma não foi a única a ser inabilitada por apresentar uma certidão ou outro documento inválido.

Desta forma: mantém-se a inabilitação da licitante INTEx CONSTRUÇÃO CIVIL - EIRELI - EPP - CNPJ: 16803795/0001-06

Mantém-se a abertura dos envelopes de propostas para o dia 10/10/2014 as 14:00h.

Publique-se;

É a decisão.

Navegantes, 08 de outubro de 2014.

Presidente

DOUGLAS LEMOS

Membros:

MARIA BENEDITA CORREA

CARLA CLAUDINO

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

ADRIANA CORRÊA

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato Contratual Nº 252/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 252/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Vigência : Início: 03/10/2014 Término: 03/12/2014

Valor Supressão: R\$ 3.612,93 (três mil seiscentos e doze reais e noventa e três centavos).

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 123/2013.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 174/2013, CONCORRÊNCIA Nº 123/2013 REFERENTE À EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO COM PAVIMENTAÇÃO DA RUA ONÓRIO BORTOLATTO - 1ª ETAPA (BR 470 - LEAR), ATRAVÉS DO PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA - MINISTÉRIO DO TURISMO - CONVÊNIO SICONV Nº 780207/2012, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 123/2013.

Navegantes, 03 de outubro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Nº 2.549/2014

Lei nº 2.549/2014

Dispõe sobre Concessão de Subvenção Social à Entidade que Menciona e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Art. 30, inciso V, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder subvenção social, no exercício de 2014, à entidade que menciona abaixo, contemplada com o seguinte valor:

- Associação Rural de Idosos " Vida Nova ", cadastrada no CNPJ sob o nº 05.321.412/0001-47, estabelecida à Rua Geral, s/nº, Bairro São Valentim, município de Nova Trento, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

Art. 2º Os recursos de que trata o Art. 1º desta lei, serão repassados em uma única parcela de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), de acordo com as disponibilidades financeiras, destinados a atender despesas com a manutenção da referida entidade, conforme Plano de Aplicação apresentado.

Art. 3º Fica a entidade contemplada pelo Município com as subvenção social, obrigada a prestar contas da aplicação dos recursos, a cada parcela, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data do recebimento, na forma estabelecida pelas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão à conta de recursos consignados dentro do orçamento fiscal vigente, desta Prefeitura.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,
em 30 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Portaria Nº 852/2014

PORTARIA Nº 852/2014

Nomeia e Substitui membro que Compõe a Comissão Permanente de Licitações.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Federal nº 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lorena Polli, no cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Manutenção e Conservação, matrícula 6484, como membro efetivo da Comissão Permanente de Licitação, juntamente com os demais membros nomeados pela Portaria nº 001/2014 e suas alterações, em substituição a servidora Suzani Eccel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,
em 01 de outubro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/10/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.760,00 (Um mil setecentos e sessenta reais)
CONTRATADO: MODELO PNEU LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.480,00 (Oito mil, quatrocentos e oitenta reais)

Novo Horizonte/SC, 08/10/2014-ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Extrato 2º TA ao Ca Nº 020/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 020/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: CENTRO DE INTEG. EMP/ESCOLA DO ESTADO DE SC - CIEE
Valor : 3.368,00 (três mil trezentos e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 08/10/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2013
Recursos : Dotação: 2.028.3.3.50.00.00.00.00 (116) Saldo: 49.731,60
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo do quantitativo de 01 (um) estagiário do nível de 3º Grau, constante na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Contratação do Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, para a Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades capazes de propiciar a "promoção da integração ao mercado de trabalho" e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho - Contrato Administrativo Nº 020 de 11 de Fevereiro de 2013, do Processo Licitatório Nº 021/2013 - Dispensa de Licitação Nº 006/2013 e 1º

Termo Aditivo.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Outubro de 2014

Orleans

PREFEITURA

Errata do Edital Processo Seletivo Nº012/2014 (2)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS/SC
PROCESSO SELETIVO N.º 012/2014

ERRATA 01 DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PARA ACT Nº012/2014

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições, publica ERRATA junto ao Edital de Processo Seletivo Nº 012/2014, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer nos dias 03 a 05/11/2014, no horário das 8h às 11h e das 13 às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Celso Ramos, Nº 193, Orleans -SC, munido dos seguintes documentos:

[...]

c) Documentos para a comprovação de cursos de aperfeiçoamento (original e cópia);

LEIA-SE:

☐ ☐ ☐ VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

3.2.1 O candidato, para validar sua inscrição no presente Processo Seletivo, após preenchimento do formulário de pré-inscrição on-line, deverá comparecer nos dias 03 a 05/11/2014, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Celso Ramos, Nº 193, Orleans -SC, munido dos seguintes documentos:

[...]

c) Documentos para a comprovação da Prova de Títulos (original e cópia);

ONDE SE LÊ:

ÁREA 7 - PLANTÃO DE CRECHE

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
2	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	01	30h	Certificado e Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio. Remuneração: R\$ 1.235,04

ÁREA 08 - AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	01	30h	Certificado e Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio. Remuneração: R\$ 1.235,04

LEIA-SE:

ÁREA 7 - PLANTÃO DE CRECHE

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
2	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	01	40h	Certificado e Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio. Remuneração: R\$ 1.235,04

ÁREA 08 - AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Auxiliar de Ensino de Educação Infantil	01	40h	Certificado e Histórico Escolar de Conclusão do Ensino Médio. Remuneração: R\$ 1.235,04

ORLEANS (SC), 08 de outubro de 2014.
ELIETE BIANCO ZANINI DAMAZIO
Secretária Municipal de Educação

Edital de Chamamento Processo Seletivo Nº008/2014ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº008/2014, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 008/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº008/2014 (disponível no sítio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 008/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Marcio Becker	Motorista Socorrista	12 horas (doze) ininterruptas por 36 de descanso

Orleans, 08 de outubro de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Paial**PREFEITURA****Tomada de Preços 005/2014**MUNICÍPIO DE PAIAL/SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.005/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de passeio público nos trechos da quadra 09 e 14 no final da Av. Julio Bender conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 08:30 do dia 24/10/2014.

Abertura: dia 24/10/2014, às 08:45.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.paial.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás nº 400, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Paial, SC, 08 de outubro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Extrato Termo Aditivo N. 227/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 227/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 155/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 155/2014, retroagindo os efeitos a 08/09/2014.

Fica acrescido o valor de R\$ 25.368,59 (vinte e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 21.052,33 (vinte e um mil, cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), referentes ao emprego dos materiais, e R\$ 4.316,26 (quatro mil, trezentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 48,69%, do valor do item correspondente a Reforma do Centro de Educação Infantil Caminhos do Saber.

Devido ao cálculo efetuado pelo setor de engenharia, o valor global do termo aditivo corresponde ao percentual de 30,46% , do valor global atualizado do contrato nº 155/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria de Educação, através do elemento de despesa: "101 - 4.4.90.51.91.00.00.00".

DATA: 19/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

JOSÉ VIRGÍLIO DA SILVA JÚNIOR
Secretário do Esporte e Lazer

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 0870075

Extrato Termo Aditivo N. 204/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 204/2014 - (TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 053/2014)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 053/2014.

DATA: 01/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

CÁCIO ABRAMO GASPERIM
Arquiteto - Prefeitura Municipal de Palhoça

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 205/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 205/2014 - (QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 193/2012)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 193/2012.

DATA: 01/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

CÁCIO ABRAMO GASPERIM
Arquiteto - Prefeitura Municipal de Palhoça

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 206/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 206/2014 - (SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 174/2012)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA

OBJETO: : Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 174/2012, retroagindo seus efeitos a 18/07/2014.

DATA: 01/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 208/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 208/2014 - (DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 192/2009).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: Fica suprimido o valor de R\$ 22.685,53 (vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), referente aos serviços, no percentual de 1,256% do valor atualizado do contrato nº 192/2009, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

DATA: 02/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

FABIO FLAVIO MARTINS
Secretário Municipal de Habitação

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 209/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 209/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 090/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 090/2014, retroagindo seus efeitos a 26/05/2014.

Fica acrescido o valor de R\$ 50.655,04 (cinquenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quatro centavos), sobre o valor global do contrato nº 090/2014, sendo:

- Reforma calçada e pintura externa do Centro Administrativo Municipal: R\$ 29.830,70 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta reais e setenta centavos), sendo R\$ 15.738,85 (quinze mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 14.091,85 (quatorze mil, noventa e um reais e oitenta e cinco centavos), referente aos serviços de mão de obra, correspondente ao percentual de 21,34%;

- Reforma no Abrigo Institucional de Palhoça: R\$ 20.824,52 (vinte mil, oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 13.535,94 (treze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 7.288,58 (sete mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), referente aos serviços de mão de obra, correspondente ao percentual de 14,90%;

Devido ao cálculo efetuado pelo setor de engenharia, o valor global do termo aditivo correspondente ao percentual de 36,349% , do valor atualizado do contrato nº 090/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento, da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, e pelo Fundo Municipal de Assistência Social:

- FMAS: "534" - 18.1158.1000152.4.4.90.51.91.00.

- Secretaria de Planejamento e Infraestrutura: "366" - 14.01.2.026.4.4.90.51.91.00.

DATA: 04/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

ADRIANO MATTOS
Secretário Municipal de Assistência Social

MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 025866-8

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 210/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 210/2014 - (QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 091/2012)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 091/2012

DATA: 04/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Planejamento e Infraestrutura

Extrato Termo Aditivo N. 213/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 231/2014 - (TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 060/2014)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 060/2014, retroagindo seus efeitos a 03/08/2014.

Fica acrescido o valor de R\$ 7.502,60 (sete mil, quinhentos e dois reais e sessenta centavos), sendo R\$ 4.629,42 (quatro mil, seiscentos e vinte e reais e quarenta e dois centavos), referente ao emprego dos materiais, e R\$ 2.873,18 (dois mil, oitocentos e setenta e três reais e dezoito centavos), referente aos serviços de mão de obra, no percentual de 4,779% - lote IV, do valor atualizado do contrato nº 060/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento, da Secretaria:

- Secretaria de Planejamento e Infraestrutura: "363" - 14.001.002.14.01.1.023.4.4.90.51.91.00.

DATA: 30/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário Municipal de Planejamento e Infraestrutura

RODOLPHO PAGANI MARTINS
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 087007-5

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 216/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 216/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 089/2014)

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA E.S.E. CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 091/2012

DATA: 04/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

JOSÉ VIRGÍLIO DA SILVA JÚNIOR
Secretário do Esporte e Lazer

Extrato Termo Aditivo N. 225/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 225/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E SERVIÇOS N.º 177/2013)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE - SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA E A EMPRESA SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato Elaboração de Projetos e Serviços n.º 177/2013, retroagindo seus efeitos a 12/08/2014.

DATA: 18/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

Extrato Termo Aditivo N. 226/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 226/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 123/2014)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE E A EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 123/2014.

DATA: 19/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

MARCELO FETT ALVES
Secretário de Infraestrutura

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

Extrato Termo Aditivo N. 230/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 230/2014 - (PRIMEIRO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 148/2014)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE SERVIÇOS AUTÔNOMOS MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA E A EMPRESA CONASA - COMPANHIA NACIONAL DE SANEAMENTO.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Prestação de Serviços n.º 148/2014.

DATA: 29/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SÉRGIO MATIOLA
Presidente do SAMAE

Extrato Termo Aditivo N.231/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 231/2014 - (PRIMEIRO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 162/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA, AUTARQUIA SAMAE E A EMPRESA EMPREITEIRA PAVICON.

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 12.046,50 (doze mil, quarenta e seis reais e cinquenta centavos), correspondentes à Rua Manoel João Rodrigues, Barra do Aririú, sendo: R\$ 1.860,03 (um mil, oitocentos e sessenta reais e três centavos), referentes ao serviço de mão de obra, e R\$ 10.186,47 (dez mil, cento e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos), referentes ao emprego dos materiais, correspondente ao total percentual de 24.958%;

Fica acrescido ainda, o valor de R\$ 5.456,70 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos), correspondentes à Rua José Henrique da Silva e Servidão Imperatriz, Barra do Aririú, sendo: R\$ 831,81 (oitocentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos), referentes ao serviço de mão de obra, e R\$ 4.624,89 (quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos), referentes ao emprego dos materiais, correspondente ao total percentual de 11,680%; conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

Devido ao cálculo efetuado pelo setor de engenharia, o valor global

do termo aditivo correspondente ao percentual é de 17.679%, do valor atualizado do contrato nº 162/2014, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado através das peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial Descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: As despesas do presente termo aditivo correrão por conta do orçamento da Secretaria de Infraestrutura, através do elemento de despesa: "363 - 4.4.90.51.91".

DATA: 30/09/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

ALEXSANDER DA SILVA
Engenheiro Civil
Prefeitura de Palhoça
CREA/SC 090082-3

SERGIO MATIOLA
Presidente da Autarquia
SAMAE de Palhoça

CAU 56675-6

Extrato Termo Aditivo N. 232/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 232/2014 - (QUARTO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 254/2012)

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA SC TECNOLOGIA INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: : Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 254/2012.

DATA: 01/10/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração e Gestão

FÁBIO FLÁVIO MARTINS
Secretário Municipal de Habitação

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato Contrato N.215/2014

EXTRATO CONTRATO DE RATEIO Nº 215/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO: contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - Adesão ao Programa: acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010; participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais informativos;

II - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

III - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 1.430,00 (hum mil, quatrocentos e trinta reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "51" - 2.064.3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais) 45% da despesa;

"54" - 2.064.3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes) 50% da despesa;

"56" - 2.064.4.4.71.70 (transferência a consórcio público para investimentos) 5% da despesa;

"55" - 2.064.3.3.90.39.05.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2014, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DATA: 08/09/2014

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração	
MARCOS CARDOSO CANTO	
Secretário Municipal de Receita	

Lei Nº 4.115, de 07 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.115, de 07 de OUTUBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Avenida Nova Palhoça - Rio Grande.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Avenida Nova Palhoça - Rio Grande, co extensão de 399.77 metros de comprimento e 20.06 metros de largura, início na Av. Aleixo Alves de Souza, e seu final na esquina formada pela Rua Existente com a Rua João Carlos Espindola, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 07 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 197/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 197/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 22 de outubro de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para elaboração de Concurso Vestibular para Faculdade Municipal de Palhoça 2015 (primeiro e segundo semestre). O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 08 de outubro de 2014.

PREGOEIRA.

Ata com O Resultado da Habilitação da Tomada de Preços Nº 181/2014

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO - E ENVELOPES Nº 02 - PROPOSTAS DE PREÇOS - PARA O PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 181/2014.

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h30min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL - designada pela Portaria nº 1419/2014. Sob a Presidência do Senhor Júlio César da Cruz, convocando o servidor Eduardo Henrique Machado Sato para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a contratação de empresa especializada para pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Raul José Martins com blocos intertravados de concreto, localizada na Barra do Aririú (LOTE 01); pavimentação, drenagem e sinalização da Rua Nereu Manoel Mattos com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Barra do Aririú (LOTE 02); pavimentação, drenagem e

sinalização da Rua Manoel Candido Vicente com blocos intertravados de concreto, localizada no bairro Jaqueira - Bela Vista (LOTE 03); pavimentação, drenagem e sinalização da Rua João Goulart com blocos intertravados de concreto, no bairro Rio Grande (LOTE 04); e contratação de empresa especializada para serviço de revitalização de área Institucional com calçada, ponto de ônibus e táxi, localizados na esquina entre as ruas João Goulart e Valdemar Vieira no bairro Brejarú (LOTE 05) - Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. Tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e MENOR PREÇO GLOBAL. Empresas participantes que entregaram os envelopes de documentação e proposta até a data e hora marcada para abertura deste processo licitatório: 1 - DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA e 2 - VINICIUS GOEDERT ME. Os envelopes foram entregues devidamente lacrados e vistados por todos os presentes. Declarada aberta a reunião pelo Presidente. Presentes a sessão, apenas os membros da Comissão Permanente de Licitações. Em seguida passou-se para abertura do envelope de nº 01 - Habilitação - das empresas supracitadas. Após abertura dos envelopes, o Presidente passou os referidos documentos para que todos os presentes fizessem vistos. Após análise desta Comissão, foi constatado que as empresas apresentaram toda documentação conforme exigido no Edital, ficando assim HABILITADAS. Os envelopes nº 2 - Propostas de Preços - ficarão em domínio da Comissão Permanente de Licitações para posterior abertura. Dando prosseguimento, o Presidente da Comissão indagou aos presentes se tinham algo a consignar em Ata. Nada a consignar em Ata, o Presidente informou que o resultado da fase de Habilitação será publicado em Mural Público, no Site da Prefeitura Municipal de Palhoça, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e enviado através de Ofício aos licitantes participantes. Nada mais a relatar, a sessão foi encerrada na qual foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da Comissão abaixo relacionados.

Palhoça, 08 de Outubro de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ EDUARDO HENRIQUE M. SATO
Presidente da Comissão Membro da Comissão

JANE DAS DORES DA SILVA
Membro Da Comissão

Lei Nº 4.109, de 29 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.109, de 29 de SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.035, de 30 de abril de 2014, que denomina a Rua Claudio Espíndola (seu Pico).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.035, de 30 de abril de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rua Claudio Espíndola (seu Pico), com extensão de 190 metros de comprimento e 12 metros de largura, início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.” (NR)

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 29 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.110, de 29 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.110, de 29 de SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.041, de 14 de maio de 2014, que denomina a Rua Acácio Martins (seu Dico).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.041, de 14 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rua Acácio Martins (seu Dico), com extensão de 120 metros de comprimento e 16 metros de largura, com início na Av. Vidal Procópio Lohn, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.” (NR)

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 29 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.111, de 29 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.111, de 29 de SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 4.043, de 14 de maio de 2014, que denomina a Rua Ladislau Pedro Moreira (seu Lalicó).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 4.043, de 14 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Rua Ladislau Pedro Moreira (seu Lalicó), com extensão de 260 metros de comprimento e 12 metros de largura, com início na Av. Vidal Procópio Lohn, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.” (NR)

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 29 de setembro de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 4.112, de 29 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.112, de 29 de SETEMBRO DE 2014.

Altera Lei nº 3.479/2011, Denomina Via Pública. Servidão Edmundo Pedro Coelho.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 3.479/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão Edmundo Pedro Coelho, com extensão de 42 metros de comprimento por 3,30 metros de largura, com início a Rua Prefeito Reinoldo Alves e término na Rua Osvaldo Freitas, via pública localizada no Bairro Passa Vinte.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 29 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.113, de 06 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.113, de 06 de OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA A SEMANA DO PARAQUEDISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, anualmente, na última semana de outubro a “Semana do Paraquedismo”.

Art. 2º Constitui objetivo primordial da semana do Paraquedismo, proporcionar à população, e em especial às crianças e adolescentes, a possibilidade de adquirir conhecimentos, despertar possíveis vocações para esse tipo de esporte, através de palestras, vídeos, shows aéreos e mostra de equipamentos pertinentes a prática do paraquedismo.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Executivo, unicamente, por meio dos Órgãos Municipais competentes, em especial a Secretaria Esportes e Turismo, a responsabilidade pela cessão do local, bem como a promoção institucional do evento.

Art. 3º Durante a semana do paraquedismo, deverão ser convidados os aeroclubes, devidamente legalizados, cuja participação é de vital importância para o sucesso da semana do Paraquedismo, através de seus representantes na consecução dos objetivos previstos no artigo 2º desta lei.

Art. 4º Poderá ainda, através de autorização do Poder Público, ocorrer palestras, fora da semana instituída, nos bairros e escolas do município de Palhoça, a qual ficará a cargo de representantes dos aeroclubes, sem ônus ao Poder Público Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Lei Nº 4.114, de 06 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.114, de 06 de OUTUBRO DE 2014.

DOAÇÃO. AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL A DOAR BENS MÓVEIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis os bens móveis pertencentes ao patrimônio municipal, assim descritos:

- I) 04 Telefones Premium;
- II) 01 Telefone Intelbrás Pleno;
- III) 01 Telefone Intelbrás CP20;
- IV) 02 Impressoras HP Laserjet M1120 MFP;
- V) 01 Impressora HP Laserjet M1522 NF;
- VI) 01 Impressora HP Deskjet F4280;
- VII) 06 Impressoras HP Deskjet 3535;
- VIII) 01 Impressora HP Deskjet F380;
- IX) 01 Impressora HP P2055DN;
- X) 05 Impressoras HP Officejet J3680;
- XI) 01 Monitor LG Flatoron EZ T 710 SH;
- XII) 01 Monitor LG Flatoron L1550s;
- XIII) 06 Monitores Samsung Syne Master 591v;
- XIV) 02 Monitores LG 500G;
- XV) 01 Monitor NOC;
- XVI) 01 Monitor Samsung Syne Master 550v;
- XVII) 01 Scanner AOC P.600;
- XVIII) 01 CPU VAIP;
- XIX) 02 CPU's ASUS;
- XX) 01 Teclado;
- XXI) 01 Estabilizador BMI.

Art. 2º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a doar, sem condições ou encargos, ao Poder Executivo Municipal, com sede nesta Cidade e Comarca, os seguintes bens móveis:

- I) 01 Mesa com 3 gavetas;
- II) 01 mesa com duas gavetas;
- III) 02 Armários 2 portas;
- IV) 01 Mesa grande de cozinha;
- V) 03 Balcões de cozinha com 03 gavetas cada;
- VI) 01 Geladeira;
- VII) 01 Freezer horizontal;
- VIII) 13 Longarinas de 3 lugares cada, na cor azul;
- IX) 34 Longarinas de 3 lugares cada, na cor amarela.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 06 de outubro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**Portaria 003/2014**

PORTARIA Nº. 003/2014

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO Secretário de Saúde do Município de Palhoça, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 149/2013, disposto no art.7º, inciso III, e considerando:

A necessidade de instituir um grupo condutor das Redes na Atenção Básica no Município de Palhoça;

A necessidade de definir os fundamentos conceituais e operativos essenciais ao processo de organização da Rede de Atenção à Saúde, bem como as diretrizes e estratégias para sua implementação;

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir Grupo Condutor das Redes de Atenção a Saúde com a finalidade de proceder aos encaminhamentos para organização do Sistema Único de Saúde no Município de Palhoça/SC, constituída pelos componentes listados a seguir:

Grupo condutor da rede da Atenção Básica:

Representante da Enfermagem - Adriana Zelir Cezário

Representante Diretoria da Atenção Integral à Saúde - Sandra Ribeiro de Abreu Representante Diretoria de Planejamento da Saúde - Dione Lúcia Prim Laurindo

Representante da Coordenação da Saúde da Criança - Andréia de Brito

Representante da UBS - Fernanda Boing Nienkoetter

Representante da UBS - Thiago de Medeiros

Representante da UBS - Karla Kristina Coelho

Representante da UBS - Carin Costa Moraes

Representante da UBS - Carolina Machado Araujo

Representante da UBS - Talita Oliveira Cardoso

Representante do NASF - Josielly Pinheiro Westphal

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da publicação revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, SC, em 16 de agosto de 2014.

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde

Palmitos**PREFEITURA****Processo 06/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 06/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DIDÁTICO, PARA A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. Data da entrega dos envelopes: 21/01/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 21/01/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 08 de Janeiro de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Editais de Notificação 827/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 827/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CHI3208	54096139E	5738/0	03/03/2014	186 * II
INK4691	54096283E	5835/0	22/01/2014	195
INK4691	54096284E	5738/0	22/01/2014	186 * II
MKN9758	54096303E	5541/1	04/02/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 828/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 828/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCU0066	54926478D	6920/0	14/02/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO

DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificação 829/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 829/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OMY3397	54926484D	5460/0	10/03/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 830/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 830/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX6841	54096308E	6920/0	20/03/2014	233
AFT0037	54096083E	6920/0	20/03/2014	233
DZP6820	54095714E	5010/0	19/02/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificação 831/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 831/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILA7930	54095772E	6920/0	27/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificação 832/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 432 832/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW3910	54096032E	5010/0	24/03/2014	162 * I
LYW3910	54096033E	5118/0	24/03/2014	164 c/c 162 * I
LYW3910	54096034E	6599/2	24/03/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificação 833/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 833/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBR3386	54096353E	5452/2	07/03/2014	181 * VIII
MEC2944	54096114E	5720/0	07/03/2014	186 * I
MEW5391	54096140E	5720/0	07/03/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 834/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 834/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GMK8266	54926482D	6920/0	14/02/2014	R\$ 127,69	233
ICJ5742	54095697E	6920/0	09/01/2014	R\$ 127,69	233
IEA3282	54095695E	6920/0	09/01/2014	R\$ 127,69	233
JWU3333	54096135E	6599/2	11/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWZ0555	54096080E	5010/0	28/01/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

Editais de Notificação 835/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 835/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DMO4110	54096115E	5614/3	29/12/2013	R\$ 127,69	182 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 836/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 836/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ITH3123	54096147E	5720/0	07/03/2014	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Editais de Notificação 837/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 837/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APM1152	54096306E	6920/0	20/03/2014	233
CYS6927	54096085E	6920/0	20/03/2014	233
IBK4414	54096087E	6920/0	20/03/2014	233
IMX7549	54096153E	5010/0	09/03/2014	162 * I
IMX7549	54096154E	6653/1	09/03/2014	230 * XI
JHI8815	54096086E	6920/0	20/03/2014	233
MEN1734	54096307E	6920/0	20/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 4 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

Papanduva

PREFEITURA

Contrato Nº 029/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 029/2014, Referente à Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 012/2014. Objeto: Execução de serviços contínuos de Manutenção, Ampliação e Projetos Elétricos e Luminotécnicos do sistema de Iluminação Pública do Município de Papanduva. Contratada: INSTALADORA ELETRICA GUARAMIRIM LTDA - EPP, totalizando o montante de R\$ 163.350,50 (cento e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta reais e cinquenta centavos). Vigência: O prazo de execução dos serviços e fornecimento de materiais, objeto do contrato, é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 28 de março de 2014.

Papanduva/SC, 06 de outubro de 2014

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2466, de 02.10.2014 - Subdivisão de Jorides Luiz Gonçalves

DECRETO Nº 2466, DE 02.10.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE JORIDES LUIZ GONÇALVES.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade JORIDES LUIZ GONÇALVES, com a área total de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua Dr. Getúlio Vargas, esquina com o lado ímpar da Rua Coronel Severo de Almeida, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 8.762, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 03(três) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "92A" - 300,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Dr. Getúlio Vargas, esquina com o lado ímpar da Rua Coronel Severo de Almeida, com base no ponto OPP.

Frente:- 20,00 metros com o Município pela Rua DR. GETULIO VARGAS, lado par;
Fundos:- 20,00 metros com o Lote "92B" Desmembrado;
Lado Direito:- 20,00 metros com o Município pela Rua CORONEL SEVERO DE ALMEIDA, lado ímpar;
Lado Esquerdo:- 15,00 metros com a Matrícula nº 4.370-Papanduva/SC de MARIA LIRIA CHAVES CHICOVSKI, Lote nº 93;

Descrição do Lote "92B" - 250,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Coronel Severo de Almeida, distante de 15,00 metros da esquina com o lado par da Rua Dr. Getúlio Vargas, com base no ponto OPP.

Frente:- 12,50 metros com o Município pela Rua CORONEL

SEVERO DE ALMEIDA, lado ímpar;

Fundos:- 12,50 metros com a Matrícula nº 4.370-Papanduva/SC de MARIA LIRIA CHAVES CHICOVSKI, Lote nº 93;

Lado Direito:- 20,00 metros com o Lote "92C" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 20,00 metros com o Lote "92A" Desmembrado.

Descrição do Lote "92C" - 250,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Coronel Severo de Almeida, distante de 27,50 metros da esquina com o lado par da Rua Dr. Getúlio Vargas, com base no ponto OPP.

Frente:- 12,50 metros com o Município pela Rua CORONEL SEVERO DE ALMEIDA, lado ímpar;

Fundos:- 12,50 metros com a Matrícula nº 4.370-Papanduva/SC de MARIA LIRIA CHAVES CHICOVSKI, Lote nº 93;

Lado Direito:- 20,00 metros com a Matrícula nº 7.981-Papanduva/SC de LUIZ CARLOS BEJE, Lote nº 88;

Lado Esquerdo:- 20,00 metros com o Lote "92B" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de outubro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Nicolau Zaranski
Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 030/14 de 08 de Outubro de 2014

Portaria Nº 030/14 de 08 de outubro de 2014

"CONCEDE FÉRIAS, BEM COMO ABONO PECUNIÁRIO À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 121, A SENHORA SANDRA MARIA DE MORAES REFERENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2012 À 21 DE JUNHO DE 2013"

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003 e Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes, portadora do CPF nº. 605.752.639-20, no período de 10 à 29 de outubro de 2014, referente período aquisitivo de 22 de junho de 2012 à 21 de junho de 2013, bem como autorizado a conversão de 10 dias de férias em abono pecuniário dentro do mês corrente, conforme dispositivo do Artigo 1º da Lei Complementar nº. 12 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

Portaria Nº 458, de 07 de Outubro de 2014.

PORTARIA Nº 458, de 07 de outubro de 2014.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o exposto na Portaria nº 440, de 28 de agosto de 2014, que concede auxílio doença para a servidora Karina Perin Giombelli até o dia 28/09/2014;

Considerando a Comunicação de Decisão do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - expedida no dia 07 de outubro de 2014, que concede prorrogação do período de auxílio doença à servidora Karina Perin Giombelli até o dia 25 de outubro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE da servidora KARINA PERIN GIOMBELLI, ocupante do Cargo de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, até o dia 25/10/2014.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Passos Maia-SC, 07 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que a Portaria supra foi publicada.

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 121/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2014 - FMS

CONTRATADO: JADER MAURICIO SCHWEITZER & CIA LTDA ME.

Licitação: Processo Licitatório nº. 39/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 25/2014 -FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BICICLETAS PARA USO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 11.945,40 (onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos)

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 08 de outubro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL

Despesas Setembro/2014

Santa Catarina
CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA
Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Entidade : CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Setembro
Página 1 de 1

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos			Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	
01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
01.01.0	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
01.01.01	Legislativa		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
01.01.01.031	Ação Legislativa		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
01.01.01.031.0001	PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - CÂMARA MUNICIPAL		2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
01.031.0001.1.001	Construção da Sede da Câmara Municipal de Vereadores		200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
01.031.0001.2.001	Funcionamento e manutenção da Câmara Municipal de vereadores de Penha		2.650.000,00	0,00	0,00	2.650.000,00	120.280,44	914.676,82
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.900.000,00	0,00	0,00	1.900.000,00	111.890,24	605.599,41
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00	8.390,20	100.930,97
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	208.146,44
Total por Entidade :			2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82
Total Geral :			2.850.000,00	0,00	0,00	2.850.000,00	120.280,44	1.114.676,82

JESUEL FRANCISCO CAPELA
PRESIDENTE

DAYSE CRISTIANE DE SOUZA GERMANO
CONTADORA CRC/SC 21092

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Termo Aditivo 039/2014**

(Ementa)

TERMO ADITIVO 039/2014

CONTRATO Nº: 221/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Execução, pela contratada, de obra de engenharia, consistente na pavimentação com pedras irregulares localizada na Linha Túnel, total de 4.340,00 m², na forma do Projeto Básico aprovado através do Processo nº 170/2014, Licitação n. 007/2014, modalidade TOMADA DE PREÇOS,

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 003/2014

EMPRESA CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: PRORROGAR O PRAZO do Contrato de Prestação de Serviços nº 221/2014, onde seu término será para 01/05/2015.

DATA DO CONTRATO: 08 de Outubro de 2014

PREFEITO: Euzébio Vieceli

Pomerode**PREFEITURA****Edital de Licitação Pregão Presencial N.º 047/2014 - Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 098/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS, INCLUINDO ENTREGA E MONTAGEM, PARA AS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E PARA INSTALAÇÃO EM PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 22/10/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 22/10/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 08 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

Lei 2225

LEI Nº 2.225/2014, 07 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de até R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) destinados a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

02.00 - Secretaria de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo

04.122.0402.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: 31900000 - 4 - R\$ 140.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

04.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

26.782.1501.2.020 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 49 - R\$ 100.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

06.00 - Secretaria de Assistência Social

08.244.0801.2.034 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 31900000 - 57 - R\$ 130.000.00

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 59 - R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

15.451.1501.1.003 - Execução de Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação: 44900000 - 43 - R\$ 120.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

04.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

15.452.1502.2.023 - Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 45 - R\$ 150.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

07.00 - Encargos Gerais do Município

28.846.2801.2.028 - Pagamento de Precatórios e Ações de Pequenas Causas

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 65 - R\$ 130.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA EM 07 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada
Em data supra.

Lei 2226

LEI Nº 2.226/2014 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional espécie Suplementar no orçamento do exercício de 2014 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

11.00 - Câmara de Vereadores de Ponte Serrada

01.031.0101.2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 33900000 - 3 - R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 2º. Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.00 - Secretaria de Administração, Fazenda, Indústria, Comércio e Turismo

22.661.2201.2.022 - Apoio ao Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 44900000 - 15 - R\$ 30.000.00

Fonte de Recursos: 01.0000

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE OUTUBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em
Data supra.

JUSTIFICATIVA Nº 039/2014 Ponte Serrada, 29 de Setembro de 2014.

Ilmo Senhor

VALDOMIRO ACUNHA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

PONTE SERRADA - SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei 039/2014, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta que "Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e da Outras Providências".

Justificamos o projeto de lei com intuito de reforçar as dotações orçamentárias que se tornarão insuficientes até o encerramento do exercício de 2014, para a manutenção de despesas de custeio e folha de pagamento dos funcionários.

Isso posto, requer-se a aprovação desta lei.

Atenciosamente,

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.204, de 02 de Outubro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.204, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

"Institui a Semana Municipal de Doação de Combate ao Fumo no Município de Porto Belo e dá outras providências." Autor: Vereadores Estevão B. Guerreiro

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica incluída, a Semana Municipal de Combate ao Fumo no Município de Porto Belo, a ser realizada, anualmente, com início o dia 29 de agosto de cada ano.

Parágrafo Único: A campanha de Combate ao Fumo não deve se restringir apenas a essa semana, mas ser contínua e permanente.

Art. 2º A Semana Municipal de Combate ao Fumo tem por finalidade a reflexão, a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicidade do tema "Não ao Fumo" com a realização de debates, palestras e seminários bem como a promoção de iniciativas visando a prevenção quanto ao tema.

Art. 3º A Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Esportes e da Secretaria de Saúde, Organizações da Sociedade Civil e demais instituições, públicas e privadas, realizará campanhas educativas e debates além de outras ações voltadas para a reflexão sobre o tema.

Art. 4º A efetivação da "Semana Municipal de Combate ao Fumo" fica a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo em consonância com os Poderes Legislativo e Judiciário, e entidades da Sociedade Civil.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.203, de 02 de Outubro de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº 2.203, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

"Institui a Semana Municipal de Doação de Leite Materno e dá outras providências." Autor: Vereadores Estevão B. Guerreiro

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica incluída, a Semana Municipal de Doação de Leite Materno, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de agosto.

Parágrafo Único: A campanha de Doação de Leite não deve se restringir apenas a essa semana, mas ser contínua e permanente.

Art. 2º A Semana Municipal de Doação de Leite Materno tem por finalidade a reflexão, a agilização, a comemoração e a realização de campanhas de conscientização, sensibilização e publicidade do tema "doação de Leite Materno" com a realização de debates, palestras e seminário bem como a promoção de iniciativas visando o aumento de doação de leite materno e o conseqüente abastecimento dos Bancos de Leite do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A Administração Pública Municipal, através da Secretaria de Saúde, juntamente com as Unidades de Bancos de Leite,

Organizações da Sociedade Civil e demais instituições, públicas e privadas, realizará campanhas educativas e debates além de outras ações voltadas para a reflexão sobre o tema.

Art. 4º A efetivação da "semana Municipal de Doação de Leite Materno" fica a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo em consonância com os Poderes Legislativo e Judiciário, e entidades da Sociedade Civil.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.266, de 02 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 1.266, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O VALOR DA UFM-PB, CONFORME ESPECÍFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizado o valor da UFM-PB, com uma correção de 0,20% (zero virgula vinte por cento), considerando o IGP-M do mês de setembro de 2014, que passará a vigorar a partir de 1º de novembro de 2014.

Art. 2º O valor da UFM-PB passará a ser de R\$ 2,15083

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Lei Complementar Municipal Nº 056, de 07 de Outubro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 056, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

"INSTITUI SUBSÍDIO FINANCEIRO PARA O TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO"

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. - Fica instituído subsídio financeiro no valor global de R\$ 90.994,26 (noventa mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) pelo período de um ano para o transporte coletivo de Porto Belo, a fim de suportar o déficit com a linha de transporte coletivo dos Bairros Sertão do Valongo e Sertão de Santa Luzia, ante o reduzido número de passageiros ao ano.

Art. 2º - O subsídio de que trata o caput do artigo 1º, será dividido em doze parcelas que serão custeadas da seguinte forma:

I - Meses de dezembro, janeiro e fevereiro no valor mensal de R\$ 10.861,42 (dez mil oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos);

II - Meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro no valor mensal de R\$ 6.490,00 (seis mil quatrocentos e noventa reais).

Parágrafo Único. Para a empresa concessionária, fazer jus ao subsídio previsto no artigo 1º da Lei Complementar, a mesma deverá disponibilizar no mínimo 02 horários por dia, compreendendo Sertão do Valongo X Centro e 02 horários por dia compreendendo Centro X Sertão do Valongo de Segunda à Sexta feira, sendo que os dois horários sejam distribuídos entre os períodos matutino e vespertino e a empresa concessionária deverá, inclusive, atender a linha do Bairro Araçá disponibilizando 04 horários por dia até o Bairro Perequê.

Art. 3º. - Para receber o subsídio a empresa de transporte coletivo de Porto Belo deverá comprovar a existência do déficit através de balancetes publicados nos veículos de comunicação.

Art. 4º. - O subsídio previsto nesta Lei Complementar não será repassado para as tarifas.

Art. 5º. - Todo e qualquer benefício, inclusive tributário, que vier a ser concedido ao serviço de transporte coletivo urbano, por qualquer dos Poderes da Federação, será automaticamente aplicado, proporcionalmente, na redução do custo do subsídio instituído por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Havendo deflação em qualquer dos meses que se seguirem à aplicação deste subsídio, aplicar-se-á, igualmente, o previsto no caput deste artigo.

Art. 6º. - O subsídio mensal será repassado até o dia dez do mês subsequente.

Parágrafo único. A concessionária prestará contas do recebimento e distribuição dos valores à Secretaria Municipal de Administração até o dia trinta do mês que a Prefeitura repassar a verba, sob pena do bloqueio automático do repasse das subseqüentes.

Art. 7º. - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 8º. - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 07 dias do mês de outubro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Edital de Convocação N.º 153/2014

Edital de convocação 153/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 02/10/2014 a 06/10/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ELOINA FER- NANDES DOS SANTOS MATOZO 89º			

Porto União (SC), 01 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 547/2014

DECRETO Nº 547, de 02 de outubro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.275, de 1º de outubro de 2014,

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do presente exercício, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0100 - PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1030 - Aquisição de veículo e equipamentos para o Legislativo		
MODALIDADE	4490 - 100 - Aplicações Diretas	01	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0100 - PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1031 - Construção/Aquisição/Reforma sede própria		
MODALIDADE	4490 - 100 - Aplicações Diretas	02	50.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 02 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Edital - Act 2015**SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PORTO UNIÃO - SC****EDITAL - ACT 2015****1. PREÂMBULO**

A Secretaria Municipal da Educação, através de seu Secretário, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece instrução destinada à inscrição para contratação de professores que irão atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos do Município e Professor Pedagogo, para o ano letivo de 2015, em caráter temporário, nos termos do que autoriza a Lei Municipal n.º 2.621/2001.

Este Processo consistirá em Prova de Títulos referentes à Escolaridade, Tempo de Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, conforme disposto neste Edital.

Poderão participar do processo candidatos habilitados ou não habilitados, nos termos do Anexo I deste Edital.

Antes de se inscrever, o candidato deverá observar, atentamente, as prescrições do presente Edital, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.

A participação dos candidatos neste Processo Seletivo não implica obrigatoriedade de sua contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto União – SC, o direito de proceder às contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de Classificação Final, dentro do prazo de validade deste Edital.

2. CARGO/FUNÇÃO/ÁREA:

- a) Professor das áreas do conhecimento Ensino Fundamental: Artes, Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática - 10, 20, 30 ou 40 horas semanais;
- b) Professor Anos/séries Iniciais e Educação infantil: 20 ou 40 horas semanais;
- c) Professor Pedagogo: 20 ou 40 horas semanais;
- d) Professor EJA 2º segmento - anos finais - 10, 20, 30 ou 40 horas semanais;

3. INSCRIÇÃO:

3.1 As Inscrições serão realizadas das 08hs de 27/10/14 até 18hs de 07/11/14, exclusivamente através do endereço eletrônico: portouniao.sc.gov.br e smepusc.blogspot.com

3.2 No ato da inscrição, deverá ser informado: Nome Completo, data de nascimento, RG, CPF, endereço, telefones para contato (obrigatório informar 03 telefones), comprovante de escolaridade, tempo de serviço e cursos de aperfeiçoamento, de acordo com a escolha da área/cargo de interesse do candidato.

3.3 O candidato poderá optar por no máximo duas funções/cargos, de acordo com a formação declarada.

3.4 Se houver qualquer interrupção antes da finalização dos procedimentos, os dados não serão salvos e a inscrição não será efetivada.

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



3.5 A inscrição pode ser excluída e novamente realizada durante o período de inscrições, sempre valendo os dados da última postagem.

3.6 O candidato receberá em até 24 horas sua ficha de inscrição com os dados preenchidos no e-mail informado. Ela deverá ser impressa e apresentada junto com os documentos comprobatórios, segundo o item 05 deste Edital.

3.7 A lista de homologação das inscrições será publicada no dia 12 de novembro de 2014 nos sites: portouniao.sc.gov.br e smepusc.blogspot.com

4. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os candidatos serão classificados levando-se em conta a escolaridade, o tempo de serviço e o aperfeiçoamento profissional mediante atribuição de pontos conforme ANEXO I deste Edital.

Obs: Os candidatos habilitados precederão os não habilitados na ordem de classificação, independente da pontuação obtida.

4.2 Escolaridade:

- a)** A Escolaridade deverá ser comprovada conforme opção do candidato de acordo com a Tabela de Avaliação de Títulos do Cargo escolhido, ANEXO I;
- b)** Somente uma pós-graduação será considerada, de acordo com a área de interesse do candidato;

4.3 Tempo de Serviço

- a)** Será considerado tempo de serviço exercido na função ou cargo de Professor, ou Professor Pedagogo, em estabelecimentos de ensino da rede particular e/ou de outras Secretarias da Rede Pública Municipal, Estadual, Federal, entre 31/10/2004 até 31/10/2014 (últimos dez anos), sendo que o tempo de Serviço para o Professor Pedagogo na função específica será considerado em dobro.
- b)** Frações superiores a 15 dias serão consideradas equivalentes a 01 (um) mês.
- c)** Não será considerado Tempo de Serviço em estágio de aprendizagem e cargos comissionados, bem como período de aposentadoria ou de processo de aposentadoria.
- d)** Para os candidatos que exerceram suas atividades no magistério público municipal de Porto União será considerada a produtividade de cada um que será lançada através de dias efetivamente trabalhados pelo candidato em prol do Município, subtraindo 01 ponto para cada 05 (cinco) dias não trabalhados nos anos de 2012, 2013 e 2014, conforme declaração de tempo de serviço no magistério público municipal de Porto União.

4.4 Aperfeiçoamento

- a)** Serão considerados cursos com carga horária igual ou superior a 20 horas, totalizando no máximo 400 horas;
- b)** Para Educação Infantil e/ou Anos Iniciais e Professor Pedagogo, haverá pontuação extra para quem possuir Cursos na Área de Educação Especial, com carga horária mínima de 120 horas.

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 |educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



5. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 A apresentação dos Títulos e os documentos declarados na inscrição será realizada na Secretaria Municipal de Educação de Porto União, Rua Frei Rogério, 367, entre os dias 17/11/14 e 19/11/14, das 9h às 11:30hs e das 13:30 as 17hs, de acordo com a lista prevista no item 3.7 deste Edital, em que constará agendamento prévio.

5.2 No ato da Comprovação dos Títulos, o candidato deverá entregar cópias dos documentos declarados na inscrição, acompanhados da apresentação dos respectivos originais, juntamente com a(s) ficha(s) de inscrição impressa(s) de acordo com a(s) escolha(s) do(s) cargo(s).

5.3 Para cada escolha cargo/função deverá ser apresentado um comprovante/ficha de inscrição, juntamente com a cópia dos títulos referentes à mesma.

5.4 Os requisitos de Escolaridade e Aperfeiçoamento Profissional registrados na inscrição, previstos neste Edital, deverão ter sido concluídos até a data a que se refere o item 5.1 deste Edital.

5.5 O candidato será responsável pelas informações que constarem no Comprovante de Inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões.

5.6 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar os documentos e títulos declarados na inscrição, na data prevista.

5.7 Os documentos comprobatórios seguem a classificação abaixo:

a) Identificação (obrigatórios)

Carteira de Identidade e CPF

b) – Escolaridade (Conforme a informação dada no ato da inscrição)

b1) Para os Habilitados: Diploma, ou Certidão, ou Certificado de Conclusão do Curso de Licenciatura, na área pretendida, acompanhado de Histórico Escolar, emitido por IES devidamente autorizado pelo MEC.

Obs.: Os habilitados por curso de graduação a distância somente serão admitidos no processo mediante apresentação do Diploma devidamente registrado e autorizado pelo MEC.

b2) Para os Não Habilitados:

Anos Iniciais e/ou Educação Infantil: Certificado de conclusão de Curso de Magistério acompanhado de Histórico Escolar e/ou declaração de matrícula de que está cursando o 3º ou 4º ano de Licenciatura Plena em Pedagogia, autorizado pelo MEC e que não possui nenhuma dependência.

Anos Finais e EJA 2º Segmento: Declaração atualizada indicando o ano e o curso de licenciatura, autorizado pelo MEC, em que o candidato acadêmico se encontra matriculado e frequentando, na área/disciplina que pretende atuar, e que não possui nenhuma dependência.

Obs.:

- Candidatos que estejam cursando graduação a distância não serão admitidos nessa modalidade.

- Esta modalidade não se aplica para os que irão atuar como Professor Pedagogo.

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



c) Formação Complementar: Demais Diplomas, Certidões ou Certificados de Conclusão dos Cursos previstos no como critério de pontuação no ANEXO I, reconhecidos ou autorizados pelos órgãos competentes. (Para Habilitados e Não Habilitados)

d) Tempo de Serviço: Atestado de tempo de serviço no magistério expresso em anos, meses e dias, devendo constar também o período, expedido pelo órgão competente do magistério federal, estadual, municipal ou particular, considerado entre 31/10/2004 até 31/10/2014 (últimos dez anos). Não será considerado tempo de serviço paralelo;

e) Aperfeiçoamento:

e1) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da educação: Planejamento, Avaliação, Projeto Pedagógico, Educação para Diversidade, Métodos e Práticas de Ensino, Temas Transversais, Educação em Direitos Humanos, ou na área a que concorre, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas, realizado nos anos de 2012, 2013 e 2014, devidamente registrados, contendo, obrigatoriamente, o nome do curso, a carga horária, os conteúdos e o período de realização;

e2) Diplomas ou certificados de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou atualização, expedido por instituição credenciada pelo MEC, exclusivamente na área da Educação Especial, de forma presencial ou semi presencial.

6. CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O resultado da classificação preliminar será publicado no dia 01/12/14, através do link educação no site: portouniao.sc.gov.br e/ou smepusc.blogspot.com

6.1 Desempate

Havendo igualdade de pontuação na soma dos itens de Escolaridade, Tempo de Serviço e Aperfeiçoamento Profissional, o desempate entre os candidatos será:

a) o mais idoso;

b) o que possuir o maior número de horas de aperfeiçoamento na área e/ou disciplina que deseja atuar;

6.2 Recurso

6.2.1 O candidato poderá ingressar com recurso junto a Secretaria Municipal de Educação de 02/12/14 a 04/12/14 das 8:30 às 11:30 e 14:00 às 17:00.

6.2.2 A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada junto com a ficha de inscrição, não sendo aceita a inclusão de documentação posterior.

7. RESULTADO FINAL

Será publicado no dia 15 de dezembro de 2014 no site: portouniao.sc.gov.br e smepusc.blogspot.com

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



8. DA ESCOLHA DE VAGAS

8.1 A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação mediante a existência de vaga. Caso haja necessidade de escolha de vagas a data será publicada junto com a classificação dos candidatos.

8.2 O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vagas continuará na ordem de classificação, entretanto deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.3 O candidato presente no dia e horário determinado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, bem como o que escolher a vaga e desistir da mesma, poderá ser consultado uma vez, caso apareçam vagas por desistência. Após, continuará na ordem de classificação, porém deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada.

8.4 O candidato que escolher vaga para cobrir período curto (licença prêmio, licença gestação, licença saúde) poderá após o término da mesma ser chamado para outra vaga respeitando sempre a ordem de classificação.

8.5 O candidato que, no dia da escolha de vagas for chamado e estiver impedido de assumir imediatamente (licença saúde, gestação e outros), continuará na ordem de classificação aguardando nova consulta, posterior ao término de sua licença, caso haja vaga.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os professores que atuarão em classes de apoio pedagógico bem como para atender alunos especiais e para atividades extraclasse, não serão chamados pela listagem de classificação.

9.2 O candidato que no ato da inscrição e Comprovação de Títulos prestar declarações falsas ou inexatas ou apresentar documentos adulterados/falsos terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo da tomada das medidas judiciais cabíveis.

9.3 O candidato no ato de sua inscrição declara que possui pleno conhecimento do presente declarando sua expressa aceitação.

9.4 Caberá ao candidato manter seu cadastro atualizado junto a Secretaria Municipal de Educação para eventuais comunicados sobre o processo seletivo.

9.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação.

9.6 A seleção de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2015.

9.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 03 de outubro de 2014.

BENTO TRINDADE JUNIOR
Secretário Municipal da Educação

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 |educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



ANEXO I

Função	Classificação	Requisito Mínimo	Pontuação		
Anos/Séries Iniciais e Educação Infantil	Habilitado	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Anos/Séries Iniciais	200
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Curso completo de Magistério	50
			Tempo de Serviço		01 ponto para cada mês de serviço.
	Não Habilitado	Curso Magistério completo ou cursando 3º ou 4º ano Licenciatura Plena em Pedagogia em Curso Presencial	Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
				Formação continuada em Educação Especial	20
			Escolaridade	Cursando Pedagogia	750
				Magistério	100
			Escolaridade	Outra Licenciatura	100
				Especialização em nível de especialização em Educação Infantil e/ou Séries Iniciais	200

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
			Tempo de Serviço		01 ponto para cada mês de serviço.
			Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
				Formação continuada em Educação Especial	20
Anos/Séries Finais e EJA 2º segmento	Habilitado	Licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
			Tempo de Serviço		01 ponto para cada mês de serviço.
			Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
	Não Habilitado	Cursando licenciatura Plena na área de interesse	Escolaridade	Especialização em nível de especialização na área da Educação	150

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



			Tempo de Serviço		01 ponto para cada mês de serviço.
			Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
Professor Pedagogo	Habilitado	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escolaridade	Especialização em nível de Doutorado	300
				Especialização em nível de Mestrado	250
				Especialização em nível de especialização na área da Educação	150
				Magistério	50
			Tempo de Serviço	Tempo de Serviço em Sala de Aula	01 ponto para cada mês de serviço.
				Tempo de Serviço na função de Pedagoga	02 ponto para cada mês de serviço.
			Aperfeiçoamento	Formação Continuada	10 pontos para cada 20 horas de curso. (max. 200 pontos)
				Formação continuada em Educação Especial	20

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO PORTO UNIÃO - SC



ANEXO II – Cronograma

Cronograma - ACT 2015 - SME - Porto União	
Publicação Edital	05/10/2014
Abertura das Inscrições	27/10/2014
	às 08:00 horas
Encerramento das Inscrições	07/11/2014
	às 18:00 horas
Edital de Homologação das Inscrições	12/11/2014
Comprovação de Títulos (Conforme Agendamento)	17/11/2014 à 19/11/2014
	09:00 às 11:30
	13:30 às 17:00
Resultado Preliminar	01/12/2014
Interposição de Recursos	02/12/14 a 04/12/14
	8:30 às 11:30
	14:00 às 17:00
Classificação Final	15/12/2014

Rua Frei Rogério, 365 – Centro – Porto União – SC – CEP 89400-000
Fone/Fax: 42 3522-2478 | educacaoportouniao@gmail.com | smepusc.blogspot.com

Pouso Redondo

PREFEITURA

Concorrência 08 2014 Lanchonete Praça

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 67/2014

CONCORRENCIA PÚBLICA - CONCESSÃO DE USO Nº. 08/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 10.11.2014, para Concessão de uso de bem público municipal visando sua exploração comercial, da Lanchonete e banheiros, com área de 169,48m², de propriedade do Município, situada Na Praça Gotlieb Reif - Rua 23 de Julho - Bairro Centro, nesta Cidade, destinada exclusivamente à atividade de Lanchonete, a preços populares, pelo período de 05 (cinco) anos., nos termos estabelecidos neste edital e seus anexos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 07 de outubro de 2014.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 31/2014

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 31/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRÁFICA SUL OESTE LTDA ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2014. O item a ser aditivado, teve suas quantidades previamente definidas para atender a demanda durante todo o ano de 2014, ocorre que a distribuição desse item superou as quantidades previamente licitadas, assim, para que continue a distribuição dos calendários bimestrais as famílias castellenses, acresce-se o item, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do item 07 fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 10.250,00 (dez mil, duzentos e cinquenta reais), para R\$ 11.486,60 (onze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais, com sessenta centavos) diante da quantidade acrescida.
VIGÊNCIA:	07/10/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 4332, de 02 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4332, de 02 de outubro de 2014.

"CONCEDE A TROCA DE VEÍCULOS POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Administração: O veículo Chevrolet Spin - Placa MLZ 4205 - Cor Branca - Chassi nº 9BGJC75ZOEB295146 - Ano 201/2014 - Renavam nº 1009598861 - Patrimônio nº 18809 - Frota nº 397da Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo determinado entre os dias 15 à 20 de outubro de 2014.

Art. 2º - Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Saúde: O veículo Chevrolet Spin - Placa MJV 9827 - Cor Branca - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307 - Ano 2012/2013 - Renavam nº 492659249 - Patrimônio nº 20472, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre os dias: 15 à 20 de outubro de 2014. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.3º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente das respectivas Secretarias.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
02 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 4325, de 01 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4325, de 01 de outubro de 2014.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇOS Nº 042/2014 - FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado o processo licitatório representado pela Tomada de Preços Nº 042/2014 - FMS de 15.09.2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá por não haver licitante interessado em participar do certame licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ ACARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Decreto Nº 4334, de 03 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4334, de 03 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 145/2014, de 19.09.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

ANEXO DECRETO Nº 4334/2014

Pregão Presencial Nº 145/2014 de 19.09.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DURANTE A KEGELFEST/2014. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO.

Participante:

- SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME.

Decreto Nº 4333, de 03 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4333, de 03 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 144/2014, de 19.09.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA BONITO PETRY

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

ANEXO DECRETO Nº 4333/2014

Pregão Presencial Nº 144/2014 de 19.09.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DURANTE A KEGELFEST/2014. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO.

Participante:

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

- MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Decreto Nº 4327, de 01 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4327, de 01 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 129/2014"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0129/2014, de 11.09.2014,

cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 4327/2014.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2014 de 11.09.2014.

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR O LANCHE MATINAL DO PESSOAL LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Participante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declaram vencedor o licitante:

- PANIFICADORA COELHO NETO LTDA.

Portaria Nº 1060/RH

PORTARIA Nº. 1060/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
CLEBSON CUSTODIO DA CONCEICAO	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
DANIEL GORGES	Procuradoria Jurídica
EDI CAROLINA RIBEIRO	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
JOSEANY RODRIGUES	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
OSVANILDE TRENTINI HILLESHEIM	Secretaria Municipal de Saúde
RIQUELME DE PIN	Escola Modelo Ella Kurt
ROBERTO CARLOS SEDREZ	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

Portaria Nº 1058/RH

PORTARIA Nº. 1058/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0965/2014/RH de 26/08/2014, a qual nomeia MARGARETE ELIANE FREIESLEBEN para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vmb

Portaria Nº 1062/RH

PORTARIA Nº. 1062/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0935/2014/RH de 21/08/2014, a qual nomeia MARILDA DOS ANJOS CARDOZO para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vmb

Portaria Nº 1059/RH

PORTARIA Nº. 1059/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, IRIA SCHMOELLER, para exercer o cargo de

provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vmb

Termo de Posse E Exercício - Sirlei Terezinha Sens

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SIRLEI TEREZINHA SENS, nomeado (a) pela Portaria n. 0962/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Norma Pinheiro

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) NORMA PINHEIRO, nomeado (a) pela Portaria n. 0939/RH, de 21/08/2014, publicada no DOM na data de 01/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído

pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Eunice Guedes

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) EUNICE GUEDES, nomeado (a) pela Portaria n. 0933/RH, de 21/08/2014, publicada no DOM na data de 01/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Juliana Catafesta

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JULIANA CATAFESTA, nomeado (a) pela Portaria n. 0940/RH, de 21/08/2014, publicada no DOM na data de 01/09/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e

atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Francilene Fernandes Silva

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FRANCILENE FERNANDES SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0967/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 03 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Rosenilda Kuster

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ROSENILDA KUSTER, nomeado (a) pela Portaria n. 0969/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n.

002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Elisete Konzatti

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELISETTE CONZATTI, nomeado (a) pela Portaria n. 0960/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1085/RH

PORTARIA Nº 1085/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0102/RH de 06/02/2014,

que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), do Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Sul e, designar como membros: LUIS CARLOS NIENKOTTER, matrícula 86657-4, Diretor do PROCON Municipal, LUANA VIEIRA, matrícula 102113-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, ALTAIR GUILHERME BECKER, matrícula 101834-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e, designar como seus respectivos suplentes: RONALDO DA ROCHA, matrícula 101800-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e SIMONE KLEHM, matrícula 79626-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor."

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de outubro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Contrato Administrativo Nº 345/2014 - Retificado

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 345/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GERTILDES SCHULTZ SIEVERDT, portador(a) do CPF nº 828.301.349-15 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Regina Pasqualini, nº 272, Bairro Santa Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III e VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR ANOS INICIAIS, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Daniel Maschio, em substituição a Margarete Dubiela, que está readaptada e 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Roberto Machado, em substituição a Andresa Martins Dolzan, que está designada para exercer cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.800,68 (dois mil e oitocentos reais e sessenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/10/2014 e encerrando-se em 07/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em

decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	GERTILDES SCHULTZ SIEVERDT
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

Termo de Posse E Exercício - Marlise Rocha da Silva

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARLISE ROCHA DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0961/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 30 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Maria Helena Klitzke da Silva

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARIA HELENA KLITZKE DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0972/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Adriana Dolzan

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ADRIANA DOLZAN, nomeado (a) pela Portaria n. 0905/RH, de 18/08/2014, publicada no DOM na data de 25/08/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Posse E Exercício - Joana Marília Machado

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) JOANA MARILIA MACHADO, nomeado (a) pela Portaria n. 0966/RH, de 26/08/2014, publicada no DOM na data de 04/09/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 06/10/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 01 de outubro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Termo de Convocação - Iria Schmoeller

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) IRIA SCHMOELLER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1059/RH de 30/09/2014, publicada em 09/10/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame

admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino Auxiliar de Serviços Gerais Masculino Cozinheiro	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. ECG - 40 ANOS; 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 08 de outubro de 2014.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Contrato Administrativo Nº 347/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 347/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LAISE VERSINO, portador(a) do CPF nº 069.052.669-57 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Genivaldo da Costa, nº 44 □ Bairro Boa Vista □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Pref. Luis Adelar Soldatelli - CEPLAS, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil, novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/10/2014 e encerrando-se em 08/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	LAISE VERSINO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

Decreto Nº 4338, de 08 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4338, de 08 de outubro de 2014.

“DESIGNA ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída nas Leis Complementares nºs 207/2010 e 208/2010,

DECRETA:

Art.1º - Designar, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO, ocupante do cargo em comissão de Dir. Depto Atenção a Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, para exercer as atribuições do cargo Agente Político - Secretário Municipal de Saúde, durante o impedimento do titular, por motivo de férias, pelo período de 06/10/2014 à 04/11/2014, com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais e financeiros a 06/10/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de outubro de 2014

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Edital Nº 85/2014 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 85/2014- PR 85/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Aquisição de Materiais de Construção para manutenção das secretarias do município, que será fornecido parceladamente até 31/12/2014. Conforme especificações constantes do anexo V que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 18h:00min do dia 21 de outubro de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 8h:30min do dia 22 de outubro de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Extrato do PL 712/2014

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 712/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial n. 24/2014, para AQUISICAO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCACAO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 20/10/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou Site: www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 06/10/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Extrato do PL 713/2014

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 713/2014 na MODALIDADE: Pregão Presencial n. 25/2014, para AQUISICAO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 16:00 horas do dia 21/10/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 16:30 horas, no mesmo local. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou Site: www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 06/10/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

Edital 66/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 91/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 66/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de peças/serviços para manutenção do veículo Ônibus Iveco City Class 70C17 PL placas MKW6906, utilizado nos serviços de transporte de alunos da Educação Básica do Município.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 21 de outubro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 21 de outubro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 06 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 288/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 288/2014
MELHOR TÉCNICA E PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 24 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS, MEDIANTE COBRANÇA DE TARIFAS, OS QUAIS COMPREENDERÃO OBRIGATORIAMENTE: I) A VENDA DE ATAÚDES (URNAS); II) TRANSPORTE DE CADÁVERES; III) HIGIENIZAÇÃO DO CORPO; IV) SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DO CADÁVER PARA O VELÓRIO; V) FORNECIMENTO DE, NO MÍNIMO, 4 VELAS POR FUNERAL; VI) ORNAMENTAÇÃO DA URNA COM FLOR NATURAL DA ÉPOCA OU FLOR ARTIFICIAL, A CRITÉRIO DO USUÁRIO; VII) VÉU PARA COBRIR O CORPO; VIII) EDREDON (OU SIMILAR) NA URNA; IX) EMPRÉSTIMO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Nº 66/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014 FMS
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08h30min do dia 06 de outubro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVE E SELADORA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME QUANTITATIVO E QUALITATIVO EM ANEXO I TERMO DE REFERENCIA. Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Nº 284/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 284/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 21 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO (EPI) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão Nº 293/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 293/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 21 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E CONSUMO PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de outubro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

Extrato de Termo Aditivo Nº 281/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 281/2014

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 266/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, em 23 de DEZEMBRO de 2011, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 266/2012, que consiste na modernização (Item 2 - Adequação da parte elétrica, telefone

e preventivo elétrico) do Condomínio Empresarial Colonial, no Município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constantes do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR25 00001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra;

Considerando que houve paralisação da obra por intenção da Administração Pública devido à falta de repasse do órgão responsável pela execução orçamentária, e que a referida paralisação causou impacto nos custos diretos de itens ainda não executados; Considerando que as quantidades não foram alteradas, optou-se pela atualização dos preços com base no SINDUSCOM/SC conforme Memorial de Cálculo demonstrado anexo a este Termo Aditivo; Considerando também que foi acordada a diminuição do número de relógios de medição do condomínio empresarial, devido à quantidade prevista no projeto inicial ser em excesso, acarretando em supressão do referido contrato;

Considerando estes motivos, faz-se necessário aditar e suprimir o referido Contrato, com base na Cláusula Terceira - das Obrigações da Contratada, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 20.731,43 (vinte mil setecentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos), referente à atualização dos preços dos itens não executados, para pagamentos de acordo com o Contrato original;

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 28.573,25 (vinte e oito mil quinhentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos); Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 09 de setembro de 2014.

Ass: JOCELITO PIERIN, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 291/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 291/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 114/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MILIMAQ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, em 10 de ABRIL de 2014, conforme Edital de Convite nº 74/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 114/2014 que consiste na prestação de 700 (setecentas) horas de serviço de torno, fresa e todos os tipos de solda, para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

Considerando que a demanda de serviços foi maior que a prevista inicialmente, a quantidade estimada faz-se insuficiente para o período contratado, sendo necessário aditar o referido contrato com base na Cláusula Nona - Das Alterações, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 2.870,00 (dois mil oitocentos e setenta reais), referente a 140 horas, sendo o valor de R\$ 20,50 (vinte reais e cinquenta centavos) por hora, para pagamentos conforme Contrato Original;

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 19 de setembro de 2014.

Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MILIMAQ EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 287/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 287/2014

DA ESPÉCIE: Décimo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 044/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 06 de outubro de 2011, conforme Convite nº 302/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 301/2011, que consiste na prestação de serviços de licenciamento ambiental de regularização para o Cemitério Vertical, sito à Rua Germano Brand, Schramm, contemplando: Preenchimento das informações pertinentes ao Licenciamento Ambiental; ECA; Planta Planialtimétrica do Local; Locação e Perfuração de 03 (três) Poços de Monitoramento com: Perfuração a Trado dos Três Poços; Laudo Hidrogeológico; juntada de documentação e protocolo junto a FATMA;

Considerando que o processo encontra-se em análise pelo órgão licenciador, na qual a continuidade dos serviços depende de aprovação pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II e V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de setembro de 2014 e com término em 21 de novembro de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de outubro de 2014 e com término em 22 de dezembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de setembro de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo Nº 298/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 298/2014

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 365/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CCF CONSULTORES LTDA, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 339/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 365/2012, que consiste na contratação de empresa para solicitação de licença ambiental prévia (LAP) e elaboração de estudo ambiental simplificado (EAS), de acordo com IN 63 - Construções Viárias da FATMA, para implantação do Contorno Norte; e elaboração de estudo fitossociológico da área prevista para compensação florestal no Centenário, relativa à supressão de vegetação nativa de 02 (duas) áreas inseridas no Contorno Norte;

Considerando que o processo está em análise pelo órgão ambiental - FATMA - Fundação do Meio Ambiente, na qual a continuidade dos serviços depende da aprovação deste responsável, sendo que até o presente momento tal aprovação não foi expedida, ocasionando atraso na prestação dos serviços, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 06 de outubro de 2014 e com término em 03 de janeiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 26 de setembro de 2014.
Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.
RICARDO CALLADO, como Diretor do Departamento de Projetos.
CCF CONSULTORES LTDA, como Contratada.

Lei Nº 3430/2014

LEI Nº 3430, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
DENOMINA DE RODOLFO WEBER, SERVIDÃO DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de RODOLFO WEBER, lateral da Rodovia BR-280, localizada no Bairro Serra Alta, com extensão de 70,00 m e largura de 6,00 m conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3431/2014

LEI Nº 3431, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.
DENOMINA DE ALCEU EDEGAR PLOZAI, SERVIDÃO DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de ALCEU EDEGAR PLOZAI, "Servidão", localizada na lateral da rua Bertoldo Fischer, no Bairro Centenário, com extensão de 82,28 m e largura de 12,00 m conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3432/2014

LEI Nº 3432, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014
AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE AO RESSARCIMENTO DE PARTE DOS GASTOS COM FINANCIAMENTOS AO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE a ressarcir o Município de São Bento do Sul, o valor de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) correspondente a parte dos valores gastos com juros e amortizações de financiamentos firmados com a Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente às obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário.

Parágrafo Único - o valor de que trata o caput, será repassado em

parcela única.

Art. 2º. Os valores do ressarcimento serão contabilizados em dotações orçamentárias próprias do SAMAE e da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 6587/2014

PORTARIA Nº 6587, DE 7 DE OUTUBRO DE 2014
Revoga Portaria nº 6529/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 30 de setembro de 2014, a Portaria nº 6529/2014, que nomeou LUCIA NOVAK SCHREINER, no cargo de Coordenador de Setor de Atenção aos Maus Tratos aos Animais Domésticos, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 07 de outubro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 6588/2014

PORTARIA Nº 6588, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2014
Nomeia Coordenador de Setor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2014, MARIA LUCIA NOVAK SCHREINER, no cargo de Coordenador de Setor de Atenção aos Maus Tratos aos Animais Domésticos, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Anexo Faltante Na Publicação da Lei Nº 3429/2014 - Dom Nº 1587/2014

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 1/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	3.519.100,00	0,00	689.800,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	5.139.225,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	8.080.500,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	2.133.400,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	181.600,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	5.139.225,00	13.733.000,00	0,00	1.031.400,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 2/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.131.572,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	7.902.327,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	7.902.327,00	0,00	0,00	0,00	60.131.572,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 3/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	24.137.390,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	11.375.507,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	52.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	368.100,00
Total:		0,00	52.200,00	35.512.897,00	0,00	0,00	368.100,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 4/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	1.791.230,00	795.100,00	0,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	2.892.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	2.892.540,00	0,00	1.791.230,00	795.100,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 5/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	569.900,00	0,00	4.778.800,00
03.00 - Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.139.225,00
05.00 - Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	1.689.928,00	300.000,00	10.070.428,00
06.00 - Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	9.239.000,00	0,00	11.372.400,00
07.00 - Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.131.572,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.318.990,00
09.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		2.553.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.089.327,00
10.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.902.327,00
11.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.638.530,00
13.00 - Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.260.640,00
Total:		2.553.820,00	0,00	0,00	11.498.828,00	300.000,00	143.702.239,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 6/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 7/40

Data: 08/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								
Órgão		Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 - Fundo Municipal de Saúde			0,00	0,00	0,00	51.204.015,00	0,00	0,00
Total:			0,00	0,00	0,00	51.204.015,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 8/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 9/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 10/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.204.015,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.204.015,00

Natureza Jurídica não encontrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 11/40

Data: 08/10/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 12/40

Data: 08/10/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	17.219.435,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	17.219.435,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 13/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 14/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 15/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 - IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	37.615.535,00	54.834.970,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	37.615.535,00	54.834.970,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 16/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 10 - EMIHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 17/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 10 - EMIHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 18/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 10 - EMIHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	7.752.500,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	7.752.500,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 19/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 10 - EMIHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 20/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 10 - EMIHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.752.500,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.752.500,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 21/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 22/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 23/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	3.878.000,00	0,00	15.000.180,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	3.878.000,00	0,00	15.000.180,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 24/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 25/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
23.00 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.878;180,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.878;180,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 26/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 27/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 28/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 29/40

Data: 08/10/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 30/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 - Fundação Municipal de Desportos		0,00	0,00	4.629.940,00	0,00	0,00	4.629.940,00
	Total:	0,00	0,00	4.629.940,00	0,00	0,00	4.629.940,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 31/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 32/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 33/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habituação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		4.504.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	4.504.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 34/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 35/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 - Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.504.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.504.000,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 36/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 37/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 38/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 39/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 04/01/2015 (A)

Página: 40/40
Data: 08/10/2014

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800.000,00
	Total geral:						288.305.844,00

São Domingos

PREFEITURA

Processo de Licitação Prefe 111/2014

Reuniram-se na data de 08 de outubro de 2014, às 08:30 horas, a Comissão Permanente de Licitações para Sessão Pública referente ao Processo de Licitação PREFE 111/2014, na modalidade Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE 20 (VINTE) HORAS DE SERVIÇO NA ORGANIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS PARA A EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SÃO DOMINGOS, REFERENTE AO CONVÊNIO N. 788173/2013. O processo teve ampla divulgação, conforme extratos anexados ao processo, porém participou do certame, apresentando envelopes n. 01 e n. 02 e credenciamento, somente a empresa Acordar Treinamentos Ltda ME, CNPJ n. 12.927.815/0001-08, a qual não credenciou representante. A interessada comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 4.8 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão de licitações. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que a participante cumpriu integralmente com todos os requisitos editalícios, sendo esta declarada HABILITADA para apresentação da propostas de preços. Desta feita, fca aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 16 de outubro de 2014, às 09:00, para a abertura do envelope de n. 02. Em caso de interposição de recurso, a participante será comunicada via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. O envelope de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerá em poder da Comissão de Licitações e será mantido intacto. Nada mais.

Processo Licitatório Prefe N. 119/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 119/2014
PREGÃO PRESENCIAL PREFE 040/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 22 de outubro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados visando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013) - (COMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 110/2014, PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 036/2014 NOS ITENS QUE RESTARAM DESERTOS). TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281.

São Domingos, SC, 1º de outubro de 2014.

Paula Natana Comachio

Pregoeira Municipal Substituta.

Betha 2014 Aditivo Contrato Extrato

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: Agosto/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: Câmara nº 001/2014 de 21/08/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 033/2013 - Tomada de Preços n. 006/2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE do contrato Câmara nº 008 de 31 de Julho de 2013.

VALOR MENSAL DO ADITIVO: 60,37

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Márcio Luiz Bigolin Grosbelli OAB/SC nº 19.249-A

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CPF/CNPJ: 00.456.865/0001-67

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 48 meses contados da respectiva assinatura

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 3278/2014

DECRETO Nº 3278/2014
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor GUSTAVO FELIPE CARVALHO CAVIQUIONI do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de outubro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3275/2014

DECRETO Nº 3275/2014
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art.1º- Ficam admitidos, os seguintes servidores contratados por processo seletivo, exercentes de funções temporárias:

	Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
I	Andreza Pereira	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Segurança, Defesa e Trânsito	40h/s
II	Maria Aparecida da Silva	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de outubro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3276/2014

DECRETO Nº 3276/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. Lisiane Baldez do Canto para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 07 de outubro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 3277/2014

DECRETO Nº 3277/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. Suélen Felipe Gonçalves para ocupar o cargo de provimento efetivo de Monitor, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 07 de outubro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Termo Aditivo Nº. 024/Pmsj/Sas/FIA/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº. 024/PMSJ/SAS/FIA/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 036/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. OBJETO: prorrogação do prazo para execução do convênio em referência. LOCAL E DATA: São José, SC, 17 de setembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Ziliotto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina.

Termo Aditivo Nº. 023/Pmsj/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº. 023/PMSJ/2014 - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 010/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Moradores do Jardim Amodelar. OBJETO: Revogação do Termo Aditivo nº 22, firmado em 5 de setembro de 2014, em todas as suas Cláusulas e Parágrafos a partir de sua assinatura, por ordem e interesse da administração. LOCAL E DATA: São José, SC, 18 de setembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Aurea Corina Valerio, pela Associação dos Moradores do Jardim Amodelar.

Termo Aditivo Nº. 025/Pmsj/Sas/FIA/2014**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

TERMO ADITIVO Nº. 025/PMSJ/SAS/FIA/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 037/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina. OBJETO: prorrogação do prazo para execução do convênio em referência. LOCAL E DATA: São José, SC, 17 de setembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Ziliotto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis - Educandário Santa Catarina.

Edital Nº 048/2014/Usj**EDITAL Nº 048/2014/USJ****PUBLICA RESULTADO DO PEDIDO DE****ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO VESTIBULAR USJ 2015.**

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José, no uso de suas atribuições e considerando o Edital/nº 046/2014/USJ,

RESOLVE:

Art. 1º Deferir o pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Concurso Vestibular 2015 do Centro Universitário Municipal de São José, dos candidatos abaixo relacionados, uma vez que cumpriram com todos os requisitos do Edital/nº 046/2014/USJ.

NÚMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO	RG	SITUAÇÃO
002	Samuel Gelsleicher Frederico	5210927	Deferido
003	Cristian George Machado Pereira	5.228.383	Deferido
004	Diandra Ventura	4759368	Deferido
007	Graziele Dos Anjos	50273191	Deferido
008	Paulo Henrique Vieira	18135340	Deferido
009	Bruno Felipe Eller Luz	5.444.447	Deferido
010	Emerson Israel Santos de Lima	3383928	Deferido
011	Gabriela De Espindola	6136773	Deferido

Rua Silvia Maria Fabro, 97 - Kobrasol - São José - Santa Catarina - Brasil - CEP: 88.102-130
Fone: 55+48-3259-1945

Art. 2º Indeferir o pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Concurso Vestibular 2015 do Centro Universitário Municipal de São José, dos candidatos abaixo relacionados, uma vez que não cumpriram com todos os requisitos do Edital/nº 046/2014/USJ.

NÚMERO INSCRIÇÃO	CANDIDATO	RG	SITUAÇÃO	MOTIVO INDEFERIMENTO
001	Marcia Ventura	52756289	Indeferido	Não cumprimento da Lei nº. 4438/2006

005	Luciano Soares Peynaud	2.958.638	Indeferido	Documentos insuficientes
006	Claudia Souza Dos Santos Peynaud	6.173.727	Indeferido	Documentos insuficientes
012	Vinicius Fagundes Fernandes	6.757.269	Indeferido	Documentos insuficientes

Art. 3º O candidato contemplado com a isenção do pagamento de inscrição deverá acessar o site <http://www.acao.org.br> e imprimir o Cartão de Inscrição de Isento, como forma de comprovar sua inscrição no presente concurso público.

Art. 4º O candidato não contemplado com a isenção do pagamento da inscrição, caso seja de seu interesse, poderá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em favor da ACADE-até o dia 20 de outubro de 2014, último dia previsto para pagamento da inscrição. Esse pagamento deverá ser efetuado preferencialmente em uma das agências nominadas, observado o horário de atendimento externo das agências, dos terminais de autoatendimento ou o horário máximo para pagamentos pela internet

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 07 de outubro de 2014.

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

Rua Silvia Maria Fabro, 97 - Kobrasol - São José - Santa Catarina - Brasil - CEP: 88.102-130
Fone: 55+48-3259-1945

São José do Cedro

PREFEITURA

Decreto Nº 5.473, de 06 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 5.473, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e a Lei Municipal Nº. 3.605, de 31 de março de 2009,

DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zan-chettin e Edina Tremea Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº.001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, ordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 06 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº 5.474, de 06 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 5.474, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014

“REVOGA O EFEITO DO DECRETO QUE CONCEDIA GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, o Decreto nº 5.440, que concedia gratificação ao Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor em 06 de outubro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no decreto elencado no Artigo 1º.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº 5.476, de 07 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 5.476, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

“REVOGA O EFEITO DO DECRETO QUE CONCEDIA GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 4.172, de 10 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado, o Decreto nº 5.452, que concedia gratificação ao Servidor Público Municipal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor em 07 de outubro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no decreto elencado no Artigo 1º.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 205/2014 - Sf

DECRETO Nº. 205/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.292 de 07 de outubro de 2014;

DECRETA:

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 217.992,50 (duzentos e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais com cinquenta centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

03 GABINETE DO VICE - PREFEITO

01 GABINETE DO VICE - PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE - PREFEITO

"12" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil R\$ 10.000,00

"13" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações PatronaisR\$ 2.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO. DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

"18" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$30.000,00

"19" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO

2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES

"24" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$25.292,50

"25" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações PatronaisR\$7.000,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.016 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

"93" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$7.000,00

"94" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações PatronaisR\$1.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"187" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$1.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL

"192" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

CivilR\$2.000,00

"193" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$200,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"227" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$8.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"243" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$34.000,00

"244" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$6.000,00

"245" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias Civil R\$5.000,00

"246" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$5.000,00

2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"251" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

JurídicaR\$5.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO

03 DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"289" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$23.000,00

"290" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$4.000,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"317" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

CivilR\$26.000,00

"318" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$5.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 217.992,50 (duzentos e dezessete mil, novecentos e noventa e dois reais com cinquenta centavos).

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"4" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$2.000,00

02 GABINETE DO PREFEITO

02 ACESSORIA JURÍDICA, ADMIN. E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"7" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

CivilR\$2.000,00

"8" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$1.000,00

"11" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiro - Pessoa

JurídicaR\$7.000,00

03 GABINETE DO VICE - PREFEITO

01 GABINETE DO VICE - PREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE - PREFEITO

"15" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo

..... R\$ 850,00
 "16" 3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção....R\$ 3.318,32

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
 01 DEPTO. DE ENCARGOS DE SERVIÇOS GERAIS
 2.005 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
 "22" 3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$765,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA
 01 DEPTO. FINANC. CONTÁBIL E C.I.
 2.015 DEPARTAMENTO FINANCEIRO, CONTRADORIA E CONTROLE INTERNO
 "91" 3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção R\$1.250,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA
 02 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 2.016 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
 "95" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$1.000,00
 "97" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$40.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 06 DEPTO. DE CULTURA
 2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL
 "163" 3.1.90.11.00.00.10000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$7.000,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 06 DEPTO. DE CULTURA
 2.028 FESTIVIDADES MUNICIPAIS OFICIAIS DE SJCEDRO
 "173" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$3.48

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
 01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIO E EQUIP. AGRÍCOLAS
 "175" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.832,08

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
 01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 "189" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$15.000,00
 "186" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$5.000,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA
 01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 2.030 MANUTENÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL
 "196" 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$500,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
 02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
 2.042 CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, ACESSOS E CEMITÉRIOS
 "212" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$3.000,00
 "213" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica R\$3.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
 03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
 2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
 "228" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$25.000,00
 "234" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$13.824,40

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
 01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
 1.047 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, E EQUIPAMENTOS EM GERAL
 "238" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e material Permanente R\$500,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO
 01 DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 1.029 CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL
 "277" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$17.250,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV. ECONÔMICO
 01 DEPARTAMENTO DE COMÉRCIO INDÚSTRIA E SERVIÇOS
 2.098 MANUTENÇÃO DO PLANJ. E DESENV. ECONÔMICO
 "285" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.685,25

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO
 "307" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$4.500,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.101 PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PETI
 "315" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$1.500,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR
 "328" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 2.500,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
 1.058 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS
 "344" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações R\$33.263,97

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
 02 COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
 2.109 MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE HABITAÇÃO
 "345" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$10.000,00
 "346" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de Outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 07 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 204/2014 - Sf

DECRETO Nº. 204/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.879,00 (hum mil oitocentos e setenta e nove reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS - PGTO PRE-CATÓRIOS

"42" 4.4.90.52.00.00.10000 Equipamentos e Material Permanente
.....R\$ 1.879,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, no valor R\$ 1.879,00 (hum mil oitocentos e setenta e nove reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 03 de outubro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.961, de 08 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº 4.961, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges e da Oficina n.º 01 da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges e da Oficina n.º 01 da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para a realização do evento denominado de "XVIII Fórum Empresarial", a ser promovido pela ACISLO - Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 75.433.946/0001-40, no dia 14 de outubro de 2014, da seguinte forma:

I - em 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais), correspondente a 18,70 (dezoito vírgula setenta) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges;

II - em 336,60 (trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), correspondente a 3,74 (três vírgula setenta e quatro) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da Oficina n.º 01 da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

Parágrafo único. O valor total da locação, de que trata os incisos I e II, será de R\$ 2.019,60 (dois mil, dezenove reais e sessenta centavos), correspondente a 22,44 (vinte e dois vírgula quarenta e quatro) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Nº 007/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2015, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput da Lei Complementar nº 90 de 2007 e a Lei nº 1.779 de 2008 e suas alterações e da Lei nº 1.742 de 2008 e suas alterações, Decreto Municipal nº 4.357, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações, o art. 24, inciso V, alínea b, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN nº 9394 de 1996, demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, destinado a admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de CADASTRO DE RESERVA para o ano letivo de 2015, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas

seguintes regras:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

1.1.1 - O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 03 (três) anos, resultante de processo disciplinar.

1.2 - As inscrições serão realizadas gratuitamente, on line, pelo próprio candidato, no endereço eletrônico: www.saolourenco.sc.gov.br, da rede mundial de computadores - Internet, no período de 03 a 21 de novembro de 2014, finalizando-se às 17 horas do dia 21/11/2014.

1.3 - O candidato, ao realizar a sua inscrição on line, deverá imprimir o protocolo de pré-inscrição, o qual deverá analisar o protocolo (comprovante) e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se responsável pelas mesmas.

1.4 - Após a inscrição on line, o candidato deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, piso superior, Centro Comercial Janczeski, Centro, Município de São Lourenço do Oeste, para efetuar a validação de sua inscrição no processo seletivo, entregando seus documentos no período de 18 a 21 de novembro de 2014, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas, finalizando-se às 17 horas do dia 21/11/2014.

1.5 - Cada candidato poderá optar por duas áreas de atuação, dentre as relacionadas: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial, Reforço Escolar, Correção de Fluxo, ou 02 (duas) disciplinas de 6º ao 9º Ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental, devendo efetuar 01 (uma) inscrição para cada área.

1.6 - A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo processo seletivo, após analisados os documentos.

1.7 - Em hipótese alguma admitir-se-á a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação o recibo da Pré-Inscrição juntamente com cópia e originais dos seguintes documentos:

2.1.1 Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
- e) Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias, com respectivos períodos, rede de ensino (Municipal, Estadual e Particular) com data de início e fim, conforme modelo anexo (se não estiver de acordo com estes critérios não será aceita);
- f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3) (cópia);
- h) Comprovante de conclusão de cursos de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado (cópia);

2.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação realizados nos anos de 2012, 2013 e 2014, até a quantidade máxima de 400 horas;
- b) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação Especial para os inscritos para a Educação Especial.

3. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

3.1 - Para atuar na educação infantil:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou Curso Normal Superior, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;
- b) Histórico Escolar; ou
- c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (ou semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou Curso Normal Superior, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou
- d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);

3.2 - Para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Anos Iniciais ou Educação Infantil; e/ou Curso Normal Superior, com habilitação mínima Educação Infantil ou Anos Iniciais;
- b) Histórico Escolar; ou
- c) Comprovante de ter concluído a primeira fase (semestre) do Curso de Pedagogia - habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou Curso Normal Superior, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; ou
- d) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);

3.3 - Para atuar nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão e histórico de conclusão do curso superior e licenciatura plena, em conformidade com a disciplina e área de atuação; ou
- b) Comprovação de conclusão da primeira fase (semestre) do curso superior na área em que pretende atuar; ou
- c) Diploma e histórico em outro curso superior que tenha, no mínimo, 180 horas na disciplina específica;
- d) Para as disciplinas de Inglês e Espanhol poderá se inscrever o candidato que apresentar comprovante de conclusão em Escola de Línguas.
- e) O professor habilitado em Educação Física deverá apresentar a carteira de registro no Conselho Regional de Educação Física - CREF.
- f) Para a disciplina de Informática o candidato deverá apresentar o respectivo comprovante de conclusão de curso, conforme constante nas letras "a" a "c";

3.4 - Para atuar na Educação Especial:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia.

3.5 - Para atuar na Correção de Fluxo:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.6 - Para atuar no Reforço Escolar:

Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Licenciatura em Letras-Português.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos

os seguintes critérios:

I - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Infantil:

- a) Especialização na Área da Educação Infantil;
- b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Educação Infantil;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Educação Infantil;
- d) Habilitação em Pedagogia ou Normal Superior de Anos Iniciais;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior em Educação Infantil;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

II - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Pedagogia ou Normal Superior - habilitação mínima em Anos Iniciais;
- c) Conclusão da 5ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- d) Habilitação em Pedagogia ou Normal Superior de Educação Infantil;
- e) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- f) Concluída a 1ª fase (semestre) de Pedagogia ou Normal Superior em Educação Infantil;
- g) Diploma ou certificado de conclusão do Magistério (Ensino Médio);

III - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem nos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Especialização na Área Específica de cada disciplina;
- b) Licenciatura Plena na disciplina específica (Diploma, declaração e/ou Certificado e Histórico de Conclusão de Curso);
- c) Concluída a 1ª fase (semestre) do curso de licenciatura na disciplina específica;
- d) Concluído o Curso de Inglês e Espanhol, de acordo com o previsto na letra "d" do item 3.3;
- e) Licenciatura plena em outra área, desde que conste na matriz curricular 180 (cento e oitenta) horas/aula na disciplina específica.

IV - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Educação Especial:

- a) Especialização na Área da Educação Especial;
- b) Licenciatura Plena em Educação Especial ou Licenciatura Plena em Pedagogia;
- c) Diploma, declaração, certificado ou certidão de conclusão do Curso de Licenciatura Plena, desde que tenha Curso de Aperfeiçoamento em Libras ou Braille;
- d) Tempo de serviço;
- e) Cursos de Aperfeiçoamento.

V - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem na Correção de Fluxo:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- c) Tempo de serviço na classe de Correção de Fluxo, com comprovação por meio de portaria;
- d) Tempo de serviço;
- e) Cursos de Aperfeiçoamento.

VI - Para a classificação dos candidatos inscritos para atuarem no Reforço Escolar:

- a) Especialização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

b) Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Licenciatura em Letras-Português;

c) Tempo de serviço;

d) Cursos de Aperfeiçoamento.

5. DO DESEMPATE

5.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4, deste Edital, o desempate será feito a partir da verificação da soma dos pontos das letras "a" e "b":

a) Tempo de serviço no magistério;

b) Número de pontos por horas de aperfeiçoamento.

5.2 - A atribuição de pontos para cada um dos quesitos deverá observar as regras do item 6 deste Edital.

5.3 - No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como um mês.

5.4 - Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data limite o dia 30 de outubro de 2014.

5.5 - Persistindo o empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

a) candidato mais idoso;

b) candidato com maior número de filhos;

c) sorteio público.

6. DA PONTUAÇÃO PARA DESEMPATE

6.1 - Os pontos a serem atribuídos aos candidatos deverão observar as seguintes regras:

6.1.1 - 1,0 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no magistério.

6.1.2 - 1,0 (um) ponto para cada 20 horas em cursos na área da educação até o limite máximo de 400 horas.

7. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, a partir do dia 10 de dezembro de 2014, no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

8.1 - O candidato terá os dias 11 e 12 de dezembro de 2014, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

8.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 15 de dezembro de 2014, por meio de Edital, a ser publicado no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

9. DAS VAGAS

9.1 - A escolha de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo, e conforme consta do quadro abaixo:

Nº Vagas	Área	Cargo
10 + CR*	Educação Infantil	Habilitado
01 + CR*	Educação Infantil	Não Habilitado
10 + CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Habilitado
01 + CR*	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
05 + CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Habilitado
01 + CR*	Anos Finais do Ensino Fundamental	Não Habilitado
01 + CR*	Correção de Fluxo	Habilitado
02 + CR*	Reforço Escolar	Habilitado
01 + CR*	Educação Especial	Habilitado

*Cadastro de reserva.

9.2 - Os candidatos classificados para as vagas acima anunciadas serão obrigatoriamente convocados, conforme a ordem de classificação.

9.3 - Os candidatos classificados para o cadastro de reserva serão, eventualmente, convocados para contratação, na estrita ordem de classificação e, de acordo com a necessidade e com local de atuação definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

9.4 - Os professores poderão ter carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, desde que haja compatibilidade de horários.

9.5 - Poderão ser contratados professores pedagogos ou habilitados no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, para atuarem, nas horas atividades da Educação Infantil, de acordo com a necessidade.

9.6 - A partir do dia 27 de janeiro de 2015, o quadro de vagas será afixado no mural da Secretaria Municipal de Educação e no local da escolha.

9.7 - As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.

9.8 - A escolha de vagas realizar-se-á no dia 28 de janeiro de 2015, no período matutino, a partir das 9 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, para os professores de Educação Infantil e a partir das 14 horas para os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

9.8.1 - A escolha de aulas para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º Ano, nas disciplinas, dar-se-á no dia 29 de janeiro de 2015, no período matutino, a partir das 9 horas, no auditório da Secretaria Municipal de Educação;

9.8.2 - A escolha das aulas de Arte, Educação Física, Informática, Inglês, Espanhol, acontecerá no mesmo período do item 9.8.1, para todos os níveis;

9.8.3 - A escolha de aulas para a Correção de Fluxo, Reforço Escolar e Educação Especial, dar-se-á no dia 29 de janeiro de 2015, no período vespertino, a partir das 14 horas.

9.9 - Se o candidato não aceitar a vaga a que tem direito será chamado o próximo da lista, permanecendo a sua classificação.

9.10 - O candidato poderá fazer a escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

9.11 - O candidato que não comparecer no dia da escolha, ou seu procurador legal, perderá o direito de optar pelas vagas existentes.

9.12 - No decorrer do ano letivo, o professor convocado para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente ou por telefone, no prazo de 12 horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.

9.13 - O professor que escolher aula e desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano letivo.

10. DA ADMISSÃO:

10.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.

10.2 - Para fins de admissão, o professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias, apresentar ao setor competente desta Municipalidade (Gerência de Recursos Humanos e Capacitação), os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

10.2.1 - Cópias e originais:

- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Comprovante de quitação militar (para masculino);
- Certidão de filhos menores de 14 anos;
- CPF;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3);
- Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- Número de Telefone para contato;
- Nº do PIS ou PASEP;
- Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal (operação 37);
- Tipagem sanguínea;
- Registro no CREF (para os habilitados em Educação Física).

10.2.2 - Originais:

- Atestado de Saúde Física e Mental (agendado pelo RH);
- Declaração de Bens;
- Declaração de Aptidão ao Serviço Público;
- Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- 01 Foto 3 x 4 recente.

10.3 - O professor será admitido em caráter excepcional e temporário, para fins de suprir a ausência temporária do funcionalismo público e substituição, por um período máximo de um ano letivo; podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

10.4 - O professor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao regime jurídico especial, estabelecido pela Lei n.º 1.742 de 2008 (contratação de pessoal do magistério em caráter temporário).

10.5 - Os professores admitidos através do presente processo seletivo receberão o vencimento constante da tabela abaixo:

Professor habilitado (ensino superior) com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 2.166,99
Professor não habilitado com carga horária de 40 horas semanais	R\$ 1.550,42

10.6 - O professor contratado com carga horária de 10, 20 ou 30 horas semanais, receberá o equivalente a 25%, 50% e 75%, respectivamente, de acordo com o vencimento correspondente a sua habilitação.

10.7 - Será acrescido ao valor do vencimento, as seguintes vantagens financeiras:

a) percentual de acordo com a Lei nº 1.742/2008, com redação determinada pela Lei Complementar nº 138/2011; e

b) Vale Alimentação, no valor de R\$ 280,66 (duzentos e sessenta e cinco reais), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2015.

11.2 - No que tange ao Cadastro de Reserva este constitui somente e tão somente, como uma expectativa de direito do candidato selecionado, portanto, não obrigando o Município à convocação deste último.

11.3 - O professor contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07(sete) dias.

11.3.1 - O não cumprimento do disposto no item 11.3 deste edital, implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

11.4 - O professor será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas.

11.5 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

11.6 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste edital.

11.7 - Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.8 - Eventuais vagas que surgirem durante o ano letivo de 2015, poderão ser supridas pela admissão dos classificados para o cadastro de reserva neste processo seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

11.9 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de outubro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA
INSTITUIÇÃO (PREFEITURA, GERED, ESCOLA)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o(a) Sr(a) _____, conta o tempo de serviço como professor(a) abaixo especificado:

Escola	Período (data de início e término)	Total geral (anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta de efetivo exercício líquido com: _____anos, _____meses e _____dias.

São Lourenço do Oeste - SC, ____ de _____de _____.

Responsável pela emissão da declaração

Schroeder

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº. A05/2014 - FAS

TERMO ADITIVO Nº. A05/2014 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 12/2014-FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 95.836.771/0001-20, estabelecida na Rua Içara nº. 151, lote 07, Itoupava, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.030-170, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alexandre Hwizdaleck inscrito no CPF sob o nº. 636.465.959-49, portador da carteira de identidade nº. 2.173.335-0-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 12/2014-FAS, celebrado em 02 de julho de 2014, decorrente Processo de licitação nº. 10/2014 - FAS, Modalidade Pregão Presencial nº. 04/2014- FAS, para contratação de empresa para fornecimento de sistema para gestão da Política Pública de Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar o prazo de vigência do contrato de 01 de janeiro de 2015 até dia 30 de junho de 2015, com o valor total de R\$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais).

Considerando o disposto no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 4.1, para o período de 01 de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015, totalizando o valor aditivado em o valor total de R\$ 18.250,00 (dezoito mil, duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor do contrato em R\$ R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil, duzentos e cinquenta reais).

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	LICENÇA DE USO Suporte técnico ao usuário, hospedagem e manutenção corretiva e evolutiva do sistema de gestão de Assistência Social.	12	Meses	950,00	11.400,00

03	Valor Hora Técnico após implantação inicial, para Conversão de Dados, Parametrização, Prestação de serviços remota para instalação e atualização (incluindo Treinamento e Suporte in loco)	40	Horas	115,00	4.600,00
04	Deslocamento	2000	Km	0,75	1.500,00
05	Diárias e Refeições	5	Unidade	150,00	750,00
VALOR TOTAL R\$					18.250,00

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta "da Vigência" no item 14.1 do contrato nº 12/2014-FAS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 01 de janeiro de 2015 até dia 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 12/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 08 de outubro de 2014.

CONTRATADA:
PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA.
Alexandre Hwizdaleck
CPF nº. 636.465.959-49

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Contrato Nº. 116/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 116/2014 - FMS
Processo de licitação nº. 73/2014-FMS
Dispensa de Licitação nº. 50/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal

Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NELCI IVANISE ENGELMANN-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.288.050/0001-28, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº 1879, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição de medicamento injetável (Haloperidol 50mg) para tratamento de paciente da Unidade ESF III com quadro de Esquizofrenia Paranoide. Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	HALOPERIDOL 50MG/ML INJETÁVEL CAIXA COM 5 AMPOLAS	05	Caixa	80,00	240,00
VALOR R\$ TOTAL					240,00

Valor do contrato: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 08/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A14/2014 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A14/2014 - FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DE BEM PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.058.713/0001-09, estabelecida na Rua Geronimo Correa, nº. 175, sala 02, Centro, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000 doravante denominada simplesmente de CONTRATADA/LOCADORA neste ato representada pelo senhor João Luiz Rosa de Bem, portador da carteira de identidade nº. 119.679-SSP-SC, inscrito no CPF nº. 097.068.449-53.

Considerando o Contrato nº. 48/2013-FMS, celebrado em 10 de maio de 2013, decorrente Dispensa de Licitação nº. 18/2013-FMS, Processo nº. 30/2013-FMS, para contrato a locação de Imóvel localizado na Rua Presidente Costa e Silva nº 770, Bairro Rio Hern em Schroeder, terreno contendo área total de 1.120,00 m² totalmente murado com brita em toda sua extensão, edificado com uma casa em alvenaria com aproximadamente 200,00 m², contendo 14 ambientes. Imóvel a ser adaptado para atender as necessidades da Secretaria, afim de torná-la um ambiente adequado epidemiologicamente para alojar os serviços de uma unidade de saúde, bem como seus fluxos de trabalho, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar o prazo de vigência do contrato para o período de 05 (cinco) meses, de janeiro a maio de 2015, sendo pago o valor mensal R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal, para aditivo de prorrogação do prazo de vigência do contrato a fim de possibilitar a regular execução do objeto contratado.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a Cláusula Terceira "do Valor do Contrato" no item 3.1, para o período de 1º. de janeiro de 2015 a 31 de maio de 2015, pago o valor mensal R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando o valor aditivado de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 60.403,23 (sessenta mil e quatrocentos e três reais e vinte e três centavos).

Cláusula 2ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Segunda "da Vigência" no item 12.1 do contrato nº 48/2013-FMS, prorrogando-se o a vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2015 a 31 de maio de 2015.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 48/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 08 de outubro de 2014.

CONTRATADA:

DE BEM PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA

João Luiz Rosa de Bem

CPF nº. 097.068.449-53

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Decreto Nº 3.109/2014, de 7 de Outubro de 2014

DECRETO No3.109/2014, de 7 de outubro de 2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo o dia 27 de outubro de 2014 (segunda-feira), nas repartições públicas municipais, em antecipação ao Dia do Servidor Público que se comemora no dia 28 de outubro de 2014, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria e do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 7 de outubro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencialregistro de Preços Nº. 89/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2014-PMS

PROCESSO Nº. 191/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de outubro de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 21 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 07 de outubro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.048/2014

LEI Nº.2.048/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$273.400,00 (DUZENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor

de até R\$273.400,00 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos reais), como segue:

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 - ADMINISTRAÇÃO			
04.122.3001.2.305 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	33.400,00

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
05 - UNIDADE DE MEIO AMBIENTE			
18.452.3005.2.317 - MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO			
3.3.90.39.00.00	00.01.0225	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	240.000,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 - UNIDADE DE SAÚDE			
10.122.3013.2.334 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
3.1.90.11.00.00	00.01.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0002	Obrigações Patronais	10.000,00
3.1.90.91.00.00	00.01.0002	Sentenças Judiciais	1.000,00
3.1.90.92.00.00	00.01.0002	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00
3.1.90.94.00.00	00.01.0002	Indenizações Restituições Trabalhistas	5.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0002	Material de Consumo	3.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 - UNIDADE DE SAÚDE			
10.301.3013.2.335 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE			
3.3.50.41.00.00	00.01.0002	Contribuições	2.400,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 - UNIDADE DE SAÚDE			
10.301.3013.2.336 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE			
3.1.90.11.00.00	00.01.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0002	Obrigações Patronais	20.000,00
3.1.90.91.00.00	00.01.0002	Sentenças Judiciais	1.000,00
3.1.90.92.00.00	00.01.0002	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0002	Auxílio-Alimentação	22.000,00
3.3.90.92.00.00	00.01.0002	Despesas de Exercícios Anteriores	5.000,00

4.4.90.51.00.00	00.01.0002	Obras e Instalações	28.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.0002	Equipamentos e Material Permanente	2.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - UNIDADE DE SAÚDE

10.301.3013.2.363 - AÇÕES ESTRATÉGICAS DA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.11.00.00	00.01.0002	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0002	Obrigações Patronais	5.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0210	Obrigações Patronais	10.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0212	Obrigações Patronais	17.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0002	Auxílio-Alimentação	5.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0210	Auxílio-Alimentação	40.000,00
4.4.90.51.00.00	00.01.0002	Obras e Instalações	5.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 8 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.754/2014, de 07 de Outubro de 2014.
PORTARIA Nº 5.754/2014, de 07 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Deise Mara Klitzke, em 30 de setembro de 2014;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 003/2014/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.034/2014, de 08/08/2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Noemi Silvana Riedel Vargas para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, e alterações, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 003/2014/SECEL/PMS, por necessidade de

atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.755/2014, de 08 de Outubro de 2014.
PORTARIA Nº 5.755/2014, de 08 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Katiane Aparecida Oberthur Lindner, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Nº. 216/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 216/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 89/2014-PMS
Processo nº. 195/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob

o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.233.069/0002-34, estabelecida na Rodovia BR 280, KM 59, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a revisão 500 (quinhentas) horas do Trator Agrícola Valtra, Fabricação/Modelo 2013, da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Óleo 15 W 40 - motor (litro)	10	Litro	11,38	113,80
02	Óleo para caixa (litro)	35	Litro	12,57	439,95
03	Óleo hidráulico (litro)	26	Litro	10,11	262,86
04	Filtro de transmissão	1	Unidade	48,54	48,54
05	Filtro combustível curto	2	Unidade	9,53	19,06
06	Filtro lubrificante	1	Unidade	38,44	38,44
07	Elemento filtro sucção	1	Unidade	123,52	123,52
08	Anti corrosivo	1	Litro	14,93	14,93
09	Elemento secundário	1	Unidade	60,97	60,97
10	Elemento primário	1	Unidade	72,92	729,92
TOTAL R\$					1.194,99

Valor do contrato: \$ 1.194,99 (um mil cento e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos)

Data da Assinatura: 08/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 215/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 215/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 90/2014-PMS
Processo nº. 196/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDITORA TOP LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº

11.690.857/0001-05, estabelecida na Rua Reinoldo Rau, nº 60, Sala 607, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600.

Objeto: Constitui o presente contrato a assinatura de revista para o gabinete do prefeito do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Assinatura de revista destaque e revista ouse	1	Unidade	139,00	139,00
TOTAL R\$					139,00

Valor do contrato: R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais).

Data da Assinatura: 08/10/2014 - Vigência: 08/10/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 90/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2014-PMS

PROCESSO Nº. 194/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição e instalação de condicionador de ar para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de outubro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de outubro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A15/2014 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A15/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40, estabelecida na Rodovia BR 480, nº 180, Centro, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.740-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Suema Tussi Brunelo, inscrita no CPF sob o nº 448.443.280-34, portadora da Carteira de Identidade nº 1038690028-SSP/RS.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 82/2014-FMS, celebrado em 01 de julho de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 39/2014-FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste do item 104 impetrado pela empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 050/2014-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 104 é a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, não aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance.

Considerando que a terceira colocada para o item 104 é a empresa DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance Onde a administração possui um saldo de 25.000 (vinte e cinco mil) comprimidos, no valor unitário no valor unitário de R\$ 0,039 (três centavos e nove centésimos de centavos), totalizando o valor de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 104, a quantidade de 25.000 (vinte e cinco mil) comprimidos, no valor unitário no valor unitário de R\$ 0,039 (três centavos e nove centésimos de centavos), totalizando o valor de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais), na cláusula quarta "do valor do contrato", alterando o valor do contrato para R\$ 30.637,00 (trinta mil, seiscentos e trinta e sete centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO LICITADO	VALOR R\$ UNITÁRIO	UNID.	VALOR R\$ TOTAL
104	PARACE-TAMOL 500MG COMPRIMIDO EM-BALAGEM HOSPITALAR	25.000	0,039	COMP	975,00
VALOR R\$ TOTAL					975,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 82/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 08 de outubro de 2014.

CONTRATADA:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Suema Tussi Brunelo

CPF nº 448.443.280-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Ata Pregão 20/2014-FMS (Sequência 01)

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2014 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 15/09/2014</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 38/2014 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Não há representantes presentes na sessão. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. A empresa DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. e LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. enviaram os envelopes e documentos por transportadora. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA., CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA., ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - ME, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. e PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E- "Etapas de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas comerciais, conforme Portaria nº. 5720 /2014, de 16 de setembro de 2014", e item 6.2 "Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.10, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.10 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos": item 6.1.10.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício", Item 6.1.10.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere", item 6.1.10.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere", e item 6.1.10.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses". Após parecer técnico serão classificadas as propostas comerciais e marcada uma data para continuação do certame com a etapa de lances. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata as empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 20/2014 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 70/2014
Data do Processo: 15/09/2014

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 38/2014 (Sequência: 1)**

Schroeder, 8 de Outubro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Paulo Ricardo Silveira	- - Representante
Ivan Carlos Facioli	- - Representante
Nilton Luiz Cortiano	- - Representante
Fernando de Lacerda	- - Representante
Justo Goya Dornelles Junior	- - Representante
Cheyenne dos Santos Veiga	- - Representante
Luiz Lourenço de Lima	- - Representante
Sanderson Antônio Silveira	- - Representante

Dispensa 89/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 89/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 195/2014 Data: 08/10/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA Endereço: BR 280 KM 59 S/Nº Cidade: Guaramirim - SC CNPJ: 03.233.069/0002-34	Código: 9868 Inscrição Estadual: 254.319.75
Objeto da Compra: Revisão 500 (quinhentas) horas do Trator Agrícola Valtra, Fabricação/Modelo 2013, da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	óleo 15w 40 - motor (litro)	LT	11,38	113,80
2	35,00	óleo para caixa (litro)	LT	12,57	439,95
3	26,00	óleo hidráulico (litro)	LT	10,11	262,86
4	1,00	filtro de transmissão.	UN	48,54	48,54
5	2,00	filtro combustível curto.	UN	9,53	19,06
6	1,00	filtro lubrificante,	UN	38,44	38,44
7	1,00	elemento filtro sucção,	UN	123,52	123,52
8	1,00	anti corrosivo	LT	14,93	14,93
9	1,00	elemento secundário	UN	60,97	60,97
10	1,00	elemento primário	UN	72,92	72,92

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O período de garantia ofertado pelo fabricante é de 1 ano sem limites de horas, contado a partir da data da entrega técnica que ocorreu em dezembro de 2013. A manutenção da máquina é exclusivo do fornecedor original da mesma.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 8 de Outubro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 89/2014 - DL**

Processo Nr.: 195/2014
Data: 08/10/2014

Folha: 2/2

07/10/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Outubro de 2014

Valor da Despesa: 1.194,99 (um mil cento e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

Instrução Normativa - Controladoria Nº. 007/2014 INSTRUÇÃO NORMATIVA - CONTROLADORIA nº. 007/2014 de 08/10/2014

Estabelece normas sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da regularidade de ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Complementar nº. 611/2003 de 02/12/2003, e no Decreto Municipal nº. 053/2005 de 11/03/2005, e Considerando a Instrução Normativa N.TC-11/2011 e N.TC-12/2012 do TCE/SC, que dispõe sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Art. 1º O Departamento de Pessoal deverá remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por meio eletrônico - Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge, informações referentes a nomeação em cargos de provimento em comissão, a atos de admissão de pessoal em cargos efetivos e empregos públicos e em função pública temporária, bem como informações sobre os respectivos editais de concurso público ou processo seletivo, conforme o caso.

§ 1º A periodicidade da remessa de informações para o Tribunal de Contas é bimestral, observado os seguintes prazos:

- I - primeiro bimestre - até o dia 31 de março;
- II - segundo bimestre - até o dia 31 de maio;
- III - terceiro bimestre - até o dia 31 de julho;
- IV - quarto bimestre - até o dia 30 de setembro;
- V - quinto bimestre - até o dia 30 de novembro;
- VI - sexto bimestre - até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

§ 2º Após o prazo final de remessa das informações de que trata § 1º deste artigo, o Departamento de pessoal terá até cinco dias para efetuar a confirmação das informações remetidas, através da rede mundial de computadores.

Art. 2º O edital de concurso público e de processo seletivo devem conter os dados e informações constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 3º O processo administrativo de admissão de pessoal no serviço público, constituído em meio físico, deve conter os documentos constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 1º Os documentos que compõe os atos de admissão de pessoal no serviço público serão autuados, constituindo processo administrativo, com folhas sequencialmente numeradas em ordem conforme Anexo III.

§ 2º O Departamento de pessoal submeterá os processos constituídos na forma prevista no caput ao Órgão Central de Controle Interno, ao qual caberá emitir parecer sobre a regularidade dos referidos atos, constituindo peça integrante do processo administrativo correspondente.

§ 3º O processo constituído na forma prevista no caput deve permanecer arquivado no Departamento de Pessoal, à disposição do Tribunal de Contas para eventual exame da sua regular constituição e da legalidade do ato por meio de auditorias ou inspeções in loco.

§ 4º O Tribunal de Contas poderá requisitar, a qualquer tempo, o processo administrativo em meio físico arquivado na unidade gestora.

CAPÍTULO I

DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Art. 4º A omissão, o envio extemporâneo ou o lançamento incorreto das informações no sistema, sem justificativas aceitáveis pelo Tribunal de Contas, podem ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Municipal nº. 498/2001, e de multa à autoridade administrativa, prevista na Lei Complementar nº. 202/2000 do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Os documentos que contenham dados e informações funcionais relacionados ao beneficiário do ato, inclusive emitidos por sistemas informatizados, devem estar assinados pelo responsável por sua emissão.

Art. 6º As declarações de bens com a indicação das fontes de renda permanecerão sob a guarda do Departamento de Pessoal, organizadas de forma a permitir a pronta localização de qualquer delas para remessa ao Tribunal de Contas, quando requisitadas.

Art. 7º Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa, no que couber:

I - às admissões em emprego público e às contratações por tempo determinado.

Art. 8º As informações prestadas ao Tribunal de Contas são de responsabilidade da autoridade que emitiu o ato e do responsável pelo controle interno da unidade.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de maio de 2013.

Serra Alta, SC, 08 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

CLEITON ALGAYER

Controlador Interno

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO (Art. 2º)

O edital de concurso público deve-se conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Objetivo do concurso;
2. Indicação do cargo ou emprego, com a respectiva especificação, área de atividade ou especialidade;
3. Regime jurídico a que será submetido o servidor;
4. Carga horária de trabalho;
5. Indicação do local e órgão de lotação dos aprovados;
6. Vencimento ou salário;
7. Vantagens financeiras previstas para o cargo/emprego (por exemplo: vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, gratificações);
8. Descrição sumária das atribuições do cargo ou emprego;
9. Quantidade de vagas;
10. Período, horário e local de inscrição;
11. Valor da taxa de inscrição, se houver;
12. Requisitos ou exigências para inscrição no concurso e investidura no cargo ou emprego (exemplos: idade mínima ou máxima, diploma de ensino superior para candidatos a cargo ou emprego de nível superior, diploma ou outros requisitos previstos em lei, tais como carteira de motorista na categoria própria para cargos ou funções que requeiram condução de veículos ou máquinas, investigação social ou psicotécnica para cargos que exijam adequado padrão de comportamento de acordo com a legislação aplicável);
13. Menção de que os documentos comprobatórios dos requisitos para investidura no cargo devem ser apresentados no momento da posse;
14. Tipo e número de provas, disciplinas e conteúdo programático;
15. Menção quanto a natureza do concurso (se de provas ou de

provas e títulos, conforme previsão do art. 37,II, da CF);

16. Critérios de avaliação, de classificação e de desempate (a exemplo dos critérios de desempate estabelecidos pelo art. 27, § único do estatuto do idoso - Lei federal nº 10.741/2003);

17. Data, horário e local de realização das provas ou instrução sobre sua posterior divulgação por meio de edital ou aviso;

18. Instruções sobre as provas e sobre a apresentação de recursos (exemplo: permissão para o uso ou não, nas provas, de calculadora, indicação do prazo e da forma de apresentação de recurso e da autoridade para quem deve ser apresentado);

19. Definição de prazos para cumprimento de exigências, quando for o caso;

20. Prazo de validade do concurso (segundo o art. 37, III, da CF, o prazo de validade do concurso é de até 2 (dois) anos, prorrogável, apenas uma vez, por igual período. O prazo de prorrogação deve ser igual ao prazo inicial);

21. Normas legais e regulamentares que dão suporte ao edital normativo do concurso;

22. Reserva de vagas para portadores de deficiência em obediência ao inciso viii do art. 37 da Constituição Federal;

23. Identificação do órgão ou entidade público que promove o concurso público;

24. Nome da instituição contratada para realizar o concurso, quando o órgão ou entidade promotor não executar diretamente o certame;

25. Havendo previsão de dispensa de pagamento da taxa de inscrição para doadores, deverá ser mencionado o dispositivo legal que autoriza dispensa de pagamento de inscrição e quais condições;

26. Informar se existe previsão de curso de formação profissional para candidatos a cargos, mencionando a forma de realização deste curso de formação, conforme legislação específica.

OBSERVAÇÕES:

1. O edital deve ser publicado no Diário Oficial e em jornal de circulação local (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal).

2. O edital deve ser disponibilizado integralmente na internet no site oficial do órgão ou entidade promotora do concurso (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal), se houver.

ANEXO II

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADMISSÃO (Art. 3º)

I - DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO

1. Número do edital
2. Comprovação da homologação do resultado final do concurso;
3. Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados;
4. Ato de admissão;
5. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente;
6. Existência de cargo/emprego criado por lei;
7. Regime jurídico;
8. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício;
9. Termo de posse;
10. Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.

II - DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS

1. Comprovação relativa a:
 - a) nacionalidade brasileira;
 - b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
 - c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - e) idade mínima de 18 anos;
 - f) habilitação exigida no edital;
2. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital

de concurso público;

3. Informação concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/emprego/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver;
 4. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista;
 5. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
 6. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 7. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 8. Endereço;
 9. Declaração de bens.
- III - OUTROS DOCUMENTOS
1. Parecer emitido pelo controle interno sobre a regularidade do processo de admissão;
 2. Nota de Conferência (Anexo III).

ANEXO III

NOTA DE CONFERÊNCIA DO PROCESSO DE ADMISSÃO (Art. 3º, § 1º)

Servidor: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		Matrícula	
Decreto/Portaria nº.: xxx/20xx de xx/xx/xxxx			
Rol de Documentos - Admissão/Nomeação			
Item	Documentos	OBS	Fls.
I	DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO		
1	Ato de Admissão/Nomeação.		
2	Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente.		
3	Número do Edital.		
4	Comprovação da homologação do resultado final do concurso.		
5	Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados.		
6	Comprovação da existência de cargo/emprego criado em lei.		
7	Regime Jurídico.		
8	Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício.		
9	Termo de posse.		
10	Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.		
II	DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO		
1.A	Comprovação relativa à nacionalidade brasileira.		
1.B	Comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor).		
1.C	Comprovação relativa à quitação com as obrigações militares, quando for o caso.		
1.D	Comprovação relativa à quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação).		

1.E	Comprovação relativa a idade mínima de 18 anos.		
1.F	Comprovação relativa à habilitação exigida no edital.		
2	Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de Concurso Público.		
3	Informação concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e nº. Do PIS/PASEP, se houver.		
4	Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar pessoal celetista.	NA	-
5	Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato.		
6	No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária.		
7	Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.		
8	Comprovante de Endereço.		
9	Declaração de Bens.		
III	OUTROS DOCUMENTOS		
1	Parecer emitido pelo Controle Interno sobre a regularidade do processo da admissão.		
LEGENDA: NA = não se aplica;			
xxxxxxxxxxxxxx			
Setor de Recursos Humanos			

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 1.731/2014

LEI Nº 1.731, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º. O orçamento do Município de Timbé do Sul, para o exercício financeiro de 2015, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas no anexo II e III desta Lei.

§ 1º. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial: as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI - receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII - despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas as provenientes de juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Autarquia e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º. A Lei do Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2012 e 2013, previsão para 2014 e estimativa para 2015, com justificativa da estimativa, acompanhado de metodologia e memória de cálculo, quando for o caso.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 9º. O orçamento e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus fundos e autarquia.

Art. 10. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação

do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário observado a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 12. O orçamento de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º. Constituem outros riscos e eventos fiscais imprevistos, capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, aqueles constantes do Anexo III.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 14. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração dos recursos de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 15. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2015 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de regulamentação em lei específica.

§ 1º - Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 20 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 17. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 18. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 19. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante

celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 20. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços correntes.

Art. 21. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 consolidada.

Art. 22. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 23. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

Parágrafo Único: A inclusão no Orçamento Anual de Modalidade de Aplicação e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, por conta do superávit financeiro do exercício anterior ou por conta do excesso de arrecadação, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial.

Art. 24. Para efeito de aplicação desta lei, fica definido que a categoria de programação de que trata o Inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, é em nível de projeto ou atividade constante no Anexo II da presente lei.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. Observados os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento de despesas de capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 e legislação pertinente.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 26. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites, as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação eleitoral.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 27. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 90% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 29 - A verificação dos limites das despesas com pessoal e outros limites previstos em lei, serão apurados ao final de cada semestre, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 30. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o final do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 34. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 35. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 36. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 37. O Poder executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 38 - As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade.

Art. 39 - No decorrer do exercício de 2015, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias e empresas públicas, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos já existentes.

Art. 40. Fica inserida na Lei Municipal n.º 1684/2013 - PPA 2014 A 2017, a Ação 2.042 - Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, no Programa 0105 - Proteção Social, com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de recursos provenientes de Convênios e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de recursos próprios.

§ 1º. Para suprir a inserção da ação de que trata o caput deste

artigo será anulado o valor correspondente na ação 2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, no Programa 0102 - Administração Estratégica.

§ 2º. A Ação 2.042 - Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, passa integrar a partir de 2015 as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 41. Fica inserida na Lei Municipal n.º 1684/2013 - PPA 2014 A 2017, a Ação 2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, no Programa 0105 - Proteção Social, com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), provenientes de transferências legais do Estado e da União.

§ 1º. Para suprir a inserção da ação de que trata o caput deste artigo será anulado o valor correspondente na ação 2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social, no Programa 0105 - Proteção Social.

§ 2º. A Ação 2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, passa integrar a partir de 2015 as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 42. No exercício de 2015 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 43. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Timbé do Sul, 08 de outubro de 2014.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 171/2014

DECRETO Nº. 171, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais):

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101(18) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação da seguinte dotação:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde
3.3.50.00.00.00.00.00.0101(11) - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de outubro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 172/2014

DECRETO Nº. 172, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE DO EXERCÍCIO DE 2.014.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e a Lei Orçamentária nº 1.699 de 03/12/2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 227.954,08 (duzentos e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos):

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 - Manutenção do Ensino Básico
3.1.90.00.00.00.00.00.0088(17) - Aplicações Diretas R\$ 227.954,08

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.006 - Manutenção do Ensino Básico
3.1.90.00.00.00.00.00.0089(18) - Aplicações Diretas R\$ 169.859,08
3.3.90.00.00.00.00.00.0089(22) - Aplicações Diretas R\$ 58.095,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de outubro de 2014.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Anexo Lei Nº 1.731/2014

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO - METAS DESPESAS
LDO/2015

Em R\$ 1,00

Função e subfunção	PROGRAMAS/AÇÕES	Produto	Unidade de medida	Meta	Recursos	
					Ordinários	Vinculados
	000 - ENCARGOS ESPECIAIS				396.000	-
28.843	0.001 – Amortização da Dívida Fundada	Contrato	Unidade		96.000	
28.846	0.004 – Manutenção dos Encargos Gerais	Encargos	Diversos	1	300.000	
	0101 - PROCESSO LEGISLATIVO				790.000	-
01.031	2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores	Seções	Unidade	160	700.000	
01.031	1.001 – Aquisição de Veículo e Equipamentos Funcionais	Veículo	Unidade	1	30.000	
01.031	1.002 – Ampliação da Sede do Poder Legislativo	Obra	Unidade	1	60.000	
	0102 - ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA				1.930.000	-
04.122	2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito	Gabinete	Unidade	1	300.000	
04.122	1.003 – Aquisição de Veículo e Equip. Funcionais	Veículo	Unidade	1	50.000	
04.122	2.003 – Manutenção da Secretaria de Adm e Finanças	Secretaria	Unidade	1	1.530.000	
04.122	2.033 – Manutenção das Ações da Defesa Civil				50.000	
	0103 - ENSINO E CIDADANIA				4.199.000	380.000
12.361	2.006 – Manutenção do Ensino Básico	Alunos	Unidade	395	1.650.000	
12.406	2.007 – Programa de Alimentação Escolar	Alunos	Unidade	395	120.000	
12.361	2.008 – Manutenção do Transporte Escolar	Alunos	Unidade	824	1.350.000	
12.361	1.004 – Ampliação da Rede Física do Ensino Básico	Obra	Unidade	2	70.000	
12.361	1.005 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Veículos	Unidade	5	95.000	170.000
12.365	2.009 – Manutenção do Ensino Infantil	Alunos	Unidade	235	905.000	
12.365	1.006 – Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Obra	Unidade	1	9.000	210.000
	0104 - DESPORTO AMADOR E INTEGRAÇÃO				168.000	250.000
27.812	2.012 – Manutenção do Esporte Amador	Atleta	Unidade	777	120.000	
	1.007 – Aquis. Constr. Ampliação de Praças Poliesportivas					
27.812		Obra	Unidade	1	14.400	82.000
27.812	1.008 - Construção de Ginásio de Esportes	Obra	Unidade	1	33.600	168.000
	0105 - PROTEÇÃO SOCIAL				663.000	220.000
08.122	2.013 – Manutenção do Dpto. de Promoção Social	Departam.	Unidade	1	102.800	
08.244	2.014 – Auxílios Eventuais a Pessoas Carentes	Famílias	Unidade	254	12.000	
08.244	2.015 – Apoio a Clube de Mães	Entidade	Unidade	22	24.000	
08.241	2.016 – Apoio a Pessoa Idosa	Idosos	Unidade	134	48.000	
08.242	2.017 – Apoio ao Portador de Deficiência	Pessoa	Unidade	62	19.000	
08.244	2.018 – Ações de Inclusão Social de Famílias Carentes	Famílias	Unidade	234	24.000	
08.243	2.019 – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Pessoas	Unidade	100	230.000	
08.243	2.020 – Manutenção do Fundo Municipal da Criança e ao Adoles.	Pessoas	Unidade	30	72.000	
08.244	1.009 – Construção do Centro de Múltiplo Uso	Obra	Unidade	1	24.000	100.000
16.842	1.010 – Construção de Unidades Habitacionais	Habitação	Unidade	50	4.800	50.000
17.512	1.011 – Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares	USD	Unidade	60	2.400	20.000
08.482	2.041 - Manutenção Fundo Habitação e Interesse Social				10.000	50.000
08.243	2.042 - Apoio a Criança e ao Adol.em Situação de Risco				80.000	
08.122	2043 - Manutenção do Fundo Municipal Assistencia Social				10.000	
	0106- SAÚDE E CIDADANIA				3.578.000	170.000
10.301	2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde	Pessoas	Unidade	5136	3.300.000	
10.304	2.022 – Manutenção da Vigilância Sanitária	Pessoas	Unidade	5136	24.000	
10.305	2.023 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica	Pessoas	Unidade	5136	24.000	
10.301	1.012 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Veículo	Unidade	2	60.000	40.000
10.301	1.013 – Constr. Ampliação da Unidade Central de Saúde	Obra	Unidade	1	10.000	130.000

Função e subfunção	PROGRAMAS/AÇÕES	Produto	Unidade de medida	Meta	Recursos	
					Ordinários	Vinculados
10.301	2.031 - MAC Ambulatoria e Hospitalar				50.000	
10.301	2.032 - Assistência Farmaceutica Básica				110.000	
	0107 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA				2.342.000	240.000
26.782	2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município	Estradas	Km	347	1.800.000	
26.782	1.014 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários	Equipam.	Unidade	4	45.000	240.000
15.452	2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	Famílias	Unidade	689	200.000	
15.452	2.026 - Manutenção da Iluminação Pública	Ptos Ilum.	Unidade	913	280.000	
15.452	2.040 - Convênio Fiscalização de Transito e Segurança				17.000	
	0108 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA				105.000	430.000
27.813	1.015 - Construção de Praça Pública	Obra	Unidade	1	10.000	50.000
15.451	1.016 - Pavimentação de Vias Urbanas	Obra	m2	10000	60.000	330.000
15.451	1.017 - Construção de Pontes, Pontilhões e Passeios Púb.	Obra	m2	5000	35.000	50.000
	0109 - PEQUENO PRODUTOR ASSISTIDO				544.000	80.000
20.122	2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura	Secretaria	Unidade	1	190.000	
20.601	2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor	Famílias	Unidade	1200	330.000	
20.601	1.018 - Aquisição de Veículos e Equip. p/ Agricultura	Veículo	Unidade	1	24.000	80.000
	0110 - TURISMO E CULTURA INTEGRADOS				251.000	10.000
23.695	2.029 - Manutenção da Secr. de Turismo e Meio Ambiente	Secretaria	Unidade	1	90.000	
15.451	1.020 - Sinalização de Trânsito e Indicativos	Obra	Unidade	1	24.000	10.000
13.392	2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura	Departam.	Unidade	1	35.000	
13.392	2.011 - Promoção e Divulgação de Eventos Culturais	Eventos	Unidade	6	102.000	
	0111 - ÁGUA E SANEAMENTO				590.020	200.000
17.512	1.021 - Ampliação Sistema Abastecimento de Água	Obra	Unidade	1	30.000	130.000
17.512	1.022 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário	Obra	Unidade	1	25.000	70.000
17.512	1.023 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	Equipam.	Unidade	1	12.000	
17.512	1.024 - Obras e Instalações do Laboratório - CISCAN-SUL	Obra	Unidade	1	2.553	
17.512	2.030 - Manutenção Administrativa e Funcional do SAMAE	Unidade	Unidade	1	520.467	
	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				13.980	-
99.999	9.991 - Reserva de Contingência - Prefeitura	Unidade	Unidade	1	8.000	
99.999	9.992 - Reserva de Contingência - FMS	Unidade	Unidade	1	4.000	
99.999	9.993 - Reserva de Contingência - SAMAE	Unidade	Unidade	1	1.980	
	SOMA				15.570.000	1.980.000
	TOTAIS				17.550.000	

Obs.: a) - Para fins deste Plano, os recursos estão agrupados em ordinários e vinculados;

b) - Os recursos Ordinários compreendem as receitas próprias, receitas de alienações, as transferências Constitucionais e legais e as receitas provenientes de programas de duração continuada;

c) - Os recursos vinculados compreendem as receitas provenientes de operações de crédito e de transferências voluntárias oriundas de convênios, contratos e congêneres, celebrados com o Governo Federal ou Estadual;

d) - Anualmente, na Proposta Orçamentária, os recursos serão especificados por fonte e destinação.

Timbó do Sul, 08/10/2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Preito Municipal

Anexo Lei Nº 1.731/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO - METAS DESPESAS
LDO/2015

MEMORIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS DE RECEITAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2015
	Unidade Gestora: Prefeitura	R\$
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	13.818.000,00
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	636.000,00
1110.00.00	Impostos	571.000,00
1112.02.00	Imposto S/Propriedade Predial e Territorial Urbana	240.000,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do trabalho	165.000,00
1112.08.00	Imposto S/Transmissão de Bens Imóveis - "Inter Vivos"	26.000,00
1113.05.00	Imposto S/Serviços de Qualquer Natureza	140.000,00
1120.00.00	Taxas	60.000,00
1121.00.00	Taxa P/Poder de Policia	30.000,00
1122.00.00	Taxa P/Prestação de Serviços	30.000,00
1130.00.00	Contribuição de Melhoria	5.000,00
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	50.000,00
1220.29.00	Contrib. P/Custeio do Serviço de Iluminação Pública	50.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	30.000,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.102.000,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	12.967.000,00
1721.00.00	Transferências da União	6.545.000,00
1721.01.00	Participação na Receita da União	5.620.000,00
1721.01.02	Cota-Parte do Fundo de Participação Dos Municípios	7.000.000,00
9721.01.02	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - FPM	(1.400.000,00)
1721.01.05	Cota-Parte do Imposto S/a Propr.Territorial Rural	25.000,00
9721.01.05	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - ITR	(5.000,00)
1721.22.00	Transferências da Compensação Financeira	75.000,00
1721.22.20	Cota-Parte da Compens. Financ. De Rec. Minerais - CFEM	10.000,00
1721.22.70	Cota-Parte do Fundo Especial do Petrólio - FEP	70.000,00
1721.34.00	Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Ass. Soc. - FNAS	130.000,00
1721.35.00	Transf. Rec. do Fundo Nac. de Des. da Educ. - FNDE	400.000,00
1721.36.00	Transferência Financeira ICMS - Desoneração - LC 87/96	25.000,00
9721.36.00	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - LC 87/96	(5.000,00)
1721.99.00	Outras Transferência da União	300.000,00
1722.00.00	Transferências dos Estados	4.536.000,00
1722.01.00	Participação na Receita dos Estados	4.304.000,00
1722.01.01	Cota-Parte do ICMS	4.900.000,00
9722.01.01	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - ICMS	(980.000,00)
1722.01.02	Cota-Parte do IPVA	340.000,00
9722.01.02	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - IPVA	(68.000,00)
1722.01.04	Cota-Parte do IPI/Exportação	90.000,00
9722.01.04	Dedução de Receita P/Formação do FUNDEF - IPI/Exp.	(18.000,00)
1722.01.13	Cota-Parte de Contr. De Interv. no Domínio Econom. - CIDE	40.000,00
1722.99.00	Outras Transferências dos Estados	232.000,00
1722.99.01	Outras Transf. dos Estados p/Serv. Transp. Escolar	200.000,00
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	1.886.000,00
1724.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	1.886.000,00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	135.000,00
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	15.000,00
1919.15.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	10.000,00
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	40.000,00
1990.00.00	Receitas Diversas	70.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.610.000,00
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00
	Operação de Crédito Interna	380.000,00
	Oper. Cre Educação	80.000,00
	Outras opoer Cred	300.000,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.210.000,00
2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO DE DE SUAS ENTIDADES	560.000,00
2471.02.00	Transf. Conv. da União Destin. Programa Educação	300.000,00
2471.99.00	Outras Transf. de Convênio da União	260.000,00
2472.00.00	TRANSF. CONV. DOS EST. DISTR. FED. E SUAS ENTID.	650.000,00
2472.02.00	Transf. Conv. do Estado Destin. Programa Educação	-
24.72.99.00	Outros Transf. de Convênio do Estado	650.000,00
	SOMA	15.428.000,00

Anexo Lei Nº 1.731/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO 2015
	Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde	R\$
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.150.000,00
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	80.000,00
1110.00.00	Impostos	80.000,00
1112.04.31	IRRF sobre os Rendimentos do trabalho	80.000,00
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.050.000,00
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	1.050.000,00
1721.00.00	Transferências da União	900.000,00
1721.33.00	Transf. de Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS	900.000,00
1722.00.00	Transferências dos Estados	150.000,00
1722.33.00	Transf. de Recursos do Estado p/Programas de Saúde	150.000,00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00
1990.00.00	Receitas Diversas	20.000,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	180.000,00
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	170.000,00
2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	150.000,00
2471.01.00	Transf. de Convênios p/SUS	150.000,00
2472.00.00	TRANSF. CONV. DOS EST. DISTR. FED. E SUAS ESTID.	20.000,00
2472.01.00	Transf. de Convênios p/SUS	20.000,00
	SOMA	1.330.000,00
	Unidade Gestora: SAMAE	R\$
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	592.000,00
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.660,00
1325.02.01	Rec. De Rem. De Depósito de Poupança	1.660,00
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	562.720,00
1600.41.01	Tarifa de Água Residual	510.650,00
1600.41.02	Tarifa de Industrial	4.420,00
1600.41.03	Tarifa de Água Poderes Públicos/Comercial	18.800,00
1600.41.04	Ligação de Água	13.260,00
1600.41.05	Expediente	220,00
1600.41.06	Desligamento de Água	220,00
1600.41.07	Aferição de Hidrômetro	450,00
1600.41.09	Outras Receitas	11.600,00
1600.42.01	Tarifa de Esgoto Residencial	-
1600.42.02	Tarifa de Esgoto Industrial	-
1600.42.03	Tarifa de Esgoto Poderes Públicos/Comercial	-
1600.42.04	Ligação de Esgoto	-
1600.41.04	Tarifa de Religamento de Água	3.100,00
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.620,00
1918.99.00	Multas e Juros de Mora de outras Receitas	11.000,00
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	16.620,00
1932.99.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Receitas	16.620,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00
2471.00.00	TRANSF. CONV. DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	200.000,00
2471.03.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Saneam	200.000,00
	SOMA	792.000,00
	TOTAL	17.550.000,00

Timbé do Sul, 08/10/2014

ECLAIR ALVES COELHO
Preito Municipal

Anexo Lei Nº 1.731/2014

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I – METAS FISCAIS
2015

AMF – Demonstrativo I – Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013 (Realizado)			2014 (Orçado)			2015 (Estimado)		
	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)
Receita Total	13.456.786	11.792.819		15.700.000	13.171.141		17.550.000	14.723.154	
Receita Não-Financeira (I)	12.638.324	11.075.562		15.365.720	12.890.705		17.107.000	14.351.510	
Despesa Total	12.775.029	11.195.363		15.700.000	13.171.141		17.550.000	14.723.154	
Despesa Não-Financeira (II)	12.575.394	11.020.414		15.300.000	12.835.570		17.140.020	14.379.211	
Resultado Primário (I-II)	62.931	55.149		65.720	55.134		-33.020	-27.701	
Resultado Nominal	213.612	187.198		-880.000	-738.255		-29.264	-24.550	
Dívida Pública Consolidada	601.865	527.443		2.100.000	1.761.745		500.000	419.463	
Dívida Consolidada Líquida	398.189	348.952		1.220.000	1.023.490		0	0	

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Nota:

- NA = Não se aplica

- Os valores a preços correntes das receitas estão projetados pela análise de tendência, utilizando-se um modelo linear, tomando-se por base a arrecadação do exercício de 2013, o valor orçado para 2014 e o valor previsto para 2015, conforme memória e metodologia de cálculo adiante.

- Os valores a preços constantes estão deflacionados à razão de 5,5% ao ano como expectativa de inflação média anual.

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior (último exercício encerrado 2013), na forma do **art. 4º, § 2º, inciso I da LRF: demonstrado** em planilha anexa (**AMF Demonstrativo I Metas Anuais**), com base nos registros documentais do Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LRF art. 4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Correntes					
	2012	2013	%	2014	%	2015
Receita Total	13.100.000	13.620.000	3,97	15.700.000	15,27	17.550.000
Receita Não-Financeira (I)	12.393.000	13.538.000	9,24	15.365.720	13,50	17.107.000
Despesa Total	13.100.000	13.620.000	3,97	15.700.000	15,27	17.550.000
Despesa Não-Financeira (II)	13.035.650	13.536.070	3,84	15.300.000	13,03	17.140.020
Resultado Primário (I-II)	-642.650	1.930	-100,30	65.720	3.305,18	-33.020
Resultado Nominal	-81.382	-29.264	-64,04	-880.000	2.907,11	-29.264
Dívida Pública Consolidada	29.553	500.000	1.591,88	2.100.000	320,00	500.000
Dívida Consolidada Líquida	-528.511	0	-100,00	1.220.000	0,00	0

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Constantes					
	2012	2013	%	2014	%	2015
Receita Total	13.100.000	14.232.900	8,65	14.377.289	1,01	14.723.154
Receita Não-Financeira (I)	12.393.000	14.147.210	14,15	14.071.172	-0,54	14.351.510
Despesa Total	13.100.000	14.232.900	8,65	14.377.289	1,01	14.723.154
Despesa Não-Financeira (II)	13.035.650	14.145.193	8,51	14.010.989	-0,95	14.379.211
Resultado Primário (I-II)	-642.650	2.017	-100,31	60.183	2.884,02	-27.701
Resultado Nominal	-81.382	-30.581	-62,42	-805.861	2.535,18	-24.550
Dívida Pública Consolidada	29.553	522.500	1.668,01	1.923.077	268,05	419.463
Dívida Consolidada Líquida	-528.511	0	-100,00	1.117.216	0,00	0

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICADORES DE INFLAÇÃO					
2009	2010*	2011*	2012*	2013*	2014*
4,5	4,5	4,5	6,5	5,5	5,5

* Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

2008 = valor constante x 1,0590

2009 = valor constante x 1,00

2010 = valor constante x 1,045

2011 = valor constante / 1,092 (1,092 = 1,045 x 1,045);

2012 = valor constante / 1,141 (1,141 = 1,045 x 1,045 x 1,045)

2013 = valor constante / 1,192 (1,045 X 1,045 X 1,045, 1,045)

Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2012	%	2013	%
Patrimônio/Capital	4.332.653	6.348.446	46,53	7.762.926	22,28
Reservas	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-
TOTAL	4.332.653	6.348.446	46,53	7.762.926	22,28
REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2012	%	2013	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Notas: O crescimento do montante do Patrimônio Líquido verificado nos exercícios de 2012 e 2013 se deveu, principalmente, ao acréscimo patrimonial oriundo da incorporação de Bens adquiridos e/ou construídos e da incorporação de Dívida Ativa.

Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS Consolidado	2013 (a)	2012 (a)	2011 (a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	201.750,00	52.650,00	67.473,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	201.750,00	52.650,00	67.473,10

DESPESAS LIQUIDADAS Consolidado	2013 (b)	2012 (b)	2011 (b)
DESPESAS DE CAPITAL	1.263.693,34	2.818.692,35	1.872.264,08
Investimentos	1.114.225,72	2.716.529,93	1.814.914,88
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	149.467,62	102.162,42	57.349,18
TOTAL	1.263.693,34	2.818.692,35	1.872.264,08

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

Art. 4º, § 2º, IV da LRF

Nota: Não se aplica. O Município não possui regime próprio de Previdência.

Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2013	2014	2015	
IPTU e Taxas Agregadas	Desconto	Pagamento cota única	8.731	9.000	9.000	Dispensado conf. Art. 14, I da Lrf
IPTU e Taxas Agregadas	Isenção	Aposentados e Pensionistas	1.527	1.600	1.600	Idem
IPTU e Taxas Agregadas	Desconto	Loteamentos urbanos	2.013	2.050	2.050	Idem
TOTAL			11.743	12.650	12.650	

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbê do Sul

Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (excluída a Câmara de Vereadores)

LRF, art. 4º, § 2º,

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADAS EXERCÍCIO 2013	PROJETADAS EXERCÍCIO 2014	EXPANSÃO R\$
Despesa Pessoal e Encargos	6.745.625	7.383.152	627.527
Outras Despesas de Custeio	4.715.542	6.130.776	1.415.234
Juros e Encargos da dívida	50.167	120.000	68.833
TOTAIS	11.511.334	13.633.928	2.122.594

Timbê do Sul, 11 setembro de 2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Anexo Lei Nº 1.731/2014**MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL - SC
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2015****MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS
RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINALE MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA****I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas**

As metas anuais de Receitas foram calculadas a partir das Receitas Orçamentárias, conforme indicadores do Anexo I ao presente memorial:

Notas referentes ao Anexo I do memorial:

A Estimativa da receita para o exercício de 2015 foi calculada pela análise de tendência, utilizando-se um modelo linear, tomando-se por base a arrecadação de cada receita nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e o valor previsto para 2014.

A metodologia consiste em encontrar a reta que melhor se ajusta aos valores dados. Esta reta é do tipo $y = ax + b$, onde:

$$(1) a = \frac{\sum xy - (\sum x \cdot \sum y)/n}{\sum x^2 - (\sum x)^2/n} \quad \text{e} \quad (2) b = y \text{ méd} - a \cdot x \text{ méd}$$

Neste caso: x representa o ano sendo analisado e y representa as receitas nos anos analisados, conforme planilhas que compõe a memória de cálculo anexa.

Usando, finalmente, os valores determinados para a e b e projetando as receitas para o quadriênio 2014/2017: $y = ax + b$

As Receitas oriundas de Transferências de Recursos do SUS, FNAS, FNDE, exceto o FUNDEB, o Salário Educação, e as Transferências do Estado para o Programa de Transporte Escolar, foram calculadas para o exercício de 2015, com base nos repasses mensais de cada programa, arrecadados até julho de 2014, em virtude da irregularidade na atualização dos valores pelo Governo Federal, não permitindo a projeção de cálculo.

As Transferências de Capital foram previstas para o exercício de 2015 em conformidade com a expectativa da captação de recursos através Operações de Crédito e convênios junto ao Governo Federal e Estadual, para executar as ações assim especificadas no Anexo de Prioridades e Metas.

Caso se concretize a captação de recurso acima do previsto, o orçamento poderá ser suplementado através de crédito adicional conforme Lei 4.320/64, desde que garantido o ingresso desses recursos nas contas bancárias a eles vinculadas.

1-a Memória e Metodologia de Cálculo das principais Receitas**1 - Receita Tributária**

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011 (*)	270.981,67	
2012 (*)	465.875,40	71,92
2013 (*)	465.462,85	-0,1
2014 (**)	551.000,00	18,37
2015 (**)	636.000,00	15,43

(*) Arrecadada (**) Projetada

2 – Cota-parte Fundo de Participação dos Municípios

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	4.785.022,07	
2012 (*)	5.136.455,71	7,34
2013 (*)	5.274.820,81	2,69
2014 (**)	6.300.000,00	19,43
2015 (**)	7.000.000,00	11,11

(*) Arrecadada (**) Projetada

3 - Transferências de Recursos do SUS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	538.615,09	
2012 (*)	629.071,61	16,79
2013 (*)	582.352,35	-7,42
2014 (**)	880.000,00	51,11
2015 (**)	900.000,00	2,27

(*) Arrecadada (**) Projetada

4 - Cota-Parte do ICMS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	3.273.141,61	
2012 (*)	3.441.132,46	5,13
2013 (*)	3.618.791,57	5,16
2014 (**)	4.500.000,00	24,35
2015 (**)	4.900.000,00	8,89

(*) Arrecadada (**) Projetada

II – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas

As metas anuais de Despesa foram calculadas a partir das principais despesas Orçamentárias Consolidadas. Segue abaixo, memória e metodologia de cálculo:

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$ 1,00		
	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	12.770.000	13.633.928	14.957.900
Pessoal e Encargos Sociais	5.800.000	7.383.152	7.450.000
Juros e Encargos da Dívida	50.000	120.000	300.000
Outras Despesas Correntes	6.920.000	6.130.776	7.207.900
DESPESAS DE CAPITAL	840.000	2.050.000	2.578.120
Investimentos	640.000	1.800.000	2.482.120
Amortização da Dívida	200.000	250.000	96.000
RESEVA DE CONTINGÊNCIA	10.000	16.072	13.980
TOTAL	13.620.000	15.700.000	17.550.000

II.a – Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas (Dados Consolidados)

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal R\$	Variação %
2010	4.381.400	
2011	4.628.120	5,63
2012	5.701.143	23,18
2013	5.800.000	1,73
2014	7.383.152	27,30
2015	7.450.000	0,91

Nota: A projeção da despesa do Grupo de Natureza de Pessoal e Encargos Sociais para 2014 foi calculada com base no percentual do gasto sobre a receita corrente líquida dos últimos 12 meses na data-base julho de 2014.

Amortização e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal R\$	Variação %
2010	50.000	-
2011	63.350	26,70
2012	121.948	92,50
2013	200.000	64,00
2014	250.000	25,00
2015	96.000	(61,60)

Nota: O volume de despesas com Amortização e Encargos da Dívida tem origem no pagamento do parcelamento de débitos junto ao INSS e da operação de crédito contratada pelo município em 2013.

Reserva de Contingência

Metas Anuais	Valor Nominal R\$	Variação %
2010	9.000	
2011	9.500	5,56
2012	10.000	5,26
2013	10.000	-
2014	16.072	60,72
2015	13.980	-13,02

Nota: Os valores fixados para a Reserva de Contingência tiveram sua avaliação baseada na possibilidade de elevação dos resultados dos julgamentos de processos judiciais contrários à Fazenda do Município, na assistência a catástrofes e outros riscos fiscais.

III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Em atendimento ao artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, fazemos, a seguir, uma explanação a respeito da memória e metodologia de cálculo das metas de resultado primário, para o exercício financeiro a que se refere a LDO e para os dois exercícios subsequentes.

As metas anuais do Resultado Primário foram calculadas a partir dos indicadores de receitas, conforme Anexo II ao presente memorial.

Notas referentes ao Anexo II do memorial:

- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

META FISCAL - RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	700.000	600.000	2.100.000	880.000
DEDUÇÕES (II)	780.000	880.000	880.000	-
Ativo Disponível	800.000	900.000	900.000	300.000
Haveres Financeiros	30.000	30.000	30.000	30.000
(-) Restos a Pagar Processados	50.000	50.000	50.000	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(80.000)	(280.000)	1.220.000	880.000
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(80.000)	(280.000)	1.220.000	880.000
<hr/>				
RESULTADO NOMINAL	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
		(200.000)	940.000	(340.000)

Notas: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional.

V – Metodologia e memória de cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado: das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; das operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida corresponde à dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

META FISCAL MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICAÇÃO	2012 (d)	2013 (e)	2014 (f)	2015 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	700.000	600.000	2.100.000	880.000
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Outras Dívidas	700.000	600.000	2.100.000	880.000
DEDUÇÕES (II)	880.000	880.000	880.000	330.000
Ativo Disponível	900.000	900.000	900.000	300.000
Haveres Financeiros	30.000	30.000	30.000	30.000
(-) Restos a Pagar Processados	50.000	50.000	50.000	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	(180.000)	(280.000)	1.220.000	550.000

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Timbé do Sul, 08/10/2014.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito M

unicipal

Anexo Lei Nº 1.731/2014

MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

AMF – Demonstrativo I – Metas Anuais

ESPECIFICAÇÃO	2012 (Realizado)			2013 (Realizado)			2014 (Orçado)			2015 (Estimado)		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (NA)
Receita Total	13.134.416	11.510.311		13.456.786	11.289.250		15.700.000	13.171.141		17.550.000	14.723.154	
Receita Não-Financeira (I)	13.008.199	11.399.701		12.638.324	10.602.621		15.365.720	12.890.705		17.107.000	14.351.510	
Despesa Total	13.638.972	11.952.478		12.775.029	10.717.306		15.700.000	13.171.141		17.550.000	14.723.154	
Despesa Não-Financeira(II)	13.517.024	11.845.609		12.575.394	10.549.827		15.300.000	12.835.570		17.140.020	14.379.211	
Resultado Primário (I-II)	-508.825	-445.907		62.931	52.794		65.720	55.134		-33.020	-27.701	
Resultado Nominal	687.563	602.544		213.612	179.204		-880.000	-738.255		-880.000	-738.255	
Dívida Pública Consolidada	97.008	85.013		601.865	504.920		550.000	461.409		550.000	461.409	
Dívida Consolidada Líquida	-275.381	-241.330		398.188	334.050		-80.000	-67.114		-80.000	-67.114	

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício**Anterior** (último exercício encerrado 2013)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2013 (a)	% PIB (NA)	Metas realizadas em 2013 (b)	% PIB (NA)	VARIACÃO	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	13.100.000		13.456.786		356.786	2,72
Receita Não-Financeira (I)	12.330.000		12.638.324		308.324	2,50
Despesa Total	13.100.000		12.775.029		-324.971	(2,48)
Despesa Não-Financeira (II)	12.918.000		12.575.394		-342.606	(2,65)
Resultado Primário (I-II)	-705.650		62.930		768.580	(108,92)
Resultado Nominal	-527.129		213.612		740.741	(140,52)
Dívida Pública Consolidada	700.000		601.865		-98.135	(14,02)
Dívida Consolidada Líquida	-447.129		398.189		845.318	(189,05)

Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Correntes									
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015
Receita Total	10.803.045	11.288.913	4,50	13.134.416	16,35	13.620.000	3,70	15.700.000	15,27	17.550.000
Receita Não-Financeira (I)	10.797.129	11.282.321	4,49	13.008.199	15,30	13.538.000	4,07	15.365.720	13,50	17.107.000
Despesa Total	10.803.045	11.288.913	4,50	13.638.972	20,82	13.620.000	-0,14	15.700.000	15,27	17.550.000
Despesa Não-Financeira (II)	10.739.695	11.225.063	4,52	13.517.024	20,42	13.536.070	0,14	15.300.000	13,03	17.140.020
Resultado Primário (I-II)	57.434	57.258	-0,31	-508.825	-988,65	1.930	-100,38	65.720	3.305,18	-33.020
Resultado Nominal	-321.547	-424.845	32,13	-527.129	24,08	29.264	-105,55	-880.000	-3.107,11	-880.000
Dívida Pública Consolidada	144.153	75.670	-47,51	97.008	28,20	500.000	415,42	2.100.000	320,00	550.000
Dívida Consolidada Líquida	-366.883	-962.944	162,47	-275.381	-71,40	0	-100,00	1.220.000	100,00	-80.000
										0,00

ESPECIFICAÇÃO	Valores a Preços Constantes									
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015
Receita Total	10.803.045	10.802.788	0,00	12.027.854	11,34	12.472.527	3,70	14.377.289	15,27	16.071.429
Receita Não-Financeira (I)	10.797.129	10.796.479	-0,01	11.912.270	10,33	12.397.436	4,07	14.071.172	13,50	15.665.751
Despesa Total	10.803.045	10.802.788	0,00	12.489.901	15,62	12.472.527	-0,14	14.377.289	15,27	16.071.429
Despesa Não-Financeira (II)	10.739.695	10.741.687	0,02	12.378.227	15,24	12.395.668	0,14	14.010.989	13,03	15.695.989
Resultado Primário (I-II)	57.434	54.792	-4,60	-485.957	-950,40	1.767	-100,38	60.183	3.305,18	-30.238
Resultado Nominal	-321.547	-406.550	26,44	-482.719	18,74	26.799	-105,55	-805.861	-3.107,11	-805.861
Dívida Pública Consolidada	144.153	72.412	-49,77	88.835	22,68	457.875	415,42	1.923.077	320,00	503.663
Dívida Consolidada Líquida	-366.883	-921.478	151,16	-252.180	-72,63	0	-100,00	1.117.216	0,00	-73.260
										0,00

Timbé do Sul, 08/10/2014

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

Divulga Resultado do Exame Psicotécnico do Cargo de Agente de Trânsito E Transporte do Concurso Público N.º 001/2014

ATO 015/iobv/ADM01/14

DIVULGA RESULTADO DO EXAME PSICOTÉCNICO DO CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2014

O Prefeito de Timbó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal e o artigo 50 incisos II, V, VII e X da Lei Orgânica do Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração, juntamente com a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público, nomeada pela Portaria nº 1038/2014, torna público o que segue:

1. O resultado do exame psicotécnico do cargo de Agente de Trânsito e Transporte segue abaixo divulgado por ordem alfabética.
2. Os recursos contra o resultado do exame psicotécnico podem ser interpostos nos dias 09, 10 e 13 de outubro nos termos do edital.

Timbó (SC), 08 de Outubro de 2014.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

ANEXO I

RESULTADO DO EXAME PSICOTÉCNICO DO CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

Cargo: 02. Agente de Trânsito e Transporte				
Inscrição	Candidato	Nascimento	Exame Psico-técnico	Situação
0150	ADIR WETZEL	06/06/1984	Apto	Classificado
0054	ALEXANDRE EDUARDO CAVILHA	27/04/1994	Apto	Classificado
0115	ANDREY HENRIQUE WAMSER	22/09/1989	Apto	Classificado
0025	ANTONIO MARCOS ALVES	05/01/1976	Apto	Classificado
0114	ARIEL EMÍLIO COELHO	26/10/1991	Apto	Classificado
0179	CAROLINE HEYING	04/10/1995	Apto	Classificado
0034	CLEBER BACKLOCH	20/04/1992	Apto	Classificado
0152	CLEIVAN CEZAR DUTRA	18/02/1992	Apto	Classificado
0033	CLESIO WAMSER	24/02/1983	Apto	Classificado

0149	DJANILDO AMORIM DE MOURA	02/11/1980	Apto	Classificado
0089	DOUGLAS ADRIANO AGOSTINI	17/02/1995	Apto	Classificado
0128	EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR	02/12/1977	Apto	Classificado
0064	EDUARDO EUGÊNIO AGOSTINI	09/08/1986	Apto	Classificado
0053	ELIZETE DE ALMEIDA	17/10/1989	Apto	Classificado
0057	EMILENE MONTEIRO DA CUNHA MELIORINI	20/05/1983	Apto	Classificado
0038	EVERTON JOACIR RIBEIRO	08/07/1992	Apto	Classificado
0024	GIOVANI EUSÉBIO	09/01/1982	Apto	Classificado
0076	IRANI ROEDER	01/10/1974	Apto	Classificado
0166	ISAC CARLOS DE LIMA	30/11/1990	Apto	Classificado
0081	JESSICA PATRICK ZACARIAS	14/02/1990	Apto	Classificado
0098	JOHANN GAEDKE	06/06/1994	Apto	Classificado
0127	JONAS ROMEU BOZZETTI	31/03/1980	Apto	Classificado
0136	LORIVAN DE MELLO	16/11/1986	Apto	Classificado
0125	LOURENÇO DE ALBUQUERQUE MARTINS	27/08/1981	Apto	Classificado
0139	LUANA CARLA SALVI	09/09/1991	Apto	Classificado
0092	MARILENE DAS GRAÇAS CAPISTRANO	24/09/1975	Apto	Classificado
0111	MARLON CRISTIANO RAHN	19/06/1985	Apto	Classificado
0078	MOACIR JOSÉ BLUNK	28/06/1979	Apto	Classificado
0002	RODRIGO CAUÊ SARTORI	24/06/1989	Apto	Classificado
0154	ROGER DANIEL PEYERL DREWS	17/07/1995	Apto	Classificado
0026	SIDINEI DE VARGAS GIRARD	20/11/1980	Apto	Classificado
0119	THAISE CAROLINE DA SILVA	11/07/1995	Apto	Classificado
0027	THIAGO BUSARELLO	23/09/1986	Apto	Classificado

0017	THIAGO KRUGER	18/02/1988	Apto	Classificado
0160	VAGNER PEROZA	01/07/1989	Apto	Classificado
0109	VITOR KALAF	11/06/1986	Apto	Classificado
0103	JHONY FABRICIO ALVES GUERREIRO	21/11/1987	Ausente	Eliminado

Aviso Pregão Presencial N.º 12 2014 Fumtran - Veículo Urbano de Carga

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 12/2014 - FUMTRAN

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de 01 (um) veículo urbano de carga, novo, sem uso, especificado no Anexo I (termo de referência) para atender as necessidades do DEMUTRAN (repetição total Pregão Presencial n.º 10/2014 FUMTRAN). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 22 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 22 de outubro de 2014 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 08/10/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Extrato Primeiro Termo Aditivo Ata de Registro - 125.2013 PMT - Ch Tur

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 125/2013

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: CH Tur Agência de Viagens e Turismo Ltda Me.

OBJETO: Acréscimo ao valor, no percentual de 25%, que corresponde a R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais), considerando o aumento na prestação dos serviços/fornecimentos.

DATA DA ASSINATURA: 06/10/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SAMAE

Portaria No SAMAE -118 de 05 de Outubro de 2014

PORTARIA No SAMAE -118 DE 05 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, a Servidora LUIZA DO ROSÁRIO TABAKA, contratada temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 06/10/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal LUIZA DO ROSARIO TABAKA, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 086 de 30 de junho de 2014, a contar de 06 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE -119 de 05 de Outubro de 2014

PORTARIA No SAMAE -119 DE 05 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor FABIO STEUCK, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 06/10/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal FABIO STEUCK, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 109 de 01 de setembro de 2014, a contar de 06 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Lei 1194/2014

LEI Nº 1194/2014 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a aditar o Convênio celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de SMOESTE-SC e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Tunápolis autorizado a aditar o Convênio celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de SMOESTE-SC (APAS), alterando o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme autorização prevista na Lei 1.169/2014, para R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no presente exercício financeiro.

Art. 2º A prestação de contas referente aos repasses deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64 e da IN nº 14/2012 do TCE-SC, dos seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento do corrente exercício:

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 08 de Outubro de 2014
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

Processo de Licitação Nº 27/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 24/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2014

Edital de Pregão Presencial nº 24/2014

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a contratação de serviços de impressão gráfica para a impressão cadernetas e folders, para as atividades do Fundo Municipal da Saúde. Entrega dos envelopes até às 23 de outubro de 2014, às 10h15min. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Processo de Licitação Nº 114/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 78/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 114/2014

Edital de Pregão Presencial nº 78/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a aquisição de carnes diversas e água mineral serem utilizados para merenda escolar dos alunos da Educação Básica. Entrega dos envelopes às 13h15min do dia 22 de outubro de 2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

.

Turvo

PREFEITURA

Portaria 322/2014

PORTARIA Nº 322/14, de 01 de Outubro de 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor PAULO CESAR ANGELONI, CPF nº. 561.325.819-87, matrícula nº. 1223, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Motorista II, no período de 01.10.2014 a 13.11.2014, referente ao período aquisitivo de 15.04.2009 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 323/2014

PORTARIA Nº 323/14, de 01 de Outubro de 2014.
CESSA CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 97, da Lei nº. 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Cessar a concessão da Licença sem Remuneração concedida à servidora JANETE BÁ, CPF nº 772.406.770-87, matrícula nº 1889, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 324/2014

PORTARIA Nº 324/14, de 01 de Outubro de 2014.
EXONERA SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORARIO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor VALDIR DA SILVA, CPF nº 284.050.729-34, matrícula nº. 3186, exercendo a Função Pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 325/2014

PORTARIA Nº 325/14, de 01 de Outubro de 2014.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.10.2014 a 30.10.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO
2533	Juliana Martins Teixeira	01.12.2012 a 30.11.2013
1914	Rodrigo Casteller Vicentin	02.06.2013 a 01.06.2014
1246	Cassia Panatto Dagostin	23.06.2013 a 22.06.2014
0719	Maria Aparecida Brina	18.02.2013 a 17.02.2014
1885	Susana Spader	07.05.2012 a 06.05.2013
1144	Katia Cristina Biz	01.04.2013 a 31.03.2014
2939	Jucelir Rabelo Zilli	08.07.2013 a 07.07.2014
1249	Jerusa Feltrin Bardini	30.06.2013 a 29.06.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 326/2014

PORTARIA Nº 326/14, de 01 de Outubro de 2014.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Edilson Damiani Fernandes	074.443.109-39	Centro de Triagem

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 01 de Outubro de 2014 e encerrará em 10 de Novembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel - Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 327/2014

PORTARIA Nº 327/14, de 01 de Outubro de 2014.

DEMITE A PEDIDO MOTORISTA SOCORRISTA, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Motorista Socorrista - SAMU, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Anderson Felisberto	023.554.019-69	2074

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 328/2014**

PORTARIA Nº 328/14, de 01 de Outubro de 2014.

CONVERTE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 101, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995(Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Converter a licença prêmio em dinheiro na razão de 50(cinquenta) por cento do servidor MARIO SEMPREBOM, CPF nº 469.886.109-87 matrícula nº 0058, referente ao período aquisitivo de 01.01.1993 a 31.08.2011, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 329/2014**

PORTARIA Nº 329/14, de 03 de Outubro de 2014.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA VICILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA AMBIENTAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor VALCIR DA SILVA, CPF nº 918.764.949-72, matrícula nº 0970, ocupante do cargo em caráter efetivo de Técnico em Enfermagem, para responder pela Vigilância Sanitária com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais e pela Vigilância Ambiental com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sem remuneração para desempenho das atividades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 122/13 de 01 de abril de 2013.

Turvo (SC), 03 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.**Portaria 330/2014**

PORTARIA Nº 330/14, de 03 de Outubro de 2014.

ADMITE TÉCNICO DE ENFERMAGEM EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31

de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando, que não existem mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir as servidoras abaixo relacionadas, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Técnico de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Tatiana Regina Ronsani Vito	030.825.319-11
Marilise Schinato	884.122.530-00

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria iniciará em 03 de Outubro de 2014 e encerrará em 05 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 03 de Outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 331/2014

PORTARIA Nº 331/14, de 06 de Outubro de 2014.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. ADAIR CONSTANTE, CPF nº 636.982.429-15, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Transportes e Obras, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Notificação de Repasse 22/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Termo de Compromisso nº TC/PAC 0428/14
Objeto: Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário
Origem dos Recursos: FUNASA
Valor da 1ª Parcela: 988.269,53
Data do repasse da parcela: 06/10/14

Turvo/SC, 06 de outubro de 2014.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Processo 061/2014 TP 013/2014

EXTRATO DO EDITAL PARA PUBLICAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, MEDIANTE O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, TENDO COMO OBJETO O TRATAMENTO PAISAGÍSTICO E REMODELAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE DE VARGEM BONITA, compreendendo obras de: a) Intervenção Urbana: obras civis e de mobiliário urbano; b) Intervenção Paisagística de espaços públicos; conforme especificações do Memorial Descritivo, Projeto Arquitetônico, Plantas, Planilhas Orçamentárias e demais Anexos que compõem o Projeto Executivo de Engenharia, parte integrante do Edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Orçamento Municipal.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 28 de Outubro 2014 às 14:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 08 de Outubro de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº. 79/2014 - Locação Figuras Natalinas

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame locação de 35 peças produzido em estrutura metálica e mangueira luminosa decorativa E 01 árvore luminosa com a finalidade de permanecerem instaladas em Avenida Pública do Município no período de 08 de novembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 79/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 21 de outubro de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 21 de outubro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 08 de outubro de 2014.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0421/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0421/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: MICHELE CATARINA DE SOUZA
 CPF: 004.133.329-26
 VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0470/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0470/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: JOSIANE MOREIRA RODRIGUES
 CPF: 096.186.239-47
 OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.146,59 (dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) e em substituição à servidora MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI em licença-maternidade, conforme portaria n. 0709/14" para "R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) e em substituição a MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI em licença para tratamento de saúde de membro da família, conforme processo administrativo n. 16404/2014".
 VIGÊNCIA: de 20 de maio de 2014 até 19 de setembro de 2014
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0579/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0579/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: DIRLEI ZUFFO
 CPF: 460.990.699-68
 VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2013 até 30 de junho de 2015
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Contrato N. 0581/14

Extrato do Contrato n. 0581/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: ANA PAULA CANDIAGO
 CPF: 081.449.859-07
 OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ANGELINA ANGREWSKI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO
 VIGÊNCIA: de 01 de setembro de 2014 a 01 de dezembro de 2014
 FUNÇÃO: PROFESSORA - Educação Infantil
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
 SALÁRIO BASE: R\$ 2.189,52 (dois mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)

Retificação Pregão Presencial Nº 131/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014 - PMV
 RETIFICAÇÃO
 O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica SUPRIMIDO o item 6.5 do edital de Pregão Presencial nº

131/2014-PMV, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA SEREM INSTALADOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, tendo em vista equívoco na formulação do mesmo. Ficam inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes documentação e proposta. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 07 de Outubro de 2014.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 145/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 145/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE TOLDOS, CALHAS, CERCAS E PORTÕES EM ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 05/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 08 de Outubro de 2014.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 4º Colocado - Empresa: Roberto Tessaro & Cia

LAUDO DAS AMOSTRAS

4ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Roberto Tessaro & Cia, inscrita no CNPJ sob nº 85.248.680/0001-10, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
124	UN	FITA DUPLA FACE DE ESPUMA FIXA FORTE 24MM X 1,5M	3M	Aprovada
136	UN	GRAMPEADOR DE MESA, ESTRUTURA METÁLICA, DURÁVEL, PARA ALFINETAR E GRAMPEAR, GRAMPO 26/6. ALFINETA 15 FOLHAS E GRAMPEIA 26 FOLHAS (REFERÊNCIA PAPEL 75 G).	LIKE	APROVADA

157	CXA	LAPIZÃO DE CERA, NÃO TÓXICO, CONTENDO 12 UNIDADES CADA CAIXA. COMPOSIÇÃO: CERAS E PIGMENTOS ATÓXICOS.	MARIPEL	Aprovada
165	RESMA	PAPEL A4 210 X 297 MM ALCALINO 75G/M2 ULTRA BRANCO RESMA COM 500 FOLHAS	SOLCOPY	APROVADA

Videira (SC), 07 de outubro de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
---------------------------------------	---

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

Sérgio Ozelami
Fundação Municipal de Esportes

Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 4º Colocado - Empresa: Dipar Distribuidora de Papéis Ltda

LAUDO DAS AMOSTRAS
4ª COLOCADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 82.803.230/0001-53, não apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
29	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR AMARELA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	LYKE	DECLASSIFICADA Não apresentou amostra
30	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR LARANJA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	LYKE	DECLASSIFICADA Não apresentou amostra

31	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR ROSA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	LYKE	DECLASSIFICADA Não apresentou amostra
32	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR VERDE FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	LYKE	DECLASSIFICADA Não apresentou amostra
33	CXA	CANETA DESTACA TEXTO VÁRIAS CORES FLUORESCENTES DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	LYKE	DECLASSIFICADA Não apresentou amostra

Videira (SC), 7 de outubro de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
---------------------------------------	---

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

Sérgio Ozelami
Fundação Municipal de Esportes

Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 4º Colocado - Empresa: Dial Departamentos Eirelli Epp

LAUDO DAS AMOSTRAS

4º COLOCADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Dial Departamentos Eirelli EPP, inscrita no CNPJ sob nº 09.008.570/0001-00, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
38	EST	CANETINHA HIDROGRÁFICA, COMPOSIÇÃO: ÁGUA, CORANTES E UMECTANTES, PONTA MÉDIA E RESISTENTE, TAMPAS ANTIFIXANTES COM VEDAÇÃO ADEQUADA, PRODUTO ATÓXICO, TINTA LAVÁVEL, ESTOJO COM 12 UNIDADES.	COMPACTOR	APROVADA

206	UN	PASTA SUSPENSIVA MARMORIZADA PLASTIFICADA, CORPO EM CARTÃO, COM 2 HASTES PLÁSTICAS, COM VISOR + ETIQUETA BRANCA E 1 GRAMPO PLÁSTICO CADA UMA, GRAMATURA 336 G, ESPESSURA: 0,30 MM, MEDINDO: 361X240MM.	ICL	APROVADA
-----	----	--	-----	----------

Videira (SC), 07 de OUTUBRO de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
Camila Strapazon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

Sérgio Ozelami
Fundação Municipal de Esportes

Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 4º Colocado - Empresa: Objetiva Comercio de Equipamentos Ltda

LAUDO DAS AMOSTRAS

4ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 11.499.653/0001-83, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
37	UN	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESCRITA MÉDIA, COMPOSIÇÃO DO MATERIAL EM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, CORANTES E SOLVENTES, CORPO REDONDO, NA COR AZUL	COMPACTOR	APROVADA

Videira (SC), 07 de OUTUBRO de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
Camila Strapazon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

Sérgio Ozelami
Fundação Municipal de Esportes

Pregão Presencial Nº 146/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 146/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MÓVEIS EM GERAL PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 18/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026

Videira/SC, 08 de Outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação Nº 17/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2014 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2014

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA ESPECIFICADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO, RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA, PREVIAMENTE APROVADO EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, NA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES COMPARTILHADAS..

FORNECEDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA.

VALOR: R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais)

VIGÊNCIA: Inicia-se em 08/10/2014, com duração até o dia 31/12/2014.

FUNDAMENTO: Art. 24, XXVI da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 08 de Outubro 2014.

WILMAR CARELLI

PREFEITO MUNICIPAL

Xavantina

PREFEITURA

Ata PP 57-2014 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - PMXV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSERTAR TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6, SÉRIE B21003, PERTENCENTE À FROTA DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, CONFORME RELAÇÃO DE LOTES, ITENS E ESPECIFICAÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, Soraia Ellis Budke e Taciane Caon, designada pelo Decreto 006/2014, com a finalidade de efetuar a abertura e o julgamento dos envelopes de Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação, referentes à licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as seguintes empresas: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA que não mandou representante para a sessão; A empresa DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada pelo Sr. DANIMAR ADÃO DA SILVA, CPF nº 051.412.679-54; A empresa RETÍFICA MOCELLIN LTDA, representada pelo Sr. EDER LUIZ SALLET, CPF nº 464.548.532-68. Aberta a sessão pública foram conferidos e rubricados os envelopes, sendo que foi verificado que todos estavam lacrados e foram protocolados dentro do prazo previsto no Item 1.2 do Edital. Na sequência, procedendo-se à abertura dos Envelopes nº 01 - Proposta Comercial, sendo que as propostas foram rubricadas pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e pelos representantes presentes. A empresa RETÍFICA MOCELLIN LTDA solicitou a desclassificação da proposta da empresa DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA pois a mesma não cotou as peças genuínas conforme pedia edital, não apresentou o Alvará de Localização da Empresa, nem comprovante de distância de Assistência Técnica. A empresa DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA solicitou a desclassificação da proposta da empresa RETÍFICA MOCELLIN LTDA pois a mesma cotou em sua proposta como marca genuína, porém segundo a solicitante a palavra genuína não condiz com marca. Assim a comissão abre prazo de três dias úteis a contar do dia de hoje, sendo até as 16:00 horas do dia 13/10/2014, para ambas as empresas DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA e RETÍFICA MOCELLIN LTDA apresentarem seus recursos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e pelos representantes presentes.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio
Soraia Ellis Budke Membro da Equipe de Apoio	Taciane Caon Membro da Equipe de Apoio
DJL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA Danimar Adão da Silva	RETÍFICA MOCELLIN LTDA Eder Luiz Sallet

Contrato Nº 106/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI EPP.

Número do Contrato: 106/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE TODAS AS FASES DE UM CONCURSO PÚBLICO PARA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 08/10/2014.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Portaria 142/2014

PORTARIA Nº 142/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Sr. LUCIANO ANTONIO ALTENHOFEN, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 13/10/2012 à 12/10/2013, a contar do período de 15/09/2014 à 14/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 15 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 143/2014

PORTARIA Nº 143/2014

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a Portaria nº 193/2013, a qual concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor público, João Mauricio Gabiatti;

Considerando a Portaria nº 218/2013, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas ao servidor público, João Mauricio Gabiatti;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 22 (vinte e dois) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 22 (vinte e dois) dias de férias remanescentes ao Servidor Público Municipal, SR. JOÃO MAURICIO GABIATTI, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 12/11/12 à 11/11/13, a contar do período de 25/09/2014 à 16/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 24 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 144/2014

PORTARIA Nº 144/2014

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 141/2014, que concedeu 30 (trinta) dias de férias ao servidor Delmar Dal Bello;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o Sr. DELMAR DAL BELLO, ocupante do cargo efetivo de Obreiro, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal, a contar da data de 01 de outubro de 2014.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 01 de outubro de 2014, sendo que os 08 (oito) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 24 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 145/2014

PORTARIA Nº 145/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso X da Lei

Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o atestado médico apresentado, acompanhado da certidão de nascimento de seus filhos;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade à Servidora Pública Municipal, Sra. Catia Mara Comann Boff, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Setembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 146/2014

PORTARIA Nº 146/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sra. Alessandra de Carli Tedesco, ocupante do cargo comissionado de Diretor, referente ao período aquisitivo de 06/06/2013 à 05/06/2014, a contar do período de 02/10/2014 à 31/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 02 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 147/2014

PORTARIA Nº 147/2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sra. Aline Vasconcelo Battisti, ocupante de cargo em

caráter temporário de Professor, referente ao período aquisitivo de 04/03/2013 à 03/03/2014, a contar do período de 06/10/2014 à 04/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 02 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 148/2014

PORTARIA Nº 148/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA TESOURARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE DAL BOSCO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Servidora Catia Mara Cosmann, ocupante do cargo de Tesoureira, a qual se encontra em período gestacional;

Considerando a eventual falta da referida servidora, responsável pela tesouraria do Município de Xavantina;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor JOSELINO LUIZ NAISSINGER para responder pela Tesouraria, inclusive para a movimentação de todas as contas da Prefeitura - CNPJ: 83.009.878/0001-15, Fundo Municipal de Saúde (FMS) - CNPJ: 10.441.099/0001-10, Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) - CNPJ: 14.469.730/0001-40 e Fundo Municipal de Infância e Adolescência (FIA) - CNPJ: 18.896.919/0001-70, na eventual falta ou porquanto perdurar o afastamento da titular.

Art. 2º A presente nomeação se fará sem ônus para o Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria municipal nº 138 de 28 de Agosto de 2014.

Xavantina (SC), 02 de Outubro de 2014.

JOSE DAL BOSCO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

Chamada Publica 012/2014

AVISO DE CHAMADA PUBLICA 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 82.854.670/0001-30, com sede à Rua Rui Barbosa, 347, Centro, Estado de Santa Catarina, representado por seu Prefeito, Sr. Idacir Antônio Orso, no uso de suas atribuições e atendimento ao disposto na Lei nº 8.666/93, CONVOCA a todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que, já prestam serviço de táxi no município de Xaxim, para apresentarem documentos que comprovem a prestação de serviço, para fins de outorga de concessão, conforme dispõe o § 3º, do art. 5º da Lei Municipal nº 3993/2014, ficando o presente edital aberto pelo prazo de quarenta dias contados da publicação deste, o qual poderá ser retirado pelo site www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim - SC, 08 de outubro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

FECAM

Edital de Convocação Nº 003/2014 - Coas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2014 - COAS

A Presidente do Colegiado Estadual de Assistência Social da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, JANICE MERIGO, Assistente Social da FECAM, no uso de suas atribuições, CONVOCA os senhores e senhoras Assistentes Sociais das associações de municípios e/ou coordenadores dos Colegiados Regionais de Assistência Social, vinculados as 21 Associações de Municípios que compõem o Colegiado Estadual de Assistência Social, para reunião.

Data: 03 e 04 de novembro de 2014.

Hora: Início às 9h do dia 03/11, término no dia 04/11 às 12h.

Local: Hotel Tirol - Rua São Vicente de Paula, 111 - Centro - Treze Tílias/SC.

Ordem do dia:

1. Conferência AS
2. Conferência Idoso
3. Conferência Criança e Adolescente
4. Plano Estadual de Medidas socioeducativas
5. Planos de Medidas Socioeducativas
6. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
7. Recursos da Assistência Social
8. Normatização dos Colegiados - FECAM
9. Fluxo de comunicação entre FECAM e Colegiados Regionais
10. Parecer da FECAM 3181 - Secretarias de Assistência Social
11. Cadastro Nacional de Entidades - até dezembro - Res. 14/2014
12. Núcleo de Educação Permanente - SUAS (SST)
13. Plano de Acompanhamento e Apoio aos Municípios (SST)
14. Planejamento 2015
15. Demais assuntos

Florianópolis, 06 de outubro de 2014.

JANICE MERIGO

Assistente Social da FECAM

Presidente do Colegiado Estadual - COAS

Consórcios

CIS/AMURES

Ata Nº 07/2014 Comissão Licitação CIS/AMURES

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/AMURES

Aos sete dias do mês de Outubro de dois mil e quatorze, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Neiva Gláucia Fernandes Ribeiro, Presidente da Comissão e Pregoeira e equipe de apoio formada pelos senhores Guilherme Rangel Bianchini e André Santos de Oliveira. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento da seguinte empresa: HOLOS CLÍNICA MÉDICA LTDA; PHISIUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA E WINGS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e quatorze e Edital de Credenciamento de dois mil e quatorze, as referidas empresas foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das mesmas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade de licitação, o termo de ratificação e o Extrato de Inexigibilidade de Licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Neiva Gláucia Fernandes Ribeiro - Presidente Comissão de Licitação (Pregoeira); Guilherme Rangel Bianchini e André dos Santos Oliveira (equipe de apoio).

NEIVA GLAUCIA F. RIBEIRO

Presid. Comissão de Licitação CIS/AMURES

ANDRÉ DOS SANTOS OLIVEIRA

(Equipe de apoio)

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

(Equipe de apoio)

CISAM

Resolução CISAM/Mo Nº 27/2014

RESOLUÇÃO Nº 27/2014

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM Meio Oeste, na forma que especifica."

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequações orçamentárias face as demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para reforço da dotação orçamentária a seguir especificada:

Classificação	D E N O M I N A Ç ã O	FTE	DR	R\$
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	000	000	100,00
	TOTAL			100,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit apurado no Balanço Patrimonial do Exercício 2013, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), conforme quadro a seguir:

I - Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$
Superávit Financeiro	000	100,00
TOTAL		100,00

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.

Capinzal/SC, 01 de outubro de 2014.
Andevir Isganzella
Presidente CISAM Meio Oeste

CONSÓRCIO CISAMA

Resolução 02/2012 Acesso A Informação

RESOLUÇÃO nº. 02, de 11/09/2012.

Dispõe sobre o acesso à informação, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar - CISAMA, e dá outras providências.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA, Presidente do CISAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito do consórcio, segundo o disposto nesta Resolução e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Consórcio, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Parágrafo único. O SIC funcionará junto à Secretaria Executiva do CISAMA, localizada na rua Otacílio Viera da Costa, 112, centro, Lages/SC e será constituído por funcionários do seu quadro de pessoal.

Art. 3º Fica criada Comissão de Avaliação de Informações, CAI, com objetivo de esclarecer dúvidas e qualificar informações ou

documentos como sigilosos.

Parágrafo único. A CAI será constituída pelos seguintes funcionários: Presidente: Selênio Sartori; Membro: Lúcia Padilha de Arruda Ide.

Art. 4º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único. Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 5º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 6º O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 7º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 8º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 9º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

- I - enviar a informação ao endereço informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de

que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 10. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 11. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 12. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 13. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e

Parágrafo único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 14. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo CISAMA serão divulgadas, independente de requerimento, no site www.amures.org.br, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 15. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Parágrafo único. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Resolução.

Art. 16. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito do CISAMA será representada pelo seu Presidente.

Art. 17. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o CISAMA e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o CISAMA;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CISAMA por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CISAMA, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva do Presidente do CISAMA, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 18 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Presidente do CISAMA